

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(ORGANIZADORA)

Desafios das
**CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**
no desenvolvimento da ciência

2



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(ORGANIZADORA)

Desafios das
**CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**
no desenvolvimento da ciência

2



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof.ª Dr.ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof.ª Dr.ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof.ª Dr.ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof.ª Dr.ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.ª Dr.ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof.ª Dr.ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof.ª Dr.ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Dr.ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof.ª Dr.ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Da dos Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441 Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0011-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.110222303>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o Ebook “Desafios das Ciências Sociais Aplicadas no Desenvolvimento da Ciência”. Com um total de trinta e dois artigos organizados em dois volumes que congregam pesquisas relacionadas a cinco temáticas principais.

No volume 1: Políticas Públicas; Política de educação e práticas relacionadas a atuação do serviço social. No volume 2: O mundo do trabalho e geração de renda e Comunicação, tecnologia e inovação.

As pesquisas mostram-se contemporâneas e relevantes diante dos desafios identificados para a vida em sociedade, pautando temáticas como a pandemia, as relações trabalhistas, estratégias de inovação para fortalecimento da cidadania, enfrentamento as situações de pobreza, violência, aspectos territoriais, consumo, comunicação, reformas trabalhistas e previdenciárias.

Para além da importância das temáticas abordadas, o Ebook pauta o desafio da ciência na abordagem de dimensões bastante complexas que exigem rigor teórico e metodológico para a realização de análises do tempo presente, mas além disto, um tempo permeado por turbulências e inquietações que tornam a pesquisa nas Ciências Sociais ainda mais necessária.

As dimensões das pesquisas que compõem os dois volumes do Ebook apresentam correlação entre si, possibilitando um olhar mais integral e contextualizado dos elementos que implicam nos diferentes fenômenos estudados.

Ressaltar este aspecto mostra-se necessário diante dos objetivos do desenvolvimento de pesquisas nas Ciências Sociais, dentre as quais identifica-se o reconhecimento das diferentes características das relações sociais instituídas, desafios e problemas expressos e possibilidades de identificação de estratégias que venham a atender as necessidades existentes. Estes elementos, não de forma linear, mostram-se presentes no desafio e na necessidade de se fazer ciência através das Ciências Sociais.

Desejo uma ótima leitura a todas e a todos, e que estes artigos possam inspirar e contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas e para o desvelamento das diferentes nuances da vida em sociedade.


Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TENDÊNCIA DO CRESCIMENTO DO VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL NOS ESCRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO


Paulo André de Oliveira
Sergio Augusto Rodrigues
Carlos Roberto Padovani
Ricardo Ghantous Cervi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223031>

CAPÍTULO 2..... 9

O POTENCIAL DE ECONOMIA NO MERCADO LIVRE DE ENERGIA BRASILEIRO PARA DIFERENTES CONSUMIDORES E DISTRIBUIDORAS


Bruno Rodrigues Fernandes Franciscato
Lumila Souza Girioli Camargo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223032>

CAPÍTULO 3..... 38

CONSTRUINDO UMA ECONOMIA SOLIDARIA E INCLUSIVA E UMA TRAJETÓRIA CONSTITUTIVA DO BEM VIVER: EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES


Tania Cristina Teixeira
Emmanuele Araújo da Silveira
Karen Munhoz de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223033>

CAPÍTULO 4..... 59

UMA ADAPTAÇÃO DA TÉCNICA FREINET PARA AVALIAÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO


Silvia Grizafis Ferreira
Vilmara Sabim Dechandt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223034>

CAPÍTULO 5..... 72

PRECARIEDAD Y PROFESIÓN DEL MERCADO LABORAL DEL TRABAJADOR SOCIAL EN EL ESTADO DE HIDALGO 2005-2012

Carlos Martínez Padilla







 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223035>

CAPÍTULO 6..... 88

FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E DURAÇÃO DE CRISES: UMA ANÁLISE DE PAÍSES SELECIONADOS


Alex Gomes Estevam

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223036>

CAPÍTULO 7	106
PÓS-DEMOCRACIA, REFORMA TRABALHISTA E A LIMITAÇÃO À ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO CRÍTICA E PONTUAL	
Maria Soledade Soares Cruzes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223037	
CAPÍTULO 8	120
PLANO DE NEGÓCIOS COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL NA SOLIDEZ DO MERCADO	
Aline Camargo Iara Sônia Marchioretto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223038	
CAPÍTULO 9	130
PREFERÊNCIA PELA REMUNERAÇÃO POR DESEMPENHO: ANTECEDENTES E CONSEQUENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO	
Leonardo Quintas Rocha Bruno Felix Von Borell de Araujo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223039	
CAPÍTULO 10	153
A PERDA DO DIREITO DE ADOECER: O TRABALHADOR FRENTE AO DESMONTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Ana Claudia Caldas Mendonça Semêdo Tássia Cristina Palma Sampaio Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230310	
CAPÍTULO 11	162
ACIDENTES, MORTES E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM UMA EMPRESA DE ELETRICIDADE: O CASO DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA CEMIG	
Igor Silva Figueiredo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230311	
CAPÍTULO 12	173
INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO E O PAPEL DOS ATORES POLÍTICOS: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS	
Danielle de Araújo Bispo Hironobu Sano Elisabete Stradiotto Siqueira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230312	
CAPÍTULO 13	190
RELATO DE EXPERIÊNCIA QUANTO AO PROJETO DE EXTENSÃO: “A REPRESENTAÇÃO FOTOGRÁFICA COMO REFLEXO DO IMAGINÁRIO SOCIAL DOS CENTROS URBANOS”	
Maria de Lourdes Vieira Frujeri	

Patrícia Bárbara Sousa da Silva

Patrícia Albuquerque de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230313>

CAPÍTULO 14..... 214

TRANSPORTE ALTERNATIVO NO RIO DE JANEIRO: UMA ESTRATÉGIA DE CONTORNAMENTO TERRITORIAL

Leonardo Oliveira Muniz da Silva

Giovani Manso Ávila

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230314>


CAPÍTULO 15..... 226

O IMPACTO GERADO NOS CONSUMIDORES PELA SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES NO CONTEXTO ONLINE: UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA

Danieli Hermes Rodrigues

Ana Rita Catelan Callegaro

Rosane Maria Seibert

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230315>

CAPÍTULO 16..... 235

IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NOS EMPREGOS E O FUTURO DO TRABALHO PÓS ERA COVID

Euriam Barros de Araújo

Zulmara Virginia de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230316>

CAPÍTULO 17..... 246

A INTELIGENCIA ARTIFICIAL COMO AUXILIAR DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA E MONITORAMENTO NO PROGRAMA DE COMPLIANCE

Lara Regina Morais Evangelista


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230317>

CAPÍTULO 18..... 256

ESTRATÉGIAS DE DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EJA EM BIBLIOTECAS

Valdirene Pereira da Conceição

Maurício José Morais Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230318>

CAPÍTULO 19..... 262

ESTUDO EXPLORATÓRIO-DESCRIPTIVO ACERCA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO SOB A ÓTICA DE PERITOS OFICIAIS DE NATUREZA CRIMINAL

Epaminondas Gonzaga Lima Neto

Ana Karla de Souza Abud

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230319>

SOBRE A ORGANIZADORA.....	275
ÍNDICE REMISSIVO.....	276

CAPÍTULO 1

TENDÊNCIA DO CRESCIMENTO DO VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL NOS ESCRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 24/01/2022

Paulo André de Oliveira

Centro Paula Souza-Faculdade de Tecnologia
Botucatu-SP
<https://orcid.org/0000-0002-1192-2209>

Sergio Augusto Rodrigues

UNESP- Faculdade de Ciências Agrônômicas
(FCA)
Botucatu-SP
<https://orcid.org/0000-0002-2091-2141>

Carlos Roberto Padovani

UNESP, Instituto de Biociências (IBB)
Botucatu-SP
<http://orcid.org/0000-0002-7719-9682>

Ricardo Ghantous Cervi

UNESP, Faculdade de Engenharia de Produção
Itapeva- SP
<https://orcid.org/0000-0002-0674-0988>

RESUMO: A produção animal tem relevante participação no valor da produção agropecuária do estado de São Paulo. As regiões do estado apresentam diferentes características de produção animal verificado nas especializações produtivas. A distribuição da produção animal pode apresentar heterogeneidade na sua composição alterada ao longo do tempo, apresentando diferentes taxas de crescimento nas diversas regiões dos Escritórios de Desenvolvimento Rural. Desta forma, objetivo deste trabalho foi

verificar o comportamento do valor da produção animal em momentos distintos, bem como a tendência de crescimento nos Escritórios de Desenvolvimento Rural do estado de São Paulo. As variáveis de estudo foram o valor da produção dos produtos de origem animal, carne bovina, carne de frango, carne suína, leite bovino e ovos de galinha. As unidades de estudo foram cada uma das quarenta regiões administrativas dos Escritórios de Desenvolvimento Rural do estado de São Paulo entre o ano de 2007 e 2016. Apresentou-se a estatística descritiva, verificou-se alterações no comportamento das variáveis pelo teste não paramétrico de Mann-Whitney e a tendência das variáveis de produção animal pela taxa média de crescimento por meio da regressão linear. Concluiu-se que houve poucas alterações na composição produtiva do estado no período com expressivo crescimento do valor da produção animal, sobretudo da carne bovina e carne de frango no período de estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Diversificação. Crescimento. Animais. Regiões. Regressão.

TREND OF GROWTH IN THE VALUE OF ANIMAL PRODUCTION IN RURAL DEVELOPMENT OFFICES IN THE STATE OF SÃO PAULO

ABSTRACT: Animal production plays a relevant role in the value of agricultural production in the state of São Paulo. The regions of the state present different characteristics of animal production verified in the productive specializations. The distribution of animal production may show heterogeneity in its composition, altered over time, with different growth rates in the different

regions of the Offices of Rural Development. Thus, the objective of this work was to verify the behavior of the value of animal production at different times, as well as the growth trend in the Rural Development Offices in the state of São Paulo. The study variables were the production value of animal products, beef, chicken, pork, bovine milk and chicken eggs. The study units were each of the forty administrative regions of the Rural Development Offices in the state of São Paulo between 2007 and 2016. Descriptive statistics were presented, alterations in the behavior of the variables were verified by the non-parametric Mann-Whitney test and the tendency of the animal production variables by the average growth rate by means of linear regression. It was concluded that there were few changes in the productive composition of the state in the period with a significant increase in the value of animal production, especially beef and chicken during the study period.

KEYWORDS: Diversification. Growth. Animals. Regions. Regression.

1 | INTRODUÇÃO

A produção animal desempenha importante papel na geração de renda no meio rural como uma alternativa para áreas menos aptas a produção vegetal e também como instrumento de diversificação produtiva. A diversificação da produção, geralmente, está relacionada às condições financeiras, às características pessoais do produtor e a fatores como os períodos de escassez de água, aridez do solo, distância de grandes centros fornecedores de insumos, entre outros (BEZERRA et al., 2013).

Belik (2015) destaca que as desigualdades em termos de tamanho da área, aporte tecnológico, gestão e utilização da força de trabalho são enormes quando comparamos as diferentes regiões e países. Mesmo entre os agricultores familiares, as diferenças são significativas. Nesse contexto, segundo Souza, Ney, Fornazier e Ponciano (2015), podem ser encontrados desde produtores plenamente inseridos no mercado até unidades que produzem praticamente para a subsistência, em alguns casos padecendo, inclusive, de insegurança alimentar.

A heterogeneidade das regiões agrícolas destaca a importância da produtividade no setor agrícola, segundo Felema, Raiher e Ferreira (2013), que analisaram os determinantes da produtividade da terra e do trabalho na agropecuária brasileira em 2006, inferindo que há uma grande probabilidade de os melhores resultados da produtividade desses fatores estarem nos mesmos espaços geográficos. Os autores também observaram que a maioria dos municípios nas regiões Sul e Sudeste do país possuíam um índice de produtividade baixo, ao passo que poucos tinham valores muito elevados.

No estado de São Paulo o valor da produção agropecuária (VPA) atingiu em 2019 82,3 bilhões de reais, 4,8% a mais do que em 2018 em valores descontados da inflação (IEA, 2020). O detalhamento do valor da produção agropecuária paulista ocorre em 50 produtos de maior relevância, reunidos em cinco grupos de origem animal e vegetal. O valor da produção animal representou 26,7% da produção em sete produtos e a vegetal,

73,3 % em 43 produtos em 2019 (IEA, 2020). No Brasil, a pecuária atingiu 34,8% do total do valor da produção agropecuária de R\$ 630,9 bilhões (MAPA, 2020).

Neste contexto, a distribuição da produção animal no estado de São Paulo pode apresentar heterogeneidade no comportamento do valor da produção animal com sua composição alterada ao longo do tempo, apresentando diferentes taxas de crescimento nas diversas regiões dos Escritórios de Desenvolvimento Rural. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi verificar o comportamento da produção animal em momentos distintos, bem como a tendência de crescimento nos Escritórios de Desenvolvimento Rural do estado de São Paulo.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

As unidades de estudo foram cada uma das quarenta regiões administrativas dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) do estado de São Paulo. Para cada EDR foi utilizado o valor da variável em dois momentos distintos, no ano de 2007 e 2016.

O uso destes dois momentos se justifica pela disponibilidade dos dados. As informações foram obtidas diretamente para cada EDR, segundo levantamento Instituto de Economia Agrícola do estado de São Paulo em uma solicitação especial (IEA, 2019).

Todas as variáveis monetárias foram atualizadas pelo IPCA (índice de preços ao consumidor amplo) calculado pelo IBGE (IBGE, 2020) até dezembro de 2020. As variáveis de estudo foram VPOA (valor da produção dos produtos de origem animal), BOV (valor da produção da carne bovina), FRA (valor da produção carne de frango), SUI (valor da produção da carne suína), LEI (valor da produção do leite bovino) e OVO (valor da produção ovo de galinha).

Inicialmente apresentou-se a estatística descritiva da participação da produção animal do estado de São Paulo entre os dois momentos. Para verificar possíveis alterações no comportamento das variáveis entre os anos de 2007 e 2016 foi utilizado o teste não paramétrico de Mann-Whitney (ZAR, 2009). Já para avaliar a tendência das variáveis de produção animal foi calculada a taxa média de crescimento por meio da regressão linear no período de 2007 a 2016 como descrito por Hoffmann et al. (1987). Todos os resultados analíticos foram discutidos no nível de 5% de significância.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A participação do valor da produção de produtos de origem animal no valor da produção agropecuária paulista permaneceu estável (25,8% em 2007 para 25,5 % em 2016) como se observa na Figura 1a.

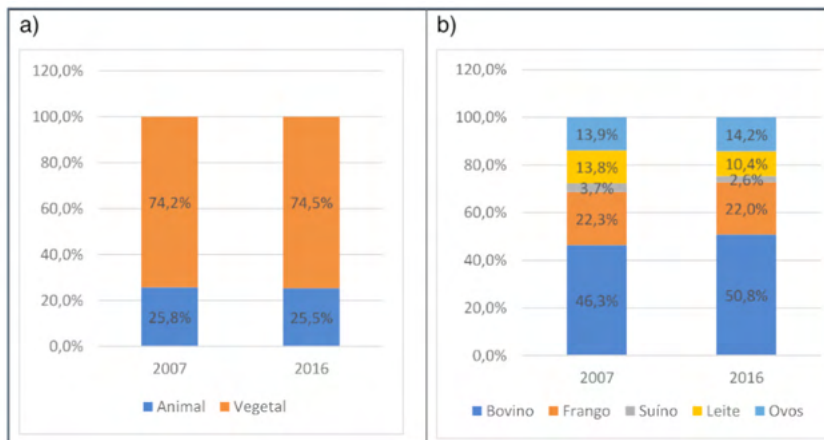


Figura 1 - Participação do valor de produção animal e vegetal na produção agropecuária (a) e dos produtos de origem animal no valor da produção animal (b) em 2007 e 2016.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (2020). Elaborado pelos autores

Ocorreu pequena modificação na estrutura da composição (Figura 1b) com destaque para a carne bovina com acréscimo de 4,4% contrapondo-se ao leite (-3,4%); a carne de frango decréscimo de 0,3% e acréscimo de ovos de galinha em 0,4% e decréscimo de 1,1% da carne suína. De acordo com Silva et. al (2014), a partir dos anos 1990, o Brasil se inseriu com competitividade no comércio internacional de carne bovina e intensificou sua capacidade produtiva através do melhoramento de infraestrutura e criação de animais, acarretando um número expressivo no crescimento de cabeças de gado.

Observam-se poucas diferenças entre as variáveis avaliadas entre os anos de 2007 e 2016, ao compará-las pelo teste não paramétrico de Mann-Whitney (Tabela 1). A participação do valor da produção do leite (LEI) apresentou redução de 24,8% na mediana, que ocorreu de forma generalizada entre os EDRs acentuado em 2016 com a redução do intervalo interquartil (IIQ).

Variável	Mediana (IIQ) 2007	Mediana (IIQ) 2016	Mann-Whitney U	Valor de p
BOV	0,487 (0,488)	0,568 (0,419)	680,000	0,248
FRA	0,111 (0,355)	0,110 (0,343)	739,000	0,557
SUI	0,027 (0,040)	0,014 (0,043)	600,000	0,054
LEI	0,149 (0,145)	0,112 (0,084)	591,000	0,044*
OVO	0,058 (0,135)	0,050 (0,105)	744,000	0,590

Tabela 1- Comparação participação das variáveis de estudo no valor da produção total nos dois momentos 2007-2016.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (2020). Elaborado pelos autores

* Significativa considerando $p < 0,05$

No estado de São Paulo houve crescimento da participação dos produtos de origem animal de 2,82% ao ano entre 2007 e 2016.

Na Tabela 2 pode-se observar que o valor da produção animal foi acima da média do estado em 15 dos 40 EDRs, sendo: Ourinhos, Votuporanga, Franca, Pindamonhangaba, Presidente Venceslau, Presidente Prudente, Jaboticabal, Assis, Catanduva, Campinas, Marília, Orlândia, Tupã, Guaratinguetá, Bragança Paulista. Os outros 25 EDRs o crescimento foi abaixo da média do estado sendo que em Mogi das Cruzes, Bauru, São Paulo, Araraquara, Jaú e Limeira houve decréscimo no valor da produção.

A carne bovina como o principal produto de origem animal representando (50,8%) esteve positiva em 39 EDRs, exceto Barretos, com uma redução na carne bovina. Se adicionarmos com o leite, 61,2% da produção animal tem origem bovina. Segundo Carvalho e Zen (2017) a principal característica no desenvolvimento da pecuária no país é a heterogeneidade nos sistemas de produção e nos mecanismos de gestão e de comercialização do gado. Contudo, enquanto a carne bovina cresceu 3,43% ao ano e o leite se reduziu 0,64% ao ano. Segundo Silva (2020) o estado de São Paulo não produz leite em quantidade suficiente para atender à sua demanda interna e habitualmente compra leite cru dos estados vizinhos (Minas Gerais e Paraná), para processar dentro de seu território. Desde de 2004, a produção do Brasil não conseguiu mais atender o consumo interno que teve uma expansão do crescimento por conta da melhora do poder de compra da população (BELLINI-LEITE et al., 2020).

A produção de suínos apresentou decréscimo de 0,73% ao ano para o período do estudo. Apenas em 09 EDRs houve taxa de crescimento da produção com destaque para os EDRs de Sorocaba, Presidente Venceslau, Franca, Limeira, Barretos, Itapeva com taxas superiores a 5% ao ano. A suinocultura paulista, diferentemente da praticada no Sul do país, não tem como característica em seu ciclo de existência a concentração em conglomerados de processamento, nos quais a produção de animais para o abate é obtida pelo sistema de integração aos abatedouros (BUENO, 2014).

O produto de maior taxa de crescimento no estado foi a carne de frango de com 3,9% a.a, com taxas positivas em 22 EDRs, negativas em 11 EDRs e sem produção em 7 EDRs. Destacam-se com taxas de crescimento superiores a 10% a.a Presidente Prudente, Votuporanga, Dracena, Orlândia, Assis, Barretos, Campinas, Franca, Bragança Paulista e Fernandópolis. Segundo a Associação Brasileira da Proteína Animal (2020) 69% da carne de frango tem destino as exportações em 2020. O estado de São Paulo ocupa a quarta posição em faturamento de carne de frango com R\$ 7,230 milhões de valor da produção atrás do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (AVISITE, 2020).

EDR	VPOA	BOV	FRA	SUI	LEI	OVO
Andradina	0,62	0,84	n/d	-4,91	0,25	1,06
Araçatuba	2,15	1,99	-13,46	-4,86	-0,77	5,60
Araraquara	-1,56	4,74	-3,30	-3,03	-2,35	n/d
Assis	4,42	4,69	12,39	-5,06	2,74	6,20
Avaré	1,04	3,01	2,26	-3,55	4,54	-2,23
Barretos	1,85	-1,47	12,80	11,82	-1,46	0,09
Bauru	-4,05	1,13	-0,62	-5,22	-10,63	-15,31
Botucatu	1,79	5,49	0,83	-3,29	5,49	-3,15
Bragança Paulista	8,49	5,50	18,06	-4,32	-1,66	-2,43
Campinas	4,92	4,89	13,14	3,58	-16,75	-7,91
Catanduva	4,48	6,38	3,06	-3,49	0,81	1,74
Dracena	2,31	2,58	10,46	-7,20	0,48	-1,31
Fernandópolis	2,80	2,65	29,29	-6,48	-0,50	-6,68
Franca	3,76	3,50	13,38	7,38	-6,11	21,32
General Salgado	0,01	0,02	0,01	-0,08	-0,01	-0,01
Guaratinguetá	7,32	8,55	-8,67	-34,48	6,50	-33,56
Itapetininga	2,33	1,83	6,94	-10,98	-10,37	-0,35
Itapeva	1,49	1,66	-4,53	16,13	-1,70	8,17
Jaboticabal	4,17	4,64	9,42	-4,09	-9,88	1,33
Jales	2,52	3,32	-0,92	-10,73	-1,96	-4,76
Jaú	-1,49	1,61	-4,86	-0,16	1,44	-6,52
Limeira	-0,58	2,31	-1,74	7,53	6,51	-9,30
Lins	0,93	2,27	-29,71	-15,63	0,16	0,47
Marília	5,30	5,86	n/d	-17,27	1,97	2,27
Mogi das Cruzes	-11,03	9,22	-34,57	-34,04	-27,20	-10,32
Mogi Mirim	2,77	6,35	1,49	3,60	8,00	-4,48
Orlândia	6,52	4,66	10,99	-9,84	-0,99	1,26
Ourinhos	2,92	3,88	-1,82	-0,64	2,15	1,22
Pindamonhangaba	3,91	7,80	n/d	n/d	-1,06	3,61
Piracicaba	1,78	1,76	1,81	0,81	0,97	7,33
Presidente Prudente	4,12	4,06	10,20	-13,58	1,41	5,45
Presidente Venceslau	4,05	3,70	n/d	6,48	6,41	-30,27
Registro	2,52	4,59	n/d	-22,74	-5,32	n/d
Ribeirão Preto	1,92	3,92	0,78	-18,05	-1,97	4,08
São João da Boa Vista	2,55	7,45	1,71	2,94	-3,20	-1,01
São José do Rio Preto	0,80	2,74	2,37	-4,89	-1,49	-14,20
São Paulo	-2,60	4,89	n/d	-9,06	-0,17	-16,08
Sorocaba	1,92	5,63	1,60	4,29	-3,82	-6,87
Tupã	7,08	3,45	n/d	-4,30	8,22	8,41
Votuporanga	3,66	2,34	10,30	-28,42	0,61	n/d
Estado	2,82	3,43	3,90	-0,73	-0,64	2,61

Tabela 2 – Taxa de crescimento do valor da produção de origem animal, valor da produção dos principais produtos de origem animal nos EDRs entre 2007 e 2016

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (2020). Elaborado pelos autores

A produção de ovos de galinha também foi expressiva com 2,6% a.a, sendo que segundo a Embrapa (2020) o estado de São Paulo é o maior estado produtor em 2019 com 29,5% do total. O crescimento da produção ocorreu em 21 EDRs com destaque para Tupã

(7,41%) e Franca (21,32%)

4 | CONCLUSÕES

O crescimento geral do valor da produção animal foi expressivo de 2,82% ao ano. A participação do valor da produção dos produtos de origem animal permaneceu estável entre 2007 e 2016 com exceção do leite que apresentou redução significativa entre os dois momentos. A produção bovina esteve presente em todas as regiões do escritório de desenvolvimento rural com taxas positivas de crescimento exceto no EDR de Barretos. O maior crescimento foi observado na produção de carne de frango, contudo não está presente em todas as regiões do estado de São Paulo. O estado aumentou a produção de ovos em metade dos EDRs com destaque para a região de Franca.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PROTEÍNA ANIMAL. **Destino da Produção Brasileira de Carne de Frango**. Disponível em: <https://abpa-br.org/mercados/>. Acesso em: 16 set. 2021.

AVISITE. **Frango: o VBP de 2019 segundo os estados produtores**. Disponível em: <https://www.avisite.com.br/index.php?page=noticias&id=20598>

BELIK, Walter. A Heterogeneidade e suas Implicações para as Políticas Públicas no Rural Brasileiro. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 9-30, mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000100009. Acesso em: 09 abr. 2017.

BELLINI-LEITE, J. L.; RESENDE, J. C.; STOK, L. A. Desempenho do mercado brasileiro de lácteos. In: **Anuário Leite 2019**. Brasília: Embrapa Gado de Leite, 2020, p. 26-27. Disponível em: [embrapa.br/gado-de-leite](http://gado-de-leite.embrapa.br). Acesso em: 14 set. 2021.

BEZERRA, L.R.; ARAÚJO, M.J. de; MARQUES, C.A.T.; COSTA TORREÃO, J.N. da; VAZ, R.R.; OLIVEIRA NETO, C.B. de. Caracterização de propriedades agrícolas para pecuária de corte. **Comunicata Scientiae**, v.4, p.75-84, 2013.

BUENO, Carlos Roberto Ferreira. **Análise de Mercado de Proteínas Animais: suinocultura no Estado de São Paulo em 2014**. Análise e indicadores do agronegócio. v 9, n 6, junho de 2014, Disponível em <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=13446>. Acesso em: 16 set. 2021.

CARVALHO, Thiago Bernardino; ZEN, Sérgio. A cadeia de Pecuária de Corte no Brasil: evolução e tendências. **Revista iPecege**, v. 3, n. 1, p. 85-99, 2017. Disponível em: <https://ipecege.emnuvens.com.br/Revista/article/view/109>.

EMBRAPA. **Maiores produtores e exportadores de ovos**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/estatisticas/ovos>

FELEMA, João; RAIHER, Augusta Pelinski; FERREIRA, Carlos Roberto. Agropecuária Brasileira: desempenho regional e determinantes de produtividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 555-573, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA)**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/precos-e-custos> . Acesso em: 25 de março de 2021.

IEA – Instituto de Economia Agrícola. **Banco de dados**. Solicitação especial.2020. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br>

MAPA-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Valor da Produção Agropecuária encerra 2019 com R\$ 630,9 bilhões. **Nota nº 01 2020/CGAPI/DFI/SPA/MAPA**. Disponível em:<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/valor-da-producao-agropecuaria-encerra-2019-com-r-630-9-bilhoes/Nota012020VBP004.pdf>

SILVA, Rosana de Oliveira Pithan. **Análise de Conjuntura e Perspectivas do Agro 2020 – leite**. Análise e indicadores do agronegócio. v 15, n 3, março de 2020 Disponível em : <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=14770>. Acesso em: 16 set. 2021.

SOUZA, P. M., NEY, M. G., FORNAZIER, A.;PONCIANO, N. J. . Comportamento da distribuição do valor da produção vegetal entre os estabelecimentos agropecuários: uma análise dos dados dos censos de 1995/96 e 2006. **Revista Econômica do Nordeste**, v.46, n.1 , p. 131-150, 2015. Disponível em:<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/184>. Acesso em: 14 set. 2021.

CAPÍTULO 2

O POTENCIAL DE ECONOMIA NO MERCADO LIVRE DE ENERGIA BRASILEIRO PARA DIFERENTES CONSUMIDORES E DISTRIBUIDORAS

Data de aceite: 01/03/2022

Bruno Rodrigues Fernandes Franciscato

Auben Assessoria Empresarial Ltda. Mestrando
em Sistemas de Potência
Bauru, SP, Brasil

Lumila Souza Girioli Camargo

Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz.
Doutora em Administração
Piracicaba, SP, Brasil

Trabalho apresentado para obtenção do título de
especialista em Gestão de Negócios – 2021

RESUMO: Dado o alto grau de complexidade normativa do setor elétrico brasileiro, é comum que os consumidores de energia desconheçam as possibilidades regulatórias de redução de seus custos com este insumo. O presente trabalho teve por objetivo geral oferecer aos consumidores conectados em média e alta tensão, uma análise detalhada do potencial de economia que o correto enquadramento tarifário junto a distribuidora e o Ambiente de Contratação Livre [ACL] podem oferecer. Outro objetivo foi proporcionar a sociedade, de forma prática, rápida e precisa, ferramentas para analisar as reduções em reais de suas contas de energia elétrica. Como metodologia foram utilizados as tarifas reguladas vigentes de 5 distribuidoras brasileiras e os preços de 4 anos futuros vigentes no ACL, para duas fontes distintas de energia. Em seguida, as análises de economia potencial

foram realizadas em função do Fator de Carga [FC] das unidades consumidoras e da proporção do consumo delas no horário de ponta [HP] em relação ao seu consumo total. Os resultados sugerem que o ACL apresenta reduções de 15% a 30% em relação ao ACR sendo, portanto, uma excelente oportunidade de redução de custos e ainda, que existem condições de contorno bem definidas para o consumidor otimizar sua composição tarifária entre THS verde e azul. Os resultados deste trabalho podem ser utilizados por uma enorme gama de consumidores (HP de 0 a 19%), de todos os perfis de consumo (FC de 0 a 1) e praticamente de todos os portes de unidades consumidoras em média e alta tensão.

PALAVRAS-CHAVE: Tarifas de energia; ambiente de contratação livre de energia; redução de custos fixos; administração de empresas, gestão energética.

THE POTENTIAL SAVINGS IN THE BRAZILIAN ELECTRICITY MARKET

ABSTRACT: Given the high degree of regulatory complexity in the Brazilian electricity sector, it is common for energy consumers to be unaware of the regulatory possibilities for reducing their electricity costs. This work aims to offer consumers connected in medium and high voltage, a detailed analysis of the potential savings that the correct tariff framework with the distributor and the Electricity Competitive Environment [ACL] can offer. Another objective is to provide society, in a practical, fast and accurate way, with tools to analyze the reductions of its electric bills. As a methodology, the regulated tariffs in 5 Brazilian

distributors and the prices of 4 future years in force in the ACL were used. The study was also carried out for two different energy sources, which have different market prices and different economic benefits. Then, the potential savings analyzes were performed according to the load factor [FC] of the consumer units and the proportion of their consumption during peak hours [HP] in relation to their total consumption. The results suggest that the ACL presents reductions of 15% to 30% in relation to the ACR, being, therefore, an excellent opportunity to reduce costs. It was also noted that there are well-defined boundary conditions for the consumer to optimize their tariff composition between green and blue THS. The results of this work can be used by a huge range of consumers (HP from 0 to 19%), all consumption profiles (FC from 0 to 1) and practically all sizes of medium and high voltage consumer units.

KEYWORDS: Energy tariffs; Brazilian electricity market; fixed cost reduction; business Administration, energy management.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 9.074/95, assinada em 7 de julho de 1995 pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, foi o primeiro marco regulatório para a criação e desenvolvimento do Ambiente de Contratação Livre [ACL] ou simplesmente Mercado Livre de Energia, como é popularmente chamado. Nele ficou estabelecido que os consumidores com carga igual ou superior a 3.000 kW poderiam optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do mesmo sistema interligado.

Sucedida pelas Leis nº 9.427/96 (criação da ANEEL), nº 9.648/98 (Modelo Comercial), e pelo decreto nº 2.655/98 (Acesso às Redes) o arcabouço legal e regulatório ficou definido, o que finalmente possibilitou a migração do primeiro consumidor do Ambiente de Contratação Regulado [ACR] para o Ambiente de Contratação Livre [ACL], em novembro/1999.

A partir de então a regulação ganhou novas considerações quando da publicação das leis nº 10.438/02 (criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica [Proinfa] e a Conta de Desenvolvimento Energético [CDE]), nº 10.847/04 (criação da Empresa de Pesquisa Energetica [EPE]) e nº 10.848/04 (novo modelo de comercialização de energia elétrica), e dos decretos nº 4.541/02 (regulamentação do Proinfa e a CDE), nº 5.081/04 (regulamentação do Operador Nacional do Sistema), Decreto nº 5.163/04 (regulamentação do novo modelo - Lei nº 10.848/04), Decretos nº 5.175/04 (constituição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico [CMSE]), nº 5.177/04 (regulamentação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica [CCEE]), nº 5.184/04 (regulamentação da EPE), o que possibilitou a consolidação do Ambiente de Contratação Livre [ACL] como um ambiente seguro e uma excelente alternativa para que os consumidores elegíveis realizassem economias relevantes, que em alguns momentos na janela do tempo podem atingir valores da ordem de 30% dos seus custos com este insumo.

De acordo com a legislação vigente, um consumidor ligado em média ou alta tensão à rede elétrica possui hoje dois contratos vigentes com a distribuidora, o Contrato de Uso do Sistema de Distribuição [CUSD], o qual regulamenta a remuneração da distribuidora por disponibilizar uma rede elétrica (postes, fios elétricos, subestações e transformadores) que seja operante e que garanta as condições de fornecimento segundo parâmetros de qualidade regulados e fiscalizados pela ANEEL e o Contrato de Compra de Energia Regulada [CCER], que regulamenta a cobrança tarifária referente a energia elétrica propriamente consumida (CCEE, 2020).

Neste sentido, desde que o consumidor atenda aos pré-requisitos de demanda contratada mínima (CCEE, 2020), ele pode optar por rescindir o CCER com sua distribuidora e, quando de sua efetiva migração ao ACL, ao invés de pagar a tarifa regulada para a distribuidora, ele passará a pagar sua energia propriamente consumida com qualquer gerador ou comercializador de energia do Brasil, a preços e condições contratuais acordadas bilateralmente.

Passados mais de 21 anos da primeira migração ao ACL no Brasil, o mercado conta em 2020 com 367 comercializadores de energia e quase 8.000 consumidores, o que representa mais de 30% de todo o consumo do SIN (sistema interligado nacional), segundo dados disponibilizados pela CCEE (CCEE, 2020).

Paralelamente a esta opção de redução de custos, ocorre que o Brasil conta em 2020, segundo a Aneel (2020), com mais de 60 distribuidoras e permissionárias de energia, sendo que, cada qual passa por um processo de reestruturação tarifária anual, que leva em consideração na composição de custos elementos tais como, encargos setoriais, custos de transmissão, custos de aquisição de energia e efeitos de componentes financeiros nos processos atual e anteriores. Neste contexto, é usual que haja grande disparidade entre as tarifas elétricas reguladas de diferentes distribuidoras brasileiras.

Diversos trabalhos têm estudado o mercado livre de energia brasileiro e comparado os preços e benefícios deste mercado frente ao Ambiente de Contratação Regulado. Dentre eles destacam-se o estudo por survey dos principais fatores de sucesso no ACL realizado por Luz (2016) e Florezi (2009), estudo de composição ótimo de mix de contratação de Gomes, Brandao et al (2009), estudo de caso realizado no estado do Rio de Janeiro de Rizkalla (2018), estudo de caso no Ceará de Travassos (2019), elasticidade de preços e comportamento do consumidor de Vizioli (2017), benefício econômico no ACL realizado por Fraga (2018) e Silva (2017), gestão no ACL estudado por Clímaco (2010), riscos e outras nuances da comercialização da energia no ACL de Neves (2020), Montadon (2009) e Silva e Matsuyama (2015). Porém, não foi encontrada na pesquisa bibliográfica uma análise comparativa de economia no ACL para diferentes perfis de consumidores entre as diferentes distribuidoras do Brasil.

Desta forma, dada a importância que qualquer sistema econômico tem em reduzir seus custos em geral, e ainda, dada a grande diversidade de distribuidoras e composição

tarifária nas diferentes regiões do Brasil, objetivo geral oferecer aos consumidores conectados em média e alta tensão, uma análise detalhada do potencial de economia que o correto enquadramento tarifário junto a distribuidora e o Ambiente de Contratação Livre [ACL] podem oferecer. Adicionalmente, este trabalho analisa ainda a opção tarifária ótima de acordo com o perfil de consumo da unidade.

MATERIAL E MÉTODOS

No que diz respeito a tipologia da pesquisa, este trabalho pode ser classificado como uma pesquisa descritiva (quanto aos objetivos), documental (quanto aos procedimentos) e qualitativa (quanto a abordagem do problema).

Descritiva pois esta pesquisa tem como objetivo principal estudar e analisar a relação entre diferentes variáveis, tais como a economia percentual nos custos com energia elétrica de consumidores conectados à rede elétrica em média e alta tensão, o fator de carga de unidades consumidoras que, segundo a Aneel (2010) pode ser entendido como a razão entre a demanda média e a demanda máxima da unidade consumidora ocorridas no mesmo intervalo de tempo especificado e a proporção de consumo diário de energia elétrica entre o horário de ponta e o horário fora de ponta. Segundo Aneel (2021) o horário de ponta são as três horas consecutivas do dia em que há o maior consumo dentro da área de concessão da distribuidora, geralmente compreendido entre 18h e 21h, e o horário fora de ponta são os demais horários do dia em que o consumo de energia é relativamente menor. Segundo Gil (1999), outra característica desta tipologia de pesquisa que está presente neste trabalho é a utilização padronizada de coletas de dados.

Documental conforme características descritas por Gil (1999) e Silva e Grigolo (2002) pois, a pesquisa se baseia em materiais e fontes diversas que ainda não receberam um tratamento analítico com a profundidade desenvolvida neste trabalho. Dentre estas destacam-se (i) Resoluções Homologatórias publicadas pela Aneel (2021), (ii) boletins mercadológicos publicados pela DCide (2021), (iii) Resolução Normativa Nº 414, de 9 de setembro de 2010 (Aneel, 2010), (iv) Procedimentos de Comercialização (CCEE, 2020) e (v) Regras de Comercialização (CCEE, 2021).

E qualitativa conforme as definições de Richardson (1999) pois, no presente trabalho é analisado profundamente a interação entre mais de uma variável e, embora haja muitos cálculos numéricos, não há qualquer aplicação de conceitos estatísticos tais como, análises de regressão, percentual (em relação a uma amostra), média, coeficiente de correlação e desvio padrão.

Para a realização do presente trabalho, foram escolhidas as 5 maiores concessionárias de energia do Brasil, em volume de energia distribuída ao longo do ano de 2018¹, conforme informações disponibilizadas pela ANEEL (2018). A Tabela 1 apresenta

¹ Infelizmente, a informação mais atualizada que a ANEEL disponibilizou é de 2018. Porém, ao se realizar estas aná-

as 5 maiores distribuidoras de energia em 2018 em termos de volume anual de energia consumido.

Ranking	Nome do Agente	Consumo 2018 em MWh
1	ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO	322.994.164.430
2	CEMIG-D - CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	253.209.573.220
3	CPFL-PAULISTA	204.708.666.860
4	COPEL-DIS - COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	195.616.301.320
5	LIGHT - LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A	185.424.973.750

Tabela 1. Lista das 5 maiores distribuidoras de energia em 2018 que serão estudadas neste trabalho

Fonte: <https://www.aneel.gov.br/dados/distribuicao>

As tarifas de energia regulada, as quais são utilizadas nos cálculos dos custos com energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulado [ACR] são extraídas das resoluções homologatórias de reajuste tarifário também disponíveis no site institucional da ANEEL (2021).

As Unidades Consumidoras [UC] em média e alta tensão são tarifadas no Brasil de forma binômia, isto é, tanto pelo consumo de energia propriamente dito, auferido em kWh ou MWh e cobrado em R\$/ MWh, quanto na contratação da potência instantânea a ser utilizada pela UC auferida em kW e cobrada em R\$/kW (Aneel, 2021). Neste sentido, para estas UCs são aplicadas três diferentes tipos de tarifas e em dois horários distintos, são elas, a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição [TUSD] referente a potência contratada, a TUSD referente aos encargos setoriais e a Tarifa de Energia [TE] referente ao custo da energia elétrica consumida (Aneel, 2021). A Tabela 2 apresenta as Tarifas vigentes em 15/02/2021 do grupo A4, as quais foram utilizadas em todos os cálculos deste trabalho.

		ENEL SP	CEMIG	CPFL PAULISTA	COPEL	LIGHT
Resolução homologatória ANEEL						
TUSD FIO [R\$/kW]	P	20	46,86	29,31	34,29	34,03
TUSD FIO [R\$/kW]	FP	12,96	15,32	11,7	15,26	18,39
TUSD ENCARGO [R\$/MWh]	P	562,27	1232,78	795,53	911,8	966,11
TUSD ENCARGO [R\$/MWh]	FP	75,62	94,91	82,47	77,88	139,81
TE [R\$/MWh]	P	404,93	437,83	443,4	406,26	459,23
TE [R\$/MWh]	FP	242,33	260,51	266,58	248,79	277,81

lises para os anos 2013 a 2018, percebe-se que este ranking quase não se alterou. Desta forma, para os fins deste estudo, não há perdas em se realizar as análises com o ranking de 2018 pois, é possível que ele se mantenha o mesmo para os anos de 2019, 2020 e 2021.

INÍCIO DE VIGENCIA	04/07/2019	28/05/2019	08/04/2020	24/06/2020	15/03/2020
FIM DE VIGENCIA	03/07/2020	27/05/2020	07/04/2021	23/06/2021	14/03/2021

Tabela 2. Tarifas vigentes do grupo A4 em 15/02/2021

Fonte: <https://www.aneel.gov.br/resultado-dos-processos-tarifarios-de-distribuicao>

Como referência de preços de energia no Ambiente de Contratação Livre [ACL], será utilizado o boletim distribuído semanalmente pela empresa Dcide (2021) conforme Figura 1.

Índices Curva Forward	Índice R\$/MWh	Varição Semanal	Varição Mensal	Varição Anual
Convencional Trimestre ¹	175,13	1,12% ↑	-11,02% ↓	-5,30% ↓
Convencional Longo Prazo ²	164,10	0,47% ↑	2,12% ↑	-4,44% ↓
Incentivada 50% Trimestre ³	231,33	0,04% ↑	-8,27% ↓	1,40% ↑
Incentivada 50% Longo Prazo ²	203,27	0,34% ↑	2,51% ↑	-3,00% ↓
FCF da semana (SE ponderado) ³	171,88	12,54% ↑	-40,28% ↓	-9,99% ↓

Figura 1. Boletim Dcide apresentando a tendência de preços praticados no ACL para a semana de 10/02/2021 a 16/02/2021

Fonte: <https://www.dcide.com.br/>

Nota: ¹Reflete o preço de referência da energia proveniente de fontes convencionais de energia, de Março/2021 a Maio/2021 (trimestre móvel);

²Reflete o preço médio de referência de energia, provenientes de fontes incentivadas com direito a 50% de desconto na tarifa TUSD, de 2022 a 2025 (longo prazo)

Uma vez que o ACL é um projeto de longo prazo, onde os agentes consumidores podem realizar compras plurianuais de energia, serão adotados como referência, para fins de valoração de quanto cada consumidor pagaria no ACL, os preços da energia Convencional Longo Prazo e Incentivada 50% Longo Prazo, ou seja, 164,10 R\$/MWh e 203,27 R\$/MWh respectivamente. Conforme especificado pela empresa Dcide (2021), estes preços refletem o preço médio de energia, no dia 10/02/2021, na respectiva fonte, para o período de 2022 a 2025 (longo prazo).

Conforme Aneel (2021), importante destacar que existem diversas fontes de energia no Brasil e que, algumas delas, possuem subsídios regulatórios que foram criados para fomentar o seu desenvolvimento no país. Estas fontes subsidiadas são também chamadas de Fontes Incentivadas das quais fazem parte, geração a biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, geração eólica, geração solar fotovoltaica.

A depender do ano em que a usina entrou em operação, de sua fonte geradora e de sua potência instalada, tais usinas incentivadas conferem aos consumidores finais

participantes do ACL o direito a um desconto na Tarifa regulada de Uso do Sistema de Distribuição [TUSD] referente a parcela fio (R\$/kW). Este desconto pode ser de 50% (conhecida como Energia I5 ou I50), 80% (I8 ou I80) ou até mesmo 100% (I1 ou I100) (Aneel, 2021).

Ou seja, no momento de se calcular os benefícios do ACL em relação ao ACR tais subsídios serão devidamente considerados, incluindo as regras atuais de incidência de impostos. Por exemplo, embora incida sobre a TUSD Fio o desconto de 50%, 80% ou 100%, o ICMS deve ser recolhido para o estado como se nenhum desconto estivesse sendo concedido.

Segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica [CCEE], em out/2020 mais de 90% da energia consumida no ACL foi oriunda de fontes convencionais ou incentiva I5, desta forma, o trabalho irá concentrar suas análises comparando os custos que um grande consumidor de energia elétrica (ligado em média ou alta tensão) tem hoje no ambiente regulado [ACR] com os custos que ele teria no Ambiente Livre [ACL] para dois cenários de contratação: (i) adquirindo energia de fontes convencionais ou (ii) de fontes incentivadas com o direito de 50% de desconto na TUSD.

As tarifas de energia elétrica para os grupos de média e alta tensão são binômias conforme já explicado nesta mesma seção, ou seja, paga-se uma parcela pela energia consumida (R\$/MWh) e outra parcela pela demanda (potência) contratada (reservada) junto a distribuidora (Aneel, 2010). Em ambas as modalidades de cobrança existe ainda uma diferenciação tarifária para os horários de ponta (pico de consumo na rede) e fora de ponta, sendo que as tarifas nos horários de ponta são mais caras que as tarifas nos demais horários conforme observável na tabela 2.

Neste aspecto, tais consumidores podem escolher, dependendo de seu perfil de consumo no horário de ponta se optam pela Tarifa Horossazonal [THS] Verde ou pela THS Azul. A diferença entre ambas, de acordo com as regras vigentes da Aneel (2010), consiste em:

- THS Azul: Possui duas tarifas distintas de TUSD fio (R\$/kW) para os horários de ponta e fora de ponta. E possui uma tarifa única para TUSD parcela encargos (R\$/MWh).
- THS Verde: Possui uma única tarifa de TUSD fio (R\$/kWh) para todos os horários do dia, mas possui duas tarifas distintas de TUSD parcela encargos (R\$/MWh) para os horários de ponta e fora de ponta.

Usualmente, as tarifas de TUSD fio no horário de ponta são três vezes mais caras do que a TUSD fio no horário fora de ponta (conforme pode-se verificar na Tabela 2). Já a TUSD encargos podem ser mais de 100 vezes mais caras na ponta que no fora de ponta (Tabela 2) (Aneel, 2018).

Esta assimetria nas regras de cálculo tarifário, somada aos subsídios que as

fontes incentivadas concedem a alguns consumidores do ACL e às embaraçosas regras de incidência de impostos por dentro e por fora como PIS, COFINS e ICMS, fazem com que o consumidor muitas vezes não saiba como ele pode reduzir os seus custos seja se enquadrando corretamente em THS verde ou azul (tarifas diferentes nos horários de ponta e fora ponta nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição), seja migrando ao ACL.

Em suma, a conta de energia de um consumidor em média e alta tensão pode ser avaliada em dois parâmetros principais: o fator de carga (FC, cujo conceito já foi explicado anteriormente) e a percentagem de energia consumida no horário de ponta em relação ao consumo total unidade.

O fator de carga representa a média da demanda (potência em kW) de energia que uma unidade consome em determinado período de tempo em relação a sua demanda máxima registrada no mesmo período de tempo (Aneel, 2010). Por exemplo, suponha que uma unidade consumidora [UC] tenha registrado junto a distribuidora 100 kW de demanda e que no período de 30 dias ela tenha consumido 36.000 kWh, neste caso, pode-se afirmar que esta unidade possui um FC de 0,5. Pois, 30 dias possuem 720h, se houvesse uma máquina de 100 kW ligada durante as 720h do mês ininterruptamente, o consumo seria de 72.000 kWh, porém, a unidade consumiu apenas 36.000 no mês, ou seja, ela possui um fator de carga de 0,5. Isto é muito comum pois, as fábricas, hotéis, shoppings etc. registram um pico de demanda durante o mês, quando todos os aparelhos e máquinas elétricas estão ligados ao mesmo tempo, porém as UCs dificilmente ficam 24h/dia, 30dias/mês com todos os equipamentos ligados ininterruptamente.

Antes de explicar sobre a percentagem de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total, é necessário ressaltar que o horário de ponta é caracterizado pelas três horas consecutivas de maior consumo durante os dias úteis do mês (Aneel, 2021). Porém, vale ressaltar ainda que cada distribuidora fixa o seu horário de ponta anualmente em data preestabelecida para valer para todos os dias úteis do próximo ano. Fins de semana e feriados não possuem horários de ponta.

Desta forma, para que fique claro e que seja simples para os consumidores de energia se consultarem neste trabalho, serão realizados uma série de cálculos de economia que o ACL traz em relação ao ACR. Os valores de economia serão apresentados de forma percentuais.

Para facilitar a consulta e abarcar a maior gama de consumidores possíveis, serão calculados valores de economia percentual para unidades com FC que variam de 0,1 a 1,0 e unidades que possuem percentagens de consumo na ponta de 0 a 19%.

Segue abaixo algumas premissas que serão utilizadas:

- i. Para os fins de simulação das tarifas THS Azul, o fator de carga utilizado será o mesmo tanto nos horários de ponta como nos horários fora de ponta. Desta forma, quando as tarifas forem azuis, nas simulações serão utilizados valores iguais de demanda contratada para ambos os horários;

- ii. PIS igual 0,9% e COFINS igual 4,0% para todas as simulações;
- iii. As tarifas de cada distribuidora a serem utilizadas para todos os cálculos serão as tarifas vigentes na data de 15/02/2021;
- iv. Para todos os casos estudados e calculados, será utilizado um consumo mensal, para um mês de 30 dias de 100.000 kWh. Será realizado um teste de sensibilidade para se saber se consumidores maiores e menores podem se valer dos resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, de acordo com os preços de mercado praticados em 10/02/2021 (Dcide, 2021), serão apresentados para cada distribuidora duas análises, uma para cada possibilidade de aquisição de energia (energia de fontes I5 e convencional). Os cálculos para aplicação das tarifas vigentes dada pela Aneel (2021), serão realizados de acordo com todas as normas vigentes no Brasil em 10/02/2021 (Aneel,2021). Para cada estudo será apresentado um ábaco contendo no eixo vertical os valores em percentuais de economia do ACL em relação ao ACR, no eixo horizontal os valores de fator de carga [FC] que foram simulados e, as linhas em tons monocromáticos degradê representam as percentagens de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total da unidade em um mês, sendo as linhas mais escuras com percentuais maiores e as mais claras com percentuais menores.

Os gráficos apresentados neste trabalho foram concebidos para facilitar a consulta de qualquer consumidor que esteja dentro da área de concessão destas distribuidoras e que esteja conectado em média ou alta tensão na rede elétrica. Caso o usuário deste trabalho obtenha valores intermediários em sua conta de energia aos que foram simulados, seja de FC, seja proporção de consumo na ponta, a interpolação entre as curvas poderá ser feita durante a consulta.

Logo abaixo dos gráficos, serão apresentadas as respectivas Figuras com os valores que geraram os gráficos. Após os valores percentuais de economia, virá entre parênteses uma letra “A” ou “V” em maiúsculo. A letra “A” em parênteses significa que a modalidade tarifária mais vantajosa para aquele determinado perfil de consumo é a Tarifa Horosazonal [HS] Azul enquanto a letra “V” representa a THS Verde.

Desta forma, para se utilizar este trabalho, o consumidor deverá ter sua conta de energia em mãos, em seguida, ele deve buscar em sua fatura os volumes consumidos em horário de ponta [P] e em horário fora de ponta [FP], estes valores vem nitidamente discriminados nas contas de energia, assim, dividindo o volume consumido no horário de ponta [P] pelo volume total consumido (volume consumido no horário P mais o volume no horário FP), o consumidor obterá um dos parâmetros de entrada no gráfico, que será curva a ser analisada, pois, cada curva dos gráficos dizem respeito a uma proporção de consumo.

O segundo e último parâmetro a ser calculado antes de se consultar nas Figuras é o Fator de Carga [FC] da unidade. Para obtê-lo, o consumidor deverá estar com sua conta de energia em mãos, em seguida, ele deverá se atentar para a demanda máxima registrada no período (valor facilmente visível e discriminado na conta de energia). A depender da distribuidora este item vem discriminado no corpo da conta como “Demanda Medida”, “Demanda Registrada” ou “Demanda Consumida”. Em seguida, deve-se verificar o número de dias auferidos na medição e multiplicar por 24 para se obter o número de horas em que consiste o período da medição. O passo final consiste em dividir o consumo total (obtido já no parâmetro anterior) pela demanda registrada vezes o número de horas do período medido.

Como exemplo prático a ser usado nos gráficos, toma-se um consumidor de energia em média tensão (tarifas vigentes do grupo A4), que possui:

- Volume de energia consumido no horário de ponta igual a 10.000 kWh;
- Volume de energia consumido no horário fora de ponta igual a 90.000 kWh;
- Volume total de energia consumido no mês igual a 100.000 kWh;
- Período de medição de 30 dias, ou seja, 720 horas;
- Demanda máxima registrada no período igual a 277,8 kW.

Conseqüentemente, na análise desta conta de energia, têm-se os seguintes parâmetros:

- Proporção de consumo no horário P pelo consumo total igual a 10% conforme equação 1 abaixo:

$$\text{Proporção consumo Ponta} = \frac{\text{Vol. Consumo Ponta}}{\text{Volume Consumo Total}} = \frac{10.000}{100.000} = 10\% \quad (1)$$

- Fator de Carga (FC) resultou em 0,5 conforme equação 2 abaixo:

$$FC = \frac{\text{Vol. Consumo Total}}{(\text{Demanda Reg.}) \times (\text{n}^\circ \text{ de horas})} = \frac{100.000}{277,8 \times 720} = 0,5 \quad (2)$$

Desta forma, seguem os resultados de todas as análises realizadas para as 5 maiores distribuidoras do Brasil (Aneel, 2018). Inicialmente, os resultados serão brevemente apresentados incluindo exemplos numéricos de utilização para cada caso.

ENEL-SP – Energia I5

Segue abaixo a Figura 2 que representa a economia percentual no ACL em relação ao ACR na distribuidora ENEL-SP, em função da compra de energia I5, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

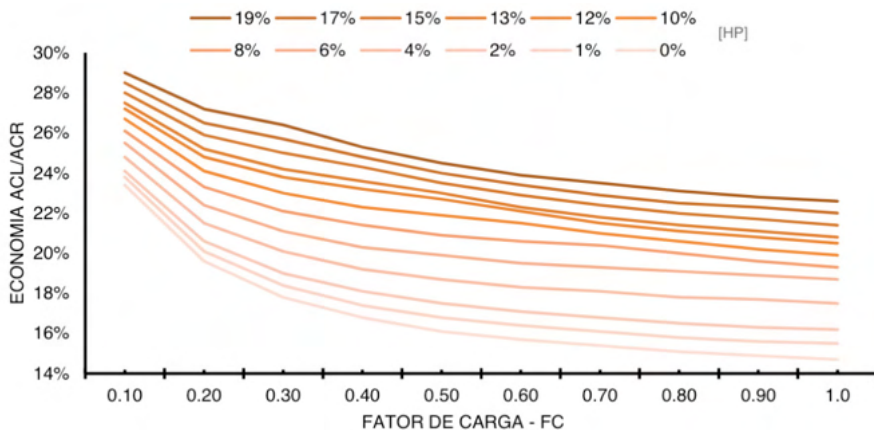


Figura 2. Distribuidora ENEL SP, compra de energia incentivada LP² a 203 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Segue abaixo a Figura 3 que representa a economia percentual no ACL e Tarifa Horosazonal Ótima [THS] na ENEL-SP em função da compra de energia I5, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

FC\HP	0%	1%	2%	4%	6%	8%	10%	12%	13%	15%	17%	19%
0,10	23,4% (V)	23,8% (V)	24,1% (V)	24,8% (V)	25,5% (V)	26,1% (V)	26,7% (V)	27,2% (V)	27,5% (V)	28,0% (V)	28,5% (V)	29,0% (V)
0,20	19,6% (V)	20,1% (V)	20,6% (V)	21,5% (V)	22,4% (V)	23,3% (V)	24,1% (V)	24,8% (V)	25,2% (V)	25,9% (V)	26,5% (V)	27,2% (V)
0,30	17,8% (V)	18,4% (V)	19,0% (V)	20,1% (V)	21,1% (V)	22,1% (V)	23,0% (V)	23,8% (V)	24,2% (V)	25,0% (V)	25,7% (V)	26,4% (V)
0,40	16,8% (V)	17,4% (V)	18,1% (V)	19,2% (V)	20,3% (V)	21,4% (V)	22,3% (V)	23,2% (V)	23,6% (V)	24,3% (A)	24,8% (A)	25,3% (A)
0,50	16,1% (V)	16,8% (V)	17,5% (V)	18,7% (V)	19,9% (V)	20,9% (V)	21,9% (V)	22,7% (A)	23,0% (A)	23,5% (A)	24,0% (A)	24,5% (A)
0,60	15,7% (V)	16,4% (V)	17,1% (V)	18,3% (V)	19,5% (V)	20,6% (V)	21,5% (A)	22,1% (A)	22,3% (A)	22,9% (A)	23,4% (A)	23,9% (A)
0,70	15,4% (V)	16,1% (V)	16,8% (V)	18,1% (V)	19,3% (V)	20,4% (V)	21,0% (A)	21,5% (A)	21,8% (A)	22,4% (A)	22,9% (A)	23,5% (A)
0,80	15,1% (V)	15,8% (V)	16,5% (V)	17,8% (V)	19,1% (V)	20,0% (A)	20,6% (A)	21,1% (A)	21,4% (A)	22,0% (A)	22,5% (A)	23,1% (A)
0,90	14,9% (V)	15,6% (V)	16,3% (V)	17,7% (V)	18,9% (V)	19,6% (A)	20,2% (A)	20,8% (A)	21,1% (A)	21,7% (A)	22,3% (A)	22,8% (A)
1,0	14,7% (V)	15,5% (V)	16,2% (V)	17,5% (V)	18,7% (A)	19,3% (A)	19,9% (A)	20,5% (A)	20,8% (A)	21,4% (A)	22,0% (A)	22,6% (A)

Figura 3. Tarifa THS ótima - Distribuidora ENEL SP, compra de energia incentivada LP a 203 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Aplicando exemplo numérico em que o consumidor possui um FC igual a 0,5 e uma proporção de consumo na ponta [HP] de 10%, a economia obtida no ACL para esta distribuidora e energia seria de aproximadamente 21,9% em relação ao ACR e o enquadramento de THS ótimo é na tarifa Verde [V]. Para o mesmo fator de carga, caso o HP fosse de 12%, um percentual maior de economia seria obtido e a THS ótima seria Azul.

2 LP significa longo prazo, definido anteriormente como a média de preços no ACL para 4 anos futuros.

ENEL-SP - Energia Convencional

Segue abaixo a Figura 4 que representa a economia percentual no ACL em relação ao ACR na distribuidora ENEL-SP, em função da compra de energia Convencional, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

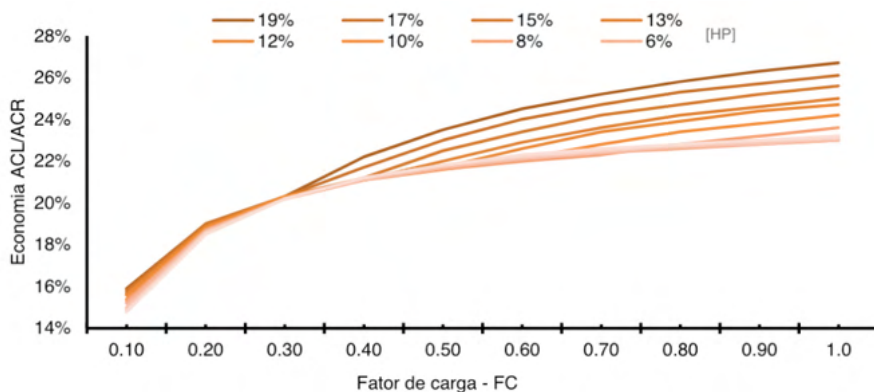


Figura 4. Distribuidora ENEL SP, compra de energia convencional LP a 164,1 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Segue abaixo a Figura 5 que representa a economia percentual no ACL e Tarifa Horosazonal Ótima [THS] na ENEL-SP em função da compra de energia convencional, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

FC\HP	0%	1%	2%	4%	6%	8%	10%	12%	13%	15%	17%	19%
0,10	14,8% (V)	14,8% (V)	14,9% (V)	15,0% (V)	15,2% (V)	15,3% (V)	15,4% (V)	15,6% (V)	15,6% (V)	15,7% (V)	15,8% (V)	15,9% (V)
0,20	18,5% (V)	18,5% (V)	18,6% (V)	18,6% (V)	18,7% (V)	18,7% (V)	18,8% (V)	18,8% (V)	18,9% (V)	18,9% (V)	19,0% (V)	19,0% (V)
0,30	20,2% (V)	20,2% (V)	20,2% (V)	20,2% (V)	20,2% (V)	20,2% (V)	20,3% (V)	20,3% (V)	20,3% (V)	20,3% (V)	20,3% (V)	20,3% (V)
0,40	21,2% (V)	21,2% (V)	21,2% (V)	21,1% (V)	21,1% (V)	21,1% (V)	21,1% (V)	21,1% (V)	21,1% (V)	21,2% (A)	21,7% (A)	22,2% (A)
0,50	21,8% (V)	21,8% (V)	21,8% (V)	21,7% (V)	21,7% (V)	21,6% (V)	21,6% (V)	21,7% (A)	22,0% (A)	22,5% (A)	23,0% (A)	23,5% (A)
0,60	22,3% (V)	22,2% (V)	22,2% (V)	22,1% (V)	22,1% (V)	22,0% (V)	22,1% (A)	22,6% (A)	22,9% (A)	23,4% (A)	24,0% (A)	24,5% (A)
0,70	22,6% (V)	22,5% (V)	22,5% (V)	22,4% (V)	22,4% (V)	22,3% (V)	22,8% (A)	23,4% (A)	23,6% (A)	24,2% (A)	24,7% (A)	25,2% (A)
0,80	22,8% (V)	22,8% (V)	22,7% (V)	22,7% (V)	22,6% (V)	22,8% (A)	23,4% (A)	23,9% (A)	24,2% (A)	24,7% (A)	25,3% (A)	25,8% (A)
0,90	23,0% (V)	23,0% (V)	22,9% (V)	22,8% (V)	22,8% (V)	23,2% (A)	23,8% (A)	24,4% (A)	24,6% (A)	25,2% (A)	25,7% (A)	26,3% (A)
1,0	23,2% (V)	23,1% (V)	23,1% (V)	23,0% (V)	23,0% (A)	23,6% (A)	24,2% (A)	24,7% (A)	25,0% (A)	25,6% (A)	26,1% (A)	26,7% (A)

Figura 5. Tarifa THS ótima - Distribuidora ENEL SP, compra de energia convencional LP a 164,1 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Aplicando exemplo numérico em que o consumidor possui um FC igual a 0,3

e uma proporção de consumo na ponta [HP] de 13%, a economia obtida no ACL para esta distribuidora e energia seria de aproximadamente 20,3% em relação ao ACR e o enquadramento de THS ótimo é na tarifa Verde [V]. Para este fator de carga, o enquadramento de THS ótimo será Verde [V] independentemente de HP.

CEMIG – Energia I5

Segue abaixo a Figura 6 que representa a economia percentual no ACL em relação ao ACR na distribuidora CEMIG em função da compra de energia I5, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

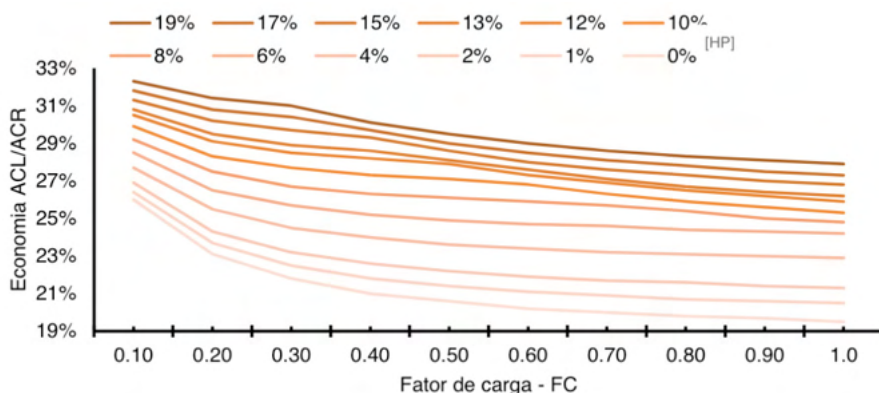


Figura 6. Distribuidora CEMIG, compra de energia incentivada LP a 203 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Segue abaixo a Figura 7 que representa a economia percentual no ACL e Tarifa Horosazonal Ótima (THS) na CEMIG em função da compra de energia I5, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

FC\HP	0%	1%	2%	4%	6%	8%	10%	12%	13%	15%	17%	19%
0,10	26,0% (V)	26,4% (V)	26,9% (V)	27,7% (V)	28,5% (V)	29,2% (V)	29,9% (V)	30,5% (V)	30,8% (V)	31,3% (V)	31,8% (V)	32,3% (V)
0,20	23,1% (V)	23,7% (V)	24,3% (V)	25,5% (V)	26,5% (V)	27,5% (V)	28,3% (V)	29,1% (V)	29,5% (V)	30,2% (V)	30,8% (V)	31,4% (V)
0,30	21,8% (V)	22,5% (V)	23,2% (V)	24,5% (V)	25,7% (V)	26,7% (V)	27,7% (V)	28,5% (V)	28,9% (V)	29,7% (V)	30,4% (V)	31,0% (V)
0,40	21,0% (V)	21,8% (V)	22,6% (V)	24,0% (V)	25,2% (V)	26,3% (V)	27,3% (V)	28,2% (V)	28,6% (V)	29,3% (A)	29,7% (A)	30,1% (A)
0,50	20,6% (V)	21,4% (V)	22,2% (V)	23,6% (V)	24,9% (V)	26,1% (V)	27,1% (V)	27,9% (A)	28,1% (A)	28,6% (A)	29,0% (A)	29,5% (A)
0,60	20,2% (V)	21,1% (V)	21,9% (V)	23,4% (V)	24,7% (V)	25,9% (V)	26,8% (A)	27,3% (A)	27,6% (A)	28,0% (A)	28,5% (A)	29,0% (A)
0,70	20,0% (V)	20,9% (V)	21,7% (V)	23,2% (V)	24,6% (V)	25,7% (V)	26,3% (A)	26,9% (A)	27,1% (A)	27,6% (A)	28,1% (A)	28,6% (A)
0,80	19,8% (V)	20,7% (V)	21,6% (V)	23,1% (V)	24,4% (V)	25,4% (A)	25,9% (A)	26,5% (A)	26,7% (A)	27,3% (A)	27,8% (A)	28,3% (A)
0,90	19,7% (V)	20,6% (V)	21,4% (V)	23,0% (V)	24,3% (V)	25,0% (A)	25,6% (A)	26,2% (A)	26,4% (A)	27,0% (A)	27,5% (A)	28,1% (A)
1,0	19,5% (V)	20,5% (V)	21,3% (V)	22,9% (V)	24,2% (A)	24,8% (A)	25,3% (A)	25,9% (A)	26,2% (A)	26,8% (A)	27,3% (A)	27,9% (A)

Figura 7. Tarifa THS ótima - Distribuidora CEMIG, compra de energia incentivada LP a 203 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Aplicando exemplo numérico em que o consumidor possui um FC igual a 0,7 e uma proporção de consumo na ponta [HP] de 12%, a economia obtida no ACL para esta distribuidora e energia seria de aproximadamente 26,9% em relação ao ACR e o enquadramento de THS ótimo é na tarifa Azul [A]. Para o mesmo fator de carga, caso o HP fosse de 6%, um percentual menor de economia seria obtido e a THS ótima seria Verde [V].

CEMIG – Energia Convencional

Segue abaixo a Figura 8 que representa a economia percentual no ACL em relação ao ACR na distribuidora CEMIG, em função da compra de energia Convencional, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

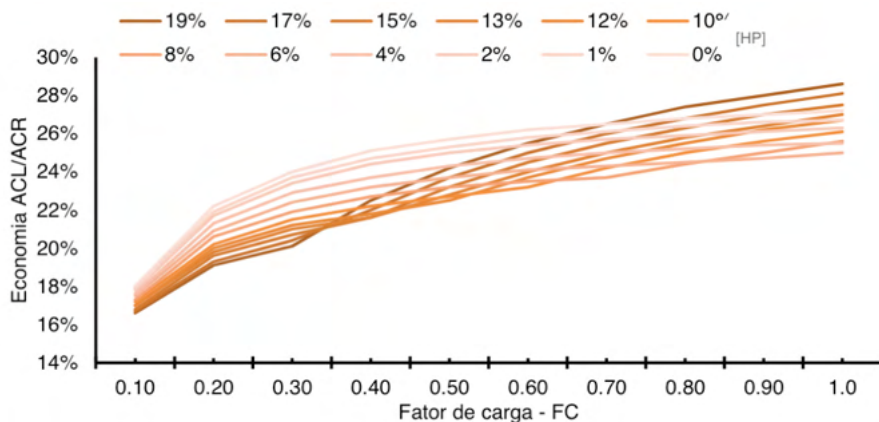


Figura 8. Distribuidora CEMIG, compra de energia convencional LP a 164,1 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Segue abaixo a Figura 9 que representa a economia percentual no ACL e Tarifa

Horosazonal Ótima [THS] na CEMIG em função da compra de energia convencional, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

FC\HP	0%	1%	2%	4%	6%	8%	10%	12%	13%	15%	17%	19%
0,10	18,0% (V)	17,9% (V)	17,8% (V)	17,6% (V)	17,5% (V)	17,3% (V)	17,2% (V)	17,0% (V)	17,0% (V)	16,8% (V)	16,7% (V)	16,6% (V)
0,20	22,2% (V)	21,9% (V)	21,7% (V)	21,3% (V)	20,9% (V)	20,6% (V)	20,2% (V)	20,0% (V)	19,8% (V)	19,6% (V)	19,3% (V)	19,1% (V)
0,30	24,0% (V)	23,7% (V)	23,4% (V)	22,9% (V)	22,4% (V)	21,9% (V)	21,5% (V)	21,2% (V)	21,0% (V)	20,7% (V)	20,4% (V)	20,1% (V)
0,40	25,1% (V)	24,7% (V)	24,4% (V)	23,7% (V)	23,2% (V)	22,7% (V)	22,2% (V)	21,8% (V)	21,6% (V)	21,6% (A)	22,0% (A)	22,5% (A)
0,50	25,7% (V)	25,3% (V)	25,0% (V)	24,3% (V)	23,7% (V)	23,2% (V)	22,7% (V)	22,5% (A)	22,8% (A)	23,2% (A)	23,7% (A)	24,2% (A)
0,60	26,2% (V)	25,8% (V)	25,4% (V)	24,7% (V)	24,1% (V)	23,5% (V)	23,2% (A)	23,7% (A)	24,0% (A)	24,5% (A)	25,0% (A)	25,5% (A)
0,70	26,5% (V)	26,1% (V)	25,7% (V)	25,0% (V)	24,3% (V)	23,7% (V)	24,2% (A)	24,7% (A)	25,0% (A)	25,5% (A)	26,0% (A)	26,5% (A)
0,80	26,8% (V)	26,4% (V)	25,9% (V)	25,2% (V)	24,5% (V)	24,4% (A)	25,0% (A)	25,5% (A)	25,8% (A)	26,3% (A)	26,8% (A)	27,4% (A)
0,90	27,0% (V)	26,6% (V)	26,1% (V)	25,4% (V)	24,7% (V)	25,0% (A)	25,6% (A)	26,2% (A)	26,4% (A)	27,0% (A)	27,5% (A)	28,0% (A)
1,0	27,2% (V)	26,7% (V)	26,3% (V)	25,5% (V)	25,0% (A)	25,6% (A)	26,1% (A)	26,7% (A)	27,0% (A)	27,5% (A)	28,1% (A)	28,6% (A)

Figura 9. Tarifa THS ótima - Distribuidora CEMIG, compra de energia convencional LP a 164,1 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Aplicando exemplo numérico em que o consumidor possui um FC igual a 0,5 e uma proporção de consumo na ponta [HP] de 10%, a economia obtida no ACL para esta distribuidora e energia seria de aproximadamente 22,7% em relação ao ACR e o enquadramento de THS ótimo é na tarifa Verde (V). Para o mesmo fator de carga, caso o HP fosse de 12%, um percentual menor de economia seria obtido e a THS ótima seria Azul [A].

CPFL Paulista – Energia I5

Segue abaixo a Figura 10 que representa a economia percentual no ACL em relação ao ACR na distribuidora CPFL Paulista em função da compra de energia I5, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo na ponta em relação ao consumo total [HP].

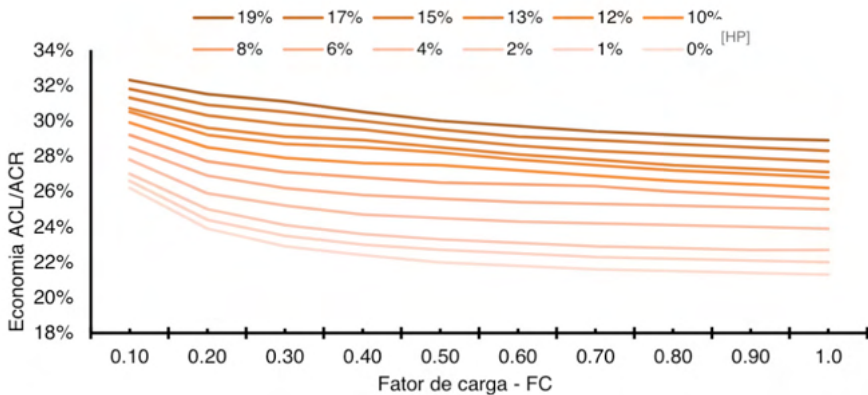


Figura 10. Distribuidora CPFL Paulista, compra de energia incentivada LP a 203 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Segue abaixo a Figura 11 que representa a economia percentual no ACL e Tarifa Horosazonal Ótima [THS] na CPFL Paulista em função da compra de energia I5, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

FC\HP	0%	1%	2%	4%	6%	8%	10%	12%	13%	15%	17%	19%
0,10	26,2% (V)	26,6% (V)	27,0% (V)	27,8% (V)	28,5% (V)	29,2% (V)	29,9% (V)	30,5% (V)	30,7% (V)	31,3% (V)	31,8% (V)	32,3% (V)
0,20	23,9% (V)	24,4% (V)	25,0% (V)	25,9% (V)	26,9% (V)	27,7% (V)	28,5% (V)	29,2% (V)	29,6% (V)	30,3% (V)	30,9% (V)	31,5% (V)
0,30	22,9% (V)	23,5% (V)	24,1% (V)	25,2% (V)	26,2% (V)	27,1% (V)	27,9% (V)	28,7% (V)	29,1% (V)	29,8% (V)	30,5% (V)	31,1% (V)
0,40	22,4% (V)	23,0% (V)	23,6% (V)	24,7% (V)	25,8% (V)	26,8% (V)	27,6% (V)	28,5% (V)	28,9% (V)	29,5% (A)	30,0% (A)	30,5% (A)
0,50	22,0% (V)	22,7% (V)	23,3% (V)	24,5% (V)	25,6% (V)	26,5% (V)	27,5% (V)	28,2% (A)	28,5% (A)	29,0% (A)	29,5% (A)	30,0% (A)
0,60	21,8% (V)	22,5% (V)	23,1% (V)	24,3% (V)	25,4% (V)	26,4% (V)	27,2% (A)	27,8% (A)	28,1% (A)	28,6% (A)	29,1% (A)	29,7% (A)
0,70	21,6% (V)	22,3% (V)	22,9% (V)	24,2% (V)	25,3% (V)	26,3% (V)	26,9% (A)	27,5% (A)	27,8% (A)	28,3% (A)	28,9% (A)	29,4% (A)
0,80	21,5% (V)	22,2% (V)	22,8% (V)	24,1% (V)	25,2% (V)	26,0% (A)	26,6% (A)	27,2% (A)	27,5% (A)	28,1% (A)	28,7% (A)	29,2% (A)
0,90	21,4% (V)	22,1% (V)	22,7% (V)	24,0% (V)	25,1% (V)	25,8% (A)	26,4% (A)	27,0% (A)	27,3% (A)	27,9% (A)	28,5% (A)	29,0% (A)
1,0	21,3% (V)	22,0% (V)	22,7% (V)	23,9% (V)	25,0% (A)	25,6% (A)	26,2% (A)	26,8% (A)	27,1% (A)	27,7% (A)	28,3% (A)	28,9% (A)

Figura 11. Economia Tarifa THS ótima - Distribuidora CPFL Paulista, compra de energia incentivada LP a 203 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Aplicando exemplo numérico em que o consumidor possui um FC igual a 0,4 e uma proporção de consumo na ponta [HP] de 10%, a economia obtida no ACL para esta distribuidora e energia seria de aproximadamente 27,6% em relação ao ACR e o enquadramento de THS ótimo é na tarifa Verde [V]. Para o mesmo fator de carga, caso o HP fosse de 15%, um percentual maior de economia seria obtido e a THS ótima seria Azul [A].

CPFL Paulista – Energia Convencional

Segue abaixo a Figura 12 que representa a economia percentual no ACL em relação ao ACR na distribuidora CPFL Paulista em função da compra de energia convencional, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

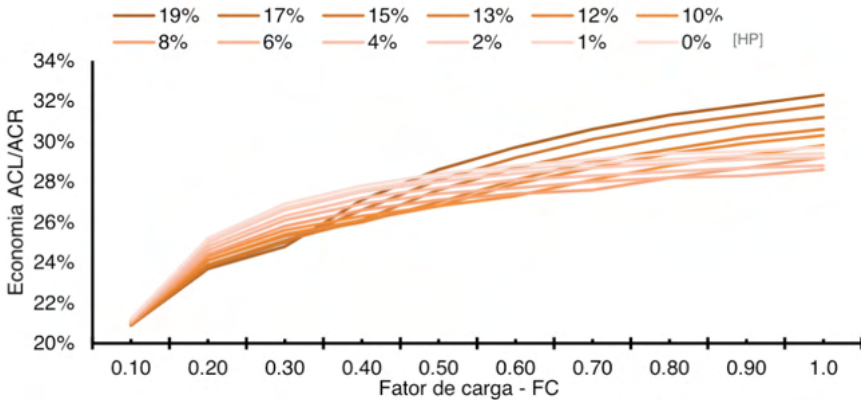


Figura 12. Distribuidora CPFL Paulista, compra de energia convencional LP a 164,1 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

A Figura 13 abaixo apresenta a Economia percentual no ACL e Tarifa Horosazonal Ótima [THS] na CPFL Paulista em função da compra de energia convencional, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

FC\HP	0%	1%	2%	4%	6%	8%	10%	12%	13%	15%	17%	19%
0,10	21,2% (V)	21,2% (V)	21,2% (V)	21,1% (V)	21,1% (V)	21,0% (V)	21,0% (V)	21,0% (V)	21,0% (V)	20,9% (V)	20,9% (V)	20,9% (V)
0,20	25,2% (V)	25,1% (V)	25,0% (V)	24,8% (V)	24,6% (V)	24,4% (V)	24,3% (V)	24,1% (V)	24,1% (V)	23,9% (V)	23,8% (V)	23,7% (V)
0,30	26,9% (V)	26,7% (V)	26,6% (V)	26,3% (V)	26,1% (V)	25,8% (V)	25,6% (V)	25,4% (V)	25,3% (V)	25,1% (V)	25,0% (V)	24,8% (V)
0,40	27,8% (V)	27,6% (V)	27,5% (V)	27,2% (V)	26,9% (V)	26,6% (V)	26,3% (V)	26,1% (V)	26,0% (V)	26,1% (A)	26,6% (A)	27,1% (A)
0,50	28,4% (V)	28,2% (V)	28,0% (V)	27,7% (V)	27,4% (V)	27,1% (V)	26,8% (V)	26,8% (A)	27,0% (A)	27,6% (A)	28,1% (A)	28,6% (A)
0,60	28,8% (V)	28,6% (V)	28,4% (V)	28,1% (V)	27,7% (V)	27,4% (V)	27,3% (A)	27,9% (A)	28,1% (A)	28,7% (A)	29,2% (A)	29,7% (A)
0,70	29,1% (V)	28,9% (V)	28,7% (V)	28,3% (V)	28,0% (V)	27,6% (V)	28,1% (A)	28,7% (A)	29,0% (A)	29,5% (A)	30,1% (A)	30,6% (A)
0,80	29,4% (V)	29,1% (V)	28,9% (V)	28,5% (V)	28,2% (V)	28,2% (A)	28,8% (A)	29,4% (A)	29,6% (A)	30,2% (A)	30,8% (A)	31,3% (A)
0,90	29,5% (V)	29,3% (V)	29,1% (V)	28,7% (V)	28,3% (V)	28,7% (A)	29,3% (A)	29,9% (A)	30,2% (A)	30,8% (A)	31,3% (A)	31,8% (A)
1,0	29,7% (V)	29,4% (V)	29,2% (V)	28,8% (V)	28,6% (A)	29,2% (A)	29,8% (A)	30,3% (A)	30,6% (A)	31,2% (A)	31,8% (A)	32,3% (A)

Figura 13. Tarifa THS ótima - Distribuidora CPFL Paulista, compra de energia convencional LP a 164,1 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Aplicando exemplo numérico em que o consumidor possui um FC igual a 0,3 e uma proporção de consumo na ponta [HP] de 13%, a economia obtida no ACL para esta distribuidora e energia seria de aproximadamente 25,3% em relação ao ACR e o enquadramento de THS ótimo é na tarifa Verde [V]. Para este fator de carga, o enquadramento de THS ótimo será Verde [V] independentemente de HP.

COPEL – Energia I5

Segue abaixo a Figura 14 que representa a economia percentual no ACL em relação ao ACR na distribuidora COPEL em função da compra de energia I5, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

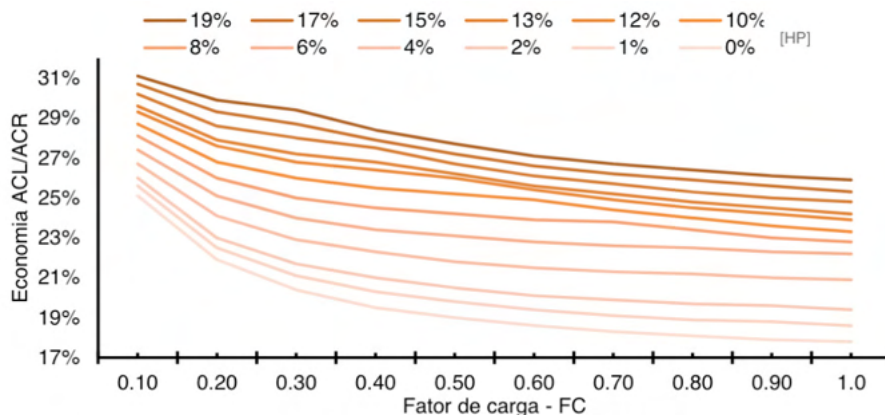


Figura 14. Distribuidora COPEL, compra de energia I5 | LP a 203,37 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Segue abaixo a Figura 15 que representa a economia percentual no ACL e Tarifa Horosazonal Ótima [THS] na COPEL em função da compra de energia I5, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

FC\HP	0%	1%	2%	4%	6%	8%	10%	12%	13%	15%	17%	19%
0,10	25,1% (V)	25,6% (V)	26,0% (V)	26,7% (V)	27,4% (V)	28,1% (V)	28,7% (V)	29,3% (V)	29,6% (V)	30,2% (V)	30,7% (V)	31,1% (V)
0,20	21,9% (V)	22,5% (V)	23,0% (V)	24,1% (V)	25,1% (V)	26,0% (V)	26,8% (V)	27,6% (V)	27,9% (V)	28,6% (V)	29,3% (V)	29,9% (V)
0,30	20,4% (V)	21,1% (V)	21,7% (V)	22,9% (V)	24,0% (V)	25,0% (V)	26,0% (V)	26,8% (V)	27,2% (V)	28,0% (V)	28,7% (V)	29,4% (V)
0,40	19,5% (V)	20,3% (V)	21,0% (V)	22,3% (V)	23,4% (V)	24,5% (V)	25,5% (V)	26,4% (V)	26,8% (V)	27,5% (A)	27,9% (A)	28,4% (A)
0,50	19,0% (V)	19,8% (V)	20,5% (V)	21,8% (V)	23,1% (V)	24,2% (V)	25,2% (V)	26,0% (A)	26,2% (A)	26,7% (A)	27,2% (A)	27,7% (A)
0,60	18,6% (V)	19,4% (V)	20,1% (V)	21,5% (V)	22,8% (V)	23,9% (V)	24,9% (A)	25,4% (A)	25,6% (A)	26,1% (A)	26,6% (A)	27,1% (A)
0,70	18,3% (V)	19,1% (V)	19,9% (V)	21,3% (V)	22,6% (V)	23,8% (V)	24,4% (A)	24,9% (A)	25,2% (A)	25,7% (A)	26,2% (A)	26,7% (A)
0,80	18,1% (V)	18,9% (V)	19,7% (V)	21,2% (V)	22,5% (V)	23,4% (A)	24,0% (A)	24,5% (A)	24,8% (A)	25,3% (A)	25,9% (A)	26,4% (A)
0,90	17,9% (V)	18,8% (V)	19,6% (V)	21,0% (V)	22,3% (V)	23,0% (A)	23,6% (A)	24,2% (A)	24,5% (A)	25,0% (A)	25,6% (A)	26,1% (A)
1,0	17,8% (V)	18,6% (V)	19,4% (V)	20,9% (V)	22,2% (A)	22,8% (A)	23,3% (A)	23,9% (A)	24,2% (A)	24,8% (A)	25,3% (A)	25,9% (A)

Figura 15. Tarifa THS ótima - Distribuidora COPEL, compra de energia incentivada LP a 203 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Aplicando exemplo numérico em que o consumidor possui um FC igual a 0,5 e uma proporção de consumo na ponta [HP] de 10%, a economia obtida no ACL para esta distribuidora e energia seria de aproximadamente 25,2% em relação ao ACR e o enquadramento de THS ótimo é na tarifa Verde (V). Para o mesmo fator de carga, caso o HP fosse de 12%, um percentual maior de economia seria obtido e a THS ótima seria Azul (A).

COPEL – Energia Convencional

Segue abaixo a Figura 16 que representa a economia percentual no ACL em relação ao ACR na distribuidora COPEL em função da compra de energia convencional, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

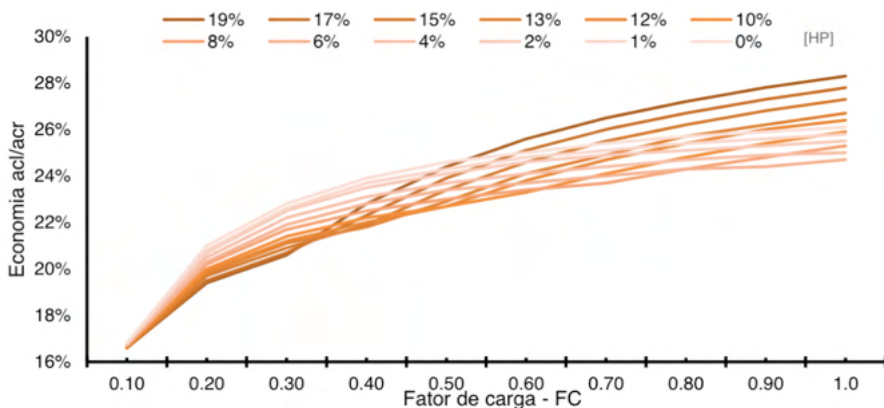


Figura 16. Distribuidora COPEL, compra de energia convencional LP a 164,1 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

A Figura 17 abaixo apresenta a Economia percentual no ACL e Tarifa Horosazonal Ótima [THS] na COPEL em função da compra de energia convencional, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

FC\HP	0%	1%	2%	4%	6%	8%	10%	12%	13%	15%	17%	19%
0,10	16,8% (V)	16,8% (V)	16,8% (V)	16,8% (V)	16,7% (V)	16,7% (V)	16,7% (V)	16,7% (V)	16,6% (V)	16,6% (V)	16,6% (V)	16,6% (V)
0,20	21,0% (V)	20,8% (V)	20,7% (V)	20,5% (V)	20,3% (V)	20,2% (V)	20,0% (V)	19,9% (V)	19,8% (V)	19,7% (V)	19,5% (V)	19,4% (V)
0,30	22,8% (V)	22,6% (V)	22,5% (V)	22,2% (V)	21,9% (V)	21,7% (V)	21,4% (V)	21,2% (V)	21,1% (V)	20,9% (V)	20,7% (V)	20,6% (V)
0,40	23,9% (V)	23,7% (V)	23,5% (V)	23,1% (V)	22,8% (V)	22,5% (V)	22,2% (V)	22,0% (V)	21,8% (V)	21,9% (A)	22,3% (A)	22,8% (A)
0,50	24,6% (V)	24,3% (V)	24,1% (V)	23,7% (V)	23,4% (V)	23,0% (V)	22,7% (V)	22,7% (A)	22,9% (A)	23,4% (A)	23,9% (A)	24,4% (A)
0,60	25,0% (V)	24,8% (V)	24,6% (V)	24,1% (V)	23,7% (V)	23,4% (V)	23,3% (A)	23,8% (A)	24,1% (A)	24,6% (A)	25,1% (A)	25,6% (A)
0,70	25,4% (V)	25,1% (V)	24,9% (V)	24,4% (V)	24,0% (V)	23,7% (V)	24,1% (A)	24,7% (A)	24,9% (A)	25,5% (A)	26,0% (A)	26,5% (A)
0,80	25,7% (V)	25,4% (V)	25,1% (V)	24,7% (V)	24,3% (V)	24,3% (A)	24,8% (A)	25,4% (A)	25,7% (A)	26,2% (A)	26,7% (A)	27,2% (A)
0,90	25,9% (V)	25,6% (V)	25,3% (V)	24,9% (V)	24,4% (V)	24,8% (A)	25,4% (A)	26,0% (A)	26,2% (A)	26,8% (A)	27,3% (A)	27,8% (A)
1,0	26,1% (V)	25,8% (V)	25,5% (V)	25,0% (V)	24,7% (A)	25,3% (A)	25,9% (A)	26,4% (A)	26,7% (A)	27,3% (A)	27,8% (A)	28,3% (A)

Figura 17. Tarifa THS ótima - Distribuidora COPEL, compra de energia convencional LP a 164,1 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Aplicando exemplo numérico sugerido em que o consumidor possui um FC igual a 0,5 e uma proporção de consumo na ponta [HP] de 10%, a economia obtida no ACL para esta distribuidora e energia seria de aproximadamente 22,7% em relação ao ACR e o enquadramento de THS ótimo é na tarifa Verde (V). Para o mesmo fator de carga, caso o HP fosse de 12% a THS ótima seria Azul (A).

LIGHT – Energia I5

Segue abaixo a Figura 18 que representa a economia percentual no ACL em relação ao ACR na distribuidora LIGHT em função da compra de energia I5, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

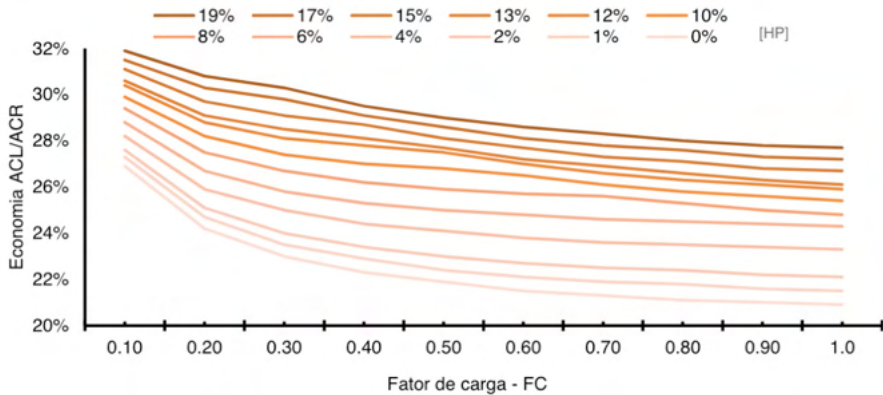


Figura 18. Distribuidora LIGHT, compra de energia I5 | LP a 203,37 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Segue abaixo a Figura 19 que representa a economia percentual no ACL e Tarifa Horosazonal Ótima [THS] na LIGHT em função da compra de energia I5, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

FC\HP	0%	1%	2%	4%	6%	8%	10%	12%	13%	15%	17%	19%
0,10	26,9% (V)	27,3% (V)	27,6% (V)	28,2% (V)	28,8% (V)	29,4% (V)	29,9% (V)	30,4% (V)	30,6% (V)	31,1% (V)	31,5% (V)	31,9% (V)
0,20	24,2% (V)	24,7% (V)	25,1% (V)	25,9% (V)	26,7% (V)	27,5% (V)	28,2% (V)	28,8% (V)	29,1% (V)	29,7% (V)	30,3% (V)	30,8% (V)
0,30	23,0% (V)	23,5% (V)	24,0% (V)	25,0% (V)	25,8% (V)	26,7% (V)	27,4% (V)	28,1% (V)	28,5% (V)	29,1% (V)	29,8% (V)	30,3% (V)
0,40	22,3% (V)	22,9% (V)	23,4% (V)	24,4% (V)	25,3% (V)	26,2% (V)	27,0% (V)	27,8% (V)	28,1% (V)	28,7% (A)	29,1% (A)	29,5% (A)
0,50	21,9% (V)	22,4% (V)	23,0% (V)	24,1% (V)	25,0% (V)	25,9% (V)	26,8% (V)	27,5% (A)	27,7% (A)	28,1% (A)	28,6% (A)	29,0% (A)
0,60	21,5% (V)	22,1% (V)	22,7% (V)	23,8% (V)	24,8% (V)	25,7% (V)	26,5% (A)	27,0% (A)	27,2% (A)	27,7% (A)	28,1% (A)	28,6% (A)
0,70	21,3% (V)	21,9% (V)	22,5% (V)	23,6% (V)	24,6% (V)	25,6% (V)	26,1% (A)	26,6% (A)	26,9% (A)	27,3% (A)	27,8% (A)	28,3% (A)
0,80	21,1% (V)	21,8% (V)	22,4% (V)	23,5% (V)	24,5% (V)	25,3% (A)	25,8% (A)	26,3% (A)	26,6% (A)	27,1% (A)	27,6% (A)	28,0% (A)
0,90	21,0% (V)	21,6% (V)	22,2% (V)	23,4% (V)	24,4% (V)	25,0% (A)	25,6% (A)	26,1% (A)	26,3% (A)	26,8% (A)	27,3% (A)	27,8% (A)
1,0	20,9% (V)	21,5% (V)	22,1% (V)	23,3% (V)	24,3% (A)	24,8% (A)	25,4% (A)	25,9% (A)	26,1% (A)	26,7% (A)	27,2% (A)	27,7% (A)

Figura 19. Tarifa THS ótima - Distribuidora LIGHT, compra de energia incentivada LP a 203 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Aplicando exemplo numérico sugerido em que o consumidor possui um FC igual a 0,6 e uma proporção de consumo na ponta [HP] de 8%, a economia obtida no ACL para esta distribuidora e energia seria de aproximadamente 25,7% em relação ao ACR e o enquadramento de THS ótimo é na tarifa Verde (V). Para o mesmo fator de carga, caso o HP fosse de 10%, um percentual maior de economia seria obtido e a THS ótima seria Azul (A).

LIGHT – Energia Convencional

Segue abaixo a Figura 20 que representa a economia percentual no ACL em relação ao ACR na distribuidora LIGHT em função da compra de energia convencional, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

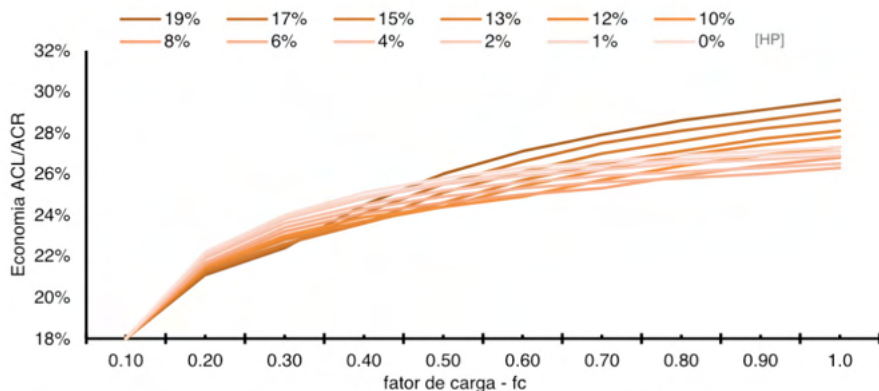


Figura 20. Distribuidora LIGHT, compra de energia convencional LP a 164,1 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

A Figura 21 abaixo apresenta a Economia percentual no ACL e Tarifa Horosazonal Ótima [THS] na LIGHT em função da compra de energia convencional, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP].

FC\HP	0%	1%	2%	4%	6%	8%	10%	12%	13%	15%	17%	19%
0,10	18,0% (V)	18,0% (V)	18,0% (V)	18,0% (V)	18,0% (V)	18,0% (V)	18,0% (V)	18,0% (V)	18,0% (V)	18,0% (V)	18,0% (V)	18,0% (V)
0,20	22,2% (V)	22,1% (V)	22,0% (V)	21,9% (V)	21,7% (V)	21,6% (V)	21,5% (V)	21,4% (V)	21,4% (V)	21,3% (V)	21,2% (V)	21,1% (V)
0,30	24,0% (V)	23,9% (V)	23,8% (V)	23,6% (V)	23,4% (V)	23,2% (V)	23,0% (V)	22,9% (V)	22,8% (V)	22,6% (V)	22,5% (V)	22,4% (V)
0,40	25,1% (V)	24,9% (V)	24,8% (V)	24,5% (V)	24,3% (V)	24,1% (V)	23,9% (V)	23,7% (V)	23,6% (V)	23,6% (A)	24,1% (A)	24,5% (A)
0,50	25,8% (V)	25,6% (V)	25,5% (V)	25,2% (V)	24,9% (V)	24,6% (V)	24,4% (V)	24,4% (A)	24,6% (A)	25,1% (A)	25,5% (A)	26,0% (A)
0,60	26,3% (V)	26,1% (V)	25,9% (V)	25,6% (V)	25,3% (V)	25,0% (V)	24,9% (A)	25,4% (A)	25,7% (A)	26,1% (A)	26,6% (A)	27,1% (A)
0,70	26,6% (V)	26,4% (V)	26,2% (V)	25,9% (V)	25,6% (V)	25,3% (V)	25,7% (A)	26,2% (A)	26,5% (A)	27,0% (A)	27,5% (A)	27,9% (A)
0,80	26,9% (V)	26,7% (V)	26,5% (V)	26,1% (V)	25,8% (V)	25,9% (A)	26,4% (A)	26,9% (A)	27,1% (A)	27,6% (A)	28,1% (A)	28,6% (A)
0,90	27,1% (V)	26,9% (V)	26,7% (V)	26,3% (V)	26,0% (V)	26,4% (A)	26,9% (A)	27,4% (A)	27,7% (A)	28,2% (A)	28,6% (A)	29,1% (A)
1,0	27,3% (V)	27,1% (V)	26,9% (V)	26,5% (V)	26,3% (A)	26,8% (A)	27,3% (A)	27,8% (A)	28,1% (A)	28,6% (A)	29,1% (A)	29,6% (A)

Figura 21. Tarifa THS ótima - Distribuidora LIGHT, compra de energia convencional LP a 164,1 R\$/MWh

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Aplicando exemplo numérico sugerido em que o consumidor possui um FC igual a 0,4 e uma proporção de consumo na ponta [HP] de 6%, a economia obtida no ACL para esta distribuidora e energia seria de aproximadamente 24,3% em relação ao ACR e o enquadramento de THS ótimo é na tarifa Verde (V). Para o mesmo fator de carga, caso o HP fosse de 15% a THS ótima seria Azul (A).

Dos resultados em geral, nota-se que, com a referência de preços de 15/02/2021, o mercado livre se mostrou extremamente vantajoso para as 5 distribuidoras analisadas, apresentado uma redução média de 25% dos custos do ACR para o ACL em todas elas. Porém, de acordo com as tarifas de cada concessionária evidenciadas na Tabela 2, verifica-se que algumas distribuidoras apresentam valores de economia mais atrativos em relação as outras.

Neste sentido, ainda de acordo com a Tabela 2, a Light foi a distribuidora que apresentou as maiores Tarifas de Energia [TE], por este motivo também apresentaram maiores percentuais de economia conforme Figuras 19 e 21. De forma inversa, as TE da Enel foram as mais baratas da amostra conforme Tabela 2 e, por este motivo, os consumidores nesta distribuidora apresentaram menores percentuais de economia no ACL conforme Figuras 3 e 5.

Conforme já se esperava pela própria arquitetura tarifária desenhada pela ANEEL, quanto mais alto o FC e o percentual de consumo no horário de ponta, mais apropriado para a UC optar pela THS azul em detrimento da verde, o que pôde ser observado nas 10 análises realizadas (Figuras 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19 e 21).

Uma grande diferença pôde ser verificada no comportamento dos valores de economia entre as unidades que adquirem energia convencional e as que adquirem energia incentivada. Na primeira os valores de economia são diretamente proporcionais ao fator de carga da unidade (quanto maior o FC, maior a economia, conforme Figuras 4, 8, 12, 16 e 20), em contrapartida, para as que adquirem energia incentivada, estes valores são inversamente proporcionais conforme verificado nas Figuras 2, 6, 10, 14 e 18, ou seja, quanto maior o FC, menor será a economia do Ambiente de Contratação Livre [ACL] em relação ao Ambiente de Contratação Regulada [ACR]. Este fenômeno pôde ser observado em todas as 5 distribuidoras estudadas.

Esta diferença de comportamento das curvas se deve principalmente ao efeito que o subsídio tarifário acerca do desconto na TUSD provoca nos cálculos. Pois, pelo fato de o desconto incidir diretamente na tarifa de demanda contratada (Aneel, 2021), quanto menor for o fator de carga de uma unidade consumidora, maior será a demanda contratada em relação ao seu consumo de energia e, conseqüentemente, maior será o benefício do subsídio.

Uma segunda diferença que pôde ser verificada no comportamento dos valores de economia é que, para as unidades que adquirem energia incentivada, os valores de economia são sempre proporcionais à porcentagem de energia consumida no horário de

ponta (quanto maior a porcentagem de energia consumida na ponta, maior será a economia do ACL em relação ao ACR), em contrapartida, para as que adquirem energia convencional, esta regra não se aplica.

Para as unidades que adquirem energia de fonte convencional, verifica-se nas Figuras 5, 9, 13, 17 e 21 que há pouca variação de economia quando há um baixo Fator de Carga [FC], (de 0,1 a 0,3), e que, nesta faixa, a economia é inversamente proporcional a porcentagem de consumo no horário de ponta. Contudo, para valores de FC crescentes e superiores a 0,3, as diferenças de economia começam a ficar cada vez maiores e a economia passa a se tornar proporcional à porcentagem de consumo na ponta, havendo uma tendência em se inverter a proporcionalidade entre economia e consumo na ponta. Este fenômeno ocorre principalmente devido a mudança da tarifa horosazonal [THS] de verde para a azul e a ausência dos subsídios tarifários, que distorcem a real proporcionalidade para nas tarifas incentivadas.

Foi realizado um teste de sensibilidade no que diz respeito ao montante total de energia consumido no mês e os valores de economia resultantes com os mesmos parâmetros. Todos os exemplos apresentados nas Figuras de 2 a 21, foram calculados para unidades cujo consumo total mensal é igual a 100.000 kWh³ (cem mil kilowatts hora). Desta forma, para se auferir a sensibilidade dos resultados apresentados anteriormente para consumidores maiores, os mesmos cálculos foram realizados para uma unidade que consome 1000 (mil) vezes mais energia do que a unidade simulada ao longo do trabalho. Neste teste de sensibilidade⁴ foi escolhida a distribuidora Enel-SP e uma energia de fonte incentivada, os resultados do deste teste de sensibilidade são apresentados da Figura 22 abaixo:

3 Este valor utilizado nos cálculos foi escolhido pois, de acordo com normas da Aneel (2010), apenas pode participar o Ambiente de contratação livre as Unidades Consumidoras (UC) que tenham uma demanda contratada igual ou superior a 500 kW. Desta forma, assumindo uma UC com 500 kW de demanda e um fator de carga relativamente muito baixo, de 0,28, esta unidade consumiria 100.000 kWh em um mês de 30 dias. Ou seja, este volume de energia pode ser considerado, grosso modo, um volume mínimo para ingresso no ACL.

4 Por conta de o volume de 100.000 kWh por mês poder ser admitido como um consumo mínimo mensal para as empresas aderirem ao ACL, o teste de sensibilidade foi realizado apenas para consumos maiores.

FC\HP	0%	1%	2%	4%	6%	8%	10%	12%	13%	15%	17%	19%
0,10	23,6% (V)	24,0% (V)	24,3% (V)	25,0% (V)	25,7% (V)	26,3% (V)	26,9% (V)	27,4% (V)	27,7% (V)	28,2% (V)	28,7% (V)	29,2% (V)
0,20	19,8% (V)	20,3% (V)	20,8% (V)	21,8% (V)	22,7% (V)	23,5% (V)	24,3% (V)	25,1% (V)	25,4% (V)	26,1% (V)	26,8% (V)	27,4% (V)
0,30	18,1% (V)	18,7% (V)	19,3% (V)	20,3% (V)	21,4% (V)	22,3% (V)	23,2% (V)	24,0% (V)	24,4% (V)	25,2% (V)	25,9% (V)	26,6% (V)
0,40	17,1% (V)	17,7% (V)	18,4% (V)	19,5% (V)	20,6% (V)	21,6% (V)	22,6% (V)	23,5% (V)	23,9% (V)	24,6% (A)	25,0% (A)	25,5% (A)
0,50	16,5% (V)	17,1% (V)	17,8% (V)	19,0% (V)	20,1% (V)	21,2% (V)	22,2% (V)	23,0% (A)	23,2% (A)	23,7% (A)	24,2% (A)	24,7% (A)
0,60	16,0% (V)	16,7% (V)	17,4% (V)	18,6% (V)	19,8% (V)	20,9% (V)	21,8% (A)	22,3% (A)	22,6% (A)	23,1% (A)	23,6% (A)	24,2% (A)
0,70	15,7% (V)	16,4% (V)	17,1% (V)	18,4% (V)	19,6% (V)	20,7% (V)	21,3% (A)	21,8% (A)	22,1% (A)	22,7% (A)	23,2% (A)	23,7% (A)
0,80	15,4% (V)	16,2% (V)	16,8% (V)	18,2% (V)	19,4% (V)	20,3% (A)	20,9% (A)	21,4% (A)	21,7% (A)	22,3% (A)	22,8% (A)	23,4% (A)
0,90	15,2% (V)	16,0% (V)	16,7% (V)	18,0% (V)	19,2% (V)	19,9% (A)	20,5% (A)	21,1% (A)	21,4% (A)	22,0% (A)	22,5% (A)	23,1% (A)
1,0	15,1% (V)	15,8% (V)	16,5% (V)	17,9% (V)	19,0% (A)	19,6% (A)	20,2% (A)	20,8% (A)	21,1% (A)	21,7% (A)	22,3% (A)	22,9% (A)

Figura 22. Economia percentual no ACL e Tarifa Horosazonal Ótima [THS] para uma UC com consumo de 100.000.000 kWh, na ENEL-SP em função da compra de energia I5, do FC da unidade consumidora e da proporção de consumo no horário de ponta em relação ao consumo total [HP]

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Com a finalidade de deixar explícito a sensibilidade, na Figura 23 é realizada a subtração dado a dado entre as Figuras 3 e 22:

FC\HP	0%	1%	2%	4%	6%	8%	10%	12%	13%	15%	17%	19%
0,10	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
0,20	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%
0,30	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
0,40	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%
0,50	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
0,60	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,3%
0,70	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%
0,80	0,3%	0,4%	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
0,90	0,3%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,3%
1,0	0,4%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%

Figura 23. Diferença aritmética entre os resultados apresentados na Figura 3 e os da Figura 22

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Como resultado obteve-se que, para uma variação no consumo mensal de energia simulado de 100.000 kWh (cem mil kilowatts hora) para 100.000.000 kWh (cem milhões de kilowatts hora), a variação nos resultados foi, em média, de apenas 0,3%, ou seja, relativamente muito pequena. Isto indica que os resultados deste trabalho podem ser utilizados por uma enorme gama de consumidores (HP de 0 a 19%), todos os perfis de consumo (FC de 0 a 1) e praticamente todos os portes de unidades consumidoras em média e alta tensão.

CONCLUSÕES

Dado o alto grau de complexidade regulatória em que o setor elétrico brasileiro está inserido, pode ser comum que os consumidores de energia elétrica em geral desconheçam as possibilidades regulatórias de redução de seus custos com este insumo. Neste sentido, conclui-se de forma inequívoca que o ACL é uma excelente alternativa para que os consumidores em média tensão possam reduzir seus custos anuais com energia elétrica. Para as distribuidoras analisadas, esta redução foi em média de 23% aproximadamente (variando de 15% a 30% a depender do perfil de consumo). Conclui-se também que o correto enquadramento tarifário entre as Tarifas Horossazonal [THS] verde e azul não é trivial para o cidadão comum. Neste sentido, apresentou-se de forma inédita na literatura, ferramentas expeditas, de fácil uso e que abrangem a quase totalidade dos consumidores em média tensão, democratizando conhecimentos e simplificando a aplicação da complexa regulação brasileira. Dentre as principais limitações do presente trabalho citam-se (i) os cálculos realizados de acordo com as regras vigentes de aplicação de impostos, subsídios setoriais e composições tarifárias não puderam ser detalhadamente demonstrados, (ii) o estudo abrange apenas 5 distribuidoras de energia das mais de 60 que operam no Brasil, (iii) as condições mercadológicas de preços no ACL são muito dinâmicas, neste sentido, o trabalho retrata as condições de mercado em um momento específico, que pode se alterar ao longo do tempo e (iv) as tarifas das distribuidoras sofrem revisões anualmente, o que irá alterar certamente a precisão dos resultados apresentados ao longo dos anos.

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer a Consciência Infinita por todas as bênçãos. Ao grande e estimado amigo de setor e tutor Prof. Fernando Amaral de Almeida Prado Jr, à Profa. Lumila minha orientadora neste trabalho e à minha amada esposa sem a qual a vida é nada.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Energia Elétrica [ANEEL]. 2018. As 10 maiores distribuidoras do Brasil Disponível em <https://www.aneel.gov.br/dados/distribuicao>. Acesso em: 06 novembro 2020.

Agência Nacional de Energia Elétrica [ANEEL]. 2021. Disponível em <https://www.aneel.gov.br/>. Acesso em: 06 mar. 2021.

Agência Nacional de Energia Elétrica [ANEEL]. 2010. Resolução Normativa ANEEL n. 414, de 9 de setembro de 2010 (Diário Oficial de 15 de set. 2010, seção 1, p. 115). Disponível em <https://www.aneel.gov.br/>. Acesso em: 31 março 2021.

Brasil.1995. Lei n. 9074, de 7 de julho de 1995. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 08 jul. 1995. Seção 1, p. 10125.

Brasil.1996. Lei n. 9427, de 26 de dezembro de 1996. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 27 dez. 1996. Seção 1, p. 6629.

Brasil. 1998. Decreto n. 2655, de 02 de julho de 1998. Regulamenta o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, define as regras de organização do Operador Nacional do Sistema Elétrico, de que trata a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2655.htm. Acesso em: 06 nov. 2020.

Brasil.1998. Lei n. 9648, de 27 de maio de 1998. Altera dispositivos das Leis nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 mai. 1998. Seção 1, p. 1.

Brasil. 2002. Decreto n. 4541, de 23 de dezembro de 2002. Regulamenta os arts. 3º, 13, 17 e 23 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/2002/D4541.htm. Acesso em: 06 nov. 2020.

Brasil. 2002. Lei n. 10438, de 26 de abril de 2002. Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 abr. 2002. Seção 1, p. 2.

Brasil. 2004. Decreto n. 5081, de 14 de maio de 2004. Regulamenta os arts. 13 e 14 da Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998, e o art. 23 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, que tratam do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5081.htm. Acesso em: 06 nov. 2020.

Brasil. 2004. Decreto n. 5163, de 30 de julho de 2004. Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5163.htm. Acesso em: 06 nov. 2020.

Brasil. 2004. Decreto n. 5175, de 09 de agosto de 2004. Constitui o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE de que trata o art. 14 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5175.htm. Acesso em: 06 nov. 2020.

Brasil. 2004. Decreto n. 5177, de 12 de agosto de 2004. Regulamenta os arts. 4º e 5º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5177.htm. Acesso em: 06 nov. 2020.

Brasil. 2004. Decreto n. 5184, de 16 de agosto de 2004. Cria a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, aprova seu Estatuto Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5184.htm. Acesso em: 06 nov. 2020.

Brasil. 2004. Lei n. 10847, de 15 de março de 2004. Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética - EPE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 mar. 2004. Seção 1, p. 1.

Brasil. 2004. Lei n. 10848, de 15 de março de 2004. Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis n.ºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 mar. 2004. Seção 1, p. 2.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica [CCEE]. 2020. CCEE atinge marca de 10 mil agentes. Disponível em: < https://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/noticias-opiniao/noticias/noticiaileitura?contentid=CCEE_656483&_afLoop=126553138454141&_adf.ctrl-state=md1ogsojg_144#!%40%40%3Fcontentid%3DCCEE_656483%26_afLoop%3D126553138454141%26_adf.ctrl-state%3Dmd1ogsojg_148>. Acesso em: 06 novembro 2020.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica [CCEE]. 2020. Procedimentos de Comercialização. Disponível em: < https://www.ccee.org.br/portal/faces/oquefazemos_menu_lateral/regras?_afLoop=126079474479713&_adf.ctrl-state=md1ogsojg_50#!%40%40%3F_afLoop%3D126079474479713%26_adf.ctrl-state%3Dmd1ogsojg_54>. Acesso em: 06 novembro 2020.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica [CCEE]. 2021. Regras de Comercialização. Disponível em: < https://www.ccee.org.br/portal/faces/oquefazemos_menu_lateral/regras?_afLoop=238414659434934&_adf.ctrl-state=gdqkznzdoq_54#!%40%40%3F_afLoop%3D238414659434934%26_adf.ctrl-state%3Dgdqkznzdoq_58>. Acesso em: 06 maio 2021.

Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). 2015. As Tarifas de Energia Elétrica no Brasil e em Outros Países: O Porquê das Diferenças. Disponível em: < <https://www.cpfl.com.br/energias-sustentaveis/inovacao/projetos/Documents/PB3002/livro.pdf> >. Acesso em: 05 nov. 2020

Clímaco, F. 2010. Gestão de Consumidores Livres de Energia Elétrica. Dissertação de Mestrado em Energia Elétrica. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Dcide. 2021. Procedimentos de Comercialização. Disponível em: <https://www.dcide.com.br/> Acesso em: 10 fevereiro 2021.

Florezi, G. 2009. Consumidores Livres de Energia: Uma Visão Prática. Dissertação de Mestrado em Energia Elétrica. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

Fraga, L.T.F. 2018. Bem-Estar Econômico no Setor de Energia Elétrica: Modelo e Análise para os Ambientes Livre e Regulado do Mercado de Eletricidade Brasileiro. Dissertação de Mestrado no programa de pós graduação em economia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE, Brasil.

Gil, A.C. 1999. Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas 5 ed. São Paulo, SP, Brasil.

Gomes, L.L.; Brandao, L.E.; Pinto, A.C.F. 2010. Otimização de Carteiras de Contratos de Energia Elétrica através da Medida Omega. Revista Brasileira de Finanças 8: 45- 67.

Luz, V.S. 2016. Análise dos fatores críticos de sucesso no ambiente de livre negociação de energia elétrica. Dissertação de Mestrado no programa de pós graduação em Engenharia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, Brasil.

Montadon, E.S. 2008. Comercialização mediante livre contratação no Mercado Brasileiro de Energia Elétrica. Dissertação de Mestrado no programa de pós graduação em Engenharia Mecânica. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, Brasil.

Neves, F.B.A. 2020. Avaliação e Propostas de Melhorias para o Setor de Comercialização de Energia. Dissertação de Mestrado no programa de pós graduação em Economia. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, SP, Brasil.

Prado Junior, F.A.A.; Silva, A.L.R.; Matsuyama, G.S.S. 2015. A Indexação Dos Contratos De Energia Elétrica No Brasil. Grupo de Estudo de Aspectos Empresariais e Gestão Corporativa do XXIII Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE), Grupo XVI.

Ribeiro, E.B. 2009. Desafios para a Expansão do Mercado de Fontes Incentivadas: Uma análise da Atratividade do Ponto de Vista do Consumidor Especial. Dissertação de Mestrado em Energia Elétrica. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

Richardson, R.J. 1999. Pesquisa social métodos e técnicas. Atlas, 4ª ed. São Paulo, SP, Brasil.

Rizkalla, F.F. 2018. Migração para o Mercado Livre de Energia: estudo de caso do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Monografia de Graduação Engenharia Elétrica. Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Silva, V.R. 2017. Desenvolvimento e a Regulação do Mercado Livre de Energia no Brasil. Dissertação de Mestrado em Energia de Produção. Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

Silva, M.B.; Grigolo, T.M. 2002. Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. Caderno Pedagógico, UDESC. Florianópolis, SC, Brasil.

Travassos, A.B. 2019. Mercado Livre de Energia no Ceará: Concentração e Poder de Mercado. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE, Brasil.

Vizioli, T.R. 2017. Análise do comportamento dos consumidores no âmbito dos ambientes de contratação livre e regulada do mercado brasileiro de energia elétrica. Dissertação de Mestrado em Economia. Faculdade de Economia Administração, Contabilidade e Gestão Pública. Brasília, DF, Brasil.

CONSTRUINDO UMA ECONOMIA SOLIDARIA E INCLUSIVA E UMA TRAJETÓRIA CONSTITUTIVA DO BEM VIVER: EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

Data de aceite: 01/03/2022

Tania Cristina Teixeira

Doutora em Economia aplicada – Universidad de Valencia –Valencia, Espanha. Mestrado em Ciências Políticas – FAFICH - UFMG. Dep. de Economia, ADM e Contábeis- Escola de Negócios ICEG - PUCMINAS, pesquisadora extensionista PUCMINAS. PRESIDENTE do CORECONMG
<http://lattes.cnpq.br/7169316869537047>

Emmanuele Araújo da Silveira

Bacharel em Ciências Econômicas pela PUC Minas. Investigadora voluntária do Departamento de Ciências Econômicas da PUC Minas – Brasil. NUTRA/PUC MINAS. Conselheira do CORECON MG

Karen Munhoz de Oliveira

Graduada. Curso de Ciências Econômicas. PUC MINAS Coração Eucarístico. Pesquisadora voluntária extensionista PUC Minas, Belo Horizonte

RESUMO: Este artigo analisa a contribuição da economia solidária para o desenvolvimento humano e o bem-estar das empreendedoras solidárias. Enfatiza a importância das políticas públicas e do acesso à renda mediante a produção e comercialização de bens e serviços, produzidos por meio de uma estrutura que prima pela geração de renda e de oportunidades reais para aqueles que se encontram nas franjas do mercado e que participam das feiras de economia solidária. Dessa forma, objetiva

analisar a economia solidária como um modo de produção que possibilita o trabalho sem vínculo empregatício e que, mesmo presente nas bases do sistema capitalista, busca outros caminhos de consolidação de um modo de produção mais adaptativo às necessidades dos seus seguidores, baseado nos princípios da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da dimensão econômica. Expõe a análise de resultados de uma pesquisa quantitativa e qualitativa realizada com os empreendedores solidários, com os respectivos representantes de associações e do Fórum Metropolitano de Economia Solidária de Belo Horizonte – Minas Gerais | Brasil. Discute o processo de fortalecimento, capacitação, formação, empoderamento das produtoras e apresenta novas perspectivas em relação à inserção mercadológica efetiva dos produtos solidários e a melhoria das condições de vida das participantes do movimento então denominado “Economia Solidária”. Constata-se que a economia solidária por meio de uma construção coletiva (democrática), cooperativa e inclusiva, proporciona o desenvolvimento humanístico e econômico e o bem viver de suas participantes.

PALAVRAS - CHAVE: Modo de produção; Economia Solidária; Trabalho; Gênero; Bem viver.

BUILDING A SOLIDARY AND INCLUSIVE ECONOMY AND A CONSTITUTIVE TRAJECTORY OF WELL-BEING: SOLIDARITY ENTREPRENEURSHIP AND WOMEN'S PARTICIPATION

ABSTRACT: This article analyzes the

contribution of the solidarity economy to the human development and well-being of solidarity entrepreneurs. It emphasizes the importance of public policies and access to income through the production and commercialization of goods and services, produced through a structure that strives for income generation and real opportunities for those who are on the fringes of the market and who participate in the solidarity economy fairs. In this way, it aims to analyze the solidarity economy as a mode of production that allows work without an employment relationship and that, even present in the bases of the capitalist system, seeks other ways of consolidating a mode of production that is more adaptive to the needs of its followers, based on in the principles of cooperation, self-management, solidarity and the economic dimension. It presents the analysis of the results of a quantitative and qualitative research carried out with solidarity entrepreneurs, with the respective representatives of associations and the Metropolitan Forum of Solidarity Economy in Belo Horizonte – Minas Gerais | Brazil. It discusses the process of strengthening, training, training, empowerment of producers and presents new perspectives in relation to the effective market insertion of solidary products and the improvement of the living conditions of the participants of the movement then called “Solidarity Economy”. Likewise, it appears that the solidarity economy through a collective (democratic), cooperative and inclusive construction, provides humanistic and economic development and the good living of its participants.

KEYWORDS: Mode of production; Solidarity economy; Work; Genre; Well live.

1 | INTRODUÇÃO

Neste trabalho considera-se que a dificuldade de inserção de determinado segmento social ao modo de produção competitivo (capitalista) e/ou a necessidade de complementação da renda por essas, pode ser facilitada por um modo de produção que valoriza o bem comum e se apresenta como mais humanitária, democrática e participativa, denominado por Economia Solidária - ES. Conforme Caetano, Silveira, Constantino e Batista (2016), na ES não há relações entre empregados e empregadores presentes no modo de produção competitivo, o que faz com que todos os sócios desfrutem tanto dos lucros quanto suportem os prejuízos. Já no modo competitivo, segundo Paul Singer (2001), tem o caráter de competição hierárquica que pode ser feroz e se tornar destrutivo.

Diferente em vários pontos de vista, a ES, apresenta divergências em relação à economia capitalista, principalmente no que se referem às iniquidades sociais e laborais. Segundo Paul Singer, “a empresa solidária nega a separação entre o trabalho e posse dos meios de produção, o que é reconhecidamente a base do capitalismo” (SINGER, 2002, p. 2).

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, os princípios desta forma de organização social e econômica são marcados por: cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica (BRASIL, 2008).

A cooperação é sinalizada pelos objetivos e interesses em comum; a autogestão que marca o processo de trabalho de acordo com o objetivo do empreendimento; a solidariedade, em que a distribuição dos resultados advindos do empreendimento de ES

é partilhada por todo o grupo; e a dimensão econômica, que engloba a motivação para a produção.

Ao considerar que os meios de produção e seus resultados sejam de propriedade coletiva, a ES reinterpreta as relações econômicas existentes atualmente. Neste contexto, permite a inclusão social de indivíduos marginalizados na sociedade - seja por exclusões do mercado de trabalho, ou seja, por outros fatores sociais ou individuais - e promove a cidadania.

A Economia Solidária tem um importante papel como alternativo ao modo de produção competitivo e ao desemprego. Mas, para isso, é preciso que tenha seus princípios, fundamentos e dimensões respeitados. Desta forma, indaga-se: na atualidade as atividades do Fórum Metropolitano de Economia Solidária de Belo Horizonte se encontram consonantes com os princípios e objetivos propostos quando do surgimento de um modo de produção solidário?

Neste estudo, o Fórum Metropolitano de Economia Solidária de Belo Horizonte, será objeto de análise. Para que se objetive a descrição do desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, avalia-se o posicionamento dos envolvidos no Fórum Metropolitano de Economia Solidária de Belo Horizonte ressaltando a importância dos objetivos e princípios do movimento, os relacionando com a garantia dos princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, em uma expectativa de que a pesquisa realizada possa servir de base para que a comunidade acadêmica, os governos, os membros (empreendedores) dos movimentos de ES e os Fóruns de Economia Solidária, possam compreender a importância do correto seguimento de seus princípios e fundamentos. Pretende subsidiar os grupos de produção e de comercialização, bem como, contribuir com a ES sobre uma ótica discursiva e não impositiva, entendendo a função social da economia solidária no contexto da valorização econômica, social e para fortalecimento da cidadania efetiva.

2 | ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITO E DEFINIÇÕES

Inicialmente, analisa-se como a economia solidária encontra-se dentro do sistema competitivo capitalista e a relação dos princípios da cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica que a determinam nesta perspectiva solidária. O sistema competitivo é baseado no individualismo e na competição como fim maior, que em longo prazo pode-se tornar feroz e destrutivo. Dentro desse sistema competitivo, situa-se o capitalismo. Este, em maior parte, utilizado campo competitivo, no entanto, em alguns momentos para fins de relações sociais, utiliza o campo solidário. No capitalismo existem regras a serem seguidas que são pré-requisitos necessários para a inserção e adaptação do indivíduo, assim como, em outros sistemas econômicos. (SINGER, 2001)

Parte da sociedade que não se identifica neste sistema econômico (capitalismo) por diversos motivos, como a falta de qualificação exigida para o trabalho e a promoção de renda, e/ou por defenderem valores e fundamentos divergentes a este modelo, acabam buscando outros meios de inserção econômica. (PAULA et al., 2011)

Em contrapartida ao referido sistema competitivo, têm-se o sistema solidário. Neste, mesmo com a presença da competição entre os mercados (que, aliás, não deve deixar de existir), pautam-se as concepções da cooperação e o auxílio entre os integrantes dos grupos de trabalho. (SINGER, 2004)

A ES apresenta-se, portanto, como uma economia diferente do ponto de vista da competição e se mostra adaptativa às necessidades dos indivíduos, como proposta de melhorar a qualidade de vida (SINGER, 2001). Sendo, por isso, componente de um sistema solidário, em contraposição ao sistema competitivo.

Ainda segundo Singer, a economia solidária é estabelecida:

Como **um modo de produção que se caracteriza pela igualdade**. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são **geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática**. (SINGER, 2008, p. 289, grifos nossos)

Na Economia Solidária a relação da heterogestão é inexistente, ou seja, todos são donos e desfrutam tanto dos ganhos quanto das perdas dos empreendimentos, assim, a participação em todas as ações, inclusive no domínio dos princípios pelos quais o movimento da economia solidária se funda, é fundamental. (BENINI; FIGUEIREDO NETO, 2007)

Nesta linha, as universidades possuem um importante papel no desenvolvimento da Economia Solidária. A título de exemplo, tem-se a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) que é reconhecida, por intermédio de sua Pró-reitoria de Extensão, como uma instituição que contribui com o desenvolvimento dos empreendimentos solidários. A PUC Minas se propõe a promover anualmente, por meio do Seminário de Economia Solidária, debates sobre relações pessoais, oficinas sobre precificação, educação financeira, princípios da economia solidária, ética no mundo do trabalho, o papel das políticas públicas governamentais no desenvolvimento da Economia Solidária e outros temas, se comprometendo com a conscientização sobre o saber econômico e social da atualidade (PUC MINAS, 2015). Em destarte com a importância da formação dos seguidores do Movimento de Economia Solidária, têm-se os Fóruns de Economia Solidária:

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2017)

Os fóruns são organizados em âmbito nacional, estadual, metropolitano e municipal. O Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária considera como política o tipo de articulação entre os representantes dos empreendimentos e as organizações apoiadoras. Conjuntamente, [...] “pactuam entre si, o compromisso de atuarem de forma colaborativa no fomento da economia solidária no Estado de Minas Gerais”. (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, 2016).

2.1 Fundamentos e dimensões da ES no Brasil

No Brasil, os movimentos de ES se fortaleceram em 2002, quando o então Presidente da República Federativa do Brasil - Luiz Inácio Lula da Silva, propôs políticas públicas e passou a discutir questões relacionadas à ES que, àquele momento, possibilitaram o seu fortalecimento.

Conforme André Ricardo Souza, em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, coordenada pelo economista Paul Singer:

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2002 abriu novos horizontes. O movimento, que já contava com alguns fóruns locais e regionais, passou a se organizar nacionalmente, procurando abranger todas as unidades da Federação. (SOUZA, 2011, p. 176)

As ações propostas e realizadas pela SENAES possuem um importante caráter frente às necessidades do movimento de ES, que vai além do suporte, do apoio e da assessoria nos grupos, mas que promove geração de trabalho e renda, consolidando-se verdadeiras políticas públicas que, como se verá no próximo subitem, permite à ES que se mostre compatível com um Estado Democrático de Direito.

Infelizmente, em 2016 com a sublevação institucional levada a cabo por Michel Temer, atual Presidente da República, a SENAES foi extinta, causando grande impacto nos grupos de ES já existentes e dificultando a entrada de novas pessoas para o movimento, bem como, prejudicando a articulação dos Fóruns Nacionais, Estaduais e Regionais de ES.

Com a criação da SENAES, toda a base da ES foi ampliada, o que impactou.

diretamente nos fóruns (já existentes), possibilitando-os trabalhar com os grupos as questões relacionadas aos fundamentos e as dimensões da ES.

Desta maneira, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES sustenta que os fundamentos da ES estão intrínsecos nas seguintes convicções:

- a) a valorização social do trabalho humano,
- b) a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- c) o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- d) a busca de um a relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e - os valores da cooperação e da solidariedade. (FBES, 2015)

Neste sentido, estabelece que a ES possua três dimensões: econômica, cultural e política. Quanto à dimensão econômica, se observa que esta se relaciona aos processos de produção, oferta de serviços, comercialização e consumo, todos fundados na cooperação. Já a dimensão cultural, é caracterizada pela relação da ES com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, enraizado nos símbolos e valores da própria ES. Por fim, a dimensão política se entrelaça como já mencionado, pela possibilidade da ES estabelecer mecanismos de luta por sociedades mais democráticas, participativas e inclusivas. (TYGEL, 2011)

2.2 Economia Solidária: modo de produção com interface à valorização social do trabalho humano

Paul Singer discute que a ES se apresenta como mais adequada que o modo de produção capitalista pelo diferencial humanístico, justo e solidário que é proporcionado aos integrantes dos grupos:

A economia solidária poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior no sentido de proporcionar as pessoas que a adotam, uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança que cada [membro] de sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado. (SINGER, 2002, p. 114)

Neste cenário, a ES se apresenta sobre duas vertentes: a social e a laboral. No aspecto social se apresenta como uma economia mais adaptativa às necessidades do trabalhador (empreendedores), que entende e articula mudanças em prol do bem-estar. Em referência a vertente laboral, se trata de um modelo econômico autogestionário, ou seja, onde todos são donos dos meios de produção e desta forma desfrutam dos lucros e suportam os prejuízos de forma uniforme. (GAIGER, 2003)

Desta forma, a ES deve ser entendida como um modo de produção (assim como, o modo competitivo), contudo, devem-lhe ser atribuídos os traços de cooperação, solidariedade, autogestão e dimensão econômica, que possuem o caráter transformador à valorização do trabalho humano, da inclusão social e da participação democrática e discursiva das pessoas em suas atividades.

2.3 O trabalho sem vínculo empregatício e a inclusão dos empreendedores solidários

A ES pode ser um instrumento valoroso que possibilite a valorização social do trabalho, da consolidação democrática e do desenvolvimento humano (em prosperidade, tanto econômica quanto social). Em vista disso, se observa que a ES possibilita esses

processos por meio das relações de produção e trabalho, mas sem se enquadrar na definição legal (pela legislação brasileira) como de vínculo empregatício. (SINGER, 2002)

Empreendimentos solidários visam à inclusão das pessoas nas relações de trabalho, que por qualquer motivo (por suas vontades ou não) não se adequaram nas relações de emprego definidas no Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT):

Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo único - Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual. (BRASIL, 1943, grifo nosso)

A natureza jurídica da relação de emprego é assim definida por Sérgio Pinto Martins: “Da definição de empregado é preciso analisar cinco requisitos: (a) pessoa física; (b) não eventualidade na prestação de serviços; (c) dependência; (d) pagamento de salário; (e) prestação pessoal de serviços.” (MARTINS, 2012, p. 139).

Deste entendimento, percebe-se que as empreendedoras e empreendedores de ES não atuam sob a ótica de uma relação de emprego nos moldes da CLT e pelo ensinamento por Martins, em razão de não possuírem pagamento salarial, subordinação jurídica a um empregador e nem exigência de habitualidade na prestação da mão de obra a este.

Assim, a ES é vista por essa parcela da população como uma forma de gerar renda e trabalho para pessoas que se encontram em operações não regularizadas profissionalmente (seja por terem sido excluídas pelo mercado, ou por terem assim optado), no âmbito empregatício.

A ES pode, portanto, ser qualificada pelo termo “outra economia” tratando-se do retorno da indisponibilidade do mercado para todos:

Trata-se em essência de um tipo de resposta à exclusão do mercado de trabalho. visto ainda pela maioria dos trabalhadores engajados como algo temporário até que um emprego formal surja ou reapareça. Através dos chamados empreendimentos solidários, trabalhadores, desempregados e marginalizados vem obtendo um meio de sustento e parecem redefinir suas identidades sociais. (SOUZA, 2011, p.2, grifo nosso)

Assim, os empreendedores solidários não se submetem juridicamente a nenhum empregador, ou seja, não possuem vínculo empregatício, sendo o movimento uma forma de conseguirem trabalho e renda e certa promoção e inclusão social, por si próprios.

2.4 Processo de comercialização e divisão dos lucros solidários

Nos empreendimentos de ES não há distribuição de lucros habitualmente conhecida no modo de produção capitalista – ou seja, àquela proporcional a participação dos sócios ou dos quotistas no capital social da empresa. Na ES todos são donos do empreendimento. Trabalho e capital estão no mesmo plano, desta forma, todos os ganhos em decorrência

da produção são divididos igualmente entre os integrantes dos grupos. (SINGER, 2001)

Com o objetivo de dividir os ganhos anuais, os grupos de ES fazem a partilha do excedente anual:

O excedente anual - chamado «sobras» nas cooperativas - tem a sua destinação decidida pelos trabalhadores. Uma parte, em geral, destina-se ao reinvestimento e pode ser colocada num fundo «indivisível», que não pertence aos sócios individualmente, mas apenas ao coletivo deles. Outra parte, também reinvestida, pode acrescer o valor das cotas dos sócios, que têm o direito de sacá-las quando se retiram da empresa. O restante das sobras é em geral destinado a um fundo de educação, a outros fundos «sociais» (de cultura, de saúde, etc.) e eventualmente à repartição entre os sócios, por critérios aprovados por eles. Portanto, o capital da empresa solidária não é remunerado, sob qualquer pretexto, e por isso não há «lucro» pois este é tanto jurídica como economicamente o rendimento proporcionado pelo investimento de capital. (SINGER, 2001)

Os empreendimentos de ES podem ser classificados como grupos informais, associações, cooperativas (cooperativa de produção, comercialização, consumo crédito) e sociedades mercantis, conforme dados apresentados pelo Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária - SIES através do Atlas da Economia Solidária (2014).

Além das modalidades apresentadas acima, há também os clubes de troca, ou seja, quando um grupo de pessoas se organiza para trocarem bens e/ou serviços. Para Singer, os clubes de troca vão além de satisfazer as necessidades das pessoas em relação à permuta dos produtos que precisam, atinge também a socialização das pessoas com a troca de ideias:

E esse grupo tem um traço em comum: eles não conseguem vender seus serviços na medida em que gostariam, todos têm capacidade ociosa. Então se reúnem, geralmente uma vez por mês, e cada um diz o que faz, o que pode fazer e de que bens ou serviços tem necessidade. Não são serviços apenas; um violão que não está sendo usado ou um aposento vago podem ser alugados para quem deles estiver precisando. Depois que as pessoas enunciaram suas ofertas e demandas, elas entram em processo de troca. (SINGER, 2008)

Caetano et. al (2016) ressaltam que outra característica da ES é a produção artesanal, que se consolida com papel de destaque, sendo, sob este ponto de vista, uma manifestação cultural. Os envolvidos podem mostrar sua produção em feiras de economia solidária e ambientes marcados pela troca de experiências entre os feirantes e os visitantes.

As feiras solidárias são pontos de distribuição e escoamento da produção. Contudo, é possível existirem práticas de ES através de ações individuais de homens e mulheres à margem de atividades com certificação profissional, que detinham, primordialmente, a necessidade de obterem renda em um curto espaço de tempo. Estas atividades tornaram-se necessárias na maioria das vezes por motivos de subsistência, tomando tais ações como uma alternativa ao desemprego naquele momento. Como se destaca em que:

[...] as características do empreendedorismo não são de suma relevância, pois o que se vê é que os homens e mulheres que se unem nesses empreendimentos o fazem sob um caráter emergencial e em atividades de baixa qualificação profissional e técnica. (CORNELIAN, 2006, p.56)

Neste sentido, por possibilitar a ES à participação nas sobras de todos os envolvidos na produção dos serviços e produtos e, por ser, sobretudo, um mecanismo de subsistência, manifestação cultural e de valorização do trabalho e da renda, é que se destaca a sua importante adequação ao Estado Democrático de Direito instituído pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CRFB/88, o que se passa a demonstrar a seguir.

3 | ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: PASSOS PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL -1988

Da análise dos princípios, fundamentos e dimensões da ES, surge a necessidade de se analisá-la sobre a ótica dos Princípios Fundamentais do Estado Brasileiro, instituídos pela CRFB/88. Em um contexto de Estado Democrático de Direito a leitura em acordo com a democracia não poderia ser deixada de lado, afinal, a observância e a análise das atividades humanas não são afastadas de seu contexto histórico e paradigmático (NUNES, 2008, p. 39).

Isso porque, a ES tem importante papel na fomentação da valorização do trabalho humano e, por consequência, da livre iniciativa, na medida em que fornece aos empreendedores as possibilidades de, por si, organizarem seus movimentos e empreendimentos. Observa-se que a ES se relaciona com a garantia dos Princípios Fundamentais elencados na Constituição Cidadã de 1988, que assim são definidos em um primeiro momento:

TÍTULO

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

(BRASIL, 1988, grifos nossos)

Neste sentido, a ES contribui para a valorização social do trabalho e da livre iniciativa, como uma alternativa à exclusão gerada pelo mercado de trabalho capitalista (SOUZA, 2011, p. 2). Além de, em certa medida, ser um dos instrumentos (caminhos) para o fortalecimento da dignidade humana e da cidadania daqueles que integram os movimentos, em razão de lhes possibilitar uma vida melhor e construtiva das decisões sobre o movimento de ES (SINGER, 2002, p.114).

Com isso, a organização, o planejamento e a execução dos projetos e das políticas públicas em economia solidária devem ser discutidos sobre uma ótica procedimental. Isto é, com a contribuição do Estado (mas não imposta por este), dos Fóruns, dos Movimentos, das Universidades, das pessoas que integram os movimentos, enfim, em uma perspectiva onde público e privado se pressupõem mutuamente (NUNES, 2008, p. 22).

Por fim, mas de mesma importância, a ES é adequada sob uma ótica de respeito à dignidade da pessoa humana. A ES possibilita às pessoas com deficiência o acesso a uma fonte de renda pela sua iniciativa e o seu trabalho (PINHO, 2015, p.221). Além de garantir renda àquelas pessoas que não se adequaram no mercado de trabalho formal (com vínculo empregatício), seja por serem marginalizados pelo mercado ou por outros fatores (BRASIL, 2015).

3.1 Economia Solidária: Um Estudo De Caso Em Belo Horizonte- A Feira de Economia Popular Solidária - 11 anos de resistência - Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, Vicariato Episcopal para ação Social e PUC MINAS

A Feira de Economia Solidária sediada na PUC Minas teve início por meio da Campanha da Fraternidade, cujo tema foi Economia e Vida. O evento teve como objetivo colaborar com a promoção de uma economia a serviço da vida humana, fundada em uma cultura de não violência “a partir do esforço conjunto das igrejas cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam com a construção do bem comum, em vista de uma sociedade sem exclusão.”(PUC MINAS, 2010)

A Feira acontece anualmente como uma parceria entre a Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas (PROEX), o Vicariato Episcopal para Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte (ASPA), o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE) do Governo de Minas Gerais (CAETANO et al, 2016; PUC MINAS, 2010). Tem como objetivo a exposição dos produtos artesanais dos participantes e com:

A proposta de transformar a feira em um espaço de produção, reflexão e socialização do conhecimento relacionado ao movimento de economia popular solidária, sendo um catalisador para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos solidários e para o aprimoramento das políticas públicas governamentais. (PUC MINAS, 2015)

Desse modo, a Feira de Economia Solidária, seguindo as suas próprias bases,

busca expandir as atividades econômicas e discutir com os indivíduos participantes sobre o contexto, princípios, fundamentos e dimensões da ES, desde os expositores até os visitantes do evento, que são os alunos, os profissionais da PUC Minas (professores e corpo técnico-administrativo) e o público externo.

Em relação à escolha dos expositores da Feira, a PROEX ressalta que a escolha parte dos integrantes do próprio movimento que, de forma democrática, decidem quais Empreendimentos de Economia Solidária - EES irão ser representados a cada ano na PUC Minas, de modo que os critérios não são definidos pela Universidade.

O evento se propõe a orientar os feirantes na produção de artesanatos e seminários para debater sobre temas relevantes para a promoção da Economia Solidária. Nesse sentido, o Núcleo do Trabalho e Produção (NUTRA), órgão da PROEX, que atualmente organiza o evento, realiza a cada ano oficinas para auxiliar os expositores em assuntos relevantes para seu trabalho, como mensuração de seus custos e precificação de seus produtos, gestão e legislação. Além disso, durante o evento, a Universidade propõe o debate sobre relações pessoais, ética no mundo do trabalho, o papel das políticas públicas governamentais no desenvolvimento da Economia Solidária, apoio aos empreendimentos do movimento, bem como, possibilita a compreensão dos princípios e fundamentos da ES, entre outros temas. (PUC MINAS, 2015)

De acordo com Belmiro Alves, Vicariato Episcopal para Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte, citado por PUC Minas, acredita que a Economia Popular Solidária possui um papel importante para o desenvolvimento de uma sociedade:

Acreditamos que a ES é, além de uma alternativa de produção diferente da que o mercado pratica, fundamental na questão do desemprego, pois tem capacidade de, conjuntamente com as pessoas, absorver o impacto do mercado, o que uma empresa normal não tem. Nesse contexto, enquanto uma empresa demitiria trabalhadores, a Economia Popular Solidária compartilha a redução de ganhos, mas não abandona ninguém. A EPS é um instrumento fundamental de inclusão social, disse. (PUC MINAS, 2016a).

Desse modo, pode-se afirmar que o objetivo da universidade é de contribuir com a consolidação de empreendimentos que possam estimular o empoderamento dos expositores na sua busca por “melhoria das condições de vida, não só material, mas também de participação, liberdade, tomada de decisões, mobilização política”(PUC MINAS, 2016b) e incluir na sociedade os indivíduos que se encontram excluídos e/ou marginalizados, conhecer o perfil dos expositores da Feira de Economia Solidária da PROEX - PUC Minas é importante para compreender se esses se adéquam aos princípios e fundamentos da ES e se a universidade tem cumprido sua função, em uma ótica discursiva (conforme se defendeu nos capítulos 3 e 4 deste estudo) de construção e fortalecimento dos movimentos em ES.

3.2 Perfil dos expositores e dos empreendimentos

O levantamento de dados realizados em 2016, 2017 e 2018, demonstrou que a maior parte dos empreendedores solidários participantes do Fórum Metropolitano de Economia Popular Solidária de Belo Horizonte, são do sexo feminino: 80%, 78% e 88%, respectivamente, ver anexo I. Esse número expressivo de mulheres em relação a população dos homens no movimento de economia solidária, se justifica em que:

A identidade do homem trabalhador está vinculada ao trabalho assalariado formal. Sendo assim, sua participação nos grupos pode ser vista como transitória. Ao passo que as representações dominantes sobre a identidade feminina, ligada ao papel de mãe, esposa, dona de casa, as aproxima dos grupos que se reúnem na vizinhança do espaço doméstico, que operam com lógicas e valores mais próximos aos seus costumes. (NOBRE, 2003)

Em relação a faixa etária média dos empreendedores (50 anos), verifica-se que já estão acima da meia idade, considerando que a expectativa de vida do brasileiro é de 75,8 anos, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017b). A forte presença deles nos grupos pode ser justificada pela necessidade de complementação de renda, assim como, ter uma atividade de socialização de ideias, conversar e não ficar ocioso.

Nota-se que a grande maioria se declara em 2016, 2017 e 2018 negros, representando, respectivamente, 85,71%, 44,80 % e 62,22%, e pardos, representando 57,14%, 62,37% e 94,44%, respectivamente. Esses números divergem da realidade do País, posto que os negros e pardos representam 46,7% da população (IBGE, 2017a), assim como, divergem da amostragem de Belo Horizonte, onde os negros e pardos representam 52,05% da população (IBGE, 2018). No entanto, nos movimentos de ES, especialmente de Belo Horizonte, onde se realizou este estudo, se verifica que nos três anos da amostragem os negros e pardos representam 67,78% dos participantes do movimento, o que possibilita demonstrar o latente abismo social racial brasileiro, posto que, conforme se explicou (capítulo 3) a ES serve como mecanismo de valorização social do trabalho e da própria mudança da perspectiva de vida daquelas pessoas que (por motivos diversos) não se adequaram ao mercado de trabalho competitivo (ou por ele não foram aceitas), servindo, assim, a ES de meio para a garantia de suas dignidades.

Sobre a escolaridade grande parte dos entrevistados afirmaram possuir ensino médio incompleto ou completo. O estudo aponta que as mulheres apresentam uma escolaridade superior em relação aos homens, onde nestes últimos, se predominam pessoas com ensino fundamental completo ou incompleto.

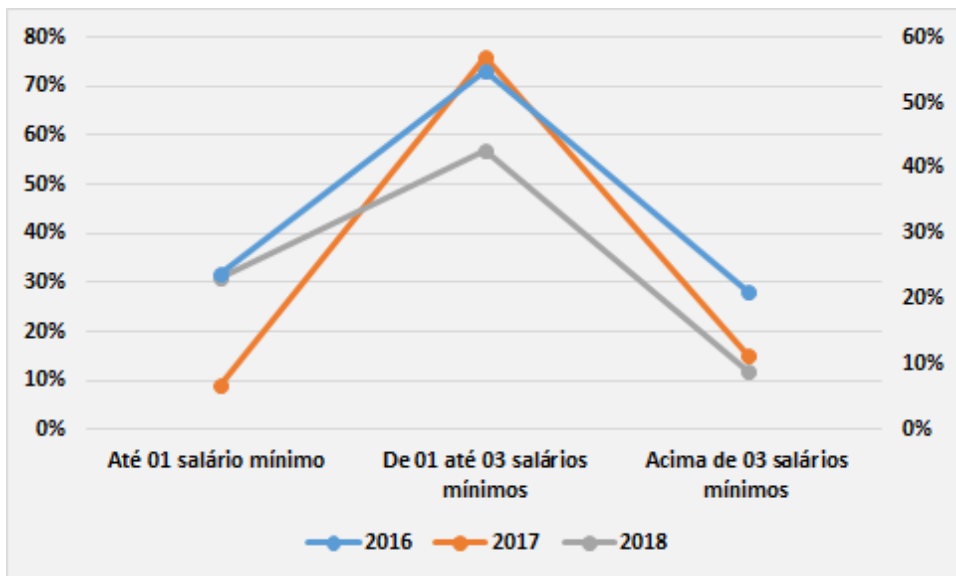


Gráfico 1 – Nível de renda familiar

Fonte: PUC Minas (2016, 2017, 2018)- pesquisa realizada com o Financiamento da PROEX/ PUCMINAS com a participação dos pesquisadores e extensionistas.

O Gráfico acima assinala que dentre as alternativas nele descritas, em 2018 a que mais influenciou os expositores a optarem pelas atividades artesanais foram as possibilidades destas gerarem fontes complementares de renda, uma vez que, 52% dos expositores enxergam a Economia Solidária como uma fonte complementar de renda nesse ano, contra 43% em 2016 e 32% em 2017. A flexibilidade de horários permite que, mesmo que o expositor encontre um emprego formal, não seria necessário abandonar seu EES definitivamente.

3.2.1 Avaliação qualitativa das empreendedoras solidárias a partir da perspectiva da liderança do Fórum de Economia Solidária

A entrevista realizada com uma das lideranças do Fórum Metropolitano de Economia Solidária tem o intuito de retratar o posicionamento das lideranças em relação aos desafios enfrentados por estes empreendedores nos dias de hoje. A representante escolhida foi indicada pelos participantes dos empreendimentos solidários e expositores da Feira de Economia Solidária da PUC Minas. A entrevistada é integrante do EES Oficina das Bolsas e Secretária do Fórum de Economia Popular de Belo Horizonte. Iniciou sua trajetória no Movimento de Economia Solidária em 2002 quando, desempregada e com dificuldades financeiras, decidiu participar de um projeto da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte intitulado “Mulher com geração de renda”. Ela destaca em seu depoimento que desde que entrou no movimento “... a vida mudou completamente”. Hoje ela se enxerga como uma

mulher “forte, batalhadora e decidida”. Ela assinala que o maior obstáculo que o movimento de Economia Solidária encontra em Belo Horizonte é interno: falta a união dos integrantes para que suas reivindicações de políticas públicas voltadas para esta forma organizacional sejam atendidas. Segundo ela, muitos EES se preocupam demasiadamente com o próprio negócio, negligenciando a busca por incentivo do poder público e demais órgãos à Economia Solidária. Para ela, é fundamental que todos se engajem para assegurarem que as conquistas almejadas pelo movimento não deixem de acontecer. Assim, ressalta que é necessário que o movimento resgate alguns dos princípios da Economia Solidária, tais como objetivos e interesses em comum, bem como, a luta conjunta para alcançá-los.

Em momentos de crise econômica, como a vivenciada pelo Brasil nos anos recentes, a Feira de Economia Solidária da PUC Minas é fundamental para a ES de Belo Horizonte. A entrevistada afirma que os artesãos possam expor seus produtos manufaturados, captando clientes que realizam compras no local ou em momento posterior — é frequente que clientes e empreendedores troquem números de telefones e redes sociais, possibilitando a fidelização. Nesse sentido, a experiência de troca de saberes entre Universidade e o movimento de Economia Solidária se torna, então, mais que financeira e laboral, mas social.

Nessa perspectiva, ela ressalta que a Feira proporciona aos EES que ali expõem uma boa oportunidade de vendas, uma vez que a universidade possui um grande fluxo de alunos e professores diariamente. No entanto, ela destaca que a PUC Minas possui um papel que vai além da cessão de espaço para exposição de produtos advindos da Economia Solidária: as discussões, conversas, cursos e capacitações oferecidos tanto por meio do Seminário de Economia Solidária quanto os realizados por projetos de extensão são importantes para o movimento.

A participante afirma que as capacitações ajudam os integrantes de EES a promover autovalorização, valorização de seus produtos e superação de limites e dificuldades, uma vez que acadêmicos possuem percepções distintas quanto a resolução de problemas e conflitos que auxiliam no funcionamento de empreendimentos.

Ela ressalta que a troca de saberes, experiências e oportunidades gera grande proveito da interação entre o movimento e as instituições envolvidas. Da mesma maneira que fornece capacitação e espaço para divulgação da Economia Solidária, os EES oferece à PUC Minas a possibilidade de realizar pesquisas e estudos sobre o tema, oportunidade de estágios para estudantes e até mesmo oficinas — a própria Neuza já participou como oficina na universidade.

Quando questionada sobre qual a vantagem da Universidade em relação a outros órgãos que apoiam a Economia Solidária, tais como o Estado e ONGs, observa-se que as Universidades possuem maior autonomia financeira e/ou flexibilidade que determinados órgãos, de modo que há maior possibilidade de demandas do movimento serem atendidas com menos burocracia. Em relação ao governo, as participantes ressaltam que há muito interesse político por trás de suas ações. Assim, o fato de que o envolvimento da

universidade com o público externo tem como finalidade última a democratização do conhecimento, independentemente dos resultados financeiros, é um ponto positivo.

Quanto à melhoria financeira proporcionada aos integrantes de Economia Solidária, Neuza ressalta que os ganhos são reais: apesar da inconstância da receita advinda do EES, sua melhor situação financeira é a atual, o que permite que ela tenha maior controle de suas finanças e possua um capital de giro para seu EES e realize compras à vista.

Na atualidade a ES tem enfrentado grandes dilemas em função da pandemia COVID 19, muitas mulheres empreendedoras tem procurado se adaptar ao e-commerce. No entanto, as dificuldades são grandes em função das impossibilidades de ter acesso a tecnologia e a inovação que são necessários para atuarem no mercado e manterem a competitividade. É neste cenário que as mulheres empreendedoras da economia solidaria estão se preparando para mais um Fórum que será realizado em maio, com vistas a superar a falta de renda, a queda das vendas, o empobrecimento, a vulnerabilidade e a desigualdade social.

Diante das exposições acima, entende-se que a ES possibilita, sobretudo, a independência pessoal, profissional e financeira, assim como, a inclusão social. Mesmo em tempos tão adversos, as empreendedoras solidárias continuam a distribuem o resultado do trabalho de forma equânime e consideram as necessidades das participantes das iniciativas dos empreendimentos realizados sob a ótica da cooperação, com vistas a uma sociedade que prima pelo bem comum. Para muitas mulheres a ES é, antes de tudo, uma importante construção para a valorização social do trabalho humano, da promoção da dignidade humana e da cidadania, consolidando, portanto, princípios democráticos e geração de trabalho e renda.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstrou que a Economia Solidária é um modo de produção fundado nos princípios da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da dimensão econômica, possibilitando aos seus empreendedores a inclusão e a valorização social por meio do trabalho, se mostrando compatível com a ordem democrática instituída pela CRFB/88.

Seus fundamentos são baseados na valorização social do trabalho humano, buscando sempre uma relação harmoniosa dos empreendimentos, garantindo o respeito de gênero e à natureza. As dimensões econômicas, políticas e culturais definem os valores do movimento de forma uniforme e democrática. Percebe-se que é importante alinhar os princípios da ES (cooperação, solidariedade, autogestão e dimensão econômica) ao processo formativo do empreendedor solidário, possibilitando, assim, desenvolver a ES com geração de trabalho, renda e cidadania.

Acredita-se que as universidades e os Fóruns de Economia Solidária possuem

importante papel nesse processo de formação de base dos empreendedores, pois são essas pessoas que constituirão a ES e a disseminarão. Sobre esta questão, conclui-se que há necessidade de que a formação, a construção e a realização das políticas públicas em ES, assim como, a própria formação das empreendedoras, não deve ser imposta, isto é, deve ser construída com a finalidade de dar suporte somando a contribuição dos diversos atores sociais, a saber: Estado, empreendedores, universidades, fóruns, movimentos sociais, dentre outros.

A ES caracterizada pelos princípios delineados acima, pode ser considerada como um modo de produção solidário (não competitivo) e que possui o caráter de estabelecer a união e a inclusão social, não fazendo sentido que suas políticas sejam criadas e imposta de maneiras arbitrária. Além dos princípios, observamos que os fundamentos que valorizam o trabalho humano devem respeitar as necessidades das pessoas, além das dimensões econômica, cultural e política da ES.

Assim, a construção coletiva em prol de uma valorização social do trabalho humano permite uma estrutura organizacional horizontal, ou seja, não existe a relação de emprego nos moldes da CLT, todos os integrantes dos grupos são donos do empreendimento e desfrutam, conjuntamente, dos lucros e compartilham os prejuízos. Essa característica faz com que a ES seja denominada também como uma “*outra economia*” que permite a inclusão dos que não se tiveram oportunidades, ou foram excluídos do mercado capitalista demarcado por estruturas imperfeitas e rígidas. Verifica-se que o Estado tem um papel contributivo junto aos empreendedores solidários através de políticas públicas de ES, marcadas por convênios com prefeituras, facilitação de acesso a fundos públicos e criação de fundos de fomento a estes empreendimentos. Percebe-se que a extinção da SENAES foi marcada como um retrocesso na valorização do trabalho humano dentro da perspectiva da ES no Brasil.

Verifica-se também que a ES em Belo Horizonte encontra-se em crescimento, apesar da atual conjuntura de incertezas e crises de ordem política, econômica e sanitária. As mulheres que participam efetivamente afirmam de que a ES representa um espaço de “expansão de liberdades”.

Deste modo, pode-se concluir que a ES é um modo de produção que se amálgama ao modo de produção capitalista, porém, almeja a destruição de amarras e as restrições que a competição imperfeita impõe através do fortalecimento, do empoderamento e dos laços solidários estabelecidos por estas empreendedoras de negócios e de produtos solidários.

A ES pode ser considerada como um forte motor de um movimento econômico e social, na medida em que possibilita aos seus empreendedores e, por consequência, à própria sociedade, consolidar de direitos e garantias fundamentais instituídos pela CRFB/88.

Neste sentido, pode-se concluir que a ES se apresenta como uma importante

estrutura de valorização social do trabalho, como garantidora da dignidade humana e da cidadania, mostrando-se, portanto, compatível ao Estado Democrático de Direito em âmbito nacional e local, na construção de uma alternativa econômica que seja capaz de associar as possibilidades de trabalho, a geração de renda e o empoderamento de homens e mulheres que vivem a margem do bem estar e do bem viver. Neste aspecto, os valores da economia de Francisco e Clara são fundamentais para o fortalecimento da solidariedade, da cooperação e da emergência de um sistema produtivo que crie espaço e retifique a vida em uma perspectiva da ecologia integral conforme a proposta da economia de Francisco e Clara, área de conhecimento emergente que nos permitirá ampliar a fronteira da pesquisa da economia solidária com maior alcance e amplitude que a temática merece.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 09ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/cciv/_03/decreto-lei/De15452.htm>. Acesso em: 01 out. 2017

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Ministério do Trabalho. **Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no governo federal - 2003/2010**. Brasília: SENAES/MTE, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária**: documento final. Brasília: MTE, Senaes, SPPE, DEQ, 2006. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/i_oficina_nacional_formacao_educacao_em_economia_solidaria.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é economia solidária?** 2008. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Economia Solidária e Trabalho. **Coleção de Cadernos de Eja**, Dez 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/04_cd_al.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

CAETANO, Alice Amâncio; SILVEIRA, Emmanuele Araújo da; CONSTANTINO, Flávio Barbosa; BATISTA, Jefferson Pinto. Economia solidária: cooperação, adesão e mobilidade social. In: X Seminário de Extensão Universitária e I Mostra de Extensão da PUC Minas, 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUC Minas, 2016. 362p. [E-book].

CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. **Da dimensão econômica à dimensão política**: a economia solidária sob a perspectiva do conflito social. 2006. 150f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-6WHHQU/disserta__o_vanderson.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 nov 2017

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019)**, Brasília, 2015.

CORNELIAN, Anderson Ricardo. **Concepção de “economia solidária” em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas**. Dissertação de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006. Disponível em: <http://portal.fclar.unesp.br/p_ossoc/teses/anderson_ricardo_cornelian.pdf>. Acesso em 04 set. 2017

FAGUNDES, Renata Caldas. **Economia solidária: uma alternativa ao desemprego**. 2003. 159f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Direito

FRANCISCO, Papa. Discurso do Papa Francisco aos participantes no encontro mundial dos movimentos populares. Vaticano: Vatican, 28 out. 2014. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Quem somos**, 2017. Disponível em: <<http://fbes.org.br/>>. Acesso em: 18 nov. 2017

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de princípios da economia solidária.**, 2015. Disponível em: <http://cirandas.net/articles/0030/2526/carta_de_principios_do_FBES.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017

FÓRUM MINEIRO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA. **Quem somos**. [S. l.]: Do Autor, 2016. Disponível em: <<http://forummineiroeps.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 23 nov. 2017

FUKUDA-PARR, Sakiko; SHIVA KUMAR, A. K. (Ed.). **Desenvolvimento humano: leituras selecionadas**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual: PNUD, 2007. 415 p.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, 2003.

_____, A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 82, Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n82/v28n82a13.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2017

_____, Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 2000.

GONÇALVES, Bernardo Fernandes; PEDRON, Flávio Quinaud. **O poder judiciário e(m) crise**. Rio de Janeiro: Lumem Juris. 2007

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>>. Acesso em: 10 mai. 2018

_____. **Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,8 anos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos.html>>. Acesso em: 10 mai. 2018

_____. População. Belo Horizonte: IBGE, 2017c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>>. Acesso em: 13 mai. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017.html>>. Acesso em: 15 mai. 2018

LECHAT, Noële Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária no Brasil. In: BARCELLOS, Eronita Silva; RASIA, Pedro Carlos; SILVA, Enio Waldir da. **Economia solidária: sistematizando experiências**. Ijuí, RS: Unijuí, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto, DIREITO DO TRABALHO. 28ª ed. Editora Atlas, São Paulo, 2012

MOTTA, Fernando C. Prestes. Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1980. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11153>>. Acesso em: 20 out. 2017

NOBRE, Mirian. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. Cap. 3, p. 14-20. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/MULHERES-NA-ECONOMIA-SOLIDARIA-Miriam-Nobre.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2018

NUNES, Débora. Formação: um outro mundo é possível e está em construção. In Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. Organizadores: Gabriel Krachete, Katia Aguiar. São Leopoldo: Oikos, 2007. 176 p

NUNES, Dierle José Coelho. **Comparticipação e policentrismo**: horizontes para a democratização processual civil. 2008. 219f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/926629/Downloads/Nunes%20-%20Tese%20-%20Processo%20Jurisdiccional%20Democr%C3%A1tico%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/926629/Downloads/Nunes%20-%20Tese%20-%20Processo%20Jurisdiccional%20Democr%C3%A1tico%20(1).pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

OLIVEIRA, Karen Munhoz. **ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma alternativa para a vulnerabilidade e pobreza**. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica Minas, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas. Belo Horizonte, 2017.

PINHO, Kátia Liane Rodrigues; MACHADO, Maria Lúcia. Economia Solidária e a produção de cidadania na saúde mental: um estudo dos dispositivos de inclusão social pelo trabalho no estado de São Paulo. In: I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos, 2015, São Carlos – SP. A economia Solidária e os desafios globais do trabalho. São Carlos: Edufscar, 2017. 266p.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Campanha da Fraternidade será aberta no dia 18 na PUC Minas. **PUC Informa**, Belo Horizonte, 11 fev. 2010. Disponível em: <<http://www2.pucminas.br/pucinforma/materia1.php?codigo=5972>>. Acesso em: 10 abr. 2017

_____, Feira e Seminário de Economia Popular Solidária. **PUC INFORMA**. 01 maio 2015. Disponível em: <<http://www2.pucminas.br/pucinforma/materia2.php?codigo=1220&materia=20098>>. Acesso em: 15 mar. 2017

_____, Feira e Seminário de Economia Popular Solidária. **PUC INFORMA**. 26 abr. 2016a. Disponível em: <<http://portal.pucminas.br/pucinforma/materia2.php?codigo=975&materia=17200>>. Acesso em: 03 jun 2017.

_____, Seminário e feira de Economia Popular Solidária no campus Coração Eucarístico. **PROEX NA MÍDIA**. 03 maio 2016b. Disponível em: <<http://www2.pucminas.br/proex/index-link.php?arquivo=midia &codigo=250&pagina=5002>>. Acesso em: 10 mai. 2017

PRATES, Camille de Souza; CASTRO, Mário César Gomes de; LUNAS, Divina Aparecida Leonel; CASTRO Joana D'arc Bardella. **Solidarityeconomy as publicpolicy for fightingune employment: implications for brazilianagriculture**. *Espacios, España*, v. 37, n. 19, p. 21, Abr. 2016

PRAXEDES, Sandra Faé. **Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias**. Mai, 2009. Disponível em: <http://ipea.gov.br/a_gencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ES3Sandra.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, abr. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016> . Acesso em: 18 mai. 2018.

SILVA, João Oliveira Correa da. **Amartya Sen “Desenvolvimento como Liberdade”**. Disponível em: 2018 75 f. Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado em Economia, Faculdade de Economia do Porto, Porto, 2018. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/43167979/desenv_liberdade.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1528151887&signature=7f60GRvIRgDA5RC1gZjj7E%2FFftl%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DDesenvolvimento_como_liberdade.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2018

SINGER, Paul. Economia Solidária contra o desemprego. **Folha de São Paulo opinião**. São Paulo, jul 1996.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Economia Solidária. **Teoria e Debate**, ed. 47, mar. 2001. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2001/03/25/economia-solidaria/>>. Acesso em: 18 mai. 2018

_____. Economia solidária versus economia capitalista. **Soc. estado**, Dez 2001, vol.16, p.100-112. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária. **Revista Proposta**, n. 97, 2003.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos avançados**, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

SINGER, P. (2008, abril). Entrevista: Paul Singer. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira. *Estudos Avançados*. Recuperado a partir de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020

SOUZA, André Ricardo. Um exame da economia solidária. **OtraEconomía**, Julho, 2011. Disponível em: <<https://sagemm.ird.fr/wp-content/uploads/pdfs/cvs/eixo3/souza-um-exame-da-economia-solidaria-2011.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017

TEIXEIRA, Tania. C. Límites del modelo de desarrollo actual para un proceso de decolonialidad. Experiencia de países del Cono Sur - Argentina y Brasil *in* Cuba-Brasil: diálogos sobre democracia, soberanía popular e direitos sociais = Cuba-Brasil : diálogo sobre democracia, soberanía popular y derechos sociales, v. 3 / Lucas de Alvarenga Gontijo... [et al.] (orgs.). - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021. 472 p.

_____. Gestão participativa, trabalho, renda e desenvolvimento sustentável e humano; uma experiência de mulheres na linha de pobreza e vulnerabilidade. VII CONFERENCIA DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA Y DEL CARIBE PARA EL DESARROLLO HUMANO Y EL NFOQUE DE LAS CAPACIDADES. *"Políticas Públicas para el Desarrollo Humano en Contextos de Desigualdad"*.ALCADECA. México. 2019

TEIXEIRA, Tania.C, SILVEIRA, Emmanuele A. Desafios para construção de um modo de produção solidário: trabalho, renda e gestão solidária. VIII SITRE.SIMPÓSIO INTERNACIONAL TRABALHO, RELAÇÕES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE. 2019.

TEIXEIRA, T. C & SOLER DOMINGO, A. (2002) La conformación del cooperativismo en Brasil: tendencia y desafíos en el siglo XXI. CIRIEC – ESPAÑA. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa. Facultad de Económicas - Valencia. Valencia - ESPAÑA N° 43, pp. 205-229

TYGEL, Daniel . O que é Economia Solidária. **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**, 04 mar. 2011. Disponível em: <<https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CAPÍTULO 4

UMA ADAPTAÇÃO DA TÉCNICA FREINET PARA AVALIAÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Data de aceite: 01/03/2022

Silvia Grizafis Ferreira

Faculdade Secal

Vilmara Sabim Dechandt

Faculdade Secal

Mestre em Educação pela UEPG

RESUMO: Em virtude da alta competitividade do mundo empresarial, as organizações estão buscando repensar seus modelos de gestão e consequentemente investir em seu patrimônio e capital intelectual. Dentro deste contexto, a pesquisa deste artigo tem como foco o estudo sobre treinamento e desenvolvimento em uma empresa de prestação de serviços médicos de uma cidade do interior do Paraná. Este trabalho aconteceu no período de outubro de 2016 a abril de 2017. A investigação foi orientada pelos seguintes objetivos: contextualizar teoricamente a gestão de pessoas com foco no treinamento e desenvolvimento, verificar a percepção dos colaboradores quanto ao impacto dos ciclos, investigar as boas práticas da gestão, identificar se a percepção dos colaboradores é compatível com as propostas da direção. Em relação aos procedimentos metodológicos, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se uma adaptação da técnica Freinetiana com aplicação de uma sondagem orientada pelas questões eu felicito, eu proponho e eu percebo, aplicada a 15 sujeitos participantes da pesquisa, sendo quatorze gestores e uma

gerente de gestão de pessoas. Após a coleta e análise dos dados, foi possível identificar as boas práticas de treinamento e desenvolvimento bem como as propostas e sugestões.

PALAVRAS-CHAVE: Treinamento. Desenvolvimento. Capital Humano.

TRAINING AND DEVELOPMENT: EXCELLENCE IN QUALITY

ABSTRACT: Due to the high competitiveness of the business world, organizations are looking for rethinking their models of management and consequently invest in their assets and intellectual capital. In this context, the research of this article focuses on the study of training and development in a company to provide medical services of a country city of Paraná. This work happened in the period from October 2016 to April 2017. The investigation was guided by the following objectives: contextualizing in theory people management with a focus on training and development, check out the perception of employees about the impact of cycles, investigate the good practices of management, identify whether the perception of employees is compatible with the proposals made by the board of directors. In relation to methodological procedures, it is characterized as an exploratory research of bibliographical nature. As a tool for data collection, we used an adaptation of the Freinetian technique with application of a search guided by the questions I congratulate, I propose and I criticize applied to 15 subjects participating in the research, being fourteen managers, and a manager of people management. After collecting

and analyzing the data, it was possible to identify the good practices in training and development as well as the proposals and suggestions.

KEYWORDS: Training. Development. Human Capital.

1 | INTRODUÇÃO

A empresa objeto deste estudo atua há 20 anos no mercado prestando serviços médicos em uma cidade no interior do Paraná, preocupando-se com o contexto econômico do mercado atual, com a falta de mão de obra especializada e por vivenciar os aspectos negativos da rotatividade de colaboradores e gestão, está desenvolvendo práticas de capacitação de liderança.

A referida instituição, na evolução da história de seu modelo de gestão agregada a transformação e a valorização de seus profissionais no ambiente corporativo, inseriu em sua administração novas práticas voltadas ao capital humano. Na modalidade *staff*, terceirizou uma empresa para potencializar a liderança em suas relações interpessoais e profissionais de sua equipe de gestores e buscar sanar a rotatividade dos colaboradores, com o intuito de construir uma equipe sólida e comprometida com a excelência. O planejamento desta atuação pautou-se em ciclos que ocorrem trimestralmente na tentativa de harmonizar as inter-relações pessoais e profissionais

Os referidos ciclos são constituídos por palestras interativas com diferentes temáticas, tais como: Comprometimento, Administração de tempo, Delegar tarefas, Capacitar sucessores, Gerenciamento da equipe, Bem estar da equipe, Competência emocional do líder, Cultura organizacional, *Lovemarks*, entre tantas outras temáticas, as quais tem a intencionalidade de estabelecer um relacionamento duradouro com o cliente e convergem para o fortalecimento das ações humanas.

Foi durante a efervescência desses encontros que emergiu a inquietação a qual tornou-se a problemática desta pesquisa: Qual a percepção dos colaboradores desta empresa, com os ciclos desenvolvidos? Sendo o objetivo geral do trabalho verificar a percepção dos gestores e colaboradores sobre a respeito da efetividade destas novas práticas.

Diante do cenário econômico extremamente competitivo é notória a preferência da maioria das instituições por profissionais qualificados com conhecimento, habilidades, atitudes e experiência. E a gestão de pessoas ganha espaço neste contexto, pois se caracteriza como uma atividade que visa à cooperação de pessoas nas organizações para o alcance dos objetivos tanto da organização quanto do indivíduo (GIL, 2008).

Para Dutra (2002, p. 17), gestão de pessoas “é um conjunto de políticas e práticas que permitem a conciliação de expectativas entre a organização e as pessoas para que ambas possam realizá-las ao longo do tempo”.

De acordo com Chiavenato (2008) a gestão de pessoas tem a incumbência de agregar

conhecimentos, aplicar treinamentos desenvolver habilidade e competências, monitorar o desenvolvimento dos colaboradores. Promover e contribuir com o recrutamento e seleção de candidatos de acordo com o perfil e necessidade da instituição, deve estabelecer um processo de integração transmitindo ao mesmo missão, visão e valores. Avaliar e implantar treinamentos e desenvolvimentos em aspectos comportamentais e técnicos.

Sob esse entendimento justifica-se a importância do estudo dessa temática que tem a finalidade de dar suporte aos setores, pois o treinamento refere-se há um processo educacional de curto-prazo que abrange as ações que buscam a capacidade das pessoas para um desempenho superior das atividades vinculadas as funções que ocupam. (Gil, A.C., 2001, p. 122)

O desenvolvimento, por sua vez, não está necessariamente ligado à função desempenhada, porém permite um aprimoramento profissional. Ele se difere do treinamento, pois ele não visa o presente, ou seja, foca em funções que serão ocupadas futuramente e os conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para ocupar a função. (Gil, A.C., 2001, p.122)

Complementarmente para responder a problemática desse trabalho elaboraram-se os seguintes objetivos específicos que nortearam esta pesquisa:

- Contextualizar teoricamente a gestão de pessoas com foco no treinamento e desenvolvimento;
- Verificar a percepção dos colaboradores quanto ao impacto dos ciclos,
- Investigar as boas práticas da gestão, identificar se a percepção dos colaboradores é compatível com as propostas da direção.

A metodologia aplicada para o desenvolvimento deste trabalho envolveu uma pesquisa exploratória de uma linha bibliográfica. A análise dos indicadores foi orientada pela interpretação qualitativa e o instrumento de indicadores de dados foi entrevista aberta com a gerente de gestão de pessoas e a coleta de opiniões com os gestores sobre a importância do desenvolvimento do capital humano a partir do treinamento. A adaptação da metodologia frenetiana orientou essa coleta nas categorias: eu felicito, eu proponho, eu percebo.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão de pessoas: Um contexto

Segundo Chiavenato (2010) a gestão de pessoas é composta por pessoas e organizações, onde podemos considerar que existe uma relação de mútua dependência, pois pessoas buscam atingir seus objetivos pessoais e profissionais por meio do trabalho, enquanto as organizações precisam das pessoas para atingir seus objetivos globais e estratégicos.

A gestão de pessoas na década de 30 era realizada pelo departamento pessoal, o qual não valorizava o funcionário, pois os mesmos eram vistos como máquinas de produção ou apenas números, o departamento pessoal tinha o foco somente burocrático.

Em meados da década de 60 o departamento pessoal, acompanhando a evolução da humanidade, inicia o processo de mudanças e começa a exercer a função de departamento de recursos humanos, passando a enxergar o funcionário com um olhar mais humanizado importando-se com suas emoções e necessidades. A partir deste momento deu ênfase a importância da motivação e da satisfação dos funcionários no ambiente corporativo.

A diretoria das organizações visando à melhoria de processos e aumento de produção entre as décadas de 60 e 90 passou a interagir junto ao recursos humanos, nesta fase desenvolve-se a trilogia: burocracia, motivação, treinamento e desenvolvimento. Adiciona-se também a isso a importância dada a qualidade de vida aos funcionários.

Com a evolução destas ações a gestão de pessoas passa a ser reconhecida como gestão de competência, agregando aos tributos anteriores à importância do capital intelectual, como um diferencial competitivo de organizações preparadas para enfrentar os desafios da inovação e da concorrência.

2.2 Um olhar sobre o capital humano

No entendimento de Chiavenato (2010) o capital humano pode ser definido como um patrimônio de valor inestimável que uma organização agrega para alcançar sucesso e contemplar seus objetivos.

Esse capital é constituído basicamente de dois aspectos, um deles o talento que para o autor supracitado percebe o colaborador como um ser histórico dotado de conhecimentos, habilidades e competências que devem ser reforçados, atualizados e compensados em um contexto que é o ambiente interno, propício para que estes talentos prosperem e desabrochem, o qual constitui-se no segundo aspecto. Este ambiente é determinado por três dimensões: arquitetura organizacional, cultura organizacional e estilo de gestão.

Por tanto o talento deve estar inserido num contexto hospitaleiro, benéfico e estimulante para que os mesmos obtenham um desempenho e crescimento adequados.

2.3 Treinamento e desenvolvimento

Para Chiavenato (1999) treinamento e desenvolvimentos são atividades relativamente distintas, o treinamento é voltado para o presente que visa melhorar habilidades relacionadas ao cargo atualmente ocupado, enquanto o desenvolvimento foca de um modo geral em cargos que futuramente poderão ser ocupados, onde provavelmente novas habilidades serão requeridas.

Basicamente podemos definir treinamento como o ato de ensinar habilidades básicas que se faz necessário para o desempenho exigido para um cargo, Chiavenato (1999).

O indivíduo em si possui características naturais ou adquiridas ao longo do tempo,

cada ser pode aumentar seus conhecimentos investindo na sua formação educacional e profissional alavancando sua capacidade técnica nas atividades escolhidas.

O treinamento refere-se à preparação para desempenhar com eficiência e eficácia tarefas específicas pertinentes ao desempenho da pessoa que ocupa o cargo, contemporaneamente entendem-se como uma ferramenta para tornar pessoas mais produtivas, criativas e inovadoras. Sendo um processo de curto prazo com a finalidade transmitir conhecimentos, habilidades ou atitudes ligadas à realização de atividades ou ao aperfeiçoamento do trabalho. A maioria dos programas de treinamento tem como núcleo o treinamento comportamental o qual foca na mudança de atitudes reativas e conservadoras para atitudes proativas e inovadoras construindo uma identidade visionária.

Os treinamentos também podem contribuir de forma positiva e constante, visto que são mecanismos utilizados para valorizar o capital intelectual, aumentar a motivação, assegurar uma receptividade em relação às mudanças, garantir comprometimento e redução de tensões e conflitos.

O treinamento até pouco tempo atrás tinha foco apenas na preparação de atividades, objetivando o conhecimento técnico sobre o desenvolvimento destas, porém percebe-se sua relevância não unicamente para a preparação técnica, mas também para a expansão de competências comportamentais que assessoram as pessoas a desenvolverem suas atividades da forma mais eficaz possível.

O desenvolvimento vem a ser um conjunto de experiências proporcionadas pela organização, com a finalidade de melhorar o desenvolvimento e o crescimento profissional.

A cultura brasileira infelizmente não foi projetada para disseminar a prática de desenhar o plano de carreira do trabalhador em geral, frente a esta situação tornou-se limitado o desenvolvimento profissional. Isto resulta em escassez de mão de obra especializada e o cenário do mercado atual exige profissionais amplamente qualificados e que os mesmos apresentem anseio de uma auto busca. Na ausência dessas atribuições as instituições para suprir tais lacunas estão promovendo diferentes formas de treinamento e capacitação. Dentre os métodos utilizados para o desenvolvimento de pessoas, destaca-se a rotação de cargos que permite ao colaborador aprimorar suas habilidades, conhecimento e capacidade. Pode-se citar também o estudo de casos, onde o indivíduo deverá analisar e resolver o problema que lhe é apresentado.

3 | METODOLOGIA

Para Fonseca (2002) métodos significa organização, estudo sistemático, pesquisa de investigação, ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou estudo, ou para fazer uma ciência. Etimologicamente significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para se fazer uma pesquisa científica.

O presente estudo insere-se na perspectiva da pesquisa exploratória e bibliográfica. A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e a análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

Com relação aos objetivos, foi utilizada a pesquisa exploratória e descritiva que de acordo com Malhotra (2001) a pesquisa exploratória, tem o objetivo principal de possibilitar a compreensão do problema enfrentado pelo pesquisador. A pesquisa exploratória é usada em casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão e identificar cursos relevantes de ação ou obter dados adicionais antes que se possa desenvolver uma abordagem. Como o nome sugere, a pesquisa exploratória procura explorar um problema ou uma situação para prover critérios e compreensão.

No entendimento do autor Andrade (2002), a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisa-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador.

Quanto aos procedimentos fez-se uso de pesquisa bibliográfica que segundo Gil (2007) é elaborada com base em material já publicado, que tem o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual de conhecimento do referente tema.

Em função de sua natureza caracterizou-se como pesquisa qualitativa envolvendo coleta de dados por meio de uma entrevista com 5 questões abertas aplicadas a gerente de gestão de pessoas da empresa.

De acordo com Lakatos e Marconi (2001, pag. 195) a entrevista pode ser definida como:

Um encontro entre duas pessoas, afim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou ainda no tratamento de um problema social.

Em uma outra vertente de coleta de dados, foi aplicado a 14 gestores um diagnóstico de percepção dos ciclos a partir do treinamento. A técnica utilizada foi uma adaptação da metodologia Freinet avaliando as categorias: eu felicito, eu proponho, eu percebo. Tal técnica oportuniza a leitura da opinião sobre o fenômeno estudado e Freinet aplicava esse instrumento para analisar o processo educacional de forma democrática, no qual todos os envolvidos julgam os fatos e indicam em uma cumplicidade participativa soluções para melhoria continua do processo.

4 | APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A primeira fase da pesquisa buscou coletar a leitura da gerente de gestão de pessoas da empresa sobre T&D. Nessa etapa do trabalho, são apresentados os resultados alcançados qualitativamente, conforme seguem:

Quando questionada sobre sua concepção de T&D a resposta da entrevistada conduz ao entendimento citado por Chiavenato no qual classifica e entende treinamento como fator atual com caráter técnico e desenvolvimento com abordagem de futuro e aperfeiçoamento pessoal em todas as áreas humanas. Confirmou-se esse discurso, quando relata que a organização *“promove educação corporativa utilizando-se de capacitações internas, externas, autodesenvolvimento, leituras, rodizio nas estações de trabalho, EAD e demais métodos para promover conhecimentos, habilidades e atitudes. Organiza programas de desenvolvimento como o de liderança, mentoring, assessment, coach”*.

Referente a intencionalidade da implantação do Programa de Capacitação T&D, a resposta dessa questão sinaliza as seguintes questões conforme o relato abaixo:

“Capacitar a implantação e desenvolvimento da gestão de pessoas por competência na cooperativa; qualificar e aperfeiçoar a performance da liderança; ampliar os resultados do negócio; desenvolver cultura de equipes cooperativas; aprimorar a gestão integrada de pessoas; desenvolver programa de gestor trainee; promover o mentoring; realizar assessment e coach com gestores da cooperativa e desenvolver programas de sucessão”.

No quesito dificuldades encontradas para desenvolver os diferentes perfis dos níveis de gestão, a gerente de gestão de pessoas esclarece que *“primeiramente é necessário que a estrutura hierárquica, do organograma da empresa esteja bem alinhado com o devido empoderamento dos cargos de liderança e o respaldo a seus ocupantes”*.

No que tange a percepção sobre a visão dos colaboradores diante da operacionalização do programa, ficou claro em sua resposta que ainda é precoce uma avaliação, seu discurso tímido aponta fragilidade e insegurança pela incerteza em não conseguir visualizar a e apontar nenhum resultado.

No entanto, no olhar da gerente de gestão de pessoas sobre as melhorias percebidas pós-ciclos, revelou conforme transcrição abaixo que

“o grupo está mais coeso, mais integrado e cooperativo em termos de rumo comum para atingir resultados. Aprendendo e se redesenhando frente a diversos programas de qualificação e melhoria que a cooperativa vem implementando. Além disso a direção com uma abertura para participação e empoderamento a liderança para assumir a frente de responsabilidade de gestão ao auxilia na mudança organizacional de postura da liderança em prole de um cenário mais participativo”.

Ao analisar no contexto geral, as respostas acima é valido ressaltar que a construção da identidade profissional coletiva dos colaboradores está na fase inicial e que a direção e a gerente de gestão de pessoas tem como ponto de relevância o respeito às necessidades

e a complexidade do comportamento humano.

Na segunda fase da pesquisa foram solicitados a quatorze colaboradores gestores da instituição estudada, que analisassem a sua empresa a partir de três categorias: eu felicito, eu proponho, eu percebo. Na categoria eu felicito a análise dos participantes revelaram as seguintes considerações:

EU FELICITO

1. Escolhas dos temas do treinamento.
2. Capacitação da gestão, diversidade de treinamentos e incentivo da empresa.
3. Facilidade de participação.
4. Oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento profissional.
5. Processo sistematizado com o cronograma dos ciclos.
6. Auxilia o colaborador a trilhar seu caminho de forma eficaz.
7. Foco no desenvolvimento individual.
8. Valorização e investimento da empresa para capacitação profissional.
9. Distribuição dos treinamentos de acordo com a hierarquia organizacional.
10. Distribuição dos treinamentos de acordo com o perfil de cada área.
11. Diferencial profissional após as capacitações.
12. Cronograma de cursos para liderados e gestão e treinamentos específicos para cada área.
13. Evolução dos setores após aprimoramento da gestão.
14. Parabéns aos dirigentes pelo incentivo as suas lideranças.

Tabela 1 – Eu Felicito

Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisar as informações da tabela acima da categoria eu felicito é possível perceber a concentração em três núcleos de percepção: tema, desenvolvimento e logística. Dentro deste contexto observa-se no núcleo referente ao tema, a percepção dos sujeitos 1 e 2 que felicitam os tópicos abordados nas palestras. O foco dos diferentes conteúdos apresentados, foram diversificados atendendo as múltiplas fraturas cognitivas.

No núcleo do desenvolvimento pessoal os sujeitos 4, 6, 7, 8, 13 e 14, evidenciam a importância e o foco da valorização dos diferentes perfis da liderança explorados através

das diversas capacitações.

Os participantes 3, 5, 9, 10, 11 e 12 revelam aspectos relacionados ao núcleo da logística quando apontam a importância do planejamento através de um fluxograma cronometrado para atender as diferentes demandas da instituição.

No entender de Lins (1993), o fluxograma destina-se à descrição de processos. Um processo é uma determinada combinação de equipamentos, pessoas, métodos, ferramentas e matéria-prima, que geram um produto ou serviço com determinadas características.

O núcleo da logística se faz necessário para que o planejamento, execução e finalização dos ciclos acompanhem as atividades e o tempo disposto de cada participante.

EU PROPONHO

1. Treinamentos específicos para cada setor.
2. Banco de vídeo dos treinamentos e acervo para consulta.
3. Adequar horários dos treinamentos com as escalas dos colaboradores.
4. Diversidade de palestras.
5. Palestras motivacionais.
6. Focar na integração das equipes.
7. Feedback ao final dos treinamentos.
8. Nenhuma sugestão.
9. Enviar comunicado aos colaboradores sobre os treinamentos.
10. Criar grupos de estudo.
11. Acompanhamento mais próximo da gestão.
12. Treinamentos voltados para a gestão.
13. Contratação de uma analista de T&D.
14. Nada a acrescentar.

Tabela 2 – Eu Proponho
Fonte: elaborado pela autora

Analisando a tabela acima a qual se refere a dimensão Eu Proponho, é válido ressaltar que a percepção dos gestores ficou centralizada em dois pilares: o do conhecimento e do técnico-operacional.

O pilar do conhecimento abrange as respostas dos sujeitos 1, 4, 5, 6, 10 e 12, os quais buscam aprimorar o desenvolvimento pois dão relevância a estas ações, conforme citado em seus registros:

“Diversidade de palestras.”

“Criar Grupos de estudos.”

Além de apontarem este pilar como sugestão, confirmam a pesquisa apontada no referencial teórico a qual indica que por meio do desenvolvimento os colaboradores têm condições de absorver informações, aprimorara diferentes atitudes/comportamentos, desenvolver habilidades e os resultados de toda esta prática são positivas tanto para as pessoas como para as organizações. (CHIAVENATTO,2008)

No que se refere ao pilar técnico operacional, concentrou as propostas dos sujeitos 2, 3, 7, 9, 11 e 13 os quais evidenciaram a necessidade de investir nos recursos tecnológicos, adequar cronograma e planejamento; enfim percebeu-se que essa categoria sinaliza para a condução de atividades operativas relacionadas ao gerenciamento de recursos, acompanhamento e controle das atividades, como apontado:

“Banco de vídeo dos treinamentos e acervo para consulta.”

“Contratação de um analista de T&D.”

Os entrevistados 8 e 14 não registraram nenhuma proposta o que conduz a análise de satisfação com a realização dos ciclos T&D pois, no depoimento da tabela anterior felicitaram a organização citando *“Parabéns ao dirigentes pelo incentivo as suas lideranças”*.

EU PERCEBO

-
1. Falta de continuidade nos treinamentos.

 2. A empresa busca excelência na qualidade dos serviços.

 3. Integração pouco disciplinar.

 4. Investe em desenvolvimento, mas falta acompanhamento.

 5. Colaboradores motivados por poucos dias, treinamento não acontecem na prática.

 6. Avaliação de desempenho coerente como desenvolvimento pessoal e profissional.

 7. Rever frequentemente para avaliar o impacto nas equipes.

 8. Oportunidade de crescimento pessoal e profissional quanto aos cursos oferecidos.

 9. Promover continuidade nos treinamentos para todos os colaboradores.

 10. Treinamento de grande importância para atingir resultados, aprimorar o treinamento com o foco na objetividade.
-

-
11. Resultado positivo, podendo melhorar com mais incentivo.
-
12. Melhor desempenho dos colaboradores e maior qualidade nas atividades desenvolvidas.
-
13. A cada ciclo de treinamento, colaboradores ouvem feedback e tem a oportunidade de proporcionar mudanças visando melhoria contínua.
-
14. Crescimento profissional, novas praticas de lideranças, gestão do desempenho e produtividade, maturidade do grupo gerencial.
-

Tabela 3 – Eu Percebo

Fonte: elaborado pela autora

No quesito Eu Percebo, os dados coletados direcionam a interpretação para dois fatores de análise: um fator concentra os pontos fortes/positivos e o outro revela os pontos fracos/negativos.

O processo de identificação requer uma percepção das fragilidades e das possibilidades.

Os participantes 2, 6, 8, 10, 11, 12, 13 e 14 destacaram de forma expressiva reconhecendo a busca pela excelência por parte da direção quanto a realização dos ciclos. Percebe-se que cada análise está intimamente relacionada ao diagnóstico das boas práticas consolidando os elementos fortes num grau de elevada importância.

De acordo com Andion e Fava (2003, p. 43) “Através da análise dos pontos fortes e fracos, os gestores e suas equipes poderão determinar com mais clareza as prioridades em termos de ameaças e oportunidades existentes no ambiente externo”. Os pontos fortes são características que facilitam o cumprimento da missão da empresa. Essas características potencializam a imagem da organização tornando-a mais respeitada e competitiva.

A percepção dos entrevistados destaca ações que garantem eficiência conforme transcrição de suas considerações abaixo:

“A empresa busca excelência na qualidade dos serviços”.

“Melhor desempenho dos colaboradores e maior qualidade nas atividades desenvolvidas”.

“Crescimento profissional, novas práticas de lideranças, gestão do desempenho e produtividade, maturidade do grupo gerencial”.

Referente aos pontos fracos encontrados na operacionalização dos ciclos ficou evidente as lacunas no processo conforme relato:

“Falta de continuidade nos treinamentos”.

“Promover continuidade nos treinamentos para todos os colaboradores”.

Essa descontinuidade é um fenômeno multifacetado que implica em novos ajustamentos e foram percebidos pelos participantes 1, 3, 4, 5, 7 e 9.

Essa categoria de análise, Eu Percebo, ressalta aspectos importantes para revitalizar a estrutura operacional dos ciclos. Os pontos a melhorar, considerados pelos

indicadores são perspectivas de fortalecimento para maximizar as áreas onde existem riscos, fragilidades e obstáculos.

As três categorias acima concentraram-se em avaliar a percepção dos colaboradores quanto ao processo de realização dos ciclos T&D.

Mesmo com as dificuldades apontadas, um dos pontos fortes mostrados na pesquisa pela tabulação dos dados foi o investimento no capital humano.

Partindo deste ponto vê-se que o ciclo passa por um período de fortalecimento e que o grau de satisfação dos colaboradores converge para a percepção positiva da gerente de gestão de pessoas quando a mesma apontou o que vem entrelaçar no mosaico dos objetivos e intencionalidade da direção desta empresa estudada, ou seja, priorizar valorizando o capital humano.

Ao analisar no contexto geral, os dados obtidos nas duas fases da pesquisa, é válido ressaltar que os resultados demonstraram que assim como existiram dificuldades, emergiu também uma efervescência de boas práticas pautadas na melhoria do clima organizacional.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificando os dados da pesquisa fica evidenciado que o treinamento e desenvolvimento trata-se de um processo de evolução constante. As pessoas são os principais agentes de transformação de uma cultura dentro de uma empresa, transformação esta desenvolvida por meio de suas competências e habilidades.

Gerenciar pessoas depende exclusivamente de aprimoramento através do treinar e do capacitar. Ao transformar essa atitude em prática, em situações que permeia as atividades das organizações, a ferramenta será o processo da melhoria contínua.

Esse processo de treinamento e desenvolvimento tem um início, um meio, mas nunca poderá ter um fim. Tal concepção está presente nas ações desenvolvidas pela empresa estudada, de acordo com a resposta da entrevista realizada com a gerente de gestão de pessoas quando cita a importância de desenvolver constantemente habilidades preocupando-se que todos os envolvidos nesse ciclo desenvolvam empoderamento e autonomia.

Na intencionalidade da direção desta empresa para dar continuidade ao processo e garantir o sucesso do mesmo, ficou evidente um alto grau de refinamento nas execuções de práticas e tarefas com a finalidade de agregar valores, os quais, acontecem por meio de cada indivíduo.

Com esse trabalho pode ser verificado a percepção dos colaboradores e o grau de satisfação diante da realização dos ciclos de treinamento e desenvolvimento. Fica registrado que algumas propostas sugeridas durante a segunda fase da pesquisa, já foram implantadas como, a contratação de um analista de T&D e o envio aos colaboradores de relatório síntese sobre os treinamentos.

Dessa maneira, pode-se confirmar que esta empresa ao adotar a implantação dos ciclos, está conseguindo adequar e investir formalmente nas oportunidades de crescimento e participação nas decisões da organização ao construir um pensamento sistêmico de seus colaboradores.

Pode-se deixar como proposta à empresa as considerações elencadas de construção de uma política ininterrupta dos ciclos e a certeza da importância de que estão no caminho adequado ao investir na gestão de pessoas.

Enfim, toda investigação, foi guiada por uma grande preocupação em contribuir com a melhoria da empresa pesquisada e dessa forma os elementos da teoria especialmente de Chiavenato analisados à luz da prática e os elementos da prática refletidos à luz da teoria marcaram encontros e desencontros na trajetória da pesquisa deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDION, Maria Carolina, FAVA, Rubens, **Gestão empresarial / Fae School**. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Bom Jesus, 2002.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós- graduação: noções práticas**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos: como incrementar talentos na empresa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva. M.; MARCONI, Mariana de. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4º. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LINS, B. F. E. **Ferramentas básicas da qualidade**. Brasília, 1993

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3.Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PRECARIEDAD Y PROFESIÓN DEL MERCADO LABORAL DEL TRABAJADOR SOCIAL EN EL ESTADO DE HIDALGO 2005-2012

Data de aceite: 01/03/2022

Carlos Martínez Padilla

Profesor Investigador de la Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo (UAEH)
México

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo explorar el mercado laboral de los trabajadores sociales del estado de Hidalgo en el periodo 2005-2012 desde la perspectiva de la profesión y de la precariedad laboral. El mercado laboral de los trabajadores sociales se elaboró con la Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo -ENOE- 2005-2012 del Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) 2018. Los principales hallazgos muestran que los trabajadores sociales son empleados de medianas y grandes organizaciones que limitan su capacidad para usar su experiencia y conocimiento. Asimismo, se observó que, el estado de Hidalgo es una entidad que cuenta con una mayor participación de trabajadores sociales en el mercado laboral a nivel nacional. La precarización laboral se puede observar en determinados años en los que existe una amplia participación de determinados trabajos y, que posteriormente, disminuyeron o desaparecieron dichos trabajos. Por ejemplo, en el 2009, el 4.17 % de los trabajadores sociales eran funcionarios y directivos y, trabajadores en protección y vigilancia, pero años previos y posteriores sus tasas de participación laboral era mínimas o nula.

PALABRAS CLAVE: Profesión, semi-profesión,

trabajador social, mercado laboral.

ABSTRACT: This work aims to explore the labor market of social workers in the state of Hidalgo in the period 2005-2012 from the perspective of the profession and precarious job. The labor market of social workers was elaborated with the National Survey of Occupation and Employment -ENOE- 2005-2012 of the National Institute of Statistics and Geography (INEGI) 2018. The main findings show that social workers are employees of mediated and large organizations They limit your ability to use your experience and knowledge. Likewise, it was observed that the state of Hidalgo is an entity that has a greater participation of social workers in the labor market at the national level. Precarious Job can be observed in certain years in which there is a wide participation of certain jobs and, later, these jobs decreased or disappeared. For example, in 2009, 4.17% of social workers were civil servants and managers, and protection and surveillance workers, but previous and subsequent years their labor participation rates was minimal or null.

KEYWORDS: Profession, semi-profession, social worker, labor market.

1 | INTRODUCCIÓN

En las últimas décadas los mercados laborales se han caracterizado por ofrecer un trabajo precario, es decir, un trabajo inestable, sin seguridad social, bajos salarios, malas condiciones de trabajo y, con alta rotación de personal. El empleo de los trabajadores

puede ser mediante contratos de duración determinada, o bien, sin contrato alguno. Los jóvenes experimentan en mayor grado la precariedad laboral lo que provoca que tardan en emanciparse de su familia y, presentan poca movilidad social ascendente (Martínez, 2021).

Otro grupo vulnerable de la precariedad laboral lo constituyen las mujeres. Ellas, por mucho tiempo, trabajaron en el hogar y, cuidaban de sus hijos como de la casa en la que habitaban. Por su parte, los hombres tenían la responsabilidad de obtener ingresos y, atender los asuntos del mundo exterior del hogar. Hoy, esta situación ha cambiado. Las mujeres trabajan tanto como los hombres. Además, las mujeres le siguen dedicando tiempo tanto a su familia como a su trabajo extradoméstico. No obstante, “el reparto de papeles por géneros continúa siendo los mismos. Nuestras mentalidades no han evolucionado, ni nuestras instituciones han sido revisadas” (Meda, 2002).

Existen tres teorías que analizan el dominio masculino y el patriarcado del mercado laboral femenino (Hakim, 2004): la teoría de Steven Goldberg fundamentada en procesos psicofisiológicos; la teoría de Heidi Hartmann sustentada sobre la organización colectiva de los hombres para promover sus propios intereses en contra de los de las mujeres a través de los sindicatos, el sistema legal y las organizaciones políticas y; la teoría de Gary Becker quien señala que la especialización de los roles de marido y mujer en el hogar explicaría la desigualdad de género en el empleo. Estas teorías presentan varias limitaciones: presentan un reduccionismo económico; tienen un argumento funcionalista en la relación entre capitalismo y trabajo doméstico; y tratan de forma superficial la esfera doméstica para teorizar el contexto familiar (Fine, 1992).

Este trabajo propone abordar la desigualdad del mercado laboral desde las profesiones y desde la precariedad laboral, en particular la profesión del Trabajador Social. No pretende analizar las distintas perspectivas teóricas sino exponer de forma panorámica el contexto en el que se desenvuelven los trabajadores sociales del estado de Hidalgo. A través de diferentes gráficas de mercado laboral se pueden observar varios rasgos de la profesión y de la precariedad laboral.

2 | ANTECEDENTES

Ha habido tipologías que tratan de enmarcar a distintas profesiones. Las teorías esencialistas analizan las condiciones o atributos de una ocupación profesional; las teorías funcionalistas estudian los elementos relevantes de una profesión para el funcionamiento de la sociedad; las teorías críticas consideran a los profesionales como miembros de organizaciones que luchan por su autonomía y poder; las teorías posrevisionistas analizan fenómenos concretos como el papel del Estado o, la mujer profesional o, las relaciones entre profesionales y burócratas, etc. y, las teorías del declive piensan que las profesiones se han desprofesionalizado o proletarizado (Martínez, 2020). Otra propuesta, concibe que todas las profesiones poseen una teoría sistemática, autoridad, sanción comunitaria,

códigos éticos y, una cultura (Greenwood, 1960).

El término profesión ha sido utilizado indiscriminadamente. Es un título codiciado por muchas actividades. Se menciona que existen profesionistas de baile, de béisbol, de actuación, de arte, de música, médica y jurídica, entre otras. También muchas personas se llaman a sí mismas profesionales para obtener una distinción social. O bien, se piensa que tan solo con contar con un título universitario, una actividad como la enfermería o el trabajo social, automáticamente se convierten en profesionales. Muchos más consideran que una persona es un profesional si dedica todo su tiempo a una actividad, en contraposición a alguien que sólo se dedica de manera transitoria o provisional (Flexner, 2001).

También se considera profesional a aquellos trabajadores que tienen una actividad remunerada. Un trabajo reconocido cuyo resultado es de alta calidad, o bien como una categoría especial de una ocupación (profesionales médico y jurídicos). En determinadas actividades, al trabajador social no se le paga como sería el participante de una liga dominical de un deporte (Payne, 2006). Asimismo, puede haber ocupaciones que buscan tener un proyecto profesional, es decir, reclaman su reconocimiento profesional. Este reclamo, muchas veces se traduce en un intento sistemático de ciertas ocupaciones que cuentan con escasos recursos culturales y técnicos, para llevarlos hacia un sistema de ocupaciones institucionalizadas (Bolton, y, Muzio, 2008).

Si bien los estándares objetivos de una definición actual pueden cambiar en el transcurso del tiempo, se requiere de un punto de partida para caracterizar a una profesión. Cada ocupación puede presentar diferentes etapas y, patrones de profesionalización. Generalmente se toman como referente a las profesiones que han sido reconocidas histórica e universalmente como serían el derecho o, la medicina. Son el modelo típico de la profesión establecida y, representan un punto de referencia para las ocupaciones que intentan hacer un proyecto profesional. La docencia y la enfermería se les tratado como semiprofesiones, aunque presentan muchos de los rasgos estructurales y organizativos de las profesiones. La docencia no cuenta con suficiente autonomía sobre su trabajo o, control de conocimientos (Bolton, y, Muzio, 2008).

Los defensores de la profesionalización en el trabajo social han intentado obtener un grado suficiente de autonomía para lograr sus objetivos ocupacionales, además del prestigio social o, buenos salarios. A través de las asociaciones profesionales y las agencias de servicios han justificado la expansión del territorio ocupacional hacia el alivio de la pobreza y, la angustia (Hugman, 2003).

Desde el surgimiento del Trabajo Social se discute si 'es' o 'debería ser' una profesión. Por un lado, el trabajo social se considera como una nueva profesión. Por otro lado, al comparársele con profesiones tan antiguas y legitimadas como la medicina o el derecho, no es considerada como profesión. El trabajo social, como ocupación, comenzó en la segunda mitad del siglo XIX en paralelo con el desarrollo de la enfermería. Ambas ocupaciones han sido del dominio patriarcal (Hugman, 2003).

En los Estados Unidos, el trabajo social presenta un control interno clasista y étnico. Las prácticas y valores del trabajo social reflejan los intereses de algunos miembros, en especial de los niveles superiores, caracterizados desde mediados del siglo XX, por hombres blancos de clase media. Aunque, en menor proporción, muchas mujeres han alcanzado puestos directivos en áreas del Trabajo Social, también han sido blancas de clase media (Hugman, 2003).

En México, el trabajo social emerge de las instituciones públicas. En la década de 1930, el trabajo social era una carrera nueva entre las profesiones. Las trabajadoras sociales, también conocidas en ese momento como inspectoras sociales, realizaban labores en la Beneficencia Pública ejerció sin el reconocimiento formal de un título emitido por una escuela. Allí realizaban actividades de clasificación, registro y análisis de las personas que recibían recursos de la asistencia. En otras instituciones se desempeñaban realizando proyectos de asistencia social, atención pública, labores auxiliares en educación, justicia, protección a los enfermos y asistencia a los pobres (Lorenzo, 2018: 720):

“Por ello, para suplir la carencia de personal especializado, la Beneficencia Pública del Distrito Federal instruyó a sus primeros “inspectores” en el marco de un programa de asistencia social cuyo propósito fue estudiar la pobreza urbana. Entre abril y junio de 1930, Moisés Sáenz, director de la Beneficencia Pública, invitó a Eyley Newton Simpson, sociólogo de la Universidad de Chicago, para que dictara un curso a los “inspectores sociales” de la Beneficencia Pública. Es así que la política pública fue el marco formativo de estos empleados.

3 | DISCUSIÓN TEÓRICA

Como se ha visto en la sección anterior, muchas ocupaciones que en el pasado fueron no profesionales han evolucionado hasta convertirse en profesionales. Por tanto, ¿cuáles son los estándares objetivos para considerar una profesión? Flexner (2001) en 1915 identificó seis:

1. Carácter intelectual con gran responsabilidad individual. Los profesionales poseen una inteligencia libre, ingeniosa y sin obstáculos para ser aplicada a los problemas, a los cuales busca comprender. Ellos ejercen una gran discreción en cuanto a lo que se debe hacer. No están bajo órdenes de alguien más, aunque si existe la cooperación con otras personas.
2. La ciencia y el aprendizaje es su materia prima.- Ellos actualizan constantemente sus conocimientos. Esto les permite evitar que sus actividades se vuelvan instrumentales, mecánicas o rutinarias y, pierdan su carácter intelectual y responsable.
3. La actividad realizada tiene un fin práctico y definido.- Las actividades que realiza tienen un propósito definido. Los médicos tienen conocimientos muy definidos sobre la anatomía, fisiología, farmacología, etc. y, los aplican a la preservación y restauración

de la salud. El conocimiento de la arquitectura se basa en las matemáticas, la física, etc., y, es aplicado en el diseño y construcción de edificios.

4. Técnica comunicable.- Cada profesión posee una técnica capaz de comunicarse a través de una disciplina educativa ordenada y altamente especializada. Los miembros de una profesión están de acuerdo a los objetivos específicos que la profesión busca cumplir, así como los objetivos específicos que el practicante de la profesión debe dominar para alcanzar el objeto en cuestión. Los miembros de una profesión pueden identificar la cantidad y calidad de la formación, general y especial, que debe preceder a la admisión a un lego en la escuela profesional, así como al contenido y duración del curso profesional. Los requisitos de formación buscan excluir de las profesiones a aquellos incapaces de ejercerlas de manera amplia, libre y responsable. Al mismo tiempo, se asegura que las personas potencialmente capaces reciban la formación necesaria para obtener el máximo beneficio posible de la formación impartida.

5. La autoorganización. Una profesión es como una hermandad porque las actividades profesionales son tan definidas en sus deberes y responsabilidades por sus miembros. Incluso, su vida social, incluida su familia, tiende a organizarse en torno a un núcleo profesional. Ellos se pueden organizar en grupos organizados para responder al interés público.

6. Altruismo. Los grupos profesionales buscan verse a sí mismos como órganos ideados para el logro de fines sociales en lugar de órganos formados para luchar por la afirmación de los derechos o la protección de los intereses y principios propios.

Flexner concibió al trabajador social como un agente que convoca, coopera y coordina a varios especialistas profesionales, el trabajo social se debería considerar como una actividad que está en contacto con muchas profesiones, pero no una profesión en sí misma. Por esa razón, varias escuelas de Trabajo Social enumeran diversos tipos de puestos ocupacionales para sus graduados que van desde el cuidado de niños, trabajo religioso, agencias cívicas, mejoramiento industrial, etc. (Payne, 2006).

El pensamiento de Flexner influyó en diversos teóricos y organizaciones profesionales para lograr los estándares que había sostenido para una profesión. Algunos teóricos como Nokes señalaron que las profesiones del bienestar no deberían basarse exclusivamente en la ciencia sino en la comunicación de ideales de cuidado y preocupación en la sociedad. Sainsbury apuntó en el mismo sentido. Propuso que el trabajo social desarrolla habilidades en el equipo para satisfacer las necesidades cambiantes. No obstante, en 1969, otra investigación a cargo de Nina Toren sostuvo que el trabajo social era una semiprofesión porque y que era imposible que alcanzara el estadio de profesión porque los trabajadores sociales son empleados por organizaciones limitan su capacidad para usar su experiencia y el conocimiento (Payne, 2006).

4 | MÉTODO

La participación de la mujer en los mercados laborales ha aumentado notablemente desde finales de del siglo pasado. Las mujeres han logrado dominar numéricamente ciertos mercados laborales que antes eran dominados por hombres, como sería el derecho, la administración o, la docencia. No obstante, los hombres continúan dominando los puestos superiores. Esta forma de organización del trabajo está históricamente arraigada en las concepciones culturales de la masculinidad y, en los arreglos institucionales basados en el poder patriarcal (Bolton, y, Muzio, 2008).

Se utilizaron los datos de la ENOE 2005-2012 porque en dicho periodo, la encuesta especifica el nombre de la carrera que estudiaron los sujetos. Además, la ENOE tiene como objetivo proporcionar información sobre: la población que se ha incorporado en los mercados de trabajo, así como en las condiciones en que lo ha hecho. Los datos presentados representan el promedio de los datos obtenidos cada trimestre en un año. Ver Tabla 1.

AÑO	TRIM	MUESTRA	AÑO	TRIM	MUESTRA	AÑO	TRIM	MUESTRA
2005	1	342	2008	1	340	2011	1	395
	2	365		2	348		2	394
	3	342		3	350		3	382
	4	349		4	352		4	369
2006	1	339	2009	1	360	2012	1	372
	2	336		2	365		2	388
	3	352		3	385			
	4	342		4	399			
2007	1	340	2010	1	395			
	2	331		2	402			
	3	334		3	400			
	4	335		4	388			

Tabla 1.- Muestra de trabajadores sociales en la ENOE 2005-2012

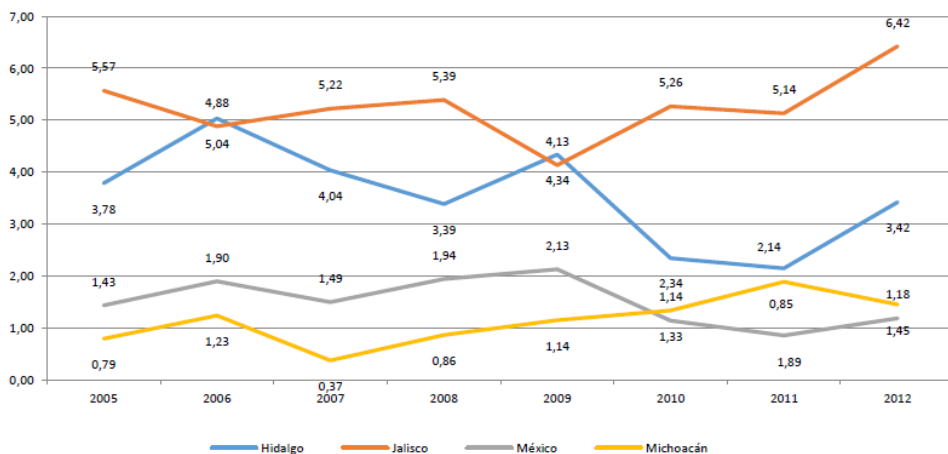
Fuente: Elaboración propia

La encuesta levanta información de una muestra representativa de las viviendas del país. La muestra comienza con la selección de grupos de viviendas en una primera etapa y termina con la selección de viviendas. Posteriormente, hace uso de técnicas probabilísticas aplicadas a un universo agrupado en conglomerados y segmentado en estratos. Se busca que todos los sectores económicos que la integran estén representados en ésta. La confiabilidad de la información de la ENOE se sustenta en un diseño probabilístico que garantiza, aun sin visitar todas las viviendas del país, la validez de la información para todo

el universo de estudio” (INEGI, 2010).

5 | RESULTADOS

La Gráfica 1 muestra los trabajadores sociales de los estados de Hidalgo, Jalisco, México y Michoacán. El estado de Jalisco presenta la mayor proporción de Trabajadores Sociales en el mercado laboral. El estado de Hidalgo también presenta una gran proporción de Trabajadores Sociales. En 2005, los trabajadores sociales del estado de Hidalgo representaron el 3.78 % y, en el 2012 representaron 3.42% de los trabajadores del país. En el estado de México ha habido una tendencia casi constante. En el año 2005, el 1.43% y en el 2012 presentaba el 1.45% de los trabajadores sociales. Por último, Michoacán mostró en el 2005 un 0.79% de trabajadores sociales del país y, para el 2012 el 1.18% de la población de trabajadores sociales.

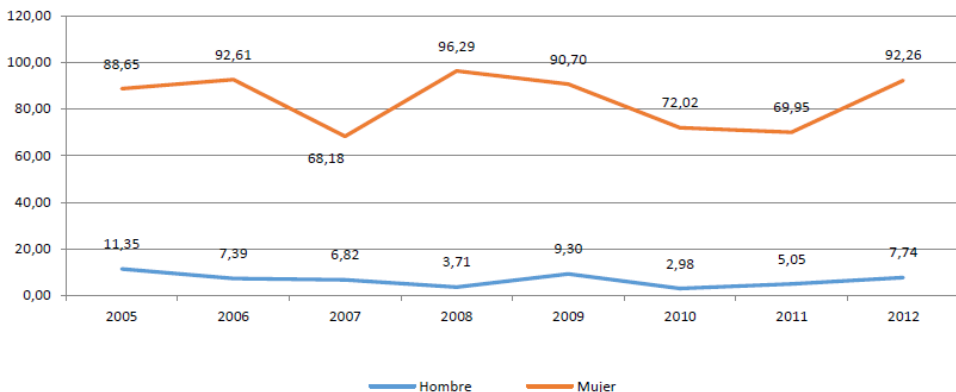


Gráfica 1. Población de Trabajadores Sociales por entidad 2005-2012

Fuente: Elaboración propia en base a ENOE 2005-2012

A través de la Gráfica 2 se puede observar el sexo de la muestra de trabajadores sociales. Las mujeres ocupan la gran mayoría de la muestra. Las mujeres conformaron el 88,65% de la población en 2005, situación que se mantuvo casi constante hasta 2012 con un 92,26%. Sin embargo, la muestra femenil del 2007 presenta una descenso de casi 25 puntos porcentuales. En el 2006 llegó a representar el 92.61% de la muestra y para el 2007 se situó en 68,18%.

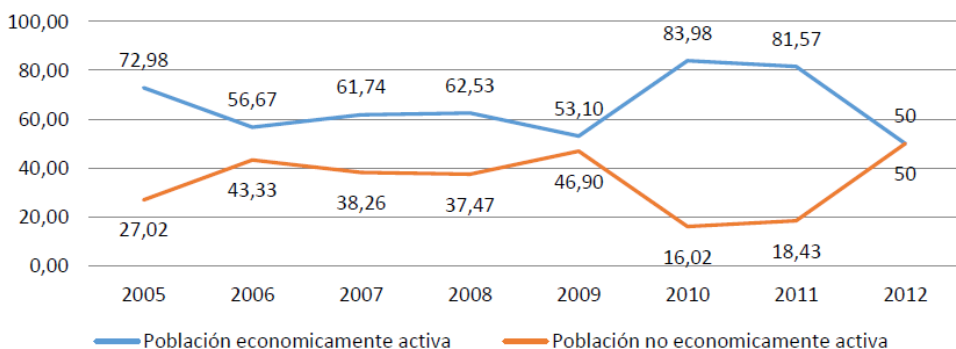
Con respecto a los varones, ellos en el 2005 representaron el 11,35% de la entidad y, en el 2012 descendió a 7,74%. Es decir, en este periodo, en la entidad se ha consolidado la feminización de la profesión. Ver gráfica 2.



Gráfica 2. Población de Trabajadores Sociales por sexo en el estado de Hidalgo, 2005-2012

Fuente: Elaboración propia en base a ENOE 2005-2012

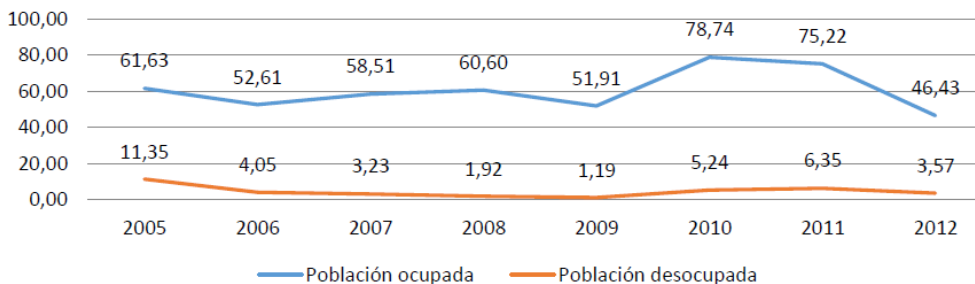
En la Gráfica 3 se aprecia a la Población Económicamente Activa (PEA) y Población No Económicamente Activa (PNEA). Mientras la PEA muestra un comportamiento sin tendencia pasando de 72,98% a 50% entre 2005 y 2012 presentando su porcentaje más alto en 2010 con 83,98%, la PNEA muestra un comportamiento simétrico con respecto al PEA pero de manera inversa. Pasa de 27,02% en 2005 a 50% en 2012, con su nivel más bajo en 2010 donde se conforma apenas un 16,02%.



Gráfica 3. Población Económicamente Activa (PEA) y Población No Económicamente Activa (PNEA) de trabajadores sociales en Hidalgo, 2005-2012

Fuente: Elaboración propia en base a ENOE 2005-2012

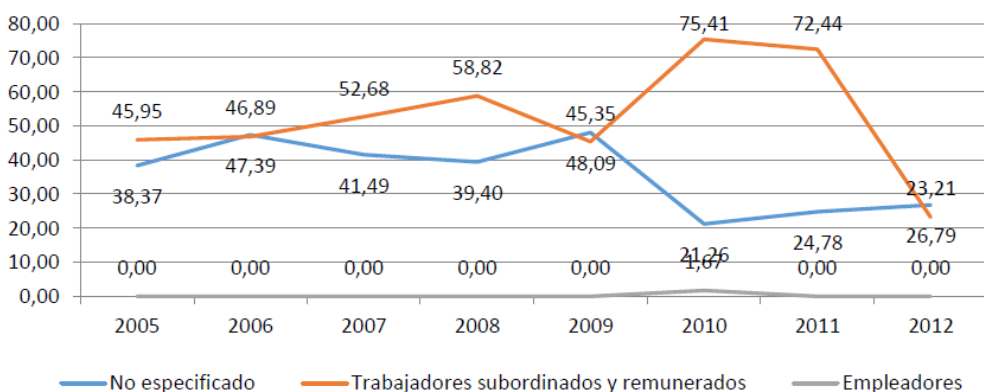
La Gráfica 4 muestra a la población ocupada y desocupada de trabajadores sociales en Hidalgo. En cuanto a la población desocupada se mantiene constante y en bajos niveles, con una tendencia decreciente que lleva del 11,35% en 2005 a 3,57% en 2012, la población ocupada se mantiene en números altos y más o menos constantes. De 61,63% en 2005 a 46,43% en 2012 con su punto máximo en 2010 del 78,74%.



Gráfica 4. Población ocupada y desocupada de trabajadores sociales de Hidalgo, 2005-2012

Fuente: Elaboración propia en base a ENOE 2005-2012

A través de la Gráfica 5 se observar el porcentaje de determinadas posiciones por parte de la población ocupada. Aquellos que se ubican como trabajadores subordinados y remunerados muestran un descenso porcentual. Mientras en 2005 se constituían en un 45,95%, para 2012 solo representaron un 26,79%. Sin embargo, el decrecimiento muestra puntos altos y bajos, negando una tendencia clara, siendo sus puntos más altos y significantes los registrados en 2010 y 2011 representando un 75,41% y 72,44% respectivamente. En el caso de los empleadores, estos apenas tienen presencia constituyéndose únicamente con un 1,67% en 2010. Aquellos que no especifican su posición no muestran ninguna tendencia significativa, aunque una leve disminución entre 2005 con 38,37% y 2012 con un 26,79%. Por tanto, El planteamiento de Toren y de Hugman (2003) de que el Trabajo Social no sería una profesión porque los trabajadores sociales tienen un empleo subordinado seguiría teniendo vigencia.



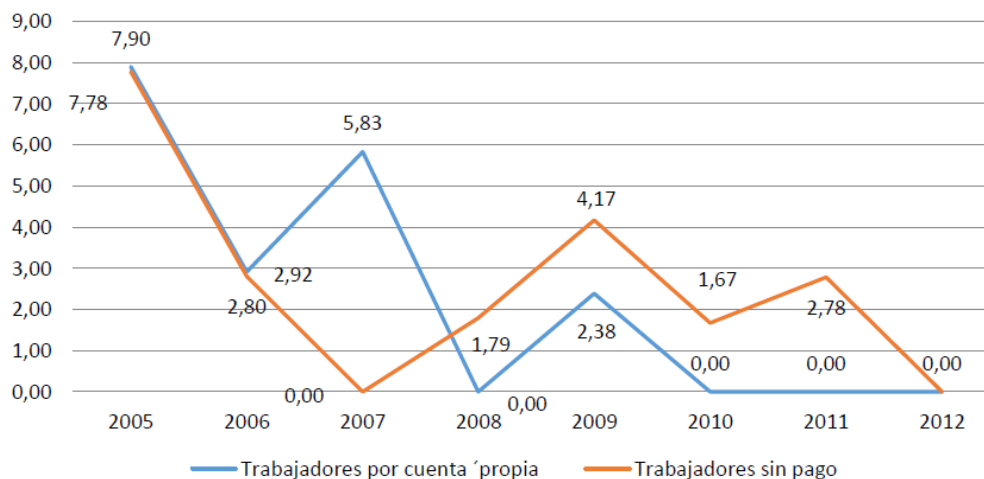
Gráfica 5. Población ocupada por posición en la ocupación de trabajadores sociales en Hidalgo 2005-2012

Fuente: Elaboración propia en base a ENOE 2005-2012

La Gráfica 6 presenta a los trabajadores por cuenta propia y a los trabajadores sin

pago. Ambas poblaciones presentan similitudes durante el periodo establecido, pues para 2005 parten de 7,90% y 7,78% mientras que para 2012 llegan a 0%. Presentan aparentes ciclos siendo 2007 un año contrastante pues mientras los trabajadores sin pago alcanzan a situarse en 0%, los que trabajan por cuenta propia representan el 5,83% de la población general.

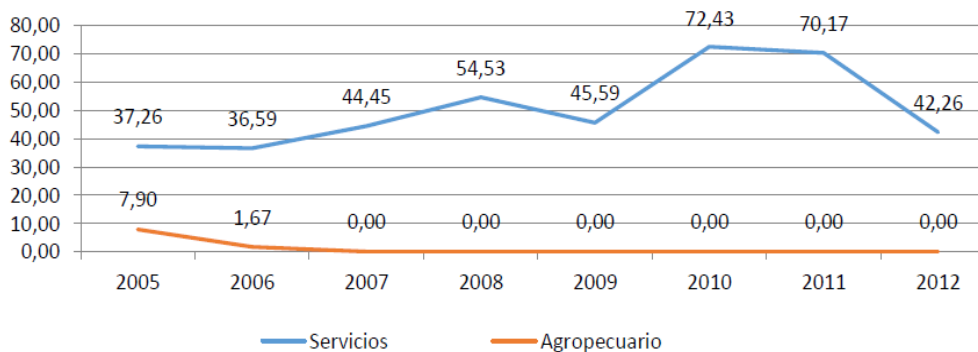
La Gráfica 7 presenta los porcentajes de la población ocupada por sector de actividad económica. En este caso, se exponen a tres sectores. Mientras la industria manufacturera muestra una constante pasando de 3,45% en 2005 a 4,17% en 2012, en el sector comercio la tendencia ha disminuido gradualmente, pasando de 13,02% a 0% en el mismo lapso de tiempo. Los sectores no especificados muestran un incremento al pasar de 38,37% en 2005 a 53,57% en 2012, aunque dicho crecimiento no sea constante, pues en los años 2010 y 2011 se presentan los porcentajes más bajos, llegando a 21,26% y 24,78% respectivamente.



Gráfica 6. Población ocupada por posición en la ocupación de trabajadores sociales en Hidalgo 2005-2012

Fuente: Elaboración propia en base a ENOE 2005-2012

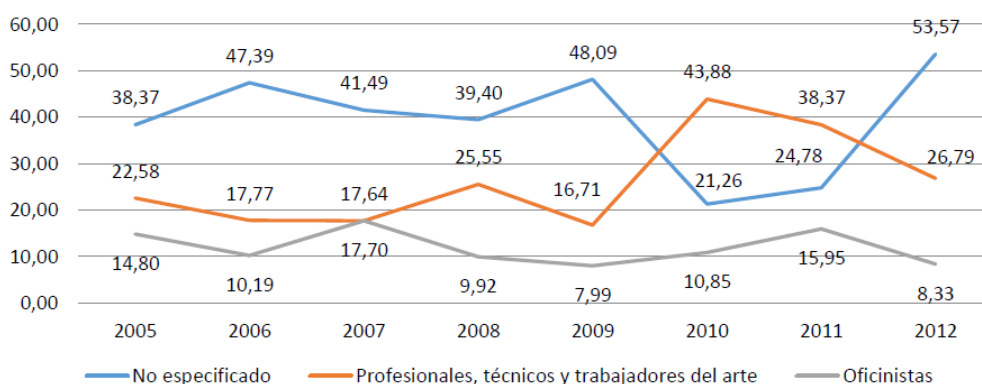
El sector de servicios constituye el principal sector económico de participación laboral del trabajador social. Tan solo en el año 2010 su participación en este sector represento el 72.43 %. Su participación en otros sectores económicos es mínima. Por ejemplo, a partir del 2008 se empieza observar la incorporación del trabajador social en la industria manufacturera y un descenso constante desde el 2006 en el sector comercio. Desde el 2008 hasta el 2012, tanto en la industria manufacturera como en el comercio, su participación en el mercado laboral, no supera el 6%. Ver Gráfica 7.



Gráfica 7. Población ocupada por sector de actividad económica de los trabajadores sociales en Hidalgo, 2005-2012

Fuente: Elaboración propia en base a ENOE 2005-2012

La Gráfica 8 muestra la condición por ocupación de los trabajadores sociales de algunos sectores. Para el caso de los oficinistas, la tendencia se mantiene constante y de forma al parecer cíclica, teniendo niveles altos en 2005 con un 14.80%, 2007 con 17.70% y en 2011 15.95%, y niveles bajos en 2006, 2009 y 2012 el cual tiene un 8.33%. En cuanto a los profesionales, técnicos y trabajadores del arte, no se muestra ninguna tendencia, para 2005 llegaban a conformar el 22,58% mientras que para 2012 eran 26,79%. Los casos no especificados muestran un comportamiento irregular de igual forma, estando en 2005 con 38,37% y aumentando a 53,57% en 2012.



Gráfica 8. Condición de ocupación de los trabajadores sociales en Hidalgo, 2005-2012

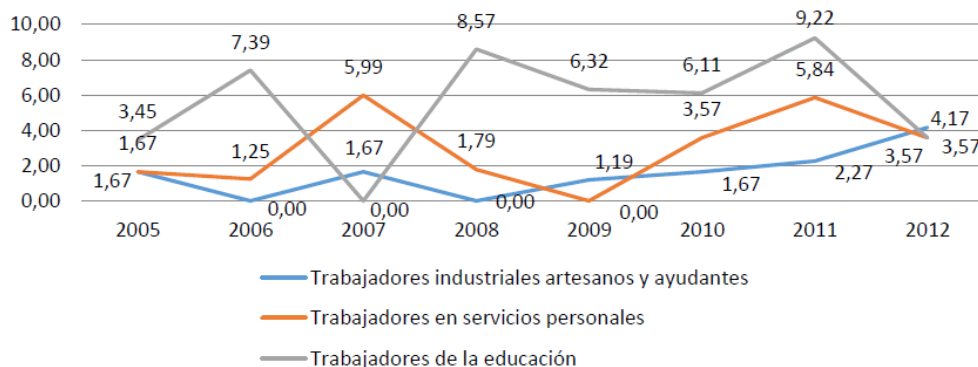
Fuente: Elaboración propia en base a ENOE 2005-2012

La sugerencia de Díaz (2006) de que el Estado comparta con el sector privado la ocupación de los trabajadores sociales, aún no se vuelve una realidad. La gran mayoría de los trabajadores sociales son trabajadores subordinados y remunerados en el sector

servicios. Incluso en el 2010 y en el 2011, siete de cada diez trabajadores sociales se encontraba laborando en el sector servicios. Aunque en los otros años se pudiera considerar que los trabajadores sociales se encuentran laborando en el sector privado, su inserción al mercado laboral correspondería al comercio y al sector manufacturero, áreas en las que los trabajadores sociales tuvieron que ingresar por necesidad o por voluntad propia, sin la intervención del Estado.

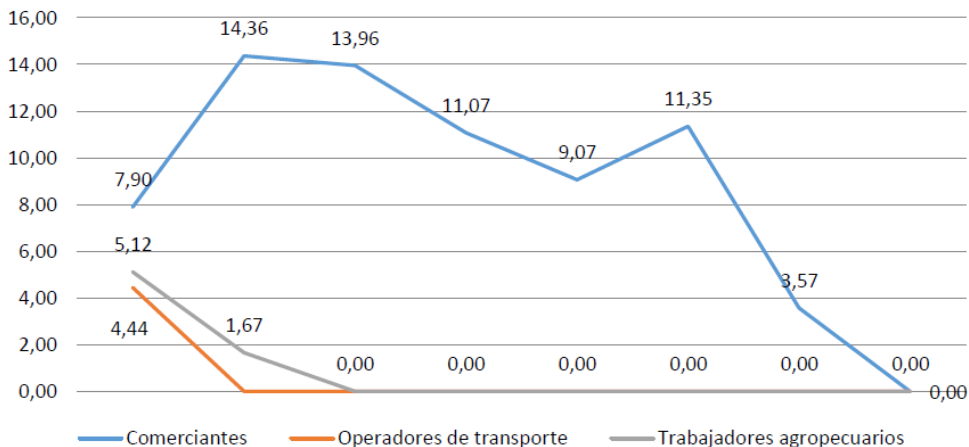
En la Gráfica 9 se muestran otro tipo de ocupaciones. Los trabajadores industriales, artesanos y ayudantes se mantienen a la alza y constantes pasando de un 1,67% en 2005 a un 4,17 en 2012. Los trabajadores en servicios personales parten del mismo porcentaje en el mismo año, aunque para 2012 llegan a 3,57% mostrando irregularidades en el mismo lapso. En cuanto a lo que refiere a trabajadores de la educación estos se muestran de forma más irregular, pues si bien en el 2005 y 2012 muestran números parecidos (3,45 y 3,57), tienen alzas y bajas estando las más significativas en 2007 con 0% y 2011 con 9,22%.

En la Gráfica 10 se observa el porcentaje de otras tres condiciones de ocupación; los comerciantes, los operadores de transporte y los trabajadores agropecuarios. Los primeros muestran los números más altos, aunque con un gradual y claro descenso de 2006 con 14,36% a 2012 con 0%. En el segundo y tercer caso, se presentan situaciones similares. Un descenso de transporte 4,44% a 0% entre 2005 y 2006, y para el caso agropecuario un descenso de 5,12% en 2005 a 0% en 2007, manteniéndose ambas en 0% hasta 2012.



Gráfica 9. Condición de ocupación de trabajadores sociales en Hidalgo, 2005-2012

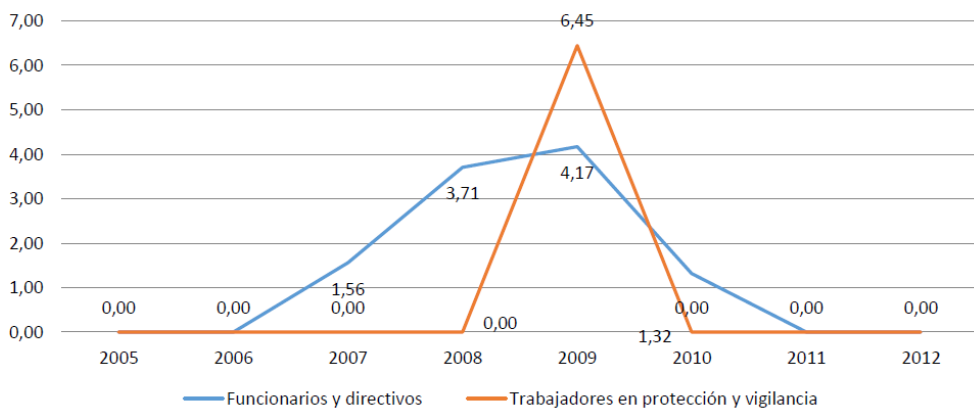
Fuente: Elaboración propia en base a ENOE 2005-2012



Gráfica 10. Condición de ocupación de trabajadores sociales en Hidalgo, 2005-2012

Fuente: Elaboración propia en base a ENOE 2005-2012

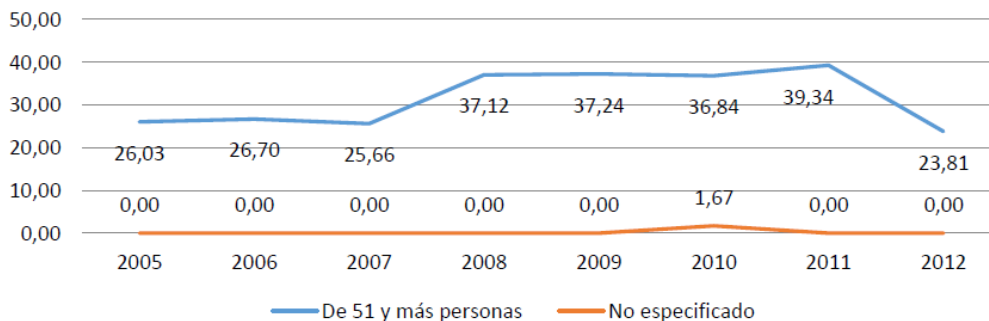
La Gráfica 11 muestra dos ocupaciones más. Los trabajadores en protección y vigilancia y los funcionarios y directivos, el primero con solo presencia en 2009 con un 6,45% y los funcionarios y directivos muestran porcentajes significativos solo en los años 2008 con un 3,71% y 2009 con un 4,17% de la población.



Gráfica 11. Condición de ocupación de trabajadores sociales en Hidalgo, 2005-2012

Fuente: Elaboración propia en base a ENOE 2005-2012

La gran mayoría de los trabajadores sociales labora en organizaciones conformadas de 51 o más personas. En el 2005, su participación en estas organizaciones era del 26 % y para el 2011 su participación ascendió a 39.34 %. En las otras organizaciones de menor tamaño, su participación es mínima. Ver Gráfica 12.



Gráfica 12. Número de trabajadores en unidades productivas en Hidalgo, 2005-2012

Fuente: Elaboración propia en base a ENOE 2005-2012

6 | CONCLUSIONES

Los datos presentados por la ENOE sugieren que la profesión de trabajo social, ejercida por egresados de la Lic. en trabajo Social ha descendido sensiblemente en el estado de Hidalgo del 2005 al 2012. A partir del 2012, los microdatos de la ENOE solo mide la ocupación de trabajo social sin considerar que tales trabajadores hubieran egresado de una Lic. en Trabajo Social. De los cuatro estados presentados, solo el estado de Jalisco presenta un aumento en el mercado laboral de trabajadores sociales. Se requiere en futuros estudios analizar el funcionamiento de los mercados laborales por entidad. En especial, comprender el por qué en ciertas entidades del país aumenta o desciende la participación de trabajadores sociales en el mercado laboral.

Asimismo, en el estado de Hidalgo se ha consolidado la feminización del mercado laboral de trabajadores sociales. No se cuenta con evidencia que muestre que las personas que ejercen el trabajo social pertenezca a una clase social. En otro trabajo se presentarán las características de las instituciones en las cuales los trabajadores sociales se integran al mercado laboral.

El empleo para las trabajadoras sociales es independiente del desempleo de la profesión. Las tasas de desempleo y desempleo para el periodo 2005-2012 no muestran una correlación entre sí. En los años 2010 y 2011, en los que existe alta desocupación, también se presenta que existe una alta ocupación del trabajo social. Mientras que en el periodo del 2005 al 2008, la desocupación iba en descenso, la tasa de ocupación iba en aumento.

El trabajo subordinado del trabajador social predomina con respecto a otras posiciones de trabajo como serían los empleadores, los cuenta propistas o los que no reciben pago.

La participación del trabajador social en el mercado laboral es una incógnita. Más de la mitad de los encuestados no especificaron su ocupación. Es muy probable que estén

experimentando la precarización laboral y, por tanto, no pueden definir su situación laboral. No obstante, la cuarta parte de ellos, en el periodo mencionado, declaró ser profesionales, técnicos y trabajadores del arte y, menos del 10% declaró pertenecer al sector educativo.

Por último, es necesario reconceptualizar el término de profesión en el Trabajo Social. Muchas de las conceptualizaciones de la profesión tienen como fundamento la comparación con profesiones muy legitimadas como la medicina o el derecho. Se requiere evaluar la consolidación de la profesión en México a partir de criterios propuestos por trabajadores sociales y, no solamente por otras profesiones.

REFERENCIAS

Bolton, S. y Muzio, D. (2008). Los paradójicos procesos de feminización en las profesiones: el caso de las profesiones establecidas, aspirantes y semiprofesionales. *Trabajo, empleo y sociedad*. 22 (2): 281–299.

Díaz, J. (2006). Naturaleza y especificidad del Trabajo Social: un desafío pendiente de resolver. *Reflexiones para el debate*. *Katálisis*. 9 (2). 217-226.

Fine, B. (1992). *Women's employment and the capitalist family*. Londres. Routledge

Flexner, A. (2001). Is Social Work a Profession? 11 (2). *Research on Social Work Practice*. 152-165.

Greenwood, E. (1960). Attributes of a Profession. *Social Work*. 2. (3). 45–55.

Hakim, C. (2004). Key Issues in Women's Work Female Diversity and the Polarisation of Women's Employment. Londres. Routledge-Cavendish.

Hugman, R. (2003). *Social Work and De-professionalization*. En Abbott, P. y Meerabeau, L. *The Sociology of the Caring Professions*. 2nd edition. UCL Press.

Instituto Nacional de Estadística y Geografía –INEGI– (2010). *Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (2010)*. INEGI: México.

Instituto Nacional de Estadística y Geografía –INEGI– (2018). *Base de datos del IV trimestre del 2018 de la Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo*. INEGI: México.

Lorenzo, M. (2018). Las trabajadoras sociales en la década de 1930. Asistir a los pobres y servir al Estado. *Historia Mexicana*. 68 (2). 713-746.

Martínez, C. (2020). El mercado laboral de los migrantes profesionistas en el estado de Hidalgo. *Revista Coloquio*. 7 (1). 1034-1055.

Martínez, C. (2021). Educación y precariedad laboral en el estado de Hidalgo. Ponencia presentada en el XI Congreso de la Asociación Mexicana de Estudios del Trabajo A. C. (AMET). Guadalajara, México.

Méda, D. (2002). *El tiempo de las mujeres. Conciliación entre vida familiar y profesional de hombres y mujeres*. Madrid. Narcea.

National Association of Social Workers. (2006). Women in the social work profession. In *Social work speaks: National Association of Social Workers policy statements 2006–2009* (7th ed., pp. 379–386). Washington, DC: NASW Press.

Payne, M. (2006). *What Is Professional Social Work?* Reino Unido. Policy Press.

FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E DURAÇÃO DE CRISES: UMA ANÁLISE DE PAÍSES SELECIONADOS

Data de aceite: 01/03/2022

Alex Gomes Estevam

Economista

São Paulo, SP

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=FEF0DB9F7A31792F424764F34781205D#

RESUMO: Trata-se de uma pesquisa de campo que teve como objetivo investigar se há relação entre a flexibilização do mercado de trabalho e a velocidade de recuperação da atividade econômica, assim como a mitigação dos índices de desemprego, após ocorrências de recessões em países selecionados (Argentina, Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos e México). Para a coleta de dados e informações sobre taxas de desemprego, produto interno bruto (PIB) e legislações, antes e pós-reformas laborais, foram selecionados artigos que continham aspectos relacionados aos objetivos da pesquisa e obtidos dados em órgãos como: Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Os resultados apontaram que existem diversos estudos que abordam os impactos principalmente sociais das flexibilizações, no entanto, não os relacionam com outras variáveis econômicas importantes, como o crescimento ou mitigação do produto interno e os níveis de desemprego. Evidenciou-se ainda que somente uma legislação trabalhista mais flexível, isoladamente, não é fator garantidor de mitigação do desemprego e crescimento econômico, sendo necessário considerar outras variáveis e aplicação de

medidas complementares a reforma trabalhista.
PALAVRAS-CHAVE: Flexibilização Trabalhista; Recessão Econômica; Desemprego.

FLEXIBILIZATION OF LABOR LEGISLATION AND DURATION OF CRISES: AN ANALYSIS OF SELECTED COUNTRIES

ABSTRACT: This is a field study that aimed to investigate whether there is a relationship between the flexibilization of the labor market and the speed of recovery of economic activity, as well as the mitigation of unemployment rates after the occurrence of recessions in selected countries (Argentina, Brazil, Chile, Spain, United States and Mexico). For the collection of data and information on unemployment rates, gross domestic product (GDP) and legislation, before and after labour reforms, articles were selected that contained aspects related to the research objectives and obtained data from bodies such as the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank. The results showed that there are several studies that address the mainly social impacts of flexibilizations, however, they do not relate them to other important economic variables, such as the growth or mitigation of domestic output and unemployment levels. It was also evident that only more flexible labor legislation, in isolation, does not guarantee the mitigation of unemployment and economic growth, and it is necessary to consider other variables and the application of complementary measures to labor reform.

KEYWORDS: Labor Flexibility; Economic Recession; Unemployment.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo do impacto da flexibilização da legislação trabalhista em períodos de crise econômica, de modo geral, é de grande relevância não somente pela reforma trabalhista aplicada em 2017, pela grave crise econômica que atingiu o Brasil a partir de 2016 e pela crise econômica pela qual a economia passa atualmente. A importância está no fato de os ciclos econômicos estarem cada vez mais frequentes e seus impactos cada vez maiores, ocasionando mudanças estruturais significativas na conjuntura da economia global e nas relações trabalhistas. A compreensão de como isso se dá no presente e se dará no Brasil pós-reforma é, de certa forma, preparar o país para as futuras recessões econômicas que são inevitáveis no sistema capitalista.

2 | CONCEITO DE FLEXIBILIZAÇÃO

A flexibilização nas normas trabalhistas foi apresentada de forma integral pelo pensamento denominado neoliberal, que crê na eliminação de parte expressiva das leis de proteção aos trabalhadores por entender que, grandes partes destas leis impedem uma maior competitividade internacional, crescimento econômico e elevação do nível de vida de um país como um todo (Potobsky, 1995, p.11).

O conceito de flexibilização relaciona-se a desregulamentação de leis já existentes que, para Romagnoli (1992, p.18), tem por objetivo ajudar as empresas a se tornarem mais competitivas – ao reduzirem os custos de produção e ampliar suas taxas de lucro – para superarem com maior êxito períodos de crises econômicas. Explicitando assim que, a flexibilização do direito dos trabalhadores trata-se de um conjunto de medidas para com propósito de afrouxar, adaptar e/ou eliminar normas trabalhistas do acordo com a realidade econômica vigente.

É possível também se interpretar a flexibilização, como uma forma jurídica que possibilita a empresa ajustar sua produção e contratação de mão de obra perante as flutuações do sistema econômico, inovações tecnológicas e diversos outros fatores que podem influenciar a tomada de decisão dos empresários em investir ou não investir (Numhauser-Henning, 1993, p.76).

Em síntese, o principal argumento para validar a flexibilização das leis trabalhistas, é a necessidade de o país se adaptar aos padrões das economias concorrentes em âmbito internacional perante uma economia globalizada, mitigação das taxas de desemprego que acometem cada vez mais trabalhadores e reduzir os níveis de trabalho informal e colaborar para com o crescimento em períodos de recessões econômicas.

2.1 Prós e contras a flexibilização

Há diversos argumentos, de muitos autores, que defendem uma maior flexibilização da legislação trabalhista, assim como há, também, aqueles que são críticos a tais mudanças

nas leis conquistadas pelos trabalhadores ao longo do tempo.

Para aqueles que defendem uma legislação trabalhista mais flexível, uma legislação rígida somada aos avanços tecnológicos, internacionalização da economia por meio da globalização e as diversas crises econômicas que o sistema capitalista passa, colabora de forma significativa para com o aumento das taxas de desemprego - que não para de crescer a nível mundial -, e para com o crescimento da quantidade de trabalhadores informais (GHISLENI, 2014).

Os defensores da flexibilização apontam ainda que num cenário atual global, devido às diversas crises econômicas, uma legislação mais maleável colabora para com a criação de milhares de postos de emprego e redução do trabalho informal. Além disso, permitindo-se flexibilizar as jornadas de trabalho – reduzindo a carga horária dos trabalhadores -, redução salarial, redução das cargas tributárias e gastos sociais (desonerar a folha de pagamento), a empresa poderá investir em si própria ampliando, o que representa ampliação de produção e mais contratações de trabalhadores (AGUIAR, 2009, p. 03).

Por outro lado, segundo aqueles que são contra as flexibilizações das leis trabalhistas, acreditam que a desregulamentação é algo nocivo aos trabalhadores, pois retira direitos conquistados ao longo da história com muito esforço e luta (NASIHGIL, 2015, p. 122).

Os combatentes da flexibilização dão como exemplo negativo os países europeus que adotaram tais medidas para superar momentos de recessão econômica e que não obtiveram os resultados esperados. Trazendo somente prejuízos aos trabalhadores. Apontam que, os índices de desemprego continuam elevados, os salários têm caído de forma expressiva e a precarização do trabalho também é cada vez maior (NASIHGIL, 2015, p. 122).

De acordo com Aguiar:

Com o aumento do desemprego, as empresas têm mão de obra barata à sua disposição. O aumento do número de trabalhadores, o chamado exército de reserva, deixa os capitalistas em posição confortável diante da necessidade de utilização desses trabalhadores. Oferecem pouco, por pouco tempo e sem muitas garantias, aumentando suas margens de lucro (2009, p.03).

Outros pontos importantes que são observados relacionam-se ao enfraquecimento dos sindicatos, levando os trabalhadores a negociarem diretamente com as empresas, reduzindo seu poder de negociação perante o empresário. Há também a diminuição da arrecadação no que se refere à legislação social (Previdência Social, Seguro Desemprego, etc.), usado pelo Estado para garantir benefícios aos próprios trabalhadores (AGUIAR, 2009, p. 03).

Creem, por fim, que a flexibilização pode sim aumentar de forma expressiva a produtividade como um todo, mas que, tal aumento, não se dará de forma sustentável e proporcional aos salários dos trabalhadores. Colaborando para com a mitigação do seu poder de compra e consumo, o que pode agravar ainda mais uma recessão econômica.

Pois, “quanto menor poder aquisitivo nas mãos da população, menor a circulação de bens e mercadorias” (NASIHGIL, 2015, p. 125).

3 | AS CRISES E SEUS IMPACTOS NOS PAÍSES SELECIONADOS

3.1 Primeiro choque do petróleo (1973) – EUA, Chile e Argentina

Durante a década de 1970, um acontecimento regional desencadeou um grande impacto no cenário econômico internacional. Em outubro de 1973, tropas Sírias e Egípcias atacaram Israel, com objetivo declarado de recuperar os territórios ocupados por este na Guerra de 1967. Semanas após o início da Guerra do Yom Kippur (ou Guerra de Outubro de 1973), pela primeira vez o petróleo foi usado como instrumento político (daí ser chamado mais tarde pelos árabes de “revolução do petróleo”) (FARES, 2007, p. 129-145).

O embargo no fornecimento do commodity pelos países membros da OPEP começou primeiramente com os Estados Unidos e Holanda (considerados apoiadores de Israel), com estabelecimento de cortes mensais de produção. Além disso, houve um aumento significativo no preço do barril, que passou de US\$ 3 para US\$12, em dezembro de 1973 (FARES, 2007, p. 129-145).

A crise do petróleo no Oriente Médio gerou um grande impacto no PIB (Produto Interno Bruto) dos Estados Unidos, colaborando para uma recessão de dois anos seguidos (1974 e 1975), onde houveram quedas de -0,5% e -0,1%, respectivamente. No entanto, em 1976, ocorreu uma grande recuperação da atividade econômica, onde o produto alcançou cerca de 5,3%, como ilustrado na figura 1.



Figura 1 - Evolução do PIB dos Estados Unidos na década de 70.

Fonte: Banco Mundial.

Diversos fatores podem ter colaborado para saída da recessão, como o alto grau de flexibilidade de sua legislação trabalhista – que permite o setor produtivo alocar melhor os recursos em períodos de dificuldade na economia. Assim como, segundo Fares (2007), o fato de cerca de 25% do consumo de petróleo nos EUA, naquela época, ser destinado para fins residenciais, 63% para transportes e apenas 12% para indústria. Isso expressa que quase 2/3 do consumo destinava-se para setores de fácil compreensão, ou seja, em que o

governo pedia atuar de forma direta.

No caso do Chile, o processo de profundas reformas estruturais em diversos campos ocorridas a partir da década de 1970, surgiram como forma de conter a crise generalizada que afetava o país, ajudar a alcançar a estabilidade macroeconômica e melhorar a eficiência da economia.

O PIB chileno já vinha apresentando um desempenho negativo desde do ano anterior ao da Primeira Crise do Petróleo, com recessão de -1% em 1972 (Figura 2). Após o choque, a situação do produto teve uma piora, com uma queda acentuada de -5% em 1973. Onde, neste mesmo ano, iniciam-se as primeiras flexibilizações da legislação trabalhista, fator colaborativo para o crescimento de 2,3% em 1974. Porém não suficiente para impedir a queda de -12,9% no ano seguinte, tendo assim, uma recuperação mais constante ocorrendo somente a partir de 1976, com um crescimento do produto bruto interno de 3,8%.

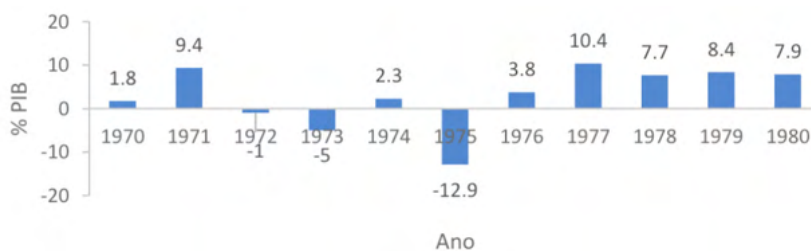


Figura 2 - Evolução do PIB do Chile na década de 70.

Fonte: Banco Mundial.

Já na Argentina durante os anos de 1973 e 1976, houve ampliação de legislação trabalhistas com a criação da “Ley de Contrato de Trabajo”. O aumento da garantia de direitos aos trabalhadores argentinos, durante os dois primeiros anos de gestão peronista, 1973 e 1974, não impediu o crescimento do produto interno bruto do país que se deu em 2,8% e 5,5% respectivamente (Figura 3). No entanto, possivelmente agravado pela crise do petróleo e por variáveis políticas da década de 70, nos anos de 1975 e 1976, a economia argentina entra em recessão por dois anos seguidos: 0% em 1975 e -2% em 1976.

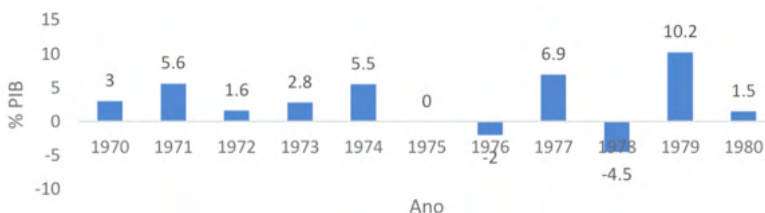


Figura 3 - Evolução do PIB Argentino na década de 70.

Fonte: Banco Mundial.

3.2 Segundo choque do petróleo (1979) – Estados Unidos

A segunda Crise ou, também chamada, Segundo Choque do Petróleo, ocorreu devido ao corte na venda e distribuição do óleo por parte do segundo maior produtor mundial, o Irã. E isso devido a Revolução Fundamentalista de 1979, que depôs o governo impopular do ditador xá Reza Pahlevi. Movimento este de cunho moralista e religioso liderado pelo aiatolá Lhomeinni, que não tinha simpatia pelos países dependentes do petróleo iraniano. Devido às grandes mudanças ocasionadas no país pelo aiatolá, houve uma grande turbulência no mercado de petróleo, o preço do produto voltou a subir a patamares grandiosos, assim como em 1973 (FARES, 2007, p. 129-145).

Após o Segundo Choque do Petróleo, a economia dos Estados Unidos sofreu com uma nova queda no PIB. Sua recessão de - 0,2% em 1980, veio acompanhada da um aumento na taxa de desemprego, de 7,2%, que vinha mitigando após o primeiro choque (Figura 4). Já em 1981, houve uma melhora no desempenho do produto interno bruto, com uma ascensão de 2,5%. Mas o desemprego continuou a crescer, atingindo a marca de 7,7%. Com uma nova recessão de - 1,9%, em 1982, a taxa de desemprego do país ficou perto da casa de dois dígitos, 9,8%. Nos anos seguintes, o desempenho da economia estadunidense se mostrou satisfatório, porém a taxa de desemprego apresentou uma redução mais lenta com relação ao aumento do produto.

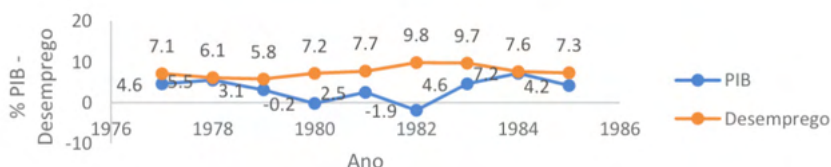


Figura 4 - Evolução do PIB e Taxa de Desemprego nos Estados Unidos.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em suma, antes do segundo choque do petróleo, a taxa de desemprego girava entorno de 5,89 (1979). Após a crise, a taxa de desocupados alcançou um auge de 9,89 (1982), taxa esta que mitigaria e voltaria ao patamar de 1979 depois de 7 anos (5,59 em 1988).

3.3 Dívida externa da América Latina (1982) – México, Chile e Argentina

Desde de 1950 até 1982 a América Latina, vista como região, financiava seus investimentos em infraestrutura e serviços da dívida através de novos empréstimos. Desde 1974 a balança comercial se desequilibra e a região recebe para seu saldo negativo da balança comercial um fluxo de excedentes de cerca de 60 milhões de dólares, os quais financia também através de empréstimos. Este período vai até 1982 (HINKELAMMERT,

1989).

O agravamento da dívida se deu durante a década de 1970, devido a oferta de crédito barato que se tornou um incentivo ao endividamento dos países latino-americanos. Dinheiro esse que permitiu a realização de grandes investimentos, sem aumentar os níveis de importações e desencadear grandes taxas de crescimento econômico em muitos países. A partir de 1982, os países do centro passam a exigir o pagamento da dívida. A dificuldade de acesso a financiamento externo provocou graves crises de liquidez nesses países (HINKELAMMERT, 1989).

A crise da dívida latino-americana causou grande impacto na economia mexicana. O país que vinha apresentando altas taxas de crescimento de seu PIB, assim como o pleno emprego, viu em 1982 seu produto interno cair para -0,5% e, em 1983, -3,4%. E apresentando crescimento na taxa de desemprego em 4,2% e 6,7% em 1982 e 1983 respectivamente (Figura 5).



Figura 5 - Evolução do PIB e Taxa de Desemprego no México.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

O México, que possui uma legislação mais conservadas entre os países analisados, teve uma recuperação econômica dentro de dois anos. No entanto, a economia voltou à recessão de -3% em 1986. Sendo que, nos três anos seguintes, apresenta recuperação econômica e redução das taxas de desemprego.

No Chile, entre os anos de 1978 e 1989, houve uma desregulamentação mais formal da legislação trabalhista chilena. Onde, com a elaboração do “Plan Laboral” de 1979, foram feitas modificações na “ley de inamovilidad”; houve a revogação de todos os cartões de profissões; e limitação do Estado na determinação dos níveis salariais. Além da volta da negociação coletiva, a atividade sindical no país, e o direito a greve, porém com condições diferentes.

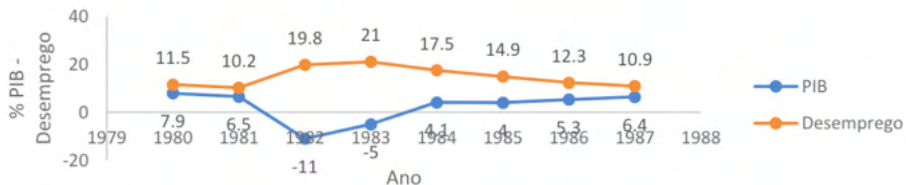


Figura 6 - Evolução do PIB e Taxa de Desemprego no Chile.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

A reforma trabalhista iniciada na Argentina na década de 80, teve dois estopins motivadores, sendo eles componentes econômicos e políticos. O primeiro, a hiperinflação que sacudiu a economia do país somada a crise da dívida externa argentina. E o segundo, fatores políticos relacionados ao período eleitoral na época, assim como o impacto do segundo choque do petróleo. É possível observar que após o segundo choque do petróleo o PIB argentino sofreu com uma queda acentuada de 10,2% em 1979 para 1,5% em 1980 e, posteriormente, para -5,1% em 1981. Já durante a crise da dívida o país apresentou uma pequena melhora, se livrando da recessão econômica dentro de dois anos, em 1983, com um crescimento de 4,3% (Figura 7).

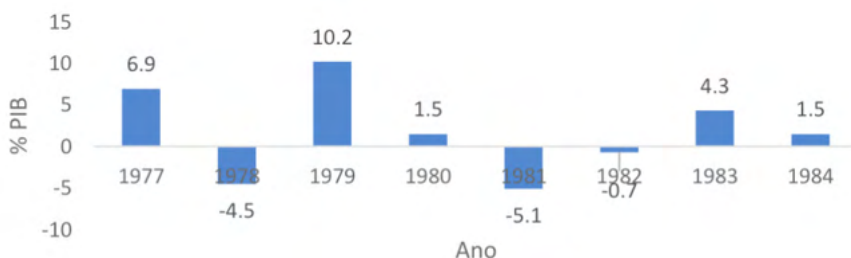


Figura 7 - Evolução do PIB e Taxa de Desemprego na Argentina.

Fonte: Banco Mundial.

3.4 Efeito tequila (1994) – México, Brasil e Espanha

Em dezembro de 1994, mesmo ano em que entrou em vigor o NAFTA, despontou a crise do peso mexicano, também conhecida como “efeito tequila”. Foi uma crise da dívida, com cenário de alta inflação e recessão econômica. O México deixou flutuar o peso 15% acima da banda cambial naquele mês e logo no dia seguinte as reservas diminuíram em mais de 4 milhões de dólares. A flutuação do câmbio foi uma tentativa de não esgotar as reservas. A partir daí surgiu uma das maiores crises financeiras da história do México. Antes dessas medidas, a inflação ainda era superior à americana e os preços das mercadorias que o México exportava eram altos, pois o peso estava se valorizando em relação ao dólar

e dessa forma o país perdia competitividade (ROCHA, 2004, p. 32).

A crise mexicana ocorrida entre 1994 e 1995, conhecida como “Efeito Tequila”, gerou impactos internacionais. Sendo provocada pela falta de reservas internacionais, casando desvalorização da moeda mexicana, além de ter a colaboração de variáveis políticas após a eleição do então presidente mexicano Ernesto Zedillo. A economia mexicana, no ano posterior ao da crise (1995), a queda do PIB foi de -6,29% e acompanhado de uma taxa de desemprego de 6,29%. Todavia, a recuperação se deu no ano seguinte, em 1996, com um crescimento econômico de 6,77% e com a redução do desemprego para 5,4%. Evidenciando que uma legislação mais rígida não impede na agilidade da recuperação econômica do país.

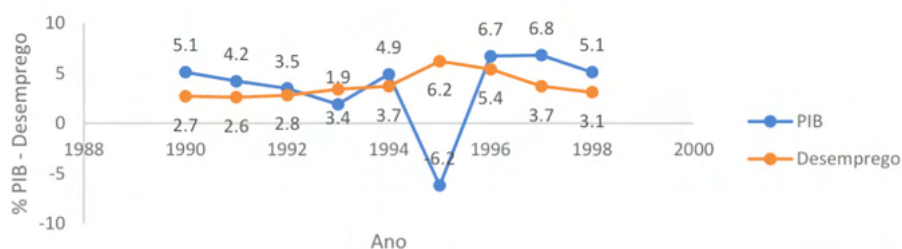


Figura 8 - Evolução do PIB e Taxa de Desemprego do México nos Anos 1990.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

No Brasil, o governo Itamar, sob o ambiente político pós-impeachment, lançou um debate nacional sobre o futuro das relações trabalhistas e a possibilidade de um contrato coletivo nacional. Mas foi com o governo de FHC, que o debate público foi suspenso, prevalecendo medidas unilaterais em favor da desregulamentação. As medidas adotadas a partir de 1994 foram alterando pontualmente a normatização de trabalho no Brasil. Após a crise mexicana, denominada “Efeito Tequila”, houve uma desaceleração do crescimento do PIB brasileiro, assim como um aumento dos índices de desemprego nos anos posteriores (Figura 9). Resultado que contraria a ideia das medidas de flexibilização das leis trabalhistas implantadas durante o governo FHC.

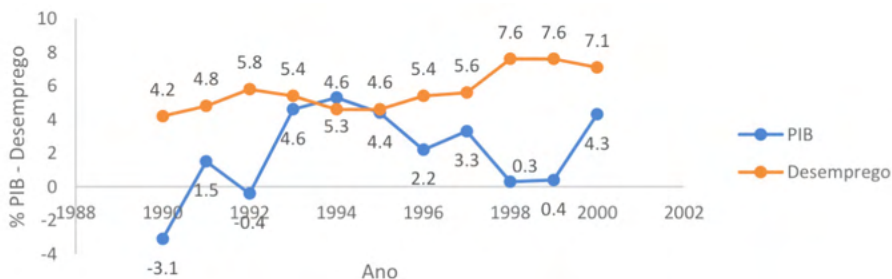


Figura 9 - Evolução do PIB e Taxa de Desemprego no Brasil nos Anos 1990.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Já na Espanha, após passar por dois anos de baixo crescimento econômico 0,9% (1992) e de recessão -1% (1993), o governo espanhol implementou as primeiras flexibilizações na legislação trabalhista do país. Tendo por objetivo incentivar o crescimento e mitigar o desemprego que, em 1994, chegou a 24,1% (Figura 10). Com a implantação de tais medidas, nos anos posteriores, se pode observar o crescimento do produto, assim como redução lenta das altas taxas de desemprego. Explicitando o efeito benéfico da reforma trabalhista na economia.

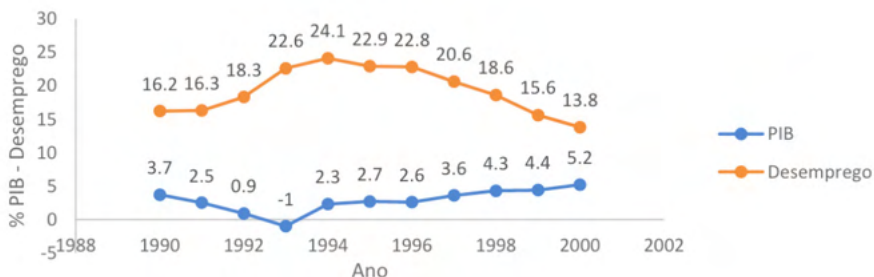


Figura 10 - Evolução do PIB e Taxa de Desemprego da Espanha nos Anos 90.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

3.5 Crise do subprime (2007/2008) – Estados Unidos, Espanha e México

No início de 2007 surgiram os primeiros sinais de uma aguda crise financeira nos EUA. A crise teve origem no mercado imobiliário, sobretudo, no segmento denominado de subprime. Com o aumento da inadimplência do pagamento dos empréstimos baseados no crédito hipotecário ocorreu forte contração da oferta de crédito imobiliário que, por sua vez, provocou queda nas vendas e no preço dos imóveis (CARCANHOLO, 2008, p. 197-234).

A crise imobiliária norte americana, iniciada em 2007, impactou também diversos outros países. A economia estadunidense sofre com dois anos seguidos de recessão em

2008 e 2009 com produto em -0,2% e -2,7% respectivamente. Já o desemprego apresentou crescimentos expressivos. Sendo que em 2010, mesmo havendo um crescimento de 2,7% do produto interno, o desemprego continuou a crescer atingindo 9,7% (Figura 11).



Figura 11 – PIB e Taxa de Desemprego dos EUA durante a Crise do Subprime.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

O México também sentiu a crise imobiliária que desde 2007 colaborou para desaceleração econômica e, em 2009, para o auge da recessão com PIB de -5,2%. No entanto a recuperação ocorreu no ano seguinte com um crescimento de 5,1%. Já com relação a taxa de desemprego, as porcentagens foram diminuindo de forma mais tímida ao longo do tempo: 5,6% em 2010, 5,2% em 2011, 5% em 2012, 4,9% em 2013 e 3,6% em 2014 (Figura 12).



Figura 12 – PIB e Taxa de Desemprego do México durante a Crise do Subprime.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

O impacto da crise imobiliária dos Estados Unidos também se fez sentir na Espanha em 2009, onde o desempenho econômico foi de -3,5%, em 2010 de 0%, em 2011 de -0,9%, em 2012 de -2,9% e em 2013 de -1,7% (Figura 13). Totalizando cinco anos de recessão economia no país. Seguido também por altas taxas de desemprego que não diminuíram mesmo após as séries de reformas na legislação trabalhista iniciadas em 2010.

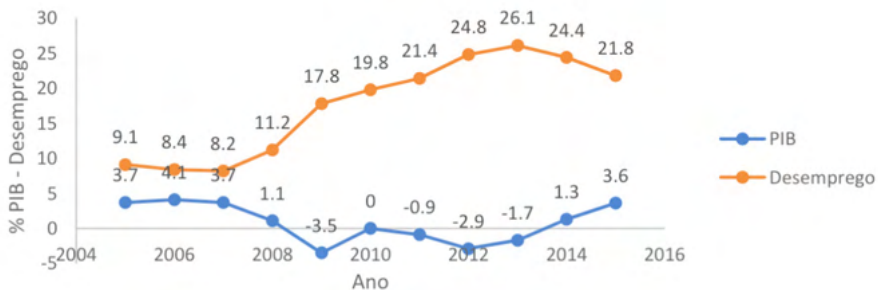


Figura 13 – PIB e Taxa de Desemprego da Espanha durante a Crise do Subprime.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

3.6 Crise brasileira (2015/2016) – Brasil

A queda da taxa de lucro e da rentabilidade financeira são as causas centrais da crise econômica e política no país entre 2014 e 2016. O declínio da lucratividade quebrou a coalizão de classes constituída no Governo Lula. A presidente Dilma Rousseff adotou uma série de estímulos fiscais e incentivos creditícios para a acumulação de capital em um período de redução da taxa de lucro. O setor privado restringiu seus investimentos e a taxa de crescimento caiu substancialmente. Após a reeleição em 2014, o governo adotou uma política de austeridade fiscal, elevação da taxa de juros e aumento dos preços dos produtos monitorados. Em 2015, o PIB declinou e a inflação cresceu. Com o aprofundamento da crise econômica, a presidente Dilma Rousseff foi removida do poder (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016).

A recessão econômica somada aos altos índices de desemprego, inflação, baixo apoio parlamentar e grande insatisfação popular, desencadeou uma grave crise política que se consolidou em forma de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Gerando uma das maiores crises econômicas da história do país e que deixou como herança a grande massa de desempregados e o baixo crescimento do produto. Já a partir de 2017, durante o governo de Michel Temer, uma nova reforma trabalhista foi realizada com objetivo de flexibilizar a CLT e colaborar para com a redução das altas taxas de desemprego.



Figura 14 – PIB e Taxa de Desemprego no Brasil durante a Crise de 2015-2016.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

O PIB brasileiro apresentou uma tímida melhora em 2017, com crescimento de 1% e se manteve assim em 2018, com 1,1%. Porém, mesmo após uma das maiores flexibilizações já feitas na CLT a taxa de desemprego se manteve basicamente inalterada, na casa de dois dígitos: 12,7% em 2017 e 12,2% em 2018.

4 | ANÁLISE

Ao relacionar os dados obtidos dos países selecionados, torna-se possível observar, analisar e se chegar a conclusões a respeito do tempo de duração das crises em um país com maior ou menor flexibilização das normas trabalhistas, a velocidade da recuperação econômica após a realização de reformas em períodos de ciclos econômicos e os impactos das reformas no que se refere a mitigação da taxa de desemprego de cada país.

Durante o Primeiro Choque do Petróleo (1973), a recuperação econômica nos Estados Unidos, país este que possui uma das mais flexíveis legislações trabalhistas do mundo, se deu após dois anos seguidos de recessão. No Chile, as reformas implantadas desde o início dos anos 1970, não assegurou a estabilidade econômica nos cinco primeiros anos da década. Já na Argentina, o aumento nas garantias de direitos trabalhistas não impediu que o país apresentasse um crescimento de dois anos seguidos (1973 e 1974); assim como também não garantiu a estabilidade do produto nos anos seguintes. No Segundo Choque do Petróleo, os Estados Unidos apresentaram novamente dois anos de recessão, porém não consecutivos, tendo ainda alcançado rápido crescimento e recuperação econômica. No que se refere ao desemprego, o crescimento do PIB no ano de 1981 não inibiu o crescimento no número de desocupados no país, além de não colaborar para com a redução rápida da taxa.

Em 1982, com a Crise da Dívida Latino-Americana, o México – país que não flexibilizou sua legislação trabalhista – ficou em recessão durante dois anos, 1982 e 1983, apresentando elevação do PIB e principalmente mitigação da taxa de desemprego. Assim como o México, o Chile ficou em recessão durante dois anos, mesmos após o início de um conjunto de reformas trabalhistas no país, o que garantiu uma estabilidade para o

crescimento econômico nos anos posteriores, assim como a mitigação das altíssimas taxas de desemprego. Na Argentina, o crescimento do PIB desacelerou e entrou em recessão entre o Segundo Choque do Petróleo e a Crise da Dívida, no entanto, o país adotou medidas flexibilizadoras na legislação que permitiu ao país uma recuperação econômica em 1983.

Durante a crise denominado por alguns autores com “Efeito Tequila” em 1994, o México – país onde se originou a crise – sofreu com apenas um ano de recessão econômica (1995), tendo rápida recuperação no ano seguinte e reduzindo taxas de desemprego no mesmo ritmo. O Brasil, por sua vez, que vinha sofrendo com a desaceleração do PIB e aumento do desemprego por conta do impeachment de Fernando Collor em 1992, conseguiu sair da recessão em apenas um ano; já durante a crise em si, o país não foi impactado mantendo os níveis de produto e emprego. Porém durante o primeiro governo de FHC, houve redução do PIB e aumento do desemprego e isso mesmo após a implantação de medidas de flexibilização da legislação trabalhista vigente. No caso da Espanha, após a recessão de 1993, foram adotadas medidas de flexibilização das leis laborais em 1994 que teve um efeito muito tímido, porém positivo no aumento do produto e redução do desemprego.

A crise imobiliária que ocorreu entre 2007 e 2008, fez a economia estadunidense permanecer durante dois anos em recessão em (2008 e 2009) com aumento das taxas de desemprego, já no terceiro ano (2010) houve a recuperação no crescimento do produto, porém ainda com aumento da taxa de desocupados que mitiga a partir de 2011. A Espanha perante esta crise permaneceu durante quatro anos (2009, 2011, 2012 e 2013) na recessão com um aumento grandioso no número de trabalhadores sem emprego, sendo implantada neste momento a reforma trabalhista mais profunda da história do país que, apesar de ter colaborado para um crescimento paulatino do PIB, colaborou de forma muito fraca para redução das altíssimas taxas de desemprego. O México, por sua vez, sofreu com apenas um ano de recessão em 2009, com um crescimento do produto que desacelerou posteriormente, porém sem levar o país à recessão nos cinco anos seguintes, assim como reduções na taxa de desocupados que já estavam próximas ao pleno emprego.

O caos político que desencadeou uma das maiores recessões econômicas do Brasil durante 2015 e 2016, foi fator culminante para a elaboração da reforma trabalhista de 2017 que colaborou para o crescimento do produto (1%), mas que não gerou o efeito esperado na redução da alta taxa de desemprego que se concentra no mesmo patamar até hoje.

Ao relacionar as informações obtidas, tornou-se possível observar que perante ciclos econômicas a maioria dos países analisados recorreram a reformas trabalhistas com intuito de mitigar o desemprego e elevar a atividade econômica. No entanto, ficou claro que a recuperação não se dá somente devido a flexibilização, sendo necessário considerar outras variáveis importantes. Além disso, as reformas aparentaram serem mecanismos complementares ou auxiliares de outras medidas econômicas para melhorar a expectativa dos investidores, empresários e mercado como um todo, colaborando para elevar o PIB à

um patamar satisfatório.

Ficou notório ainda, que na maioria dos períodos de crise, os países apresentaram recessões que duraram cerca de dois anos e isso se passando em países com legislação flexível (Estados Unidos), com legislação inflexível (México) e em países que realizaram mudanças durante o período de dificuldade na economia. Evidenciando assim que não há uma relação direta entre o ato da flexibilização da legislação laboral com uma saída da recessão econômica de forma mais rápida e emergente.

Outro ponto a ser enfatizado está no fato de as reformas trabalhistas não serem de fato garantidoras, de forma isolada, das mitigações das taxas de desemprego que assolam os países. Sendo esta realidade visível principalmente em ciclos mais recentes que afetaram as economias da Espanha e do Brasil, países estes que adotaram medidas de flexibilização da legislação com intuito de incentivar o aumento da oferta de empregos aos trabalhadores, mas que não obtiveram êxito e que ainda hoje possuem taxas de desemprego consideradas altas para suas economias. O que nos leva também a refletir e questionar se ainda é viável ou não continuar utilizando fórmulas que vem sendo aplicadas desde a década de 1970 para solucionar recessões mais distintas e complexas que as vistas no passado.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento atual que o Brasil passa nos convida a buscar entender como a flexibilização das leis do trabalho, aprovada em 2017, poderá colaborar para com o crescimento econômico e mitigação da taxa de desemprego que atinge cerca de 12% da população brasileira. Foi necessário analisar experiências empíricas de países ocidentais que já possuem legislações trabalhistas mais flexíveis ou que realizaram reformas com objetivo de flexibilizar as leis laborais existentes, para superar um período de recessão econômica. Investigar como os impactos que uma legislação do trabalho, mais rígida e uma mais flexível podem influenciar no tempo de permanência ou saída de um país de um período recessivo. Explicitando assim a importância que as leis do trabalho possuem como uma das variáveis no dinamismo da recuperação da atividade econômica.

Constatou-se que, o objetivo geral de analisar em períodos de crise econômica, se a flexibilização da legislação trabalhista colabora de fato para com a redução do período de recessão, mitigação da taxa de desemprego e aumento da atividade econômica, foi atendido. Pois foi possível descobrir que a flexibilização como medida única não possui pungência suficiente para elevar o produto e mitigar o desemprego.

Verificou-se que o objetivo específico de analisar se a flexibilização da legislação trabalhistas pode colaborar para mitigar os níveis de desemprego, foi atendida. Todavia, evidenciou-se que durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, as medidas flexibilizadoras das normas laborais foram efetivas (quando somadas com outras medidas) e coloraram

para redução do desemprego. No entanto, perante crises econômicas mais recentes, parecem não apresentar o efeito esperado pelos formuladores de políticas públicas, como nos casos do Brasil e Espanha, por exemplo.

Notou-se ainda que o objetivo específico de saber se a flexibilização das leis do trabalho gera algum impacto positivo na diminuição do período de recessão, foi atendida. Pois evidenciou-se que tanto países com maior flexibilidade quanto aqueles que possuem menor flexibilidade não apresentaram grandes diferenças de tempo na recuperação da atividade econômica, assim como não apresentaram os países que realizaram reformas durante período de recessão.

Assim sendo, refuta-se a hipótese de que a há relação entre a flexibilização no mercado de trabalho e a velocidade de recuperação após a ocorrência de uma recessão econômica. Pois são primordiais outras medidas complementares à reforma da legislação, para que esta tenha êxito e assim possa colaborar com resultados favoráveis no produto e no emprego.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Sérgio Pinto. Breve histórico a respeito do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 95, p. 167-176, 2000.

NUMHAUSER-HENNING, Ann. Las negociaciones colectivas y la flexibilización del derecho laboral. en A. OJEDA AVILÉS y O. ERMIDA URIARTE: **La negociación colectiva en América Latina**, Instituto Europeo de Relaciones Industriales, Editorial Trotta, Madrid, 1993.

AGUIAR, Marcelo Dias. **Flexibilização das leis trabalhistas**. Biblioteca Jurídica Virtual, 2009.

NASIHGIL, Arion Augusto Nardello; DUARTE, Francisco Carlos. **A flexibilização do Direito do Trabalho como instrumento de desenvolvimento econômico em conflito com o princípio da vedação do retrocesso social**. Nomos, v. 35, n. 2, 2015.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **Crise subprime nos Estados Unidos: a reação do setor público e o impacto sobre o emprego**. 2011.

CARCANHOLO, Marcelo, et al. **Crise Financeira Internacional-natureza e impacto**. Ilegitimidade da Dívida Pública: quem deve a quem, 2008, p. 197-234.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. **Uma visão geral sobre a reforma trabalhista**. 2017. CORTÁZ, R. (1993), Política laboral em el Chile democrático: avances y desafíos em los noventa, Dolmen.

DE CARVALHO, Alexander Perazo Nunes; DE CARVALHO NETO, Abimael Clementino Ferreira; GIRÃO, Henrique Andrade. A reforma trabalhista como consequência da necessidade de flexibilização das relações de trabalho diante da evolução da sociedade. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 8, n. 3, p. 49-66, 2018.

FARES, Seme TaleB. O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. **Revista brasileira de política internacional**, 2007, vol. 50, no 2, p. 129-145

FROYEN, RICHARD T. **Macroeconomia**. Editora Saraiva, 2003.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Reforma trabalhista**. Salvador: Juspodivm, 2017.

GHISLENI, Maria Salete Dalla Vecchia. **Flexibilização Do Direito Do Trabalho**. Centro Universitário Univates. Publicado em Dezembro 2006.

HINKELAMMERT, Franz Josef. **A Dívida externa da América Latina: o automatismo da dívida**. Editora Vozes, 1989.

MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecilia; MIEBACH, Alessandro. **Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira**. Artigo não publicado, 2016.

NETO, JOSÉ FRANCISCO SIQUEIRA. **Direito do trabalho e flexibilização no Brasil**. São Paulo em perspectiva, v. 11, p. 1, 1997.

POLARI, Rômulo Soares. **A concepção keynesiana das crises econômicas e sua crítica com base em Marx**. Revista de Economia Política, v. 4, n. 2, p. 14-6, 1984.

ROCHA, Georgia de Cássia. **México: Nafta, crise do peso de 1994-95 e diretrizes de política econômica do período**. 2004.

TORRE, Juan Carlos; GERCHUNOFF, Pablo. **La economía política de las reformas institucionales en Argentina: Los casos de la política de privatización de Entel, la reforma de la seguridad social y la reforma laboral**. Inter-American Development Bank, 1999.

LORA, Eduardo et al. **La legislación laboral en el proceso de reformas estructurales de América Latina y el Caribe**. Working Paper, Inter-American Development Bank, Office of the Chief Economist, 1997.

GOLDIN, Adrián. **Normas laborales y mercados de trabajo argentino: seguridad y flexibilidad**. CEPAL, 2008.

LÓPEZ, Diego. **Mitos, alcances y perspectivas de la flexibilización laboral: un debate permanente**. Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002.

QUIÑONES, Sergio Arturo. **La flexibilidad laboral en España y Perú: análisis de ciertos aspectos diferenciadores**. Derecho PUCP, n. 68, p. 209-334, 2012.

TOLEDO, Enrique de la Garza. **La flexibilidad del trabajo en América Latina**. Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho, v. 3, n. 5, 1997.

MORGADO VALENZUELA, Emilio. **Las reformas laborales y su impacto en el funcionamiento del mercado de trabajo en Chile**. 1999.

BUSNELLO, Ronaldo. **Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas. Reestruturação produtiva, desemprego no Brasil e ética nas relações econômicas**. Ijuí, p. 11-33, 2000.

RECIO, Albert. **Flexibilidad laboral y desempleo en España (reflexiones al filo de la reforma laboral)**. Cuadernos de relaciones laborales, v. 5, p. 57-74, 1994.

DOLADO, Juan José; FELGUEROSO, Florentino. **Propuesta para la reactivación laboral en España**. Libro electrónico (http://www.crisis09.es/PDF/Propuesta_reactivacion_laboral.pdf), 2010.

ANTUNES, Ricardo et al. **A crise, o desemprego e alguns desafios atuais**. Serviço Social & Sociedade, 2010.

DINIZ, Simone. **A reforma trabalhista argentina: a política de prêmios e castigos**. Tempo da Ciência, v. 13, n. 25, p. 157-175, 2006.

NETO, JOSÉ FRANCISCO SIQUEIRA. **Direito do trabalho e flexibilização no Brasil**. São Paulo em perspectiva, v. 11, p. 1, 1997.

SANTOS, Vinicius Correia. **Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos**. COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, v. 6, 2009.

PÓS-DEMOCRACIA, REFORMA TRABALHISTA E A LIMITAÇÃO À ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO CRÍTICA E PONTUAL

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 24/01/2022

Maria Soledade Soares Cruzes

Doutora em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora, em regime de dedicação exclusiva, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Vitória da Conquista - BA. Pesquisadora vinculada ao grupo de pesquisa “Direito e Sociedade” (UESB) e responsável pelo projeto de pesquisa “Pós-democracia e acesso à justiça no Brasil: análise sob a perspectiva da Reforma Trabalhista” <http://lattes.cnpq.br/3658715550372881>

RESUMO: A pós-democracia é concebida sob a égide da previsão ou afirmação de sintomas que confrontam ou abalam a estrutura fundamental da democracia. No Brasil, uma série de reformas estão sendo implantadas e parecem caminhar em consonância com ideais pós-democráticos, merecendo destaque a Reforma Trabalhista, que consubstancia-se em um aparato de normas flexibilizadoras de direitos e consagradoras de verdadeiro retrocesso social. É nesse contexto que se apresenta o problema central do trabalho: em que medida é viável estabelecer uma correlação entre a pós-democracia e a limitação à atuação da Justiça do Trabalho, advinda da redação do art. 8º, § 2º da Consolidação da Leis do Trabalho, incluído pela Reforma Trabalhista? Para responder a tal questionamento,

foi desenvolvida pesquisa bibliográfica e exploratória, por meio da revisão de literatura, concretizada na análise interdisciplinar e crítica de textos legislativos, constitucionais, obras jurídicas e sociológicas. Ademais, valeu-se do método dedutivo, passando-se de aspectos gerais a mais específicos; enfrentando-se, inicialmente, os objetivos de investigar sintomas da pós-democracia para, posteriormente, correlacionar as conclusões daí advindas com a limitação à atuação da Justiça do Trabalho decorrente da redação atribuída ao novel art. 8º, § 2º da CLT.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-democracia – Judiciário – Reforma - Trabalhista.

POST-DEMOCRACY, LABOR REFORM AND LIMITATION TO PERFORMANCE OF LABOR COURT IN BRAZIL: CRITICAL AND TIMELY REFLECTION

ABSTRACT: Post-democracy is conceived under the aegis of prediction or affirmation of symptoms that confront or undermine fundamental structure of democracy. In Brazil, a series of reforms are being implemented and seem to be in line with post-democratic ideals, with emphasis on Labor Reform, which is embodied in an apparatus of rules that make rights more flexible and consecrate true social setback. It is in this context that the central problem of this work is presented: to what extent is it feasible to establish a correlation between post-democracy and limitation to work of Labor Court, arising from wording of § 2º of art. 8º of Consolidation of Labor Laws, included by Labor Reform? In order to answer this question, bibliographical and exploratory research was

developed, through literature review, materialized in the interdisciplinary and critical analysis of legislative, constitutional, legal and sociological texts. Furthermore, it made use of deductive method, moving from general to more specific aspects; facing, initially, the objectives of investigating symptoms of post-democracy to, later, correlate the resulting conclusions with limitation to work of Labor Court arising from wording attributed to new § 2º of art. 8º of Consolidation of Labor Laws.

KEYWORDS: Post-democracy - Reform – Labor - Court.

1 | INTRODUÇÃO

A “pós-democracia” está sendo concebida como um movimento de superação do modelo de Estado Democrático com proporções internacionais. No Brasil, uma série de Reformas são implantadas ou idealizadas e parecem caminhar em consonância com ideais pós-democráticos.

Nesse sentido, merece destaque a Reforma Trabalhista, que tem como principal instrumento a Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017, apresentada sob o argumento central da necessidade de atualização da Consolidação das Leis do Trabalho. Contudo, em meio a um aparato de normas flexibilizadoras de direitos trabalhistas, não é difícil encontrar normas inconstitucionais e consubstanciadoras de verdadeiro retrocesso social.

Destaca-se, no presente trabalho, o art. 8º, § 2º da CLT reformada, que se apresenta com o fito de limitar a atuação da Justiça do Trabalho, mais especificamente a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho.

É nesse ponto que se apresenta o problema central do presente trabalho: em que medida é viável estabelecer uma correlação entre a pós-democracia e a limitação à atuação da Poder Judiciário, advinda da redação do art. 8º, § 2º da Consolidação da Leis do Trabalho, incluído pela Reforma Trabalhista?

Para responder ao questionamento, serão apresentados resultados de pesquisa bibliográfica e exploratória, desenvolvida por meio da revisão de literatura e concretizada na análise interdisciplinar e crítica de textos legislativos, constitucionais, obras jurídicas, sociológicas e filosóficas.

Sendo assim, utilizando-se de método dedutivo, passar-se-á de aspectos gerais a mais específicos, com os objetivos iniciais de investigar sintomas da pós-democracia na realidade brasileira. Posteriormente, buscar-se-á correlacionar as conclusões daí advindas com a Reforma Trabalhista, de forma mais genérica. Por fim, confrontar-se-á, especificamente, tal relação com a limitação à atuação do Poder Judiciário decorrente da redação atribuída ao novel art. 8º, § 2º da CLT.

2 | CONCEPÇÃO E SINTOMAS DA “PÓS-DEMOCRACIA”

Inicialmente, faz-se mister analisar o que se entende por “pós-democracia” e seus

principais sintomas caracterizadores a fim de que se possa investigar reflexos na Reforma Trabalhista do Brasil.

A expressão “pós-democracia” é atribuída a Colin Crouch (2017, p. 02-04), que vê sua ascensão atrelada ao perfil pouco ambicioso da democracia liberal em comparação ao que ele entende como ideal de democracia. Sob a égide deste último padrão, a democracia prospera quando há grandes oportunidades para que a massa de pessoas comuns participe ativamente, por meio de discussões e organizações autônomas, na definição da agenda da vida pública e quando valem-se efetivamente dessas oportunidades.

Por outro lado, a democracia liberal é caracterizada pela eleição como principal tipo de participação em massa; pela ampla liberdade para atividades de lobbies, em especial, os empresariais; e por uma forma de política abstencionista, que evita interferir na economia capitalista. É um modelo que atribui pouca importância ao envolvimento generalizado dos cidadãos ou ao papel das organizações fora do setor empresarial. (CROUCH, 2017, p. 02-04)

Nesse contexto, reconhecido por Colin Crouch (2017, p. 04) como pós-democrático, o debate eleitoral público é um espetáculo rigidamente controlado e gerenciado por equipes rivais de profissionais especialistas em técnicas de persuasão, considerando apenas aspectos por elas selecionados. À massa de cidadãos atribui-se um papel passivo, quieto e até apático.

A vida política deve ser analisada numa escala entre ela e o modelo democrático máximo, verificando em qual direção está se movendo. Na opinião de Colin Crouch (2017, p. 04-06), movimenta-se, cada vez mais, para o pólo “pós-democrático”, um contexto em que a política e o governo estão se voltando ao controle das elites privilegiadas e uma das principais consequências desse processo é a crescente impotência para causas igualitárias.

Quando Colin Crouch (2017, p. 20-21) aplica o prefixo “pós” ao termo “democracia”, pretende atribuir esse sentido de “movimento”, de algo novo que passou a existir para reduzir sua importância, indo além dela em algum sentido. Mas, a democracia ainda mantém a sua marca. As mudanças associadas à pós-democracia indicam um movimento além da democracia, para uma forma de capacidade de resposta política mais flexível do que os confrontos que produziram os pesados compromissos quando da expansão democrática.

Feitos esses esclarecimentos, faz-se necessário compreender melhor alguns desses e outros sintomas que caracterizam a “pós-democracia”. Carlo Bordoni e Zygmunt Bauman (2016, p. 167-168) chancelam vários desses efeitos, que podem ser analisados em consonância com as afirmações de Colin Crouch (2017, *passim*).

Importante aspecto apontado é a **crescente insatisfação pública com a política** e os políticos e a conseqüente queda na participação popular. Nessa situação, a alta capacidade das elites de gerenciar a política e manipular os cidadãos, a crescente complexidade das questões políticas, recorrentes escândalos de corrupção política e a baixa transparência governamental geram desilusão e tédio nas pessoas. (CROUCH, 2017, p. 02-14).

Além disso, Colin Crouch (2017, p. 21) destaca que há, na pós-democracia, uma **mudança no equilíbrio dentro da cidadania**. Nesse contexto, diferencia-se a cidadania positiva da negativa. A positiva está relacionada a grupos e organizações de pessoas que, em conjunto, desenvolvem identidades coletivas, percebem os interesses dessas identidades e formulam demandas a partir delas perante o sistema político. A negativa vincula-se à ideia de culpa, sendo que o foco principal da controvérsia política é a prestação de contas dos políticos e exposição a bloqueios e punições. (CROUCH, 2017, p. 13).

Essa cidadania negativa associada ao desinteresse, desilusão e frustração com relação à política, abre espaço para a atuação de outros interesses minoritários das elites políticas e empresariais que manipulam a massa por meio de campanhas publicitárias, bem como a utilização de lobbies. (CROUCH, 2017, p. 19-20).

Ora, um dos sintomas da pós-democracia é exatamente a **prevalência de lobbies** que, ainda que não influenciem diretamente nos votos, aumentam o poder privado e conduzem a política na direção por eles desejada. Trata-se, como bem afirma Colin Crouch (2017, p. 16-19), de característica típica do baixo padrão de democracia liberal e claramente conflitante com o que ele visualiza como padrão ideal de democracia.

Ademais, deve-se estar atento à questão do **acesso à mídia e da utilização das técnicas de propaganda** típicas do “show business” e marketing de mercadorias para manipulação e que acarretam diminuição da qualidade democrática. Nesse cenário, o conteúdo dos programas partidários e o caráter da rivalidade partidária se tornam cada vez mais brandos e superficiais, raramente aspirando qualquer complexidade de linguagem ou argumento. (CROUCH, 2017, p. 18-26).

Essas características podem ser associadas à crescente **personalização da política eleitoral**. A competição eleitoral é marcada pela busca por indivíduos de caráter e integridade. Mas, para Colin Crouch (2017, p. 26-28) essa procura é fútil porque uma eleição em massa não é capaz de fornecer dados precisos sobre os quais possam se basear essas avaliações.

Nessa conjuntura, Rubens Casara (2018b, p. 183) observa que “com a demonização da política, a população passa a desejar ser gerida por *outsiders*, pessoas que se apresentem como heróis ou gestores, mas sempre políticos que, arditosamente, se afirmam não políticos”. Esse messias ou salvador afirma agir em nome do povo, sem intervenções políticas ou jurídicas. Ele pode ser um “juiz midiático”, “um militar saudosista dos regimes de exceção” ou um “empresário de sucesso”.

Além das citadas, uma das principais características da pós-democracia é a **submissão à razão neoliberal**, em contraposição às exigências populares, tipicamente democráticas, de que o poder do governo deveria ser usado para desafiar concentrações de poder privado (CROUCH, 2017, p. 23).

Nessa linha, Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 16) propõem que se reconheça o advento de uma “nova razão de mundo”, global e multidimensional, que abrange não apenas

o aspecto econômico (pautado no célere avanço do capitalismo financeiro globalizado) e político (consubstanciado na conquista pelas forças neoliberais), mas também, no social (marcado pela individualização das relações sociais e a polarização cada vez maior entre ricos e pobres) e até mesmo no subjetivo (como o surgimento de novos sujeitos e novas patologias psíquicas).

Essa nova razão de mundo não se afasta, contudo, do capitalismo. Pelo contrário, “o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida”. Dessa forma, define-se neoliberalismo como “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Em prefácio à edição brasileira de “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal”, destaca-se que as crises que vivenciamos não foram (ou são) suficientes para fazer o neoliberalismo desaparecer. Elas, em verdade, representam uma oportunidade para a classe dominante de autofortalecimento e reforço dessa nova racionalidade de mundo, que deságua, em último plano, na era pós-democrática (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 07-08).

Mas, é preciso observar que, apesar de toda a amplitude apresentada por estes autores, nota-se que, no contexto “pós-democrático”, tem-se atribuído certo **protagonismo à economia**. Carlo Bordoni e Zygmunt Bauman (2016, p. 173) são enfáticos ao afirmar que “o instrumento mais adequado aos nossos tempos só pode ser a economia”. Destaca-se, assim, o potencial do poder econômico para trabalhar no mundo pós-moderno e na liquidez a este inerente, por conta da segurança que lhe é própria.

Sob essa ótica, a economia ultrapassa a compreensão da maioria das pessoas, é transitória e não está sujeita à democracia, na medida em que não é possível recorrer ao sufrágio universal para influenciá-la. Por outro lado, tem impactos diretos na democracia, já que tem potencial maior que as leis e as revoluções no estabelecimento da igualdade ou desigualdade entre os homens. (BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 173).

Porém, ainda há um último sintoma caracterizador da pós-democracia: o **declínio do Estado de Bem-Estar social**, que gradualmente se torna algo residual para os pobres, em vez de uma série de direitos universais de cidadania (CROUCH, 2017, p. 23). Nessa circunstância, Colin Crouch (2017, p. 78-79) ressalta que a relação entre o Estado e a competição e lucro do mercado passa por uma reformulação. Essa relação, que era mantida em distanciamento para que se resguardasse o exercício da cidadania social (blindando-a, de certa forma, das desigualdades impostas pelo capitalismo), passa a ser questionada pelos lobbies cada vez mais poderosos das empresas privadas a fim de que seus objetos estejam disponíveis para que eles explorem amplamente com fins lucrativos.

Ademais, Rubens Casara (2018b, p. 35) nota que, a partir momento em que o governo é transferido de fato aos detentores do poder econômico, o eleito concentra-se essencialmente em sua manutenção no poder. Nesse contexto, **o compromisso com**

a concretização de direitos e garantias fundamentais praticamente desaparece, principalmente se estiver em choque com os interesses da classe econômica dominante.

Portanto, é importante observar que a violação de direitos fundamentais é seletiva. Na realidade pós-democrática, é direcionada aos que não interessam à sociedade de consumo e ao mercado, aos que incomodam as elites ou aos que desequilibram em favor do oprimido a relação marcada historicamente pela vitória de opressores. (CASARA, 2018b, p. 71).

Em síntese, notou-se que é possível reconhecer, no mundo globalizado, alguns sintomas caracterizadores da pós-democracia, como a crescente aversão ou descrença do cidadão em relação à política, mudança no equilíbrio dentro da cidadania, avanço e predomínio da razão neoliberal, prevalência de lobbies, certo protagonismo da economia, a utilização de técnicas de propaganda para produzir consenso, personalização da política eleitoral e o declínio do Estado de bem-estar social, que acarretam flexibilização ou até violação de direitos e garantias fundamentais.

3 | SINTOMAS PÓS-DEMOCRÁTICOS DA REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL

A Reforma Trabalhista, concretizada no governo de Michel Temer, por meio da aprovação da Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017 e de diversas leis e medidas provisórias daí decorrentes, foi construída sob o argumento da modernização da legislação trabalhista e combate ao desemprego, mas, traduz-se, em verdade, como um extenso aparato de flexibilização e precarização de diversos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Observe-se, por exemplo, que a **apatia da classe trabalhadora e de instituições de luta**, a exemplo dos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais é um sintoma típico da pós-democracia, de modo que a impotência, falta de habilidade ou desinteresse para tratar com questões políticas abrem espaço para a atuação de outros interesses minoritários das elites políticas e empresariais, que manipulam a massa com manobras políticas satisfativas destes interesses.

Em outros termos, a fragilidade da cidadania no Brasil faz com que os trabalhadores demonstrem maior vulnerabilidade em resistir a tais sintomas. Assistiram, assim, quase que passivamente, aos cortes em seus direitos sob o argumento central de crise econômica. E, igualmente inertes, sob clara blindagem política (típica da pós-democracia), seguem submetidos aos efeitos da Reforma Trabalhista.

O resultado desse sincretismo de fatores é a consagração de um dos maiores ataques aos direitos trabalhistas no Brasil, prevalecendo, nitidamente, **a racionalidade neoliberal e o privilégio das elites econômicas**, que parecem não mais estarem dispostas a fazerem concessões aos trabalhadores. É notório que o avanço em tais direitos geram custos e colidem frontalmente com os interesses dessas elites, que clamam (ainda que de

forma maquiada) por concentração de riqueza e desigualdade social.

Perceba-se que, como bem afirma Souto Maior (2017), o grande capital é apontado como o verdadeiro ator político da Lei n.º 13.467/2017. Assim, sob a égide dos ditames da razão neoliberal e das mazelas apregoadas pelo sistema capitalista, o trabalhador estava fadado a ser um dos primeiros a serem atingidos.

Num contexto de exigência cada vez maior de desregulamentação da economia, sob a ótica de Colin Crouch (2017, p. 32-33), se os proprietários de empresas não encontrarem um regime fiscal ou trabalhista local adequado em determinado país, eles ameaçarão investir em outro lugar. Essa é a racionalidade neoliberal e elitista.

Dessa maneira, ao discorrer sobre as classes sociais na pós-democracia, Colin Crouch (2017, p. 53) ressalta que, enquanto a democracia desafia os privilégios em nome das classes subordinadas, como a trabalhadora, a pós-democracia nega a existência tanto de privilégio quanto de subordinação.

Refletindo sobre o contexto político brasileiro, deve-se notar que a vitória de Lula em 2002 e as políticas compensatórias das administrações petistas, voltadas ao combate à pobreza foram sistematicamente abaladas a partir de 2016, quando “as classes dominantes brasileiras declararam, com veemência, sua inconformidade com a primazia dada às – modestas – políticas sociais compensatórias e a disposição de usar meios extralegais para revertê-las” (MIGUEL, 2019, p. 16-17).

Note-se que as elites brasileiras aproveitaram o lapso democrático decorrente do *impeachment* para iniciar o processo de desfazimento das políticas sociais acima mencionadas, em sintonia com o **declínio do Estado de Bem-Estar social e descumprimento de direito fundamentais** (sintomas da pós-democracia).

Nessa ótica, e em mais uma confirmação de sintoma pós-democrático, cumpre ressaltar a **ilegitimidade democrática** para que fossem processadas reformas como a trabalhista. É que o Presidente Michel Temer era integrante da chapa de Dilma Rousseff, em cuja plataforma política não foi vislumbrada possibilidade de alterações tão afrontosas à legislação trabalhista. (DIAS, 2021, p. 233).

Souto Maior e Souto Severo (2017, p. 145) que também sustentam a ilegitimidade da referida reforma, justificam pelo fato desta ter sido concretizada para atender aos interesses do grande capital, sem diálogo e debate democrático e com velada afronta ao projeto de Direito Social preconizado pela Constituição de 1988.

Nesta linha é o pensamento de Mauricio Godinho Delgado e Gabriela Delgado (2018, p. 40) que reconhecem uma profunda dissociação entre a Lei n. 13.467/2017 e as ideias centrais da Constituição de 1988, notadamente a concepção do Estado Democrático de Direito, a principiologia humanística e social, o ampliado rol de direitos fundamentais extensivo ao âmbito trabalhista e a concepção do Direito enquanto instrumento civilizatório.

Em síntese, aprovada num contexto de apatia dos trabalhadores, prevalência da racionalidade neoliberal, declínio do Bem-Estar social, descumprimento de direitos

fundamentais e privilégio das elites econômicas (que parecem não mais estarem dispostas a fazerem concessões aos trabalhadores) a Reforma Trabalhista é de uma afrontosa ilegitimidade democrática, restando nítida a consagração de diversos sintomas pós-democráticos.

4 | LIMITES À ATUAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA E CONTEXTUALIZADA DO ART. 8º, § 2º DA CLT

Alinhado ao contexto pós-democrático acima retratado, a Reforma Trabalhista concretizada no governo de Michel Temer, por meio da aprovação da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, e pautada na flexibilização de diversos direitos fundamentais do trabalhador, afirmou uma série de normas limitadoras ao acesso à justiça brasileira.

Neste sentido, merece destaque o § 2º do art. 8º da CLT, cuja redação foi incluída pela referida lei:

Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.

Até o advento da Reforma Trabalhista, por meio da aprovação da Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017, a força da jurisprudência e atuação da magistratura trabalhista estavam em nítida ascensão, avalizada por atos normativos do Tribunal Superior do Trabalho e mediante aplicação subsidiária da teoria dos precedentes conforme preconizado no Código de Processo Civil de 2015. Mas, a Reforma Trabalhista pareceu caminhar em sentido contrário ao fortalecimento da jurisprudência e aproximação do sistema de *common law*.

Qual teria sido a intenção do legislador? Qual seria a função hermenêutica da Justiça do Trabalho a partir de tal dispositivo? Seria um retorno à Escola da Exegese? Estaria o julgador restrito à interpretação literal? À mera reprodução da lei? Não se trata de inconstitucionalidade? São questionamentos que surgem de imediato à leitura do texto legal.

Na opinião de Sergio Martins (2018, p. 32), a leitura do dispositivo sob comento deve traduzir apenas que “não pode, portanto, haver ativismo judicial no sentido de criar obrigações não previstas em lei”. Para fundamentar tal afirmação, o autor argumenta que, por conta do art. 5º, II, da Constituição Federal de 1988, somente a lei pode criar ou restringir direitos e obrigações.

Além disso, destaca que o texto constitucional estabelece, em seu art. 22, I, a competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho. Em outros termos, o autor parece não visualizar qualquer problema ou inconstitucionalidade na norma sob comento, sendo enfático em afirmar que “o Poder Judiciário não tem competência para legislar, criar ou restringir direito, mas interpretar a norma” (MARTINS, 2018, p. 32).

Com o devido respeito ao referido doutrinador, não parece que seja esse o sentido

transmitido pelo dispositivo e nem mesmo a intenção do legislador que, ao refletir na Reforma Trabalhista a razão neoliberal de limitação de direitos típica da pós-democracia, não parece tolerar a possibilidade de eventual interpretação ampliativa, em contraposição ao retrocesso social legislado, ainda que conforme a Constituição (e, portanto, para além do texto legal restritivo ou omissivo de direitos).

Nessa perspectiva, entende-se que é preciso analisar com cuidado a constitucionalidade do art. 8º, § 2º da CLT. Na visão de Luciano Martinez (2017, p. 99), citada norma é inconstitucional por afrontar a garantia da independência da magistratura e retirar dos magistrados e tribunais atribuição que lhes dá sentido dentro do Estado Democrático de Direito, que é a competência própria para o controle da constitucionalidade das leis.

Assim, o autor enfatiza que “juízes e tribunais podem e devem aplicar os preceitos legislativos conforme a Constituição ou, em determinadas situações, apenas a própria Constituição para afastar a incidência de normas que com ela colidam” (MARTINEZ, 2021, p. 89). Eles são vinculados aos direitos fundamentais, devendo interpretá-los, integrá-los e aplicá-los de modo a conferir-lhes a máxima eficácia possível. Pelo exposto, o autor questiona:

Como, então, querer calar a magistratura e desautorizar *a priori* as suas interpretações mediante uma mera legislação infraconstitucional? Bastará que juízes e tribunais declarem a sua inconstitucionalidade para que ela se reduza a pó e seja levada pelo vento do esquecimento. (MARTINEZ, 2021, p. 89).

Ainda nessa perspectiva combativa e comprometida com a concretização de direitos fundamentais do trabalhador, Mauro Schiavi (2018, p. 67) enfatiza o relevante papel do Judiciário Trabalhista, cuja atividade hermenêutica não pode ser reduzida apenas à chamada “boca de lei”, devendo o magistrado ser livre para desenvolver interpretações construtivas e evolutivas do direito, sob a égide dos princípios constitucionais.

Sendo assim, Mauro Schiavi (2018, p. 66) também conclui que o dispositivo sob comento é de manifesta inconstitucionalidade, na medida em que impede a livre interpretação e aplicação do direito pelos Tribunais Trabalhistas, inibindo a eficácia dos direitos fundamentais, bem como dos princípios constitucionais; impede a evolução da jurisprudência e restringe o acesso à justiça.

Em sentido semelhante e aprofundando os argumentos apresentados, o Enunciado n.º 2 da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, organizada pela Associação Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, em que pese não tenha força jurisprudencial ou vinculativa, reforça o argumento de inconstitucionalidade do referido dispositivo.

Assim, a referida associação é enfática ao afirmar que entende como autoritária e antirrepublicana toda medida política, midiática, administrativa ou correcional com intenção

de atribuir ao magistrado do trabalho o dever de interpretar a CLT Reformada de modo exclusivamente literal ou gramatical.

É que, como bem reverbera, a interpretação judicial é uma atividade que tem como finalidade revelar o sentido e alcance da lei trabalhista, sendo atribuição prioritária do Poder Judiciário trabalhista o julgamento das relações do trabalho, manifestando o que é direito no caso concreto, de forma condizente com objetivo republicano de construir uma sociedade justa e igualitária, conforme preconizado na Constituição de 1988.

Abrindo um parêntese, nota-se que este argumento alinha-se com os ensinamentos de Eros Grau (2009, p. 32), segundo o qual o intérprete [re]produz a norma no caso concreto. Para o autor, o produto da interpretação é a norma, que já se encontra potencialmente no invólucro do texto normativo, mas que deve levar em conta o caso concreto. Em síntese, interpretação e aplicação constitui um processo único, uma só operação. Todo esse processo deve estar em sintonia com os ditames constitucionais.

Voltando à linha argumentativa da ANAMATRA, ressalta-se que, em síntese conclusiva, assim como a maioria dos autores retromencionados, reputa-se como inconstitucional a norma do art. 8º, § 2º da CLT, por afronta ao disposto no art. 114, I da Constituição de 1988 e por incompatibilidade com os princípios da separação dos poderes, do acesso à justiça e da independência funcional, todos constitucionalmente garantidos.

Corroborando com tais argumentos, mas, numa linha mais branda, Carlos Henrique Bezerra Leite (2021, p. 128-129) ressalta que, à luz do modelo constitucional de processo, a todos os órgãos integrantes do Poder Judiciário Brasileiro é dado interpretar e aplicar o ordenamento jurídico, que é integrado por valores, princípios e regras. Sendo assim, “todas as leis devem ser interpretadas em conformidade aos valores democráticos e republicanos e aos princípios albergados na Constituição Federal em especial o princípio da dignidade da pessoa humana”.

Por conseguinte, o autor remete ao art. 8º do CPC/2015, segundo o qual, em aplicação ao ordenamento jurídico, o magistrado atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, comprometendo-se com a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Desse modo, à luz do que preconiza o Código de Processo Civil e sob a égide do princípio constitucional do acesso à justiça, Carlos Henrique Bezerra Leite (2021, p. 129) vislumbra a possibilidade de que seja feita uma interpretação conforme a Constituição, para que a leitura do § 2º do art. 8º da CLT expresse o seguinte teor: “as súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo TST e pelos TRT’s não possam restringir direitos nem criar obrigações que não estejam previstas no ordenamento jurídico”.

Todavia, com a devida vênia, entende-se que o melhor caminho a ser trilhado é de que a norma seja mesmo reconhecida como de flagrante inconstitucionalidade. O acesso à justiça é um direito fundamental, previsto na Constituição Federal de 1988, que, no contexto neoconstitucionalista, deve ser reconhecido como verdadeira norma e não como

mera declaração de direitos.

Com efeito, como bem destaca Luís Roberto Barroso (2010, p. 05-06), trata-se de uma das mudanças paradigmáticas atribuídas ao século XX, de modo que a norma constitucional, como norma jurídica que o é, é dotada de imperatividade e a sua inobservância deve acarretar mecanismos de coação.

Além disso, corroborando com o argumento da inconstitucionalidade do referido dispositivo, Omar Martins (2020, p. 284) ressalta que o sistema jurídico brasileiro não é compatível com a pretensão positivista limitadora do art. 8º, § 2º da CLT. Desse modo, o dispositivo não deve ser interpretado como uma “mordaca hermenêutica”, e sim no sentido de que a limitação nele prevista deve estar adstrita a “obrigações estranhas, nocivas ou descontextualizadas do sistema jurídico, mas devem encontrar neste – com toda a sua projeção constitucional, axiológica, principiológica e moral [...] – o estandarte para suas decisões”.

Em síntese, por tudo quanto exposto, afirma-se que o melhor caminho a ser trilhado é o de que o art. 8º, § 2º da CLT, ao limitar o conteúdo e poder decisório das súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo TST e pelos TRT's, determinando que não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei, deve ser reconhecido como norma de flagrante inconstitucionalidade, seja por meio de controle difuso, seja concentrado.

É preciso destacar, ainda, o art. 8º, § 2º sintoniza-se com sintomas de progressão da pós-democracia no Brasil, presentes na Reforma Trabalhista, conforme já mencionado. Nessa perspectiva, Rubens Casara (2018a, p. 38, **grifo nosso**) é incisivo:

O afastamento ou “flexibilização” das normas que visavam proteger o trabalhador, a precarização do emprego e das condições de trabalho, o contrato de trabalho intermitente (contrato zero-hora), a fragilização dos sindicatos e o **controle ideológico sobre a parcela da magistratura trabalhista que ousa resistir aos ataques à Constituição da República são sintomas pós-democráticos**, ou seja, visam afastar obstáculos aos interesses dos detentores do poder econômico em detrimento da realização do projeto constitucional de vida e trabalho digno para todas e todos.

Perceba-se – porque muito importante - que a flexibilização ou a retirada de direitos dos trabalhadores, uma vez associada à fixação de limites à atuação do Poder Judiciário, reflete a racionalidade neoliberal de prevalência de interesses de uma minoria oligárquica que domina poder econômico no Brasil e que direcionou a Reforma Trabalhista. A lei restringe direitos. O Poder Judiciário tem sua atuação limitada. O que resta? O poder concentrado nas mãos de poucos empresários que concentram riquezas em nítido processo crescente de desigualdade social e econômica.

É preciso que se assuma uma postura combativa, de modo que o que deve prevalecer, desde a entrada em vigência do art. 8º, § 2º da CLT, é a criatividade do intérprete que não deve se render às intimidações do legislador, tendo sempre em mente a melhoria

de condição social para o trabalhador no nefasto contexto pós-democrático. O trabalhador deve, assim, ter preservado seu direito fundamental de acesso à justiça, em consonância com os direitos fundamentais e a garantia do devido processo legal.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolver dessa pesquisa constatou-se que é possível reconhecer, num mundo globalizado, alguns sintomas caracterizadores da pós-democracia, como a crescente aversão ou descrença do cidadão em relação à política, mudança no equilíbrio dentro da cidadania, avanço e predomínio da razão neoliberal, prevalência de lobbies, certo protagonismo da economia, a utilização de técnicas de propaganda para produzir consenso, personalização da política eleitoral e o declínio do Estado de bem-estar social, que acarretam flexibilização ou até violação de direitos e garantias fundamentais.

Aprovada num contexto de apatia dos trabalhadores, prevalência da racionalidade neoliberal, declínio do Bem-Estar social, descumprimento de direitos fundamentais e privilégio das elites econômicas (que parecem não mais estarem dispostas a fazerem concessões aos trabalhadores) a Reforma Trabalhista é de uma afrontosa ilegitimidade democrática, restando nítida a consagração de diversos dos sintomas pós-democráticos supracitados.

O art. 8º, § 2º da CLT, inserido pela Reforma Trabalhista, com o fito de limitar a atuação da Poder Judiciário, mais especificamente a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, constitui verdadeira afronta ao direito fundamental de acesso democrático à justiça, sendo maculado de inconstitucionalidade.

Enfim, conclui-se que os fenômenos estão interligados. O inconstitucional parágrafo do artigo sob comento traz consigo as marcas dos sintomas caracterizadores da pós-democracia, na medida em que limita o já frágil acesso à justiça brasileira, permitindo, em última análise, que prevaleça o poder econômico em detrimento dos direitos do trabalhador.

Mas, não se trata de um embate com efeitos imediatos. Além do controle concentrado de constitucionalidade, existem soluções mais céleres, seja por meio de interpretação conforme a Constituição, seja não aplicando súmulas ou enunciados inconstitucionais. De qualquer modo, o que vai prevalecer é a criatividade do intérprete que deve ter sempre mente a melhoria de condição social para o trabalhador, mesmo no contexto pós-democrático.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO. **Enunciados da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho**: organizados por assunto. FELICIANO, Guilherme Guimarães; MIZIARA, Raphael. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/26227-enunciados-aprovados-na-2-jornada-de-direito-material-e-processual-do-trabalho-sao-organizados-por-tema>. Acesso em: 06 set. 2020

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito. (O Triunfo Tardio do Direito Constitucional no Brasil). **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)**, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 9, mar./abr./maio, 2007. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>. Acesso em: 21 nov. 2010.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 24 jan. 2022.

CASARA, Rubens R R. Direito do Trabalho e Estado Pós-democrático. In: BENDA, Laura Rodrigues (org.). **A Reforma Trabalhista a visão da AJD (Associação Juizes para a Democracia)**. Belo Horizonte [MG]: Letramento: Casa do Direito, 2018, p. 37-45.

CASARA, Rubens R R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CROUCH, Colin. **Post-democracy**. Uk: Polity, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil: comentários à Lei n. 13.467/2017**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: LTr, 2018.

DIAS, Carlos Eduardo Oliveira. **O trabalho em movimento: estudos críticos de Direito do Trabalho**. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. [E-book].

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MARTINS, Omar Conde Aleixo. O §2º do art. 8º da CLT e a restrição à atividade interpretativa da justiça do trabalho: perspectivas positivistas em análise e o confronto com o conceito hermenêutico de direito. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, Guanambi, BA, v. 5, n. 2, p. 269-285, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://revistas.faculdadeguanambi.edu.br/index.php/Revistadedireito/article/view/242>. Acesso em: 18 ago. 2019.

MARTINS, Sergio Pinto. **Reforma Trabalhista: comentários às alterações das Leis n. 13.467/2017, 13.545/2017 e da Medida Provisória n. 808/2017**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao Golpe de 2016**. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

SCHIAVI, Mauro. **A reforma trabalhista e o processo do trabalho**: aspectos processuais da Lei n. 13.467/17. 3. ed. São Paulo: LTr, 2018.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; SEVERO, Valdete Souto. O acesso à justiça sob a mira da reforma trabalhista: ou como garantir o acesso à justiça diante da reforma trabalhista. **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia**, Salvador, BA, v. 6, n. 9, p. 145-177, out. 2017. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/130413/2017_maior_jorge_acesso_justica.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 06 set. 2020.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **A “reforma” trabalhista e seus reflexos no Direito Coletivo do Trabalho**. São Paulo, 27 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/a-reforma-trabalhista-e-seus-reflexos-no-direito-coletivo-do-trabalho>. Acesso em: 11 jan. 2018.

PLANO DE NEGÓCIOS COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL NA SOLIDEZ DO MERCADO

Data de aceite: 01/03/2022

Aline Camargo

Iara Sônia Marchioretto

RESUMO: O presente estudo analisa o Plano de Negócios como um instrumento de planejamento para as empresas, com enfoque na utilização desta ferramenta como orientadora de gestão, bem como na capacidade de atingir resultados satisfatórios no mercado. O objetivo deste artigo é verificar a percepção dos proprietários de estabelecimentos acerca do Plano de Negócios e das vantagens desse instrumento para com o empreendimento. Para tanto, utilizou-se a aplicação de questionários, cujos os respondentes foram escolhidos por setor e tempo de mercado, nas cidades de Bariri e Bauru, ambas no Estado de São Paulo. Os resultados obtidos revelam que a maioria dos entrevistados consegue compreender que o Plano de Negócios é um mecanismo que auxilia e orienta na gestão empresarial. Porém, o conceito do Plano e suas características fundamentais, não é totalmente interpretado ou utilizado pela amostra pesquisada. A pesquisa ainda mostra a necessidade de difundir o conhecimento e conceitos sobre o Plano de Negócios.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento; Plano de Negócios; instrumento; gestão empresarial.

ABSTRACT: The present study analyzes the Business Plan as a planning tool for companies, focusing on the use of this tool as a manager,

as well as on the ability to achieve satisfactory results in the market. The objective of this article is to verify the perception of the owners of establishments about the Business Plan and the advantages of this instrument to the enterprise. For that, the questionnaires were used, whose respondents were chosen by sector and market time, in the cities of Bariri and Bauru, both in the State of São Paulo. The results show that the majority of respondents can understand that the Business Plan is a mechanism that assists and guides in business management. However, the concept of the Plan and its fundamental characteristics is not fully interpreted or used by the sample surveyed. The research also shows the need to spread knowledge and concepts about the Business Plan.

KEYWORDS: Planning; Business plan; instrument; business management.

INTRODUÇÃO

O planejamento está presente em diversas situações no dia a dia das pessoas, seja para organizar uma viagem, a compra de um carro novo ou mesmo abrir um novo negócio. De acordo com José Dornelas (2012), para transformar os sonhos em ações concretas, reais e mensuráveis, o planejamento é a técnica mais simples e objetiva que se pode utilizar. Conceitua-se planejamento, a determinação antecipada do que será feito para atingir um objetivo futuro.

Dessa forma, ao optar por planejar,

a pessoa física ou jurídica, procura preparar-se, previamente, para possíveis situações de desconforto, podendo superá-las e prosseguir com seu projeto, alcançando um futuro melhor (SEBRAE, 2017). Dentre todas as formas de planejamento, a mais discutida e utilizada formalmente no âmbito nacional, é a empresarial. Contudo, o planejamento para empresas deve ser realizado antes mesmo da sua iniciação no mercado. Para instruir esse princípio, é utilizada uma ferramenta fundamental: o Plano de Negócios.

A ferramenta citada acima, é o tema central abordado no presente estudo e caracteriza-se por estar acessível a qualquer empreendedor ou administrador que queira iniciar um negócio, constituindo um importante instrumento de disciplina e planejamento de negócio. A partir de definições, tais como, produtos e/ou serviços a serem oferecidos, principais clientes e fornecedores, tipo de local, entre outras, o plano de negócios se constitui em um documento que, ao término de sua geração, será utilizado durante toda a vida da empresa.

Em outras palavras, mesmo que o empresário necessite alterar alguma ideia ou situação no negócio, o plano sempre uma ferramenta de orientação para todas as decisões a serem tomadas. De acordo com o SEBRAE (2017), O plano serve para auxiliar no desenvolvimento de uma ferramenta de gestão que oferecerá maior assertividade na condução da atividade empresarial. Além disso, o SEBRAE afirma que os motivos que englobam a taxa de mortalidade das empresas no Brasil, são argumentos dispostos nos planos de negócios, os quais possam ter sido mal ou, até mesmo, não utilizados pelo empresário.

Diante disso, o objetivo deste artigo é verificar a percepção das empresas acerca do *Business Plan* e as vantagens desse instrumento de planejamento.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, através da qual, segundo Demo (1998), procura-se conhecer a realidade pela assimilação e formalização de suas qualidades. No caso do presente artigo, compreende o conhecimento e utilização das empresas sobre o Plano de Negócios.

Admite-se como metodologia para o presente estudo, a aplicação de 12 questionários nas cidades de Bariri e Bauru, ambas no Estado de São Paulo, elaborado por um total de 5 perguntas, que deveriam ser respondidas de forma escrita ou oral, sendo a segunda opção preenchida de forma escrita pelo entrevistador, apenas com os dados informados pelo proprietário do negócio, com o objetivo de conseguir informações fidedignas para o estudo, assim como frisa Andrade, “escolhido os métodos, as técnicas a serem utilizadas serão selecionadas, de acordo com o objetivo da pesquisa”(Andrade, 2009. p. 132).

O conjunto entrevistado foi definido por setor de atuação e tempo de mercado e é composto por estabelecimentos do setor alimentício com até 2 anos de mercado desde sua

abertura. A aplicação do questionário foi realizada em um grupo com características em comum, para minimizar uma possível divergência entre os valores apurados pelo tipo de atividade comercial que as empresas exercem.

De acordo com Demo (1998), a pesquisa realizada deve ser analisada e interpretada sob enfoque qualitativo e também quantitativo. Sendo assim, o autor afirma que o grau de confiabilidade e credibilidade em relação aos resultados obtidos serão maiores. O modelo de questionário utilizado para alcançar o objetivo deste estudo está presente no apêndice A.

PLANO DE NEGÓCIOS

O Plano de Negócios ou *Business Plan*, do inglês, é um importante instrumento para a abertura ou expansão de um negócio, assim como afirma Chiavenato (2004).

Não basta ter a ideia sem um planejamento que oriente como controlar e seguir com o negócio.

“Plano de Negócios é um documento que contem a caracterização do negócio, sua forma de operar, suas estratégias, seu plano para conquistar uma fatia do mercado e as projeções de despesas, receita e resultados financeiros.” (SALIM, et.al. 2005).

O *Business Plan*, não é destinado apenas ao proprietário do empreendimento, mas também é de interesse para possíveis investidores. É ele quem fará crescer a atração por conquistar novas oportunidades para prosperar a ideia de negócio.

Para cada situação do negócio, existe um Plano mais adequado a ser usado. Segundo Dornelas (2001), o Plano de Negócios Operacional, é aquele a ser utilizado internamente, para melhoria da gestão e estratégias da empresa. Conforme o mesmo autor, o Plano de Negócios Resumido, deve ser utilizado quando necessita-se apresentar informações resumidas ou específicas de um determinado objetivo. É convencional a utilização deste documento para com possíveis investidores. Já o Plano de Negócios Completo, engloba todas as características da empresa, tais como: O que é o negócio, os produtos e serviços que serão comercializados, local da empresa, principais clientes e fornecedores, faturamento, capital investido, lucro esperado e o retorno do investimento (SEBRAE, 2013).

FERRAMENTAS DE ANÁLISE

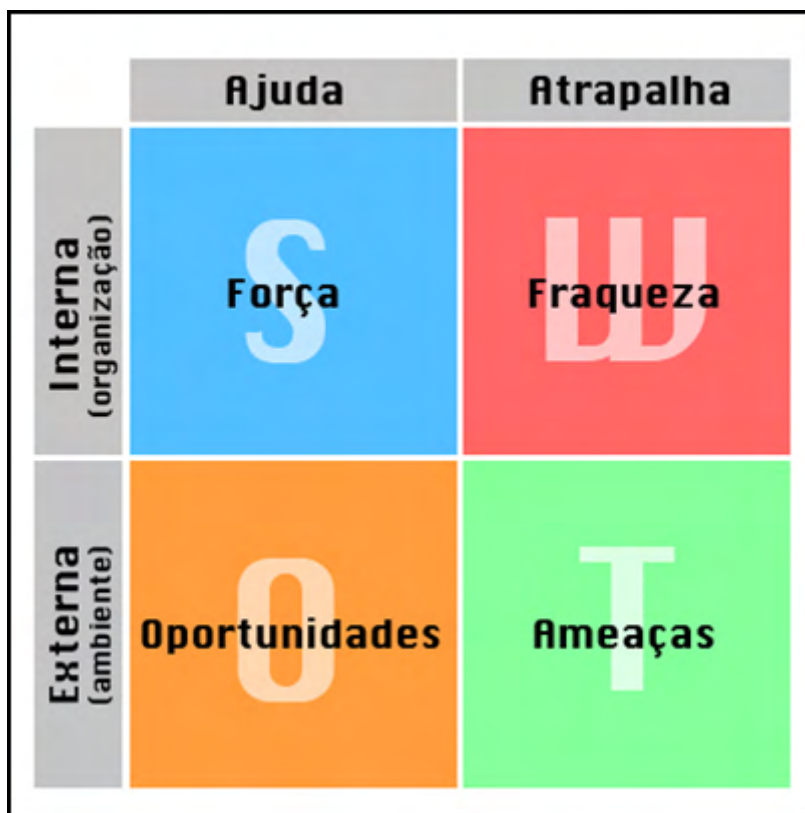
Análise SWOT

Nos dias de hoje, as pessoas têm se tornado cada vez mais digitais. A internet facilita o acesso a publicações, notícias e informações. Para orientações sobre como organizar um negócio, não é diferente.

Existem inúmeras ferramentas de gestão disponíveis no universo online, as

quais são capazes de sustentar e gerir um negócio, como é o caso da Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) ou, em português, Análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças).

A Análise FOFA, conforme afirmam Andion e Fava (2002), visa organizar as ideias do empreendedor, auxiliando na identificação de oportunidades e ameaças dos ambientes internos e externos.



Fonte: Portal da Administração

Sendo assim, a ferramenta de gestão apresentada é capaz de representar a verdadeira situação que a empresa está atuando, bem como seus principais concorrentes, suas barreiras e fatores negativos e positivos, tornando mais simples a tomada de decisão.

Prazo de Retorno do Investimento (PRI)

O PRI, de acordo com o SEBRAE (2016), é um indicador atrativo capaz de mostrar o tempo necessário para recuperar o investimento no negócio.

Para obter o prazo de retorno do investimento, são necessários dois dados do empreendimento analisado, sendo o investimento total e o lucro líquido.

A fórmula para o cálculo do PRI é composta pelo Investimento Total dividido pelo Lucro Líquido. Segue:

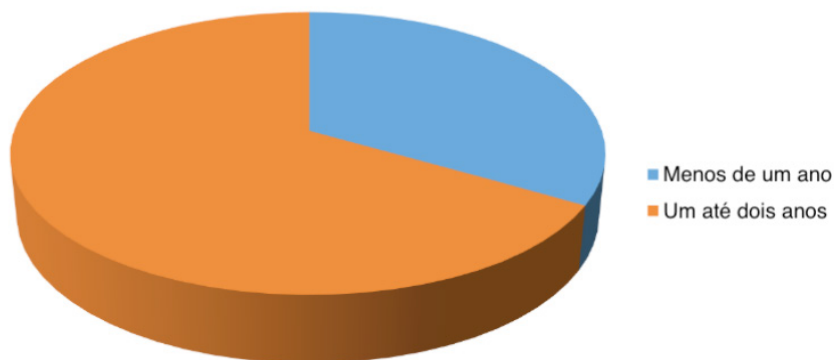
$$\text{PRI} = \text{Investimento Total} / \text{Lucro Líquido}$$

Para os resultados deste estudo, foram utilizados os valores de investimento e lucro líquido, informados pelos proprietários, dos empreendimentos entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como mencionado anteriormente, o estudo foi realizado nas cidades de Bariri e Bauru, ambas no Estado de São Paulo. A análise das respostas foi obtida com a aplicação de 12 questionários, compostos por 5 perguntas referente aos negócios entrevistados: Estabelecimentos do setor alimentício, presentes no mercado em dois anos ou menos. Entre os entrevistados, 4 têm menos de um ano de mercado, enquanto 8 têm de um ano até dois anos. Em outras palavras, 33,33% do total dos negócios entrevistados, tem menos de um ano, enquanto 66,67% tem de um ano até dois anos de mercado.

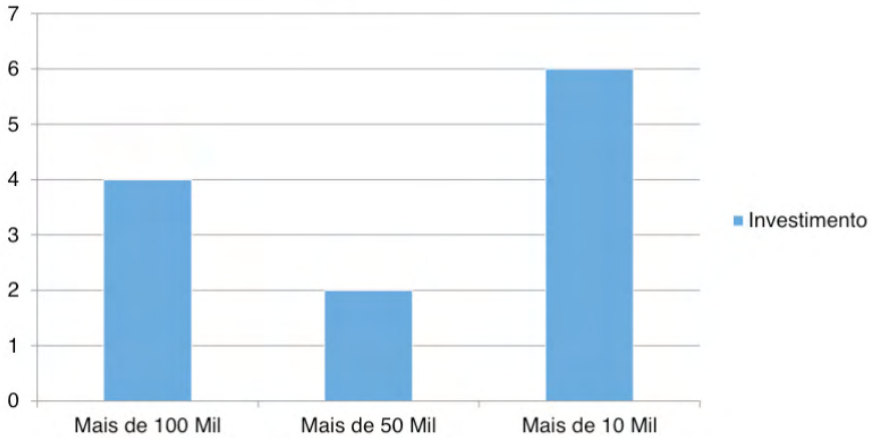
Tempo de Mercado dos Entrevistados



Fonte: Resultados originais da pesquisa

Conforme as informações coletadas nos questionários, apenas 4 dos entrevistados investiram mais de 100 mil reais para implantar o negócio no mercado. Os demais, investiram valores entre 10 mil e 100 mil reais.

Investimento

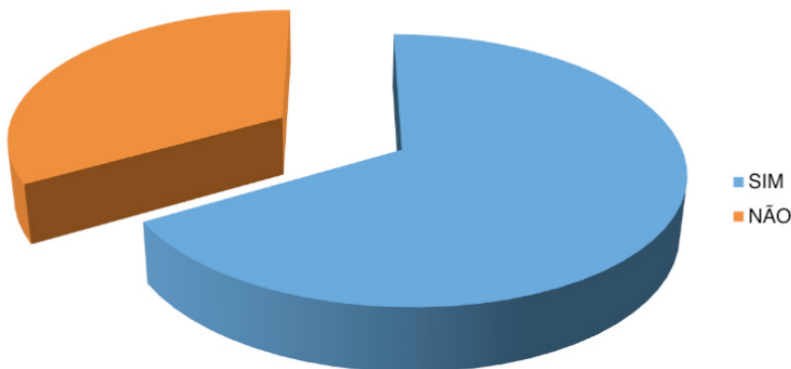


Fonte: Resultados originais da pesquisa

O SEBRAE realiza pesquisas periódicas sobre os “FATORES CONTRIBUINTES PARA A SOBREVIVÊNCIA/MORTALIDADE DE EMPRESAS”. Dentre os resultados da pesquisa “Sobrevivência das Empresas no Brasil”, divulgada em outubro de 2016, aponta-se como um dos principais fatores para o sucesso ou mortalidade da empresa o Planejamento do Negócio.

Com base nos resultados obtidos no estudo realizado com os empreendimentos nas cidades de Bariri e Bauru, apura-se que 66,67% das empresas entrevistadas possui um Plano de Negócio e 33,33% não possuem o Plano.

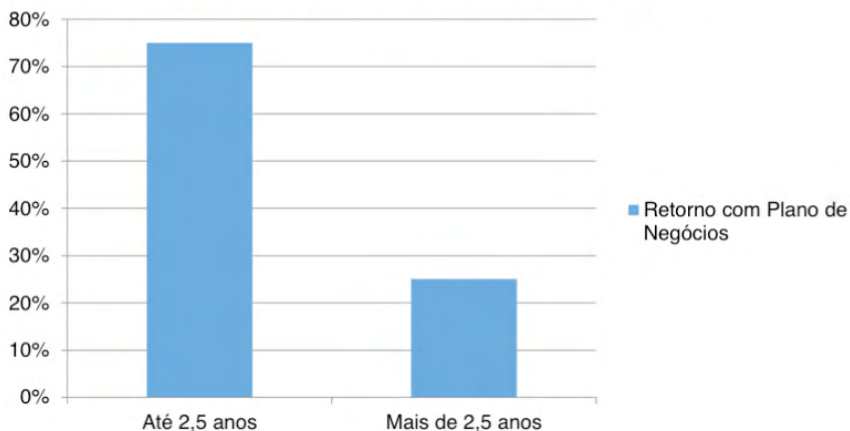
Plano de Negócios



Fonte: Resultados originais da pesquisa

Entre os estabelecimentos que possuem o Plano de Negócios, 75% conseguirão o retorno do seu investimento em menos de 2,5 anos, utilizando-se do cálculo PRI apresentado anteriormente. Os outros 25%, retornariam o investimento em até 4 anos.

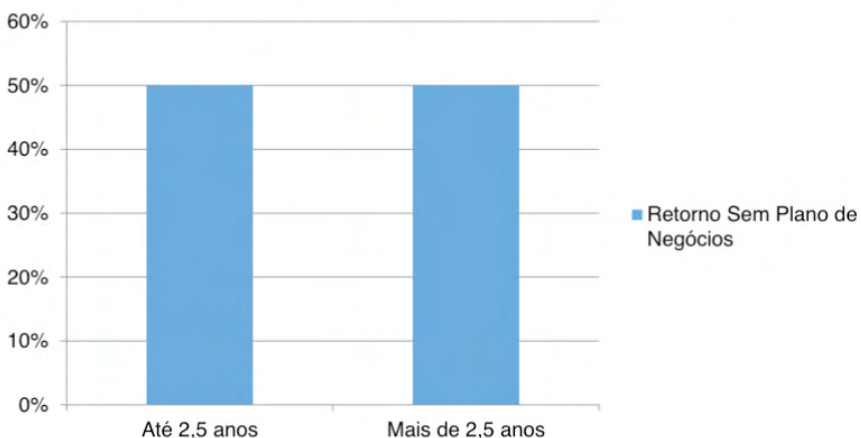
Retorno com Plano de Negócios



Fonte: Resultados originais da pesquisa

Entre os estabelecimentos que não possuem Plano de Negócios, 50% retornarão o investimento em menos de 2,5 anos e 50% retornarão em até 5 anos.

Retorno Sem Plano de Negócios



Fonte: Resultados originais de pesquisa

Nota-se que a probabilidade de retorno em até 2,5 anos é maior para os estabelecimentos que possuem um Plano de Negócios. Um tempo maior para retornar os investimentos e iniciar o ganho de lucros, necessita de desembolso para cobrir os gastos, bem como uma quantia para fluxo de caixa. Ocorre que, em muitos casos, o tempo se torna longo para a capacidade de sustentação da empresa pelos proprietários e, com isso, as empresas acabam caindo nos índices de mortalidade.

CONCLUSÕES

O Plano de Negócios parece estar cada vez mais presente nas empresas e novos empreendimentos. A amostra analisada possui conhecimento sobre o conceito do *Business Plan* e como utilizá-lo para o planejamento. No entanto, de acordo com as respostas coletadas, existe ainda um grande número de empresas que não possuem um Plano de Negócios.

Ainda que o grupo de empresas que possuem o Plano esteja mais preparado para o retorno do investimento, nota-se que a interpretação sobre o Plano de Negócios ainda é muito precária pelos proprietários dos estabelecimentos.

Os entrevistados mostraram-se íntegros com o seu negócio e com a ferramenta de gestão apresentada. No entanto, há necessidade de divulgar e vigorar mais o conhecimento sobre tal instrumento, a fim de elevar, consideravelmente, as chances de sucesso desses negócios.

Apesar das vantagens notórias voltadas para o Plano de Negócios, essas não devem ser as únicas considerações analisadas ao elaborar um planejamento. Sendo assim, a aplicação de novos estudos condiz com o conteúdo estudado neste artigo, a fim de proporcionar maior confiabilidade na ferramenta de gestão exposta como instrumento de solidez no mercado.

REFERÊNCIAS

ANDION, Maria Carolina, FAVA, Rubens, **Gestão empresarial / Fae School**. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Bom Jesus, 2002. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Administracao/1-Gestao_Empresarial-FAE.pdf>. Acesso em: 12 de Agosto de 2017.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CHIAVENATO, I. **Introdução a teoria geral da administração**. 7. ed. São Paulo: Akron Books, 2004.

Demo, P. 1998. **Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo**. Revista latino-americana de enfermagem 6 (2): 89-104.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo : Atlas 2003.

PORTAL ADMINISTRAÇÃO.2014. **Análise SWOT (Matriz) - Conceito e aplicação**. Disponível em:<<http://www.portal-administracao.com/2014/01/analise-swot-conceito-e-aplicacao.html>>. Acesso em: 14 de Agosto de 2017.

SALIM, C. S. et al. **Construindo planos de negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios com sucesso**. 3ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SEBRAE NACIONAL.2013. **Como elaborar um plano de negócios**. Disponível em:<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5f6dba19baaf17a98b4763d4327bfb6c/\\$File/2021.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5f6dba19baaf17a98b4763d4327bfb6c/$File/2021.pdf)>. Acesso em:03 de Agosto de 2017.

SEBRAE NACIONAL.2015. **Melhoria na competitividade**. Disponível em:<<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/quadro-de-modelo-de-negocios-para-criar-recriar-e-inovar,a6df0cc7f4217410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em:12 de Agosto de 2017.

SEBRAE NACIONAL.2016. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Disponível em:<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>>. Acesso em: 10 de Agosto de 2017.

SEBRAE NACIONAL.2016. **Prazo de retorno do investimento**. Disponível em:<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/prazo-de-retorno-do-investimento-pri,90da5415e6433410VgnVCM100003b74010aRCRD>>. Acesso em: 03 de Agosto de 2017.

SEBRAE NACIONAL.2017. **Estratégia empresarial**. Disponível em:<<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-elaborar-um-plano-de-negocio,37d2438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em:10 de Agosto de 2017.

SEBRAE NACIONAL.2017. **Planejamento estratégico**. Disponível em:<<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/como-elaborar-um-planejamento-estrategico,854836627a963410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 10 de Agosto de 2017.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1 - QUALIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

NOME:

ENDEREÇO:

CIDADE:

2 - TEMPO DE MERCADO DO ESTABELECIMENTO

ATÉ 1 ANO ____

ATÉ 1,5 ANOS ____

MAIS DE 2 ANOS ____

3 - A EMPRESA POSSUI PLANO DE NEGÓCIOS?

SIM ____

NÃO ____

4 - QUAL FOI O CAPITAL INVESTIDO NA EMPRESA?

5- QUAL O LUCRO LÍQUIDO DA EMPRESA?

PREFERÊNCIA PELA REMUNERAÇÃO POR DESEMPENHO: ANTECEDENTES E CONSEQUENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO

Data de aceite: 01/03/2022

Leonardo Quintas Rocha

<http://lattes.cnpq.br/6311570691842760>

Bruno Felix Von Borell de Araujo

<http://lattes.cnpq.br/3237367085252728>

RESUMO: Esta pesquisa analisa antecedentes e consequente da preferência pela remuneração por desempenho (RPD) no Brasil. Busca-se entender as relações existentes das variáveis pertinentes às características individuais e atitudes relacionadas que antecedem a preferência pela RPD e o comportamento de cidadania organizacional como seu consequente no contexto brasileiro. A pesquisa, de natureza quantitativa, teve os dados coletados e submetidos às análises estatísticas evidenciando propriedades psicométricas, como também a utilização do método de modelagem de equação estrutural, para analisar as possíveis relações hipotetizadas. Nos resultados identificou-se de forma positiva e significativa a relação do comprometimento ocupacional com a preferência pela RPD.

PALAVRAS-CHAVE: Remuneração por desempenho; Brasil; Equação estruturada.

PREFERENCE FOR PERFORMANCE-RELATED PAY: ANTECEDENTS AND CONSEQUENT IN THE BRAZILIAN CONTEXT

ABSTRACT: This research analyzes antecedents

and the consequent preference for performance-related pay (PRP) in Brazil. It seeks to understand the existing relationships of the variables relevant to individual characteristics and related attitudes that precede the preference for PRP and the behavior of organizational citizenship as its consequent in the Brazilian context. The research, of a quantitative nature, had the data collected and submitted to statistical analysis showing psychometric properties, as well as the use of the structural equation modeling method, to analyze the possible hypothesized relationships. In the results, the relationship between occupational commitment and preference for PRP was positively and significantly identified.

KEYWORDS: Performance-related pay; Brazil; Structured equation.

1 | INTRODUÇÃO

Os sistemas de remuneração nos principais mercados de trabalho do mundo têm valorizado mais o desempenho que a senioridade (STOREY e SISSON, 2005). Recentemente, esse sistema de remuneração por desempenho que gratifica o indivíduo ou um grupo tem se popularizado em diversos mercados laborais, mesmo em contextos em que a permanência de longo prazo e a lealdade à organização são características reconhecidamente valorizadas (FARRELL e MORRIS, 2009). Esse cenário tende a se tornar cada vez mais presente devido à multinacionalização de empresas que optam por adotar um único sistema de remuneração

em todas as suas filiais, apesar dos riscos de que essa forma de remuneração não produza os efeitos desejados em determinadas culturas (LEE et al., 2011; CHU e WOOD JR., 2008; HOFSTEDE, 2001; KOHN, 1993; GERHART e FANG, 2014).

Dado esse contexto, diversos estudos têm avaliado a adequação do sistema de remuneração por desempenho, originário de países de característica cultural individualista (KOHN, 1993; CHIEN et al., 2010; GERHART e FANG, 2014), seguido por países de predominância cultural coletivista. Por exemplo, no Japão, apesar de os japoneses tenderem a concordar com os princípios da remuneração por desempenho (JILPT, 2009), tal forma de incentivo pode minar o espírito colaborativo e de equipe, característico dos trabalhadores dessa nacionalidade, envolvendo questões de comportamentos de cidadania organizacional (LEE et al., 2011). Desta forma, a literatura internacional sobre os antecedentes e consequente da remuneração por desempenho tem sido controversa (KOHN, 1993; STOREY e SISSON, 2005; MORRIS, HASSARD e MCCANN 2006; CADSBY et al., 2007; CHIEN et al., 2010; LEE et al., 2011; CHANG, 2011; FRICK, 2013; GERHART e FANG, 2014) e apresenta oportunidades de aprofundamento.

No Brasil, ainda são escassos os esforços de pesquisa em relação ao comportamento do indivíduo para essa modalidade de remuneração. Visto que o Brasil é um país de característica cultural nacional coletivista e com alta necessidade de evitar incertezas (CHU e WOOD JR., 2008; HOFSTEDE, 2001), a remuneração por desempenho pode comprometer o espírito de equipe e o modelo de cooperação. Desta maneira, além de analisar possíveis razões que levam o empregado a preferir um modelo de RPD, também se faz necessário elucidar possíveis questionamentos quanto ao comportamento de cidadania organizacional diante de tal sistema de remuneração.

Nesse cenário, esta pesquisa tem como objetivo analisar os antecedentes e consequente da preferência pela remuneração por desempenho no Brasil. Por meio de pesquisa quantitativa, foi utilizado um questionário estruturado para coleta de dados em indivíduos que atuam ou atuaram em empresas as quais possuem em seus processos a implementação da remuneração por desempenho, abordando os antecedentes da preferência pela remuneração por desempenho e seu consequente. Para esta pesquisa, os antecedentes serão divididos em duas áreas: a primeira aborda as características individuais, que contemplam a idade, o tempo de carreira e a competitividade; a segunda área são as atitudes relacionadas ao trabalho, que contemplam o comprometimento organizacional afetivo e o comprometimento ocupacional. Em seguida, será analisado o comportamento de cidadania organizacional como consequente da preferência pela remuneração por desempenho.

Esta pesquisa busca contribuir com a literatura brasileira sobre a gestão de pessoas no âmbito da remuneração por desempenho, assunto até então pouco explorado no contexto brasileiro. Visa também, o melhor entendimento do comportamento de cidadania organizacional e à percepção do empregado brasileiro com a prática do sistema de

remuneração por desempenho, em análise de seus antecedentes e consequente. Por fim, objetiva fornecer informações para pesquisadores, gestores e profissionais de recursos humanos sobre a adaptação do sistema de remuneração por desempenho relacionado ao empregado.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Remuneração por desempenho no contexto brasileiro

As organizações buscam cada vez mais a competitividade, a qualidade e os melhores resultados de entrega para se sustentarem no mercado, seja na referência de um produto ou serviço, seja em sua variedade. A globalização no mundo capitalista faz com que a competição entre as organizações aumente cada vez mais, evidenciando a excelência na produção de seus negócios, perante a internacionalização da economia (MARTINS e VERIANO, 2004).

Diante desse cenário, as organizações têm adotado estratégias de produtividade, qualidade e modelos flexíveis de mão de obra (MARTINS e VERIANO, 2004). A prática da remuneração por desempenho vem sendo uma alternativa motivacional para o aumento da produtividade nas organizações (CADSBY et al., 2007; CHIEN et al., 2010; LEE et al., 2011; CHANG, 2011; ZANIN et al., 2020). Na década de 1930, o Brasil estava vivendo a política econômica ditada pelo governo Getúlio Vargas e, nesse período, houve substituições das importações de produtos nacionais e forte intervenção estatal na economia. Com isso, as organizações começaram a adotar modelos de remuneração ou bônus por produtividade de forma a melhorar a produtividade diante de tal contexto (XAVIER, 1999).

Com base na legislação brasileira, em referência ao artigo 457 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho -, o salário é ajustado no contrato de trabalho e a remuneração é composta do salário e das quantias que são adquiridas como: gratificações, alcance de resultados, meritocracia, prêmios, adicional por tempo de serviço. Logo, a remuneração representa o total dos ganhos obtidos pelo empregado em função do contrato de trabalho e pela prestação do serviço (CALVO, 2003; BRASIL, 2010).

A remuneração por desempenho tem como premissa a entrega do empregado e a existência de uma relação de reciprocidade, pois a organização remunera o empregado conforme seu desempenho e por outro lado o empregado entrega a tarefa determinada pela gestão (CHIEN et al., 2010; CHANG, 2011).

A remuneração nas organizações compreende a operacionalização de programas e modelos de pagamentos definidos em duas vertentes: o modelo tradicional, que se apoia na referência do cargo para tomar como base o plano de cargos e salários; e o modelo estratégico, que tem como finalidade o reconhecimento do esforço do empregado e, como fator, a remuneração por desempenho (RODRIGUES, 2006; BEUREN e VERHAGEM, 2015). Então, Cadsby et al. (2007) descrevem em sua pesquisa que o empregado tende a

escolher o contrato de remuneração conforme sua necessidade percebida. Esses autores afirmam que a remuneração por desempenho é a mais atraente para os empregados com maior capacidade cognitiva.

Já Chien et al. (2010) alertam que mesmo as organizações praticando o modelo de remuneração por desempenho com os empregados, pouco se sabe a respeito dos efeitos desse formato sobre os desejos dos resultados para a organização e os interesses dos empregados.

As organizações objetivam alinhar o modelo de remuneração por desempenho em conformidade com o planejamento estratégico e, portanto, definem características do empregado como a criatividade, a iniciativa e o empreendedorismo, podendo reconhecer aqueles que de fato contribuem de forma efetiva para o desempenho organizacional (MARTINS e VERIANO, 2004). A vinculação da remuneração ao desempenho tem sido considerada na literatura como uma das formas de maximizar os resultados esperados pela organização e recompensar os empregados envolvidos, porém transfere o risco da remuneração para o empregado (RODRIGUES, 2006; ZANIN et al., 2020).

2.1.1 Antecedentes da preferência pela remuneração por desempenho

A próxima etapa desta revisão de literatura é identificar em estudos anteriores as possíveis hipóteses referentes aos antecedentes da preferência pela remuneração por desempenho. A formulação das hipóteses está norteada em duas áreas: as características individuais e as atitudes do empregado relacionado ao trabalho. Mais especificamente, são exploradas as características individuais relacionando a idade, o tempo de carreira e a competitividade e as atitudes do empregado sobre o comprometimento com a organização e com sua ocupação.

2.1.1.1 Características individuais

Idade

Existem alguns aspectos que podem ser observados quando se relaciona a idade do empregado à sua preferência por tipo de remuneração. Empregados jovens podem não estar propensos a permanecerem em uma organização por toda sua carreira profissional, e isso se deve ao fato da busca por especialização funcional ou por uma remuneração mais atraente (PUDELKO, 2005). Há indícios de que empregados com mais idade tendem a aceitar os regimes de trabalhos tradicionais e os modelos de remuneração tradicional, ou seja, os indivíduos com mais idade possuem uma preferência pelos contratos psicológicos tradicionais (LEE et al., 2011). Por sua vez, indivíduos pertencentes à Geração Y tenderiam a uma preferência por sistemas de remuneração baseados na meritocracia, uma vez que esse modelo propicia uma ascensão salarial mais rápida ao jovem que ingressa no mercado de trabalho (PARRY e URWIN, 2011).

Apoiando nesse contexto, os empregados jovens podem ser mais suscetíveis a aceitar modelos de RPD, portanto, a hipótese a ser investigada é:

Hipótese 1 (H1): A idade dos empregados está negativamente associada à preferência pela RPD.

Tempo de carreira

O tempo de carreira do empregado é aqui entendido como tempo total da carreira profissional em anos. Esse tempo na organização, nos modelos tradicionais de trabalho, é reconhecido pela gestão de forma positiva, todavia pode não contribuir para o encorajamento de novas habilidades e maior produtividade (RODRIGUES, 2006). Neste contexto, Martins e Veriano (2004) abordam que a administração de remuneração tradicional tem como premissa a lealdade e o tempo de carreira e que as gratificações por desempenho têm baixa ocorrência nesse modelo de gestão.

Estudos realizados no Reino Unido mostraram que empregados mais jovens em início de sua carreira profissional, são inclinados a estar motivados a preferir um modelo de remuneração por desempenho em comparação com empregados com mais tempo de carreira (MARSDEN e RICHARDSON, 1994; FARRELL e MORRIS, 2009).

De forma similar, Lee et al. (2011) observaram que os empregados japoneses que trabalham há mais de 10 anos desenvolvem uma propriedade psicológica sobre o sistema de trabalho, o que os posiciona em uma zona de conforto. Os autores sugerem que o empregado com mais de 10 anos de carreira pode ser menos favorável a uma mudança em um sistema de remuneração por desempenho, enquanto aqueles com menos de 10 anos de carreira profissional podem apresentar maior preferência por uma forma de remuneração mais desafiadora. Existe a tendência de isso ocorrer, pois o tempo de vínculo contratual propende a ser encarado como sinal de lealdade e construção de confiança recíproca que, em alguns casos, pode vir a posicionar o desempenho como secundário. Balassiano e Salles (2012) ressaltam, no entanto, que a fim de isso ocorrer, é necessário haver uma percepção de que o sistema de remuneração por desempenho seja realizado de forma justa e clara. Logo, a hipótese correspondente é a seguinte:

Hipótese 2 (H2): O tempo de carreira está negativamente associado com a preferência pela RPD.

Competitividade

A competitividade vem sendo cada vez mais enfatizada devido à demanda e oferta de trabalho no cenário mercadológico, onde a estratégia da remuneração por desempenho tem como uma de suas premissas, o aumento de produtividade do empregado que atribua à organização vantagem competitiva (RODRIGUES, 2006). Chien et al. (2010) mostram que os empregados produzem melhor ao perceberem que a organização utiliza a remuneração

por desempenho como prática motivacional. Lee et al. (2011) acrescentam que a competitividade está relacionada diretamente ao esforço individual de cada empregado, com destaque perante os demais. Portanto, esse comportamento de competitividade conduz à seguinte hipótese:

Hipótese 3 (H3): A competitividade de um indivíduo está positivamente associada à preferência do indivíduo pela RPD.

2.1.1.2 Atitudes relacionadas ao trabalho

Comprometimento organizacional afetivo

Os empregados comprometidos com a organização têm o perfil de serem mais engajados no trabalho e acreditam nos valores e crenças da organização, comportamentos estes que são favoráveis ao empregador (LEE et al., 2011; RASHEED et al., 2013; COOK e WALL, 1980).

O comprometimento organizacional é uma das variáveis que tem recebido mais atenção no âmbito da psicologia organizacional, devido ao fato de ele se caracterizar como um fator de controle do absenteísmo (MOWDAY; STEERS; PORTER, 1982). Em geral, nota-se que o comprometimento está diretamente relacionado ao desempenho dos indivíduos nas organizações (REGO et al., 2004).

O tema comprometimento organizacional vem sendo estudado fortemente desde a década de 1990 no Brasil. Esse constructo possui três componentes: o afetivo, o instrumental e o normativo (MEYER; ALLEN, 1991). Nesta pesquisa, adota-se o enfoque no comprometimento organizacional relacionado à afetividade. Diversas abordagens na literatura enfatizam que a afetividade refere-se à identificação do empregado com os objetivos, as crenças e os valores da organização, com o propósito de se manter membro da organização, comportamento este que vai além da lealdade comum a uma organização, em que o empregado deseja se doar para contribuir com o bem-estar dela (CANÇADO et al., 2006; MEYER E ALLEN, 1991; MOWDAY, STEERS e PORTER, 1982, COOK e WALL, 1980).

Há pouca investigação empírica que relaciona o comprometimento organizacional afetivo com a preferência pela RPD e seus resultados. As pesquisas mostram que o empregado altamente comprometido com a organização, pode estar suscetível a trabalhar no modelo de remuneração tradicional (RODRIGUES, 2006; MARTINS e VERIANO, 2004). Isto ocorrerá pelo fato de o vínculo afetivo com a organização ser estímulo suficiente para o indivíduo produzir. Por conseguinte, a hipótese a ser investigada é:

Hipótese 4 (H4): O comprometimento organizacional afetivo está negativamente associado com a preferência pela RPD.

Comprometimento Ocupacional

O comprometimento ocupacional tem por definição a identificação do empregado com uma ocupação específica, o envolvimento com os valores da ocupação, assim como uma disposição para exercer um maior esforço e uma aspiração a permanecer nessa ocupação (LEE et al., 2011; CIFTCIOGLU, 2011; CHEN et al., 2010; PORTER et al., 1974). Há uma diferença entre o comprometimento ocupacional e o comprometimento organizacional afetivo, uma vez que o comprometimento ocupacional está além dos limites da organização (CHEN et al., 2010; LEE et al., 2000). Assim nesse contexto, o empregado com alto comprometimento ocupacional tende a ter mais discernimento nas suas escolhas em trabalhar para uma organização no que tange ao seu talento, qualificações profissionais e remuneração.

Pesquisas anteriores sugerem que profissionais comprometidos com sua ocupação têm inclinação a apresentar melhores resultados individuais e níveis de produtividade (PILATI et al., 2009; LEE et al., 2000). Para esses autores, o maior envolvimento do indivíduo com sua ocupação, assim como sua visão de futuro quanto a ela, influenciam a motivação de profissionais em busca de desempenho superior.

Sendo assim, o modelo de RPD apresenta tendência a ser mais atrativo para pessoas com maior comprometimento ocupacional, pois possibilita recompensar os empregados pelos resultados alcançados (LEE et al., 2011; LEE et al., 2000). O empregado, por estar comprometido com a sua ocupação, busca maior êxito em sua entrega e tende a preferir um modelo de remuneração que premie o alcance de resultados em vez do modelo tradicional de remuneração (LEE et al., 2011). Logo, formula-se a seguinte hipótese:

Hipótese 5 (H5): O comprometimento ocupacional está positivamente associado com a preferência pela RPD.

2.1.2 Consequente da preferência pela remuneração por desempenho

2.1.2.1 Comportamento de Cidadania Organizacional

A literatura mostra que o comportamento de cidadania organizacional (CCO) pode influenciar no desempenho organizacional, comportamento este que está relacionado a um tipo de comportamento arbitrário do empregado e que pode assumir diferentes formas em diferentes culturas organizacionais (YE, 2012). O CCO representa um comportamento além das expectativas de rotina, revela um comportamento de cooperação com a organização, mas que não é a condição para um trabalho oficial, pois são comportamentos organizacionais desejáveis que representam resultados positivos e que podem contribuir de várias maneiras para a eficácia e para o sucesso organizacional (RASHEED et al., 2013).

Os comportamentos de cidadania organizacional são comportamentos que não estão

claramente documentados no escopo da organização. Eles promovem o funcionamento eficaz e eficiente da organização, porém a gestão tem dificuldade de perceber a existência ou a inexistência da tendência a esses padrões por se tratar de comportamentos voluntários (MOHAMED et al., 2012). Alguns exemplos de CCOs seriam: a conscientização, o altruísmo (que tem como característica a cooperação entre os empregados), a virtude cívica (na qual o empregado tem conhecimento da parte política da organização), a esportividade (que mostra atitudes positivas e encorajadoras) e a cortesia que tem como característica a valorização dos colegas de trabalho, tratando com respeito, admiração e estima) (MOHAMED et al., 2012).

O CCO é definido como um comportamento discricionário e, embora não seja diretamente reconhecido e recompensado, pode participar do desenvolvimento organizacional (YE, 2012). A RPD pode retrainir o esforço e a dedicação com o CCO, fazendo com que o empregado atrele seus comportamentos a incentivos externos, pois o CCO tem um sentido estritamente comportamental e não tem o propósito de objetivar recompensas com base em desempenho, Lee et al. (2011) ainda complementam que o mecanismo motivacional do CCO é a reciprocidade, a cumplicidade e os comportamentos cooperativistas que podem trazer recompensas sociais ao empregado; por conseguinte, essas características podem afetar o incentivo para a RPD, pois tal sistema tem a característica de remunerar individual e monetariamente.

Sendo assim, é necessário investigar a relação da preferência pela remuneração por desempenho e o comportamento de cidadania organizacional, identificando seu possível conseqüente da preferência pela RPD no comportamento de cidadania organizacional. Logo, a seguinte hipótese a ser investigada é:

Hipótese 6 (H6): A preferência do indivíduo pela RPD está negativamente associada ao CCO.

3 | METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar os antecedentes e conseqüente da preferência pela remuneração por desempenho no Brasil, realizou-se estudo com técnicas de análise quantitativas com dados primários, apoiada por um questionário estruturado como instrumento de coleta de dados por meio de um link para acesso. A amostra foi composta por indivíduos que trabalham ou que já trabalharam em empresas com um sistema de remuneração por desempenho em seus processos de Recursos Humanos. Foram consideradas apenas as respostas de indivíduos com no mínimo 1 ano trabalhado no modelo de RPD, para aumentar a confiabilidade da percepção dessas práticas, bem como para melhor aproveitamento de suas respostas quanto à modalidade.

Os constructos utilizados e relacionados nesta pesquisa foram: Idade; Tempo de carreira; Competitividade; Comprometimento Organizacional Afetivo; Comprometimento

Ocupacional; Preferência pela Remuneração por Desempenho; e Comportamento de Cidadania Organizacional. Logo, o questionário foi pautado por questões norteadoras das variáveis dos antecedentes e consequente da preferência pela RPD conforme o modelo estrutural a seguir.

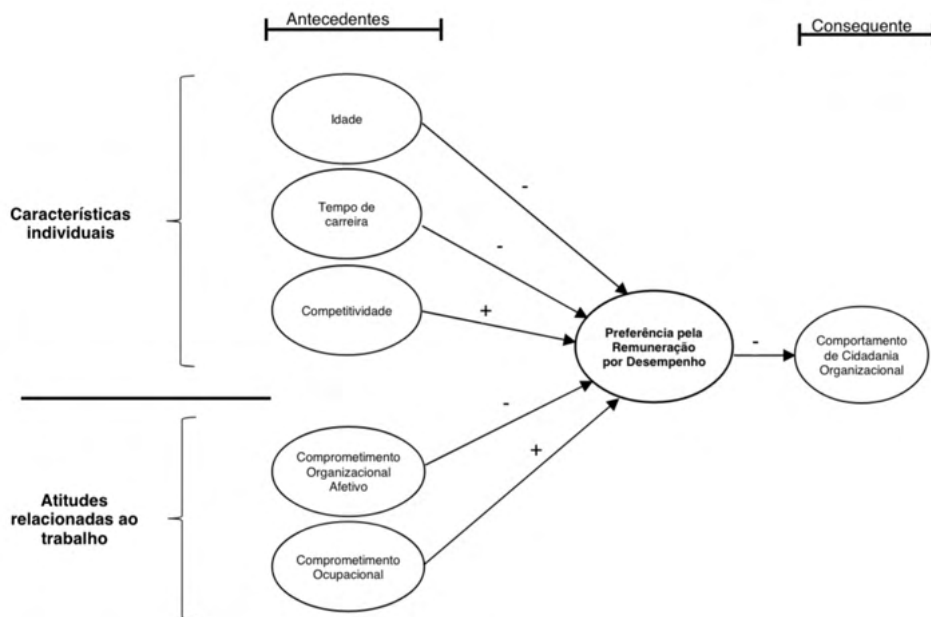


Figura 1: Representação do modelo de equação estrutural da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor.

Idade

Na pesquisa foi solicitado aos respondentes que informassem sua idade em anos. A idade foi utilizada na análise de dados como uma variável quantitativa discreta.

Tempo de carreira

Na pesquisa, foi disponibilizado um campo para o respondente informar o tempo de carreira profissional em anos, e esse constructo foi tratado como uma variável quantitativa discreta.

Competitividade

A variável competitividade foi medida por três itens com base em Kirmeyer e Biggers (1987) para identificar a medida em que os respondentes desejam se destacar em relação a outros colegas de trabalho. Utilizou-se uma escala Likert de sete pontos, com variação de 1 = “discordo totalmente” a 7 = “concordo totalmente”, com ponto médio de 4 = “indiferente”,

para que os respondentes utilizassem como classificação.

Comprometimento Organizacional Afetivo

A variável tem como propósito identificar o grau de comprometimento organizacional afetivo dos respondentes com a organização, e ela foi medida por meio de quatro itens de Cook e Wall (1980) utilizando escala Likert de sete pontos.

Comprometimento Ocupacional

Comprometimento ocupacional foi medida com os três itens com base em Porter et al. (1974). Tais itens foram criados para medir o quanto os respondentes são comprometidos com a sua ocupação profissional e foram apresentados com uma escala de Likert de sete pontos.

Preferência pela RPD

A preferência por RPD foi medida por oito itens desenvolvidos por Marsden e Richardson (1994). A escala foi projetada para avaliar a preferência do empregado pela RPD. Os respondentes foram solicitados a responder mediante uma escala Likert de sete pontos.

Comportamentos de cidadania organizacional

A variável Comportamentos de cidadania organizacional foi medida com os cinco itens com base em Organ (1988), os quais mensuram o altruísmo do empregado, aspecto do comportamento de cidadania organizacional. Os respondentes foram solicitados a responder por uma escala Likert de sete pontos.

Para a análise dos dados e testes de hipóteses, aplicou-se a técnica de Modelagem de Equações Estruturais e ela consiste na estimação e análise estatística multivariada a qual admite a contribuição de cada constructo e as relações hipotéticas entre vários constructos simultaneamente, como também testar as relações em conceitos sociais abstratos (HAIR JR. et al., 2009; KLINE, 1998). Nesta pesquisa, os dados foram submetidos inicialmente à análise das propriedades psicométricas (confiabilidade, validade convergente e validade discriminante) para que se possa analisar a qualidade do modelo de medida para a amostra adotada (HAIR JR. et al., 2009; CHIN, 1998).

A confiabilidade refere-se à avaliação do grau de consistência entre múltiplas medidas de uma variável. Ela tem o propósito de confirmar se os indicadores individuais de uma escala medem o mesmo constructo (HAIR JR. et al., 2005). Já a validade convergente tem o atributo de avaliar o grau de correlação de duas medidas do mesmo conceito, e as correlações altas indicam que a escala múltipla está medindo seu conceito pretendido (HAIR JR. et al., 2009; CHIN, 1998). Por sua vez, a validade discriminante refere-se ao grau em que dois construtos mensurados em modelo são distintos (HAIR JR. et al., 2005).

Em relação ao processamento de dados, utilizou-se software SmartPLS 3.0

(RINGLE; WENDE; BECKER, 2015), para analisar as possíveis relações hipotetizadas entre os antecedentes e consequente da preferência pela remuneração por desempenho.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

A amostra foi composta de indivíduos que trabalham em diversas cidades do Brasil. O acesso a esse público foi por meio de divulgação do questionário em fóruns de pesquisa de assuntos em negócios e rede social de cunho profissional. A pesquisa contou com 378 respondentes, dentre os quais houve aqueles cuja participação foi descartada por nunca terem trabalhado com o modelo de remuneração por desempenho ou ter informado que tinham no máximo 1 ano de experiência com o modelo de RPD. Indivíduos que repetiram sua resposta em mais de 78% das questões (ESS EDUNET, 2009) também foram eliminados do quadro amostral. Com base nesse critério, foram eliminados 148 respondentes, caracterizando uma amostra válida de 230 participantes.

4.1 Dados demográficos

Os dados demográficos da pesquisa indicam que maior parte dos respondentes são do sexo masculino, representando 63% dos respondentes (144 respondentes) e que a faixa etária de maior concentração está entre 30 e 39 anos, o que corresponde à 43% dos respondentes (98 respondentes). Grande parte deles pertence ao nível de analista/administrativo, contabilizando 47% (107) dos respondentes. No que se refere à experiência de trabalhar com o modelo de remuneração por desempenho, foram apontados três intervalos de tempo que satisfazem o critério da pesquisa: 41% dos respondentes entre 1 e 5 anos de experiência em trabalhar sob o sistema de RPD, 34% entre 5 e 10 anos e 25% dos respondentes há mais de 10 anos. Os resultados identificados nesta pesquisa são apresentados na Tabela 1.

Perfil dos Participantes		Nº	%
Gênero	Masculino	144	63%
	Feminino	86	37%
Idade (em anos)	Entre 20 e 29	54	23%
	Entre 30 e 39	98	43%
	Entre 40 e 49	51	22%
	> 50	27	12%
Hierarquia	Direção	29	13%
	Gerência	48	21%
	Supervisor/Coordenador	46	20%
	Analista/Administrativo	107	47%

Tempo com RPD (em anos)	Entre 1 e 5	95	41%
	Entre 6 e 10	78	34%
	> 10	57	25%

TABELA 1: DADOS DEMOGRÁFICOS DA PESQUISA

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados coletados.

4.2 Análise do modelo de mensuração

O modelo de mensuração foi submetido aos procedimentos de análise da validade convergente, da validade discriminante, confiabilidade dos constructos e o Alfa de Cronbach, procedimentos estes que compõe a análise das propriedades psicométricas. Essa verificação tem o propósito de identificar as limitações da amostra e das propriedades psicométricas do instrumento antes de se fazer qualquer inferência de relação entre os constructos.

A medição da validade convergente pode ser adquirida por meio da variância média extraída (AVE), e, quando ela tem seu índice superior a 0,5 (50%) caracteriza-se a confirmação da validade convergente (HAIR JR. et al., 2009; CHIN, 1998). Nesta pesquisa, foi constatada a presença de validade convergente em todas as variáveis latentes, pois elas apresentaram variância média extraída acima de 0,56, conforme observado na tabela 2.

Em seguida, foi avaliada a confiabilidade das variáveis latentes mediante o índice da confiabilidade composta, a qual deve superar o valor de 0,7 (CHIN, 1998). Nesta pesquisa foram identificados os valores acima de 0,86 nos constructos avaliados, conforme observados na tabela 2, o que confirma a confiabilidade da mensuração das variáveis latentes. Outra possibilidade para avaliar a confiabilidade é por meio do Alfa de Cronbach que deve apresentar valor igual ou acima de 0,70 (NUNNALLY, 1978). Neste estudo foram encontrados valores acima de 0,79, o que confirma a confiabilidade do questionário.

Variável latente de 1ª ordem	C	CCO	CO	COA	PRPD	IDADE	TCARR
C	0,92						
CCO	-0,10	0,75					
CO	-0,10	0,38	0,85				
COA	-0,02	0,47	0,63	0,78			
PRPD	0,16	0,17	0,39	0,34	0,78		
IDADE	-0,11	0,14	0,04	0,08	-0,11	-	
TCARR	-0,09	0,11	0,00	0,05	-0,12	0,89	-
Média	4,48	5,84	5,38	5,88	5,07	37	15
Mediana	5	6	6	6	5	35	15
Desvio Padrão	1,78	1,13	1,45	1,24	1,60	9,46	9,38
Variância Média Extraída	0,85	0,57	0,73	0,62	0,61		

Confiabilidade Composta	0,92	0,87	0,89	0,86	0,90		
Alfa de Cronbach	0,83	0,81	0,81	0,79	0,87		

Nota: C - Competitividade; CCO - Comportamento de Cidadania Organizacional; CO - Comprometimento Ocupacional; COA - Comprometimento Organizacional Afetivo; PRPD - Preferência pela Remuneração por Desempenho; TCARR - Tempo de Carreira.

A tabela apresenta valores na diagonal em negrito que são a raiz quadrada da Variância Média Extraída (AVE). A partir da estimação do modelo com a utilização do *software* SmartPLS 2.0, obtiveram-se escores que serviram de base para o cálculo da média, mediana e desvio padrão.

TABELA 2: CORRELAÇÃO E ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS LATENTES

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados.

Em se tratando da validade discriminante, utilizou-se como critério de avaliação a verificação dos valores das cargas fatoriais com seus respectivos constructos, e essa estimação foi obtida por meio do *software* SmartPLS (RINGLE; WENDE; BECKER, 2015). Caso haja resultado superior ao compará-lo com a relação de outros constructos, caracteriza-se a validade discriminante (CHIN, 1998). No caso desta amostra, esse critério foi atendido, como se pode observar na tabela 3, o que permite perceber a presença de validade discriminante. Outro critério para avaliar essa propriedade psicométrica é a observância de se a relação das correlações entre os constructos é inferior à raiz quadrada da variância média extraída (CHIN, 1998; FORNELL e LARCKER, 1981). Conforme mostrado na tabela 2, por esse critério, também pode-se afirmar existência da validade discriminante no modelo.

VL 1ª ordem	Indicadores	C	CCO	CO	COA	RPD
Competitividade	C1 Eu quero ser melhor do que outras pessoas.	0,90	-0,11	-0,08	-0,02	0,13
	C2 Eu quero estar em primeiro lugar no geral.	0,94	-0,08	-0,10	-0,02	0,16
Comportamento de Cidadania Organizacional	CCO1 Caso um colega de trabalho esteja muito ocupado, eu ajudo na atividade dele.	-0,23	0,71	0,41	0,38	0,10
	CCO2 Eu costumo ajudar minha chefia imediata fazendo coisas que não são realmente parte do meu trabalho.	-0,03	0,70	0,22	0,34	0,10
	CCO3 Muitas vezes faço coisas fora das minhas atribuições para o bem dos clientes.	-0,01	0,80	0,23	0,31	0,14
	CCO4 Se um colega de trabalho tem dificuldade, em muitas vezes eu ajudo.	-0,13	0,84	0,33	0,42	0,18
	CCO5 Eu costumo dar sugestões para minha equipe sobre como melhorar a satisfação dos clientes.	0,01	0,72	0,25	0,36	0,10

Comprometimento Ocupacional	CO1 Eu falo bastante para os meus amigos sobre meu trabalho atual.	0,00	0,38	0,78	0,47	0,31
	CO2 Eu acho que meu trabalho atual possibilita uma carreira gratificante.	-0,18	0,30	0,87	0,56	0,33
	CO3 Eu tenho orgulho de falar às pessoas sobre meu emprego atual.	-0,06	0,30	0,90	0,59	0,34
Comprometimento Organizacional Afetivo	COA1 Eu me sinto parte da empresa na qual trabalho.	0,07	0,26	0,56	0,85	0,35
	COA2 Eu me coloco à disposição para ajudar a empresa.	-0,05	0,50	0,33	0,75	0,24
	COA3 No meu trabalho, eu gosto de sentir que eu estou fazendo um esforço não só para mim, mas também para a empresa.	-0,02	0,41	0,41	0,77	0,24
	COA4 Eu Tenho orgulho de dizer às pessoas que eu trabalho nesta empresa.	-0,11	0,39	0,69	0,77	0,22
Preferência pela Remuneração por Desempenho	O sistema de remuneração por desempenho levou você a: RPD1 melhorar a qualidade do seu trabalho.	0,10	0,18	0,40	0,38	0,80
	RPD3 mostrar mais iniciativa.	0,19	0,16	0,25	0,21	0,81
	RPD4 ser mais eficaz em lidar com o público.	0,16	0,13	0,29	0,15	0,79
	RPD6 melhorar a sua sensibilidade para com os colegas de trabalho.	0,10	0,11	0,32	0,27	0,76
	RPD7 se esforçar mais.	0,20	0,09	0,18	0,20	0,76
	RPD8 refletir na minha contribuição para o trabalho de forma mais justa.	0,02	0,12	0,34	0,36	0,77

Nota: As variáveis C3, RPD2 e RPD5 foram retiradas do modelo por apresentarem cargas fatoriais inferiores a 0,50 em seus respectivos constructos.

TABELA 3: MATRIZ DE CARGAS FATORIAIS

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados.

4.3 Análise do modelo estrutural

Neste tópico, são apresentados os coeficientes de caminhos entre os antecedentes e o conseqüente da “Preferência pela Remuneração por Desempenho”, apontando as respectivas hipóteses, conforme apresentado na figura 2.

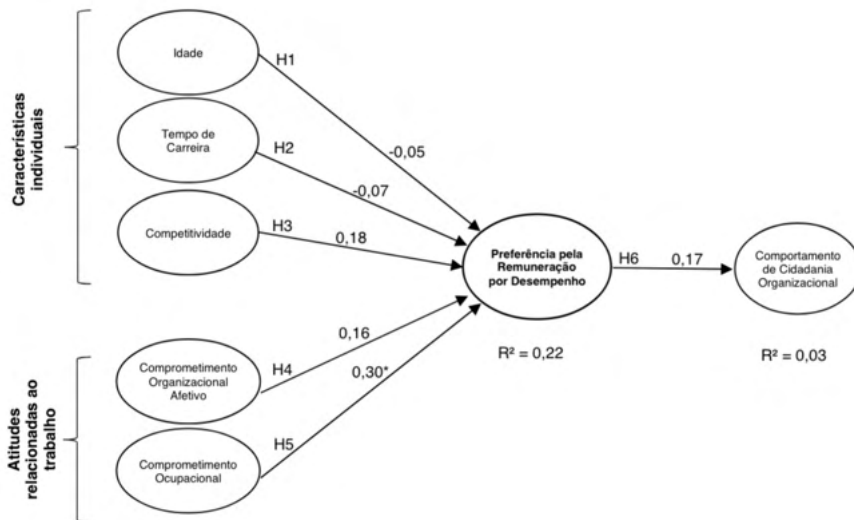


Figura 2: Coeficientes de caminho entre os antecedentes e consequente da Preferência pela Remuneração por Desempenho.

Nota: * $p < 0,05$.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A hipótese 1 propôs que a idade dos empregados está negativamente associada à preferência pela RPD, ou seja, os empregados com mais idade tenderiam a não aderir à RPD. No entanto, os resultados apontaram para a inexistência de uma relação significativa entre essas variáveis, o que permite rejeitar a H1. A hipótese 2 propôs que o tempo de carreira com a organização está negativamente associado com a preferência pela RPD, e os resultados indicam que essa relação não se mostrou presente, o que levou à rejeição de H2.

A hipótese 3 sugeriu que a competitividade de um indivíduo, está positivamente associada à preferência do indivíduo pela RPD. Mais uma vez, diferente do esperado, tal relação não se mostrou presente na amostra pesquisada e, portanto, H3 também foi rejeitada. A hipótese 4 propôs que o comprometimento organizacional afetivo está negativamente associado com a preferência pela RPD. Contrariando a hipótese delineada, não houve relação significativa entre o COA e a Preferência pela RPD, o que conduz à rejeição da H4.

Na análise dos resultados da amostra referente à hipótese 5, identificou-se uma relação positiva (0,30) e significativa entre o Comprometimento Ocupacional e a Preferência pela Remuneração por Desempenho ($p < 0,05$), em que o comprometimento ocupacional está positivamente associado com a preferência pela RPD e, sendo assim, essa relação oferece suporte para confirmação da hipótese 5.

A hipótese 6 propôs que a preferência do indivíduo pela RPD está negativamente

associada ao Comportamento de Cidadania Organizacional. Diferente do esperado, tal relação não obteve o coeficiente de caminho significativa, o que resultou à rejeição de H6.

Ainda na análise do modelo, foi identificado $R^2=0,22$ na relação dos antecedentes quanto à preferência pela RPD, valor este que traduz em 22% da variação da preferência pela remuneração por desempenho que é explicada pelos seus antecedentes referente ao modelo estudado.

5 | DISCUSSÃO

Nesta seção, realiza-se uma discussão dos resultados da pesquisa com a literatura sobre os constructos estudados. Busca-se aqui identificar congruências e particularidades dos resultados deste estudo em relação ao corpo de conhecimento já desenvolvido sobre o tema.

Os antecedentes hipotetizados da preferência pela remuneração por desempenho foram divididos em dois grupos: características individuais e atitudes relacionadas ao trabalho. As características individuais foram referenciadas nos constructos Idade, Tempo de Carreira, Competitividade enquanto as atitudes relacionadas ao trabalho se encontram nos constructos Comprometimento Organizacional Afetivo e Comprometimento Ocupacional. Era esperado, com base em resultados identificados em pesquisas anteriores (CADSBY et al., 2007; CHIEN et al., 2010; LEE et al., 2011; CHANG, 2011) que essas variáveis explicassem a preferência de indivíduos pela remuneração por desempenho. No entanto, a análise dos dados apresentou um cenário diferente do esperado, o que pode representar uma oportunidade de avanço de conhecimento para a literatura sobre a remuneração no contexto brasileiro.

A idade do indivíduo não se mostrou uma relação negativa estatisticamente significativa com a preferência pela RPD, ou seja, o fato de o indivíduo ser mais jovem não resultou em uma inclinação à preferência pela RPD no Brasil. Estudos anteriores realizados em outros contextos mostraram que indivíduos mais jovens são favoráveis a aceitar modelos de RPD, por apresentarem expectativas diferentes das de indivíduos mais velhos em relação aos contratos psicológicos e modelos tradicionalistas (PUDELKO, 2005), por exemplo, no Japão, estudos confirmaram essa preferência pela RPD (LEE et al., 2011). Um argumento relevante apontado na literatura sobre a relação entre idade e preferência por RPD reside nas expectativas por meritocracia típicas da Geração Y. Entende-se, em pesquisas realizados nos EUA, Europa e Japão, que indivíduos mais jovens e pertencentes a essa geração sejam mais ansiosos em termos de progressão de carreira e obtenção de recompensas, o que leva a apoiar a hipótese de relação entre Idade e preferência pela RPD. Todavia, algumas particularidades do contexto brasileiro podem ajudar a explicar o resultado obtido.

Os jovens brasileiros nascidos a partir da década de 80 não vivenciaram as mesmas

experiências em relação aos jovens de países europeus, estadunidenses e japoneses, por exemplo. O estágio atrasado de desenvolvimento econômico do país fez com que o acesso amplo à internet, tão característico como formador de pensamento de indivíduos da Geração Y, chegasse ao Brasil com retardo de alguns anos. Sendo assim, é possível que não haja uma transposição vertical entre as faixas geracionais entre países considerados desenvolvidos economicamente e o Brasil (VELOSO, 2012). Se isso for verdade, é possível que em alguns anos a relação discutida neste parágrafo venha a se confirmar também no contexto brasileiro.

De forma semelhante, um menor tempo de carreira não foi condicionante para o indivíduo brasileiro preferir a RPD. Esse resultado diverge do encontrado por Lee et al. (2011), em pesquisa realizada no Japão. Ainda na discussão das características individuais, observou-se também que o fato de o indivíduo ser competitivo no ambiente organizacional não traduziu sua preferência pela RPD. A despeito de estudos anteriores abordarem que o fator de competitividade do indivíduo é entendido como premissa ao modelo de RPD - na qual o colaborador entende ser mais justo esse modelo de remuneração devido ao seu esforço (CHIEN et al., 2010; LEE et al., 2011) -, nesta pesquisa, foi revelada uma lógica distinta. Isso possivelmente se explica pelo fato de a cultura brasileira possuir características coletivistas e com alta necessidade de evitar incertezas, e tal fato tende a fazer com que o brasileiro mantenha a opção por modelos tradicionais (CHU e WOOD JR., 2008).

Outro fator a ser considerado para explicar os resultados não esperados de ausência de relação entre tempo de carreira e competitividade com a preferência por RPD é a qualidade percebida dos critérios que levam à alocação variável de remuneração. Caso a RPD tenha sido implementada na organização de forma arbitrária ou que seja interpretada como injusta, isso pode levar o empregado a desqualificar esse modelo de remuneração por não identificar a meritocracia de forma justa em sua aplicabilidade (BALASSIANO e SALLES, 2012). Em outras palavras, indivíduos competitivos podem deixar de ter um estímulo à RPD, quando os critérios para a mesma não forem interpretados como justos.

Por sua vez, o comprometimento organizacional afetivo não se relacionou com a preferência pela RPD no Brasil. Apesar de pesquisas anteriores sugerirem uma associação entre o comprometimento afetivo e o desempenho individual (REGO et al., 2004; CANÇADO et al., 2006; RODRIGUES, 2006; MARTINS e VERIANO, 2004), na revisão da literatura realizada neste estudo foi apontado que há pouca investigação empírica a respeito da relação entre o comprometimento afetivo e a preferência pela remuneração por desempenho. Como é possível que nem sempre as pessoas com um melhor desempenho prefiram ser remuneradas com base no desempenho (especialmente pelas razões já apresentadas de desconfiança quanto à qualidade da avaliação de desempenho que sustenta a remuneração variável), a ausência de relação entre as variáveis citadas neste parágrafo pode não ser tão surpreendente. Pode-se sugerir também que o empregado comprometido afetivamente esteja disposto a seguir as preferências e as práticas adotadas

pela organização, com menos intervenção de seus próprios interesses (CANÇADO et al., 2006; REGO et al., 2004; MEYER e ALLEN, 1991; COOK e WALL, 1980).

Não obstante, na análise no comprometimento ocupacional, foram obtidos resultados que coadunam com a hipótese elaborada a partir de estudos anteriores e identificou-se neste estudo uma relação positiva e significativa entre o comprometimento ocupacional e a preferência por RPD. É razoável sugerir que indivíduos que se destacam pela característica do seu esforço ocupacional prefiram um modelo de remuneração que premie o alcance de resultados em vez do modelo tradicional de remuneração (LEE et al., 2011; LEE et al., 2000), pois seu desempenho tende a ser superior.

O estudo também revelou que a preferência por remuneração por desempenho não apresentou relação com os comportamentos de cidadania organizacional, quando se esperava que tais variáveis apresentassem uma relação negativa. É possível que o caráter inclusivo e informal do trabalho no Brasil produza comportamentos de cooperação não genuínos de aparente cidadania em indivíduos inclinados a adotar uma lógica mais pautada na reciprocidade do que na colaboração caracterizadora da cidadania organizacional. Assim, apesar de não apresentar uma tendência a adotar colaborativos que ultrapassem as fronteiras da contribuição formalmente esperada, um indivíduo pode sentir a necessidade de adotar certos comportamentos os quais, ainda que não sejam recompensados monetariamente, recebem um apreço social relevante (PRATES e BARROS, 1997).

Em suma, este estudo revelou que as características que tipicamente caracterizam antecedentes e consequente da preferência por RPD na literatura internacional não se apresentaram, de forma geral, relevantes no contexto brasileiro. A única exceção se refere à relação encontrada entre comprometimento ocupacional e a preferência por RPD. Esses resultados sugerem a necessidade de melhor compreender as características das relações de trabalho no Brasil no tocante à remuneração variável. Nesta discussão, foram apontados a má qualidade na definição dos parâmetros e na execução da Avaliação de Desempenho e o alto grau de pressão social por comportamentos comumente aceitos como fatores que podem ter influenciado na obtenção de resultados nesta pesquisa, distintos daqueles que têm sido obtidos em outros países (KOHN, 1993; STOREY e SISSON, 2005; MORRIS, HASSARD e MCCANN 2006; CADSBY et al., 2007; CHIEN et al., 2010; LEE et al., 2011; CHANG, 2011; FRICK, 2013; GERHART e FANG, 2014). Assim, este estudo sugere que se faz necessário refletir sobre até que ponto pode ser perigoso e falacioso replicar para o contexto brasileiro lógicas sobre incentivos e esforços que foram derivadas em países com outros perfis culturais e em outros estágios no desenvolvimento da técnica de remuneração.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi analisar antecedentes e consequente da preferência pela remuneração por desempenho no Brasil. Para isso, foram testadas seis hipóteses

a respeito da relação dos constructos pertinentes aos antecedentes e consequente à preferência pela RPD. Os resultados fornecem suporte para gestão no que tange ao planejamento do sistema de remuneração nas organizações e ênfase ao constructo comprometimento ocupacional, no qual foi identificada uma relação positiva significativa à preferência pela RPD. Como o tema remuneração por desempenho é recente na maioria das organizações brasileiras (CANÇADO et al., 2006; RODRIGUES, 2006; ZANIN et al., 2020), sugerem-se maiores detalhamentos em pesquisas futuras que poderão elucidar questionamentos identificados na discussão dos resultados desta pesquisa na literatura sobre o tema.

Limitações e sugestões para futuras pesquisas

Esta pesquisa apresentou uma série de limitações. Primeiro, nela os respondentes foram representados por diversas organizações em cidades brasileiras, cada respondente com perspectiva e cultura organizacional distinta, sendo este um possível limitador para uma pesquisa com caráter mais homogeneizador na composição da amostra. Portanto, sugere-se a realização de uma pesquisa futura em apenas uma organização com prática sedimentada em modelos de remuneração por desempenho. Desta forma, seriam controladas variáveis como a qualidade do sistema de avaliação e o grau de pressão pela conformidade, apontados na discussão como fatores que podem moderar ou mediar as relações da preferência por RPD e seus antecedentes.

Segundo, o estudo avaliou apenas a relação direta entre os antecedentes e a preferência pela RPD. É possível que o poder de explicação do modelo aumente caso sejam incluídas variáveis moderadoras e mediadoras que se refiram à qualidade percebida do sistema de avaliação de desempenho que sustenta a remuneração por desempenho. É possível as relações propostas serem mais fortes e significantes quando moderadas ou mediadas pela percepção de justiça no sistema de avaliação. Com isso, sugere-se também que tal modelo seja testado em futuras pesquisas. Outra abordagem possível para melhor explorar esses resultados seria realizar uma pesquisa qualitativa na qual se investigariam os motivos que podem conduzir à preferência pela RPD nos indivíduos brasileiros e as razões pelas quais algumas das relações propostas nesta pesquisa não foram confirmadas.

Terceiro, a hipótese de relação entre idade e preferência por remuneração por desempenho teve como limitação o fato de que a amostra, devido ao gap geracional existente entre o Brasil e os países onde as teorias de gerações foram criadas (VELOSO, 2012), apresentou poucos indivíduos que seriam caracterizados por comportamentos típicos da geração Y. Sugere-se repetir o teste da relação entre as referidas variáveis em alguns anos (ou replicá-la imediatamente com um número maior de indivíduos mais jovens), na expectativa de aumentar o número de participantes pertencentes à Geração Y.

Sugestões para a prática

Nos resultados dos dados coletados, obteve-se um percentual de 38% de

respondentes desclassificados pelo fato de o colaborador não ter experiência ou ter no máximo 1 ano de experiência com o modelo de RPD. Diante dessa amostra, sugere-se um trabalho mais próximo com os colaboradores para o fomento de modelos de RPD, os quais podem trazer benefícios aos colaboradores pela satisfação de melhores remunerações, consequentemente evidenciando o fator motivacional do colaborador, na busca por melhores resultados nas metas e no produto final conforme os objetivos organizacionais.

A relação encontrada entre comprometimento ocupacional e a preferência por remuneração por desempenho sugere que empresas com um alto número de empregados que apresentem um engajamento satisfatório com a sua ocupação poderiam realizar um esforço no sentido de implementar a remuneração variável. Esse modelo, de acordo com os resultados encontrados, tenderia a produzir um efeito positivo sobre esses funcionários, por haver indicativos de que eles preferem ser remunerados dessa forma.

Uma terceira recomendação prática se refere a aprimorar a qualidade da avaliação que sustenta a remuneração por desempenho. Embora não tenha sido testada nesta pesquisa a função moderadora e mediadora da percepção de qualidade da avaliação de desempenho, a revisão da literatura e a ausência de relação entre variáveis que costumam estar associadas em países em que as práticas de remuneração variável estão bem estabelecidas e são praticadas a contento sugerem que é possível não haver, no Brasil, uma percepção de justiça referente à maneira como é realizada a avaliação de desempenho. Em função disso, sugere-se que as empresas busquem avaliar os possíveis equívocos que têm sido praticados na execução de sua avaliação de desempenho, de forma a equilibrar seu sistema de incentivos, alinhando os interesses dos empregados mais competitivos aos seus próprios.

REFERÊNCIAS

BALASSIANO, Moisés; SALLES, Denise. Perceptions of equity and justice and their implications on affective organizational commitment: a confirmatory study in a teaching and research institute. **BAR. Brazilian Administration Review**, v. 9, n.1, p. 268-286, 2012.

BEUREN, Ilse Maria; VERHAGEM, José Ari. Remuneração variável incentiva a criação de folga orçamentária?. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 9, n. 4, p. 128-143, 2015.

BRASIL- Consolidação das leis do trabalho (1943). **Consolidação das leis do trabalho, código de processo civil, constituição federal, legislação trabalhista e processual trabalhista, legislação previdenciária**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

CADSBY, Charles B.; FEI, Song; TAPON Francis. Sorting and Incentive Effects of Pay for Performance: An Experimental Investigation. **Academy Of Management Journal**, v. 50, n. 2, p. 387-405, 2007.

CALVO, Adriana. **Aspectos trabalhistas dos Programas de Remuneração**, 2003. Disponível em: <http://www.mundojuridico.adv.br>. Acesso em 28 jun. 2019

CANÇADO, Vera L.; DE MORAES, Lúcio Flávio R.; DA SILVA, Edson M. Comprometimento organizacional e práticas de gestão de recursos humanos: o caso da Empresa XSA. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 7, n. 3, p. 11-37, 2006.

CHANG, Eunmi. Motivational effects of pay for performance: a multilevel analysis of a Korean case. **The International Journal of Human Resource Management**, v. 22, n. 18, p. 3929–3948, 2011.

CHEN, Chih-Chung; HSU, Yao-Sheng; TUNG, Feng-Cheng; LEE, Ming Shing. The Influence Of Knowledge Workers On Occupational Commitment. **International Journal Of Organizational Innovation**, v.3, n.2, p.261-284, 2010.

CHIEN, Michael S.; LAWLER, John S.; UEN, Jin-Feng. Performance-based pay, procedural justice and job performance for R&D professionals: evidence from the Taiwanese high-tech sector **The International Journal of Human Resource Management**, v. 21, n. 12, p. 2234–2248, 2010.

CHIN, Wynne W. **The partial least squares approach for structural equation modeling**. In: MARCOULIDES, George A. Modern methods for business research. New York: Psychology Press, 1998.

CHU, Rebeca A.; WOOD JR, Thomaz. Cultura organizacional brasileira pós-globalização: global ou local? **RAP - Revista de Administração Pública** v. 42, n. 5, p. 969-991, 2008.

CIFTCIOGLU, Aydem. Investigating Occupational Commitment and Turnover Intention Relationship with Burnout Syndrome. **Business & Economics Research Journal**, v.2, n. 3, p. 109-119, 2011.

COOK, John; WALL, Toby. New Work Attitude Measures of Trust, Organizational Commitment and Personal Need Non-fulfillment. **Journal of Occupational Psychology**, v. 53, n. 1, p. 39–52, 1980.

ESS EDUNET. 2009. Disponível em: <<http://essedunet.nsd.uib.no/>>. Acesso em: 10 mai. 2019

FARRELL, C.; MORRIS, J., Still Searching for the Evidence? Evidence-based Policy, Performance Pay and Teachers. **Journal of Industrial Relations**, v. 51, n. 1, p.75–94, 2009.

FORNELL, C.; LARCKER, D.F. Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. **Journal of Marketing Research**. v.18, n. 1, p. 39-50, 1981.

FRICK, Bernd; GOETZEN, Ute; SIMMONS, Robert The hidden costs of high performance work practices: evidence from a large German steel company. **ILRR - Industrial and Labor Relations Review**, v. 66, n. 1, p. 198-224, 2013.

GEFEN, D.; STRAUB, D.W.; BOUDREAU, M. C. Structural equation modeling and regression: guidelines for research practice. **Communications AIS**, v. 4, p. 1-77, 2000.

GERHART, Barry; FANG, Meiyu. Pay for (individual) performance: Issues, claims, evidence and the role of sorting effects. **Human Resource Management Review**, v.24, n.1, p. 41–52, 2014.

HAIR JR, Joseph; BLACK, William C.; BABIN, Barry B.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronaldo L. **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HOFSTEDDE, G. **Culture's consequences**. Comparing values, behaviors, institutions and organizations across nations. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001.

JILPT-Japan Institute for Labour Policy and Training, Japanese Companies and Employment: Human Resource Management in Japanese Companies Today, **Labour Situation in Japan and Analysis**, Tokyo. Ch. 5, p. 104–134, 2009.

LEE, Hyun-Jung; IJIMA, Yuko; READE, Carol. Employee preference for performance-related pay: predictors and consequences for organizational citizenship behaviour in a Japanese firm. **The International Journal of Human Resource Management**, v. 22, n. 10, p. 2086–2109, 2011.

LEE, Kibeom; CARSWELL, Julie; ALLEN, Natalie. A Meta-Analytic Review of Occupational Commitment: Relations with Person- and Work-related Variables. **Journal of Applied Psychology**, v. 85, n. 5, p.799-811, 2000.

KIRMEYER, S.; BIGGERS, K. Environmental Demand and Demand Engendering Behavior: An Observational Analysis of the Type A Pattern. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 54, n. 1, p. 997–1005, 1987.

KLIN, Rex B. **Principles and practice of structural equation modeling**. New York: The Guilford Press, 1998.

KOHN, Alfie. Why Incentive Plans Cannot Work, **Harvard Business Review**, v. 71, n. 5, p. 54-63, 1993.

KOTTER, John Paul. The Psychological Contract: Managing The Joining-Up Process. **California Management Review**, v. 15, n. 3, p. 91-99, 1973.

MARSDEN, D.; RICHARDSON, R. Performing for Pay? The Effects of Merit Pay on Motivation in a Public Service. **British Journal of Industrial Relations**, v. 32, n. 1, p. 243–262, 1994.

MARTINS, Sérgio S.; VERIANO, Carlos E. A Remuneração Flexível Como Componente da Gestão de Salários. **RAE - Revista de Administração de Empresa**, v. 44, ed. especial, p. 22-33, 2004.

MEYER, J. P.; ALLEN, N. J. A three-component conceptualization of organizational commitment. **Human Resource Management Review**, v. 1, n.1, p. 61-89, 1991.

MOHAMED, M. Sheik; ANISA, H. Relationship Between Organizational Commitment and Organizational Citizenship Behavior. **The IUP Journal of Organizational Behavior**, v. 11, n. 3, p. 7-22, 2012.

MOWDAY, R; STEERS, R; PORTER, L. Employee–Organization Linkages: The Psychology of Commitment, Absenteeism and Turnover, **Industrial & Labor Relations Review**, v. 38, n. 2, p. 300-301, 1985.

MORRIS, J.; HASSARD, J.; MCCANN, L., 'New Organizational Forms, Human Resource Management and Structural Convergence? A Study of Japanese Organizations,' **Organization Studies**, v. 27, n. 10, p. 1485-1511, 2006.

NUNNALLY, J. C. (1978). **Psychometric Theory**. New York: McGraw-Hill Inc, 1978.

ORGAN, D. **Organizational Citizenship Behavior: The Good Soldier Syndrome**, Lexington, MA: Lexington Books, 1988.

PARRY, E; URWIN, P. Generational Differences in Work Values: a Review of Theory and Evidence. **International Journal of Management Reviews**, v. 13, n.1 , p. 79-96, 2011.

PILATI, Ronaldo; PORTO, Juliana B.; SILVINO, Alexandre M. D. Educação corporativa e desempenho ocupacional: há alguma relação? **RAE eletrônica**, v. 8, n. 2, 2009.

PORTER, L.; STEERS, R.; MOWDAY, R.; BOULIAN, P. Organizational Commitment, Job Satisfaction, and Turnover among Psychiatric Technicians. **Journal of Applied Psychology**, v. 59, n. 1, p. 603–609, 1974.

PRATES, Marco Aurélio Spyer; BARROS, Betania Tanure de. O Estilo Brasileiro de administrar. In: MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, P. Miguel. **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Ed. Atlas, 1997.

PUDELKO, M., **Japanese Human Resource Management: From Being a Miracle to Needing One?** in Japanese Management: In Search of a New Balance between Continuity and Change, eds. R. Haak and M. Pudelko, New York: Palgrave Macmillan, 2005.

RASHEED, Anwar; JEHANZEB, Khawaja; RASHEED, Mazen F. An Investigation of the Antecedents of Organizational Citizenship Behaviour: Case of Saudi Arabia. **International Journal of Psychological Studies**; v. 5, n. 1, p. 128-138, 2013.

RINGLE, C. M.; WENDE, S.; BECKER, J. M. SmartPLS 3 [computer software]. **Retrieved from <http://www.smartpls.com>**, 2015.

REGO, Arménio; SOUTO, Solange. A Percepção de Justiça como Antecedente do Comprometimento Organizacional: um Estudo Luso-Brasileiro. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 1, p. 151-177, 2004.

RODRIGUES, Júnia M. Remuneração e Competências: Retórica ou Realidade? **RAE - Revista de Administração de Empresa**, v. 46, ed. especial, p. 23-34, 2006.

STOREY, J.; SISSON, K. **Performance-Related Pay** in Strategic Human Resource Management: Theory and Practice, eds. G. Salaman, J. Storey and J. Billsberry, 2. Ed. London: Sage 2005.

VELOSO, Elza. É Possível Negar a Existência da Geração Y no Brasil? **Organização & Sociedade**, v. 19, n. 62, p. 1745-747, 2012.

XAVIER, Paulo R.; SILVA, Mateus de O.; NAKAHARA, Julio M. **Remuneração Variável: quando os resultados falam mais alto**. 1. ed. São Paulo: Makron Books 1999.

YE, Junhui. The Impact of Organizational Values on Organizational Citizenship Behaviors. **Public Personnel Management**, v. 41, n. 5, p. 35-46, 2012.

ZANIN, Antonio et al. Impacto da Remuneração Meritocrática de Professores Universitários na Produção Acadêmica Institucional. **Revista de Negócios**, v. 25, n. 1, p. 91-101, 2020.

CAPÍTULO 10

A PERDA DO DIREITO DE ADOECER: O TRABALHADOR FRENTE AO DESMONTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Data de aceite: 01/03/2022

Ana Claudia Caldas Mendonça Semêdo

Universidade Federal da Bahia, Instituto de
Psicologia
Salvador - Bahia
<http://lattes.cnpq.br/2668933931544942>

Tássia Cristina Palma Sampaio Nascimento

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas
Salvador - Bahia
<http://lattes.cnpq.br/8032143918742725>

RESUMO: Este estudo tem o objetivo de construir uma análise crítica acerca do desmantelamento do direito dos trabalhadores de assegurar o afastamento temporário ou permanente do ambiente laboral para acompanhamento e tratamento da saúde, considerando a mudança regulamentada pela Proposta de Emenda Constitucional - PEC Nº 287/2016 - que constitucionaliza o procedimento da readaptação profissional cuja funcionalidade é precarizada pelo próprio Instituto Nacional de Seguridade Social -, ponderando os indeferimentos das avaliações periciais do supramencionado Instituto e os estigmas e as coações realizadas pelas empresas para que os trabalhadores retornem ao trabalho. Para tanto, constrói-se uma reflexão crítica por meio de uma abordagem metodológica qualitativa e documental, a partir de um estudo de caso do tratamento dispensado aos trabalhadores considerados inaptos pela Medicina do Trabalho do setor de Segurança

e Saúde no Trabalho de uma Empresa Pública cujo regime de trabalho é celetista. Por meio dessa abordagem, foi possível constatar que a mudança apresentada pela PEC quanto à readaptação profissional atende ao conjunto de medidas e propósitos da razão neoliberal de intensificação da exploração da força de trabalho para possibilitar a ampliação do tempo da atividade laboral, ainda que as condições expressas para o trabalho sejam fatores que influenciem no adoecimento ou ausência de cuidado com a saúde dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Previdência Social; Trabalhadores; Readaptação/Reabilitação.

THE LOSS OF THE RIGHT TO GET SICK: THE WORKER AGAINST THE DISASSEMBLY OF SOCIAL SECURITY

ABSTRACT: This study aims to build a critical analysis about the dismantling of workers' right to ensure temporary or permanent removal from the work environment for health monitoring and treatment, considering the change regulated by the Constitutional Amendment Proposal - PEC No. 287/2016 - that constitutionalizes the procedure of professional readaptation whose functionality is precarious by the National Institute of Social Security itself -, considering the denials of expert assessments of the aforementioned Institute and the stigmas and coercion carried out by companies for workers to return to work. In order to do so, a critical reflection is constructed through a qualitative and documentary methodological approach, based on a case study of the treatment given to workers considered unfit by Occupational Medicine in the Occupational Health and Safety

sector of a Public Company whose work regime is CLT. Through this approach, it was possible to verify that the change presented by the PEC regarding professional readaptation meets the set of measures and purposes of the neoliberal reason of intensifying the exploitation of the workforce to enable the extension of the time of work activity, even if the conditions expressed for work are factors that influence the illness or lack of care for the health of workers.

KEYWORDS: Social Security; Workers; Readaptation/Rehabilitation.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe a construção de uma análise crítica acerca da negação, tanto do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS quanto das empresas, do direito ao tratamento e cuidado com a saúde do trabalhador, nas situações em que seja necessário o afastamento do ambiente laboral por um tempo maior do que quinze dias. A negação aqui em denúncia, geralmente, é manifestada por meio de estratégias de estigma institucional, perseguição, e pressão para o retorno ao trabalho, nos espaços organizacionais, e pelos resultados de indeferimento apresentados pela perícia médica do INSS. Tal perspectiva, de criação de estratégias de coação das empresas para a recuperação da capacidade e para o retorno ao ambiente laboral, exige uma reflexão crítica acerca do significado e concepção de readaptação profissional que se tornou pauta da PEC N° 287.

De outra parte, o Programa de Readaptação/Reabilitação Profissional desenvolvido pelo INSS - objeto de observação e análise empírica desta pesquisa -, não apresenta um serviço de acompanhamento para o fim ao qual se propõe, considerando a inexistência e/ou insuficiência de profissionais especializados e o sucateamento do serviço na sociedade soteropolitana. Sopesando o cenário no qual se insere esse espaço institucional, pode-se afirmar que o próprio INSS reproduz um modelo e perspectiva neoliberal que subsidia processos decisórios pautados numa saúde medicalizada. Trata-se de uma lógica que naturaliza situações críticas resultantes de um mundo de trabalho que atende às necessidades do capital flexível. Nesse sentido, se o serviço no referido Instituto é precarizado e não cumpre a finalidade de acompanhamento da reintegração do trabalhador no espaço ocupacional da Empresa, por que motivo a readaptação passou a ser assunto para a PEC N° 287/2016, enquanto proposta corroborada constitucionalmente? Para uma construção crítica acerca deste questionamento, vide a seguir, a escolha do percurso metodológico e a discussão acerca da observação abordada.

2 | A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA SEGURIDADE SOCIAL: NOTAS ACERCA DE SUA CONSOLIDAÇÃO E DEGRADAÇÃO

A reflexão ora em apresentação é resultado de uma análise empírica desenvolvida numa empresa pública na qual a relação de trabalho é estabelecida pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. De forma complementar, o resultado desta pesquisa é decorrente de uma análise documental, com base nas legislações e programas

institucionais. A experiência de observação e estudo foi desenvolvida a partir dos processos de trabalhos desenvolvidos no setor de Segurança e Saúde no Trabalho, bem como a partir do tratamento e atendimento dispensado pelo INSS a vinte e sete empregados dessa Empresa, num período de dois anos.

Para compreender os dilemas postos nesse espaço organizacional a partir da relação entre o capital e trabalho, façamos uma breve análise do significado e concepção da Seguridade Social Brasileira.

A Seguridade Social é abordada de forma ampliada por diversos autores, entretanto, para efeito deste artigo, concentra-se nos estudos desenvolvidos por Mota (1995), Behring (2007) e Boschetti (2006) que exigem uma reflexão sobre o seu surgimento na história, primeiramente, através do plano instituído pela Alemanha sobre o sistema de proteção social, conhecido como modelo bismarckiano, entre 1883-1889; segundo, em território americano, sancionado pelo Presidente Franklin Roosevelt, em 1935, a partir dos programas sociais que constituíram o conjunto de medidas do *New Deal* para atenuar os efeitos postos pela Grande Depressão em 1929; depois, a partir do Plano *Beveridge* de Seguridade Social, em 1942, na Inglaterra. Em todos esses planos, apesar dos avanços para aquele tempo social, havia em comum a valorização dos empregados estáveis, e, por consequência, denotava uma perspectiva restritiva, ainda que com propósitos universais.

Nesse breve fio condutor histórico, a Constituição de 1988 sofreu a influência dos modelos europeus de inclinação *beveredgiana*, e se consolidou a partir de características híbridas, com direitos universais e seletivos, conforme esclarece Boschetti (2004, p. 113-114):

A Seguridade Social instituído pela Constituição Federal de 1988, apesar de apresentar caráter inovador e intencionar compor um sistema ou um padrão amplo de direitos sociais, acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência).

A Constituição foi a expressão do conjunto de lutas e movimentos sociais para construir uma sociedade democrática que buscou formas de implementar, ao longo da história, um sistema de universalização de direitos e ampliar os dispositivos postos pelo sistema da Seguridade Social regulamentado, em 1999, pelo Decreto 3.048, que o compreende enquanto um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1999).

Ocorre que a “racionalidade neoliberal”, nos termos do que discute Dardot e Laval (2016), não somente impactou na consolidação desses direitos, - que somente foram regulamentados mais de dez anos depois da Constituinte -, como nos apresenta, atualmente, um conjunto de medidas previdenciárias que pretende impor um desmonte dos direitos conquistados, por meio da Proposta de Emenda Constitucional – PEC Nº 287/2016,

especificamente, no que concerne à política da Previdência Social.

No entanto, cabe elucidar que o direito previdenciário já vem sofrendo ataques processualmente, desde o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), até a atual gestão governamental, vide o Quadro I a seguir:

ANO	GOVERNO	PRINCIPAIS MUDANÇAS
1998 – Emenda Constitucional N° 20	Fernando Cardoso de Melo	<ul style="list-style-type: none"> -Para se aposentar, não seria mais levado em conta o tempo de serviço do trabalhador, mas sim o tempo de contribuição ao INSS; -O governo estabeleceu um período mínimo de contribuição para se aposentar: 35 anos para os homens e 30 para as mulheres; - Para aposentadoria, estabeleceu-se 65 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem; e 60 anos e 30 anos de contribuição se mulher. - Para os funcionários públicos, fixou um período mínimo de permanência para pedir a aposentadoria: 10 anos no serviço público e cinco no cargo para pedir a aposentadoria; - Foi aprovado o chamado fator previdenciário: fórmula usada para reduzir o benefício de quem pretende se aposentar mais cedo. O cálculo, complexo, leva em consideração fatores como a idade do contribuinte e a e a média das contribuições ao INSS no decorrer da carreira. -Foi criada a incluída e garantida a possibilidade de instituição dos regimes complementares,; - Foi instituído teto para os salários de benefício dos servidores públicos iguais aos dos celetistas, conforme a data de ingresso na Previdência.
2003/2005 – Emendas Constitucionais N° 41 e 47, respectivamente	Luiz Inácio Lula da Silva	<ul style="list-style-type: none"> -Alterou o cálculo dos benefícios. Em vez de receber o salário integral de quando estava na ativa, o benefício do servidor passou a ser calculado de acordo com a média de sua contribuição a um fundo de previdência. -Autorizou a contribuição sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão; -decretou o fim da aposentadoria com proventos integrais para os servidores que ingressaram no serviço público após o advento da EC 41/2003; -instituiu a cobrança de contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas cujos proventos superassem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social; -previsão de regime de previdência complementar com planos de benefícios na modalidade de contribuição definida; -a criação do abono de permanência em substituição à isenção da contribuição previdenciária instituída pela EC 20/1998.
2015 – Lei 13.183	Dilma Rousseff	<ul style="list-style-type: none"> -Instituiu a regra que ficou conhecida como 85/95 e concedia a aposentadoria integral aos trabalhadores que, somando o tempo de contribuição e a idade, obtenham resultado igual ou superior a 85 anos (para mulheres) e 95 anos (para homens).

PEC Nº 287/2016	Michel Temer	<ul style="list-style-type: none"> - A proposta estabeleceu idade mínima para a aposentadoria de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres, com tempo de mínimo de 25 anos de contribuição. Para quem já está no mercado de trabalho, a idade mínima começará em 53 anos para mulheres e 55 anos para homens, sendo elevada em um ano a cada dois anos. E ainda haverá um pedágio de 30% sobre o período que faltar para completar os tempos de contribuição atuais: de 35 anos para o homem e 30 anos para a mulher; - Para receber o benefício integral a que tem direito, o trabalhador terá que contribuir para a Previdência Social por 40 anos. O valor da aposentadoria corresponderá 70% do valor dos salários do trabalhador, acrescidos de 1,5% para cada ano que superar 25 anos de contribuição, 2% para o que passar de 30 anos e 2,5% para o que superar 35 anos; - Com relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), ficou mantida a vinculação do benefício ao salário mínimo, com idade mínima começando em 65 anos, subindo gradativamente até atingir 68 anos em 2020; - Para os servidores públicos, a idade mínima para a aposentadoria ficou similar aos trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) de 62 anos para mulheres e de 65 anos para homens, com regra de transição começando com 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres – que já são a idade mínima para aposentadoria dos servidores públicos. E para os professores de carreira pública, a idade mínima foi fixada em 60 anos, com 25 anos de contribuição; - A readaptação profissional é incluída na proposta constitucional, corroborando o procedimento de avaliação pericial para os trabalhadores com incapacidade, seja permanente ou temporária, a critério médico-pericial.
-----------------	--------------	--

QUADRO I: Principais Mudanças Efetivas e Propostas na Previdência Social de 1998 a 2017:

Fonte: Elaboração própria, tendo por base as respectivas legislações e a PEC Nº 287/2016 publicada no site www.camara.gov.br¹

Nesse sentido, a política da Previdência Social que tem como princípio a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, parece que está sendo modificada para viabilizar uma suposta igualdade a partir das reduções que já estavam sendo promovidas para os trabalhadores celetistas, restringindo os direitos dos servidores públicos por meio de medidas austeras.

A Previdência Social integra o conjunto articulado de políticas que compõe a Seguridade Social Brasileira, e compreende dois regimes: o Regime Geral da Previdência Social – RGPS que abrange os empregados, as empregadas domésticas, o contribuinte individual, o trabalhador avulso e o segurado especial, nos termos do art. 9º do Decreto 3.048/99, e o Regime Próprio da Previdência Social – RPPS que abrange os servidores públicos titulares de cargos efetivos, providos mediante concurso público para as esferas federal, estadual e municipal. Todavia, o Quadro I suprarreferido demonstra que os retrocessos provocados pelos Governos Federais, consubstanciados na razão neoliberal, apesar de atingirem os dois regimes da Previdência Social, possibilitam um notável acúmulo de involução e destituição dos direitos dos servidores públicos a partir de 1998.

¹ Apesar da PEC Nº 287/2016 não ter sido aprovada na ocasião, as forças políticas que a sustentaram consubstanciaram o texto aprovado na Contrarreforma Previdenciária implementada no Governo de Jair Bolsonaro.

Nesse ínterim, a razão política que rege tais decisões do Governo não demonstra uma ampliação dos direitos sociais, mas, ao contrário, evidencia a elaboração de marcos regulatórios que desmontam e desmantelam direitos constitucionais. Diante de tal concepção, qual seria o proposto de garantir o serviço de reabilitação profissional da Previdência Social no texto da PEC N° 287/2016?

3 | A QUEM SERVE A READAPTAÇÃO/REABILITAÇÃO PROFISSIONAL?

A readaptação/reabilitação profissional é um serviço da Previdência Social garantido ao segurado celetista e ao servidor público com incapacidade parcial ou total para o trabalho, em caráter obrigatório, que prevê a assistência (re)educativa e de (re)adaptação profissional para proporcionar o reingresso no mercado de trabalho ou retorno ao ambiente laboral ao qual está vinculado. Para os empregados celetistas, a readaptação/reabilitação profissional é garantida pelo Decreto N° 3048/99, por meio do art. n° 136 e subsequentes; para os servidores públicos, é garantida através do parágrafo 5º, do art. 24 da Lei 8.112/90. Para o Programa Institucional do INSS², a readaptação profissional ocorre quando o trabalhador é considerado pelo perito-médico apto para retornar ao trabalho para a mesma atividade que realizava anteriormente, porém com recomendações que restringem ou orientam o exercício das tarefas de forma adequada às suas limitações de saúde. No caso da reabilitação profissional, o trabalhador é considerado apto pelo perito-médico para retornar à outra atividade diferente da qual o trabalhador realizava anteriormente.

Contudo, a partir da observação realizada no campo empírico da empresa pesquisada³, contataram-se dois aspectos relevantes no que se refere ao papel do INSS. O primeiro é concernente à lógica neoliberal presente no supramencionado Instituto que reproduz um modelo restrito de saúde, atendendo um padrão “medicalizado” que naturaliza processos de exploração da força de trabalho. Centrado nessa perspectiva, a Instituição apresenta processos decisórios burocratizados que correspondem à lógica de bonificação das empresas, e penalização dos trabalhadores. Já o segundo aspecto que requer uma reflexão crítica, refere-se ao serviço de readaptação/reabilitação profissional que enfrenta um sucateamento causado pela precarização social do trabalho dos analistas, especialistas do INSS, bem como uma escassez de recursos humanos que resultam na ausência de interação com as empresas na fase de retorno ao trabalho dos empregados considerados aptos pelo perito-médico.

Tomando-se como referência para análise um caso de um empregado, profissional de meteorologia, detentor de limitações para o exercício de tarefas que envolvessem a utilização da voz, - cujas atividades implicavam o repasse de informações a outros setores da empresa por meio de rádio, foi possível perceber a ausência de acompanhamento,

² Informações coletadas a partir do Programa Institucional do INSS, consultado em dezembro de 2016.

³ A identificação da empresa será omitida em atendimento ao que estabelece a Resolução N° 510/2016.

bem como de estudo adequado entre os Orientadores Profissionais do INSS (como são intitulados) e os profissionais da área de segurança e saúde no trabalho da Empresa: não havia profissional do INSS para atendimento e acompanhamento da situação, bem como não houve quaisquer tipos de comunicação, diálogo e interação entre a Empresa e o Instituto nem antes e nem depois do processo de reabilitação para orientações acerca da limitação causada pelo respectivo adoecimento. De outra parte, também não foi observado um efetivo acompanhamento da Empresa que verificasse a relação entre outras atividades laborais e as consequências para a saúde do trabalhador, com base nas restrições estabelecidas.

Assim, é importante elucidar que outros empregados compartilharam a mesma experiência ora em relato, o que apesar de denunciar a realidade de uma única Empresa, também denuncia a realidade e efetividade do serviço em um Instituto que possui a finalidade de atender todos os trabalhadores e trabalhadoras a partir da distribuição territorial da população, o que amplia os impactos dessa realidade.

Postos os motivos pelos quais o funcionamento e a operacionalização do serviço de readaptação/reabilitação profissional corre o risco de inexistir nas empresas, nos termos dispostos nos marcos regulatórios previdenciários, é cabível analisar as condições nas quais os trabalhadores retornam ao trabalho.

Na experiência em análise, a pressão para a recuperação da capacidade laboral dos trabalhadores ou de volta para o exercício das atividades é, por vezes, velada, e, na maioria das vezes, expressa nas relações de trabalho. Havia questionamentos por parte das chefias de trabalho, estigma manifestado nas relações quando o trabalhador não correspondia à imagem de um “empregado produtivo”, disposto inteiramente a alcançar as metas estabelecidas. Isso constituía significados e sentidos de supervalorização da total capacidade para o trabalho, e discriminação daqueles que, ainda que de forma temporária, não estivessem ativos para o cumprimento da função laboral. Por outro lado, as relações entre trabalhadores e chefias pareciam estar constituídas num padrão de desconfiança constante dos líderes organizacionais sobre a legitimidade do processo de adoecimento dos empregados: o assédio ao setor de segurança e saúde do trabalho da Empresa recebia pressão, constantemente, para acompanhamento dos trabalhadores, porém, no sentido de fiscalização das respectivas situações de saúde. Em outras palavras, o objetivo era supervisionar e antecipar o retorno ao trabalho.

Em atendimento a esse padrão de comportamento organizacional, por vezes, a medicina do trabalho, integrante do setor de segurança e saúde no trabalho, adotava o procedimento padrão de homologar os resultados de indeferimento dos peritos-médicos do INSS sobre os pedidos de afastamentos dos trabalhadores por motivo de adoecimento, sem a devida análise que lhe competia. Tal procedimento visava não contrapor a decisão pericial que, nessa concepção, era soberana para fins previdenciários. O resultado era o retorno do empregado ao trabalho “imposto”, ficando o empregado responsável por habilitar recursos

junto à Previdência para nova avaliação pericial. Tal tratativa exigia múltiplas intervenções administrativas e burocráticas que resultavam na negação do direito de se afastar para o respectivo tratamento da saúde, e no forçado retorno ao trabalho, seja por estratégias estigmatizantes e subjetivas constituídas nas relações de trabalho, ou por intervenções objetivas da Empresa por meio do setor de segurança e saúde no trabalho, ou mesmo pelo encaminhamento do trabalhador pelo INSS para a readaptação/reabilitação profissional.

É com este sentido e propósito que a readaptação ou reabilitação profissional é desenvolvida no contexto das organizações, enquanto estratégia de possibilitar o retorno às atividades laborais sem respeito e atendimento às condições dignas de trabalho. É com tal abordagem que a PEC N° 287/2016, pôs a readaptação profissional em pauta, inclusive, com a possibilidade de que os aposentados por incapacidade permanente “para o trabalho” percam essa qualidade, em se tratando de indeferimento da avaliação pericial e encaminhamento para uma pseudo-readaptação laboral, considerando o parágrafo n° 13 do art. n° 37, e o parágrafo n° 01 do art. n° 40 do texto-base da PEC ora citada.

4 | NOTAS CONCLUSIVAS

Este trabalho possibilitou compreender que o distanciamento do que dispõe os marcos regulatórios no âmbito previdenciário e a sua implementação, bem como as estratégias vivenciadas no âmbito organizacional atropelam o direito e a garantia do cuidado com a saúde dos trabalhadores. Nesse sentido, o significado de readaptação profissional expressa uma forma de impelir o trabalhador para o retorno ao trabalho, uma vez que as condições do serviço estabelecido pelo INSS anulam a existência e o respectivo funcionamento desse serviço, podendo tornar sem efeito o que está disposto na própria legislação.

Por esta razão, a PEC N° 287/2016, cuja lógica normativa está subsidiada no neoliberalismo, busca corroborar mais uma forma de intensificação da exploração da força de trabalho, a partir da ampliação do tempo disponível do trabalhador sempre ativo, e tornando possível a transformação do aposentado por invalidez permanente – que teve nova intitulação no texto-base da PEC ora em referência, para trabalhador com “incapacidade permanente para o trabalho” – no trabalhador ativo. Compreendendo o conjunto de medidas propostas pela PEC N° 287/2016, a readaptação profissional nos moldes do que estabelece esse cenário, trata-se de mais uma estratégia de estender o tempo do trabalhador em processo de envelhecimento em tempo produtivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 41ª Edição. SP.: Saraiva, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 8112, de 11 de setembro de 1990**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm. Acesso em 10/05/2017.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 3048, de 06 de maio de 1999**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm. Acesso em 10/05/2017.

BEHRING, E. R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 3 ed. SP: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, I; SALVADOR, E. Orçamento da Seguridade Social e Política Econômica: perversa alquimia. In: **Serviço Social e Sociedade**, SP, v. 87, p. 25-57, 2006.

BOSCHETTI, I. Seguridade Social e Projeto Ético-Político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? In: **Serviço Social e Sociedade**, SP, n. 79, p. 108-132, nov. 2004.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. SP: Boitempo, 2016.

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. SP: Cortez, 1995.

ACIDENTES, MORTES E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM UMA EMPRESA DE ELETRICIDADE: O CASO DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA CEMIG

Data de aceite: 01/03/2022

Igor Silva Figueiredo

Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp

Uma versão semelhante deste texto foi publicada originalmente no periódico *Brazilian Journal of Development*, ISSN 2525-8761, v.7, n. 4, 36343-36355.

RESUMO: Este artigo aborda o processo de terceirização da força de trabalho ocorrido na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) - empresa mista de capital aberto - controlada pelo governo do Estado de Minas Gerais. Nosso estudo se centrou na terceirização das atividades que são essenciais ao funcionamento da empresa, as chamadas atividades-fim, que antes eram executadas majoritariamente por funcionários do quadro próprio, mais precisamente até o ano de 2005. Atualmente, os trabalhadores contratados pela Cemig são, na sua grande maioria, contratados de maneira terceirizada. A análise está focalizada historicamente, sobretudo, no período compreendido a partir dos anos de 1990, que é quando – de forma massiva – se inicia o processo de terceirização na empresa. A partir deste estudo de caso, respeitando sempre os limites e particularidades de uma única empresa analisada, buscou-se compreender também as transformações ocorridas no mundo do trabalho durante as últimas décadas, especialmente no setor elétrico brasileiro. Buscamos fazer essa análise partindo da experiência concreta

dos trabalhadores terceirizados da Cemig. Abordamos, assim, questões como relação entre trabalho terceirizado e emprego no quadro próprio, lucros e dividendos, acionistas e acidentes mortes e mutilações no exercício profissional dos eletricitários.

PALAVRAS-CHAVE: Terceirização, precarização, Cemig, eletricitários.

ABSTRACT: This chapter addresses the process of outsourcing the workforce that took place at Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) - a publicly traded mixed company - controlled by the government of the State of Minas Gerais. Our study focused on the outsourcing of activities that are essential to the company's functioning, the so-called core activities, which were previously performed mostly by employees of the company's own staff, more precisely until the year 2005. Currently, the workers hired by Cemig are, most of them are outsourced. The analysis is historically focused, above all, in the period from the 1990s onwards, which is when – in a massive way – the outsourcing process begins in the company. From this case study, always respecting the limits and particularities of a single company analyzed, we also sought to understand the changes that have taken place in the world of work during the last decades, especially in the Brazilian electricity sector. We seek to make this analysis based on the concrete experience of Cemig's outsourced workers. We thus address issues such as the relationship between outsourced work and self-employment, profits and dividends, shareholders and accidents, deaths and mutilations in the professional exercise of electricians.

KEYWORDS: Outsourcing , precariousness, electricity workers, Cemig.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é mostrar as consequências do processo de terceirização na Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Denominamos como esse processo de terceirização a forma massiva e em larga escala em que se deu este fenômeno na empresa a partir de meados dos anos de 1990. O ano de 1995 é tido como o marco principal desse processo por ter sido neste período o início do programa de privatização do setor elétrico nacional e a conseguinte autorização para que se pudesse terceirizar a força de trabalho que realizava as chamadas atividades-fim, que são as atividades essenciais, principais de uma empresa.

É sabido que a Cemig não introduziu em sua administração a prática da terceirização apenas no ano de 1995, já existia anteriormente a terceirização de algumas atividades, como limpeza e conservação; no entanto, o foco da nossa análise foi o de investigar quais os impactos da terceirização das atividades-fim. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e empírica tendo como sujeitos os trabalhadores de empreiteiras contratadas pela Cemig para prestar serviços, tais como o de eletricista de linhas e redes e leiturista, funções vitais para o funcionamento da concessionária.

Atualmente há em toda a sociedade brasileira um grande debate acerca da terceirização. O tema é um grande “desafio conceitual e político”¹ discutido em vários setores da vida política, empresarial, trabalhista e jurídica da sociedade civil brasileira. Inúmeros estudiosos sobre o tema têm demonstrado através de trabalhos acadêmicos, publicações e estudos, principalmente dentro da sociologia do trabalho, ciências sociais e economia, uma forte tendência de precarização nas relações de trabalho terceirizadas. Dentre estes podemos destacar alguns estudos que foram importantes para essa compreensão, são eles: Antunes (2006; 2013; 2014); Marcelino (2002; 2008); Krein (2007), Marcelino & Cavalcante (2012), Cavalcante & Filgueiras (2015); Pochmann (2008); Dau, Rodrigues e Conceição (2009), entre outros².

RAIO-X DA CEMIG

A Companhia Energética de Minas Gerais atualmente é uma empresa grande e complexa, se compararmos com a época de sua criação, em 1952³. Além de ter algo

1 Cavalcante & Marcelino (2012).

2 No entanto, algumas outras tendências que defendem a regulação da terceirização entre os intelectuais ganham notoriedade na mídia e nas universidades brasileiras. Em artigo publicado no dia 24 de março de 2015, José Pastore, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e presidente do Conselho de Emprego e Relações de Trabalho da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP) defende uma urgente regulamentação da terceirização. É um debate aberto e bastante importante, sobretudo no momento em que se vivencia a “nova reforma do Estado” no Brasil, com as reformas trabalhista – incluída a liberação da terceirização para todas as atividades – e previdenciária ganhando força no Congresso.

3 Para conferir a linha do tempo da Cemig desde a criação até os dias de hoje acesse: <http://www.cemig.com.br/pt->

próximo a dez mil trabalhadores em seu quadro próprio, ela hoje atua nos ramos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, entre outras atividades secundárias. Ela está presente em 805 municípios do Brasil, principalmente nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e atende cerca de 30 milhões de pessoas. No estado de Minas Gerais, ela está presente em 96% da área de concessão. De acordo com dados e informações da própria empresa, ela possui hoje a maior rede de distribuição de energia elétrica da América do Sul, com mais de 460 mil quilômetros de extensão. A Cemig é considerada uma das maiores empresas do ramo no Brasil.

A partir da “reestruturação pró-mercado” (VIEIRA, 2007) do setor elétrico brasileiro nos anos 1990, a composição acionária da Cemig acompanhou a tendência privatizante da ordem mundial. A composição acionária da Cemig está dividida da seguinte forma: a maioria das ações ordinárias (50,96%), ou seja, as ações que dão direito a voto, estão sob o controle do governo do Estado de Minas Gerais. Já as ações preferenciais (76,60%) – aquelas que dão preferência de recebimento de lucros e resultados – estão sob o controle do setor privado, entre investidores nacionais e internacionais. No total de ações, somadas entre preferenciais e ordinárias, o setor público possui apenas 23,33%, enquanto o setor privado detém o restante. Em julho de 2011 a Receita Operacional Líquida, que é a receita bruta da empresa já descontados os impostos, foi de R\$ 3,8 bilhões. (Cemig, 2011).

Ano	Lucro Líquido	Dividendo Distribuído	Percentual do Lucro Distribuído
1994	589.371	13.043	2,2%
1995	217.027	129.820	59,8%
1996	210.982	129.871	61,6%
1997	310.112	272.789	88,0%
1998	482.780	557.993	115,6%
1999	33.719	186.978	554,5%
2000	414.959	187.000	45,1%
2001	477.929	214.649	44,9%
2002	-1.001.833	220.000	-
2003	1.197.642	320.493	26,8%
2004*	1.384.801	692.400	50,0%
2005**	2.003.399	2.070.449	100,3%
2006	1.718.841	1.381.781	80,4%
2007	1.735.449	867.725	50,0%
2008	1.887.035	943.518	50,0%
2009**	1.861.403	1.830.702	98,4%
2010	2.257.976	1.196.074	53,0%

Tabela 1 – Distribuição de Dividendos na CEMIG – 1994 a 2010 (R\$ milhões)

Fonte: CEMIG, 2011. Elaboração: Subseção do DIEESE Sindieletrô-Minas Gerais.

A tabela acima nos permite verificar como se deu a evolução da distribuição de dividendos da Cemig ao longo dos anos, de meados dos anos de 1990, ponto de partida do massivo processo de terceirização na empresa, até o ano de 2010.

Desde 2004, há a previsão de que no mínimo 50% do lucro líquido deverão ser distribuídos aos acionistas a título de dividendos obrigatórios. Não obstante, quando a empresa possui caixa disponível, nada impede que ela distribua, inclusive, mais do que lucrou. É o que acontece com várias empresas que distribuem dividendos mesmo quando se constata prejuízo em um determinado período ou exercício. Vale observar que, por exemplo, empresas em fase de expansão normalmente distribuem menos dividendos, por uma lógica simples: precisam de recursos para expandir suas atividades e é muito arriscado se endividarem demasiadamente neste momento. No caso da Cemig esta escolha é percebida na opção da empresa pela precarização do trabalho e retirada de direitos dos trabalhadores, como é o caso da terceirização, redução na PLR dos trabalhadores (apenas a força de trabalho do quadro próprio tem direito a este benefício).

O DESLOCAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO PARA EMPRESAS TERCEIRIZADAS

Na Cemig, o número de trabalhadores do quadro próprio da empresa acompanhou o ritmo do setor elétrico brasileiro e foi sendo substituído de forma agressiva por força de trabalho terceirizada. Em 1995, esse número era próximo de 23.000 trabalhadores e atendia a cerca de 3 milhões de consumidores. Não se sabia ao certo o número total de terceirizados, pois eram números residuais e não contabilizados, por quase não existir. Em 2015 a empresa contava com aproximadamente 9.800 trabalhadores do quadro próprio e 13.250 terceirizados para o atendimento de mais de sete milhões de consumidores. Entretanto, não houve nenhuma redução dos valores das contas de energia, sobretudo dos clientes residenciais, que representam mais de 80% do número total de consumidores da Cemig. Ao contrário. Para os consumidores residenciais da Cemig, a elevação da conta de energia no período de 1995 a 2010 foi de 324,51% e um novo reajuste em 2011 ampliou o acúmulo para 336,19% (Fontes: CEMIG, ANEEL, Fundação COGE e DIEESE).

Força de Trabalho	Trabalhadores Próprios	Trabalhadores Terceirizados	Total
Cemig Distribuição	7.609	11.627	19.236
Cemig Geração/Transmissão	1.985	1.627	3.612
Cemig Energética	230	5	235
Força de Trabalho Total			23.083

Tabela 2 – Força de Trabalho da Cemig em 2015

Fonte: Fundação Coge. Elaboração Igor Figueiredo

CONSEQUÊNCIAS DA TERCEIRIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA CEMIG

De acordo com um estudo do ano de 2010 realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)⁴, a taxa de mortalidade em acidentes no setor elétrico brasileiro foi 3,21 vezes maior entre a força de trabalho terceirizada do que entre os trabalhadores do quadro próprio das concessionárias de energia elétrica. A relação entre terceirização e o maior número de acidentes fatais no setor é tema de estudos e apontamentos há bastante tempo no DIEESE.

Em 2008, a taxa de mortalidade da força de trabalho do setor elétrico foi de 32,9 mortes por grupo de 100 mil trabalhadores. Naquele ano, a análise segmentada da força de trabalho revelou uma taxa de mortalidade 3,21 vezes superior entre os trabalhadores terceirizados em relação ao verificado para o quadro próprio. A taxa ficou em 47,5 para os terceirizados contra 14,8 para os trabalhadores do quadro próprio das empresas. (DIEESE, pag. 14, 2010).

Ainda de acordo com esta pesquisa do DIEESE (2010), no ano de 2008 existiam cerca de 227,8 mil trabalhadores no setor elétrico brasileiro, dos quais 126,3 mil eram terceirizados. Estes números indicam que a maior parte do setor, ou seja, 55,5% da força de trabalho é composta por trabalhadores terceirizados. O Setor elétrico brasileiro apresenta uma alta taxa de mortalidade, conforme já dissemos. Dados da Fundação Coge⁵, contabilizados a partir de 1999, confirmam que as relações de trabalho precarizadas, a qualificação técnica mal feita e defasada, equipamentos de segurança de pior qualidade, pior remuneração, dentre tantas outras formas de deterioração das relações de trabalho e flexibilização, contribuem para o aumento dos índices de acidentes e mortalidade.

Seguindo neste sentido, podemos visualizar o assunto tratado neste tópico em uma série histórica na tabela a seguir. A partir de estudos publicados pelo DIEESE (2010; 2011), tendo como fonte de dados principalmente a Fundação Coge e os sindicatos de trabalhadores do setor, elaboramos uma tabela que apresenta o número de mortes no setor elétrico brasileiro desde o ano de 1999 até 2010. A tabela nos permite visualizar em qual relação de trabalho juridicamente estes trabalhadores se encontravam; se eram força de trabalho contratada diretamente pela empresa principal, no caso a concessionária de energia, ou se eram contratados indiretamente por meio de alguma empreiteira terceirizada.

4 Estudos e Pesquisa Nº 50 – Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro, DIEESE, Março de 2010. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2010/estPesq50TerceirizacaoEletrico.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2017.

5 É importante destacar que a Fundação Coge é uma empresa ligada às empresas do setor elétrico brasileiro que reúne dados e informações sobre o setor.

Ano	Trabalhadores Próprios	Trabalhadores Terceirizados
1999	26	49
2000	15	49
2001	17	60
2002	23	55
2003	14	66
2004	9	52
2005	18	57
2006	19	74
2007	12	59
2008	15	60
2009	4	63
2010	7	72

Tabela 3 – Número de Mortes por Acidente de Trabalho no Setor Elétrico Brasileiro

Fonte: DIEESE, 2011. Elaboração: Igor Figueiredo/Jobert Fernando

Ao analisar os dados que a Tabela 3 nos fornece, podemos verificar alguns movimentos distintos entre a coluna que diz respeito à série histórica dos trabalhadores do quadro próprio e àquela que retrata os trabalhadores terceirizados. Podemos notar que entre os contratados diretamente pelas empresas, sem a intermediação de uma empresa interposta, houve um aumento significativo na segurança e diminuição de vítimas; no entanto, entre os trabalhadores que não são do quadro próprio das concessionárias os números subiram bastante durante os anos da série histórica apresentada. Podemos, então, concluir que houve uma alarmante piora da segurança no trabalho, ao mesmo tempo em que o número de trabalhadores terceirizados foi aumentando com o passar dos anos.

Durante o ano de 1999 vinte e seis eletricitários contratados diretamente pelas empresas perderam a vida; já entre a força de trabalho terceirizada aconteceram quarenta e nove perdas. Um dado que chama a atenção é que no ano de 2006 a morte entre os terceirizados chegou ao espantoso número de setenta e quatro falecimentos.

Verifica-se também que após 13 anos, no ano de 2010, os números indicam que sete funcionários não terceirizados morreram, uma redução importante de pouco mais de 73% no número de mortos no universo de trabalhadores contratados diretamente. Já entre os terceirizados, setenta e duas pessoas chegaram a óbito por causa de acidentes de trabalho neste mesmo ano. Uma discrepância tremenda se compararmos os dois dados. Enquanto houve uma redução significativa em número de acidentes fatais para a força de trabalho do quadro próprio, a mortalidade, em números absolutos, aumentou para os terceirizados. Houve um aumento de 46,9% no número de acidentes fatais com estes trabalhadores em pouco mais de uma década, se pegarmos para efeito de comparação o primeiro e o último ano da série.

A situação é ainda mais bárbara se fizermos as contas quanto às médias de acidentes. Para termos uma noção da expressividade desses números no Brasil, se confrontarmos o número de acidentes fatais do setor elétrico brasileiro com o de outros países, como os Estados Unidos, Alemanha e França – países de capitalismo central -, de acordo com a OIT (2012)⁶ e Silva⁷ (2013)¹³, durante o período de 2005 a 2008, por exemplo, a média anual brasileira de acidentes no setor é significativamente superior. De acordo com o que demonstra Silva (2013, pag. 3), a média de mortes por acidentes de trabalho no setor elétrico dos “EUA, Alemanha e França foram respectivamente, trinta e oito, seis e dois. Já a média do mesmo período para o Brasil foi de setenta e oito óbitos por ano”.

Se para os dados do Brasil, para o mesmo período compreendido entre 2005-2008, diferenciarmos ainda os trabalhadores contabilizados no quadro próprio das empresas de energia elétrica, da força de trabalho considerada terceirizada, chegaremos às respectivas médias de 16 e 62,5 mortes por ano. Uma taxa de mortalidade⁸ (3,9) quase quatro vezes maior para os terceirizados neste período. Porém, se avançarmos um pouco mais na nossa análise e averiguarmos a diferença entre as taxas de mortalidade verificadas no período citado no exemplo acima e todo o período compreendido na nossa série histórica (1999-2010), concluiremos que não há nenhuma mudança significativa; a diferença entre as taxas de mortalidade se mantêm aproximadas, permanecendo próximo de quatro vezes maior para os trabalhadores terceirizados durante todo o período da série. Ou seja, mesmo o número de trabalhadores terceirizados tendo aumentado significativamente em números absolutos entre 1999 e 2010 a média se manteve a mesma. Não houve nenhuma melhoria e mais trabalhadores morreram em números absolutos.

A literatura e os estudos de caso sobre o tema nos permitem fazer aproximações relevantes de situações e dinâmicas muito parecidas que ocorrem em vários estados e regiões do país. Os processos massivos de terceirização na Cemig, em Minas Gerais; o da Coelba, na Bahia; o da Escelsa no estado do Espírito Santo; Enersul no Mato Grosso do Sul; CEEE no Rio Grande do Sul, e em várias outras espalhadas pelo Brasil, tem uma gênese e desenvolvimento, pelo menos em seus aspectos mais gerais, muito parecidos.

A BUSCA POR INFORMAÇÕES SOBRE ACIDENTES NA CEMIG

A busca por informações sobre acidentes de trabalho em empresas terceirizadas da Cemig sempre foi um trabalho extremamente difícil e que demanda um enorme espírito investigativo. Há que se buscar informações de várias fontes, de forma minuciosa, contar com a ajuda, denúncia e colaboração de várias pessoas, entidades e instituições;

6 Dados disponíveis em: <http://laborsta.ilo.org/data_topic_e.html>. Acesso em abril de 2017.

7 Artigo completo sobre mortes no setor elétrico brasileiro disponível em: < http://www.estudosdotrabalho.org/RRET12_2.pdf>. Acesso em abril de 2017.

8 Cabe destacar que, para efeitos de realização deste trabalho, utilizamos a definição conceitual do DIEESE sobre taxa de mortalidade: “A taxa de mortalidade é um indicador estatístico que estabelece relação entre determinada população e os óbitos ocorridos neste conjunto de indivíduos, anulando a influência exercida pelo tamanho do grupo.” (DIEESE, pag. 12, 2010).

trabalhadores (do quadro de contratados diretamente pela Cemig e também dos próprios terceirizados), sindicatos e sindicalistas de várias categorias e poder público: auditores fiscais do trabalho, delegacias e delegados do trabalho, etc.

Além disso, é sempre necessário e importante investigar pistas e suspeitas, por menores que elas sejam, que levem a alguma informação sobre um acidente ocorrido em alguma cidade ou região do estado de Minas Gerais. Estar também atento a algum afastamento do trabalho suspeito que muitas vezes pode passar despercebido, sem que se faça uma ligação direta com o trabalho que aquela pessoa afastada realizava. O Sindieletrô-MG elaborou e mantém atualizada uma lista que desde 1999 (temos os dados até 2013) contabiliza o número de acidentes fatais ocorridos na Cemig e em suas empresas terceirizadas. Este trabalho de averiguação permanente acaba se tornando ainda mais difícil porque muitas vezes as empresas terceirizadas escondem ou não notificam aos órgãos competentes sobre algum acidente acontecido com um de seus funcionários. O jornal *Chave Geral*, edição 190, de março de 2000 noticiou um desses casos. De acordo com o semanário produzido pelo Sindieletrô-MG, a empreiteira Extel escondeu um acidente que vitimou um eletricitário contratado por ela e acabou sendo punida pela Cemig com a suspensão do contrato de atividades, após pressão do sindicato e dos trabalhadores.

A suspensão, desde fevereiro, ocorreu depois que o sindicato denunciou (no *Jornal Chave Geral* 180) o acidente com o eletricitista Luciano Soares de Oliveira. O empregado da Extel foi vítima de um choque elétrico quando trocava o suporte de cruzeta numa linha alimentadora da zona rural de Sete Lagoas, a serviço da Cemig. Ele queimou as mãos ao tocar na rede sem saber que estava energizada e não teve socorro imediato, tendo inclusive que descer sozinho do poste. (*Chave Geral*, pag. 4, 2000).

Esconder um acidente seja ele fatal ou não é, de fato, uma tarefa mais complicada de se fazer, no entanto, não se pode afirmar que não existam mortes não notificadas neste universo tão grande e nebuloso que é o da terceirização da força de trabalho na Cemig. Logo abaixo apresentaremos na Tabela 4 todas as mortes notificadas durante o período supracitado e contabilizadas pelo Sindieletrô-MG, principal sindicato de trabalhadores da Cemig.

ANO	Eletricitários a serviço da CEMIG		
	CEMIG	Empreiteiras	Obra Part.
2013	2	2	0
2012	0	3	1
2011	0	8	-
2010	0	7	-
2009	1	5	
2008	1	8	
2007	1	8	
2006	2	10	
2005	4	8	
2004	0	5	
2003	0	6	
2002	1	6	
2001	3	4	
2000	3	3	
1999	5	5	
TOTAL	23	88	01

Tabela 4 - Acidentes Fatais – Trabalhadores Eletricitários A SERVIÇO DA CEMIG

Fontes: Números apresentados pela Cemig - Relatório Anual de Acidentes de Trabalho – 1999/2011 e Informações das Regionais do– Jornal Chave geral. Elaboração: SINDIELETRO/MG. Edição: Igor Figueiredo.

Ao iniciar a contabilização de óbitos na Cemig percebemos que o número de mortes entre os trabalhadores terceirizados e do quadro próprio já foi bem parecida. Em 1999, ano de início da contagem, tanto nas empreiteiras quanto dentre os trabalhadores contratados diretamente foram registradas cinco mortes em cada uma das formas de contratação. No entanto se formos observar os números pouco mais de uma década depois do início da contabilização dos acidentes fatais veremos grandes diferenças entre as duas formas de contratação de eletricitários. Em 2010, 2011 e 2012 não foi registrada nenhuma morte no quadro de trabalhadores próprios da Cemig. Mas no mesmo período, entre os trabalhadores terceirizados, foram registradas sete, oito e três mortes, respectivamente. De 1999 a 2013 foram registradas vinte e três mortes entre os trabalhadores do quadro próprio da Cemig, já dentre os terceirizados o número chegou a oitenta e oito falecimentos. Podemos assim dizer que entre os terceirizados, neste período apresentado na tabela, faleceram 3,8 vezes mais trabalhadores terceirizados desta forma de contratação do que da outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao adentrarmos no processo concreto de terceirização na Companhia Energética

de Minas Gerais (Cemig), percebemos que as relações de trabalho terceirizadas apontam para uma tendência de precarização e mutilação radical da vida laboral e social destes trabalhadores. A eminência da morte, acidentes e envelhecimento precoce somam-se ao rebaixamento objetivo e subjetivo desses trabalhadores.

Insegurança. Foi o que também podemos averiguar ao estudar a experiência da terceirização na Cemig. As condições de trabalho a que são submetidos estes trabalhadores deixam marcas irreversíveis e geram uma tremenda insegurança em quem reproduz a vida na profissão de eletricitário. A insegurança dos trabalhadores terceirizados, se comparada à insegurança dos trabalhadores do quadro próprio da Cemig, é um aspecto de diferenciação chocante que notamos durante a investigação. O trabalho com energia elétrica é por si só um motivo bastante relevante para a cautela e constante cuidado para quem trabalha com este tipo de atividade.

Na Cemig, de 1999 a 2013, de acordo com os dados fornecidos pelo principal sindicato dos eletricitários de Minas Gerais, a cada 45 dias morreu um trabalhador terceirizado, um número impressionante de vidas ceifadas durante o exercício do trabalho. Em 2014 e 2015 também foram registrados novos acidentes fatais com a força de trabalho terceirizada. Pudemos constatar que para os trabalhadores terceirizados da Cemig a morte é uma sina, uma das mais profundas tragédias que a terceirização na empresa trouxe nos últimos 15 anos. Apesar de este estudo ter se focado na realidade da Cemig, pudemos examinar por meio de números publicados pelo DIEESE que em todo o setor elétrico brasileiro a altíssima mortalidade é um fantasma que assusta trabalhadores, sindicalistas e parcelas do poder público comprometidos com a dignidade da vida humana e com um trabalho seguro. Trabalhadores, muitos ainda jovens, no início da vida laboral ou no primeiro emprego, perdem a vida no trabalho e deixam familiares e parentes desamparados, jogados à própria sorte, já que quase sempre as empreiteiras (e também a Cemig) se recusam a pagar indenizações, amparar os dependentes e familiares das vítimas; em outras situações é também muito comum a morte moral, quando muitos trabalhadores que sobreviveram aos acidentes, em muitos casos com mutilações severas e irreparáveis, se perdem no anonimato, sem nenhum tipo de ajuda ou acompanhamento das empreiteiras ou da Cemig. Esse artigo teve por objetivo apresentar alguns elementos revelados com esta pesquisa sobre a terceirização na Cemig; outras questões ainda não reveladas ou em estudo, buscaremos aprofundar e desvendar em pesquisas posteriores, algumas já em andamento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12ª edição. Campinas - São Paulo: Unicamp – Cortez, 2007. 200 p.

_____. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014.

DAU, Denise Motta; RODRIGUES, Iram Jácome; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. (Org.). Terceirização no Brasil: discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas). São Paulo: Annablume, 2009. 301 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/estPesq50TerceirizacaoEletrico.pdf>>. Acesso em: 21 de abril 2017.

KREIN, José Dari. Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil (1990-2005). Campinas, SP: Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, 2007.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. A Logística da Precarização: Terceirização do Trabalho na Honda do Brasil / Paula Regina Pereira Marcelino – Campinas, SP: [s.n], 2002. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

POCHMANN, Marcio. Debates contemporâneos, economia social e do trabalho, 2: A superterceirização do trabalho / Márcio Pochmann; organizador: Eduardo Fagnani – São Paulo: LTr, 2008.

VIEIRA, José Paulo. Antivalor: um estudo da energia elétrica: construída como antimercadoria e reformada pelo mercado nos anos 1990. São Paulo, 2007.

ANEEL. Indicadores de continuidade. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/indicadores_de_qualidade/resultado.cfm>. Acesso em: 14 mar 2012.

FILGUEIRAS, V. & CAVALCANTE, S. M. Terceirização: um problema conceitual e político. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1799>. Acesso em: 26/03/2015.

MARCELINO, Paula Regina. & CAVALCANTE, Sávio Machado. Cad. CRH, v.25, n.65, p.331-346, 2012. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/39213>.

OCDE. Os níveis de formação. Disponível em: <http://data.oecd.org/fr/eduatt/diplomes-de-l-enseignement-superieur.htm#indicatorchart>. Acesso em: 02/03/2015.

OIT. Acidentes fatais do setor elétrico brasileiro (2005 – 2008). Disponível em: http://laborsta.ilo.org/data_topic_E.html. Acesso em: 20/03/2015.

PASTORE, J. Terceirização – será que agora vai? Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,terceirizacao-sera-que-agora-vai-imp,1656521>. Acesso em: 26/03/2015.

INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO E O PAPEL DOS ATORES POLÍTICOS: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS

Data de aceite: 01/03/2022

Danielle de Araújo Bispo

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
<http://lattes.cnpq.br/7261372686304191>

Hironobu Sano

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
<https://orcid.org/0000-0002-4955-8895>

Elisabete Stradiotto Siqueira

Universidade Federal Rural do Semi-Árido
<https://orcid.org/0000-0002-9957-1393>

RESUMO: A teoria sobre inovação no setor público mostra que os atores políticos são determinantes na adoção da inovação. O objetivo desse artigo consistiu em analisar o papel desses atores na adoção de políticas inovadoras para animais domésticos em dois municípios brasileiros. Tratou-se de um estudo de caso interpretativo, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e o método de análise consistiu na análise de conteúdo. Pôde-se concluir que a adoção de políticas para animais domésticos nos municípios investigados foi influenciada pelas predisposições individuais dos atores, pela posição formal que ocupavam na prefeitura e pelas redes interpessoais das quais participavam. Os atores políticos possuíam relacionamento afetivo com os animais antes da ocupação em cargos públicos. Por outro lado, o estudo revela que a continuidade das políticas públicas ainda é um desafio.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação; Política

Inovadoras; Atores Políticos; Animais Domésticos.

INNOVATION IN THE PUBLIC SECTOR AND THE ROLE OF POLITICAL ACTORS: PUBLIC POLICIES FOR DOMESTIC ANIMALS

ABSTRACT: The theory of innovation in the public sector shows that political actors are decisive in the adoption of innovation. The aim of this article was to analyze the role of these actors in the adoption of innovative policies for domestic animals in two Brazilian municipalities. It was an interpretive case study, with data collection through semi-structured interviews and the method of analysis consisted of content analysis. It was concluded that the adoption of policies for domestic animals in the investigated municipalities was influenced by the individual predispositions of the actors, the formal position they occupied in the city hall and the interpersonal networks in which they participated. Political actors had an affective relationship with animals before being held in public office. On the other hand, the study reveals that the continuity of public policies is still a challenge.

KEYWORDS: Innovation; Innovative Policy; Political Actors; Domestic animals.

1 | INTRODUÇÃO

Um dos estudos bibliográficos mais recentes sobre o tema inovação no setor público foi realizado por Vries, Bekkers e Tummers (2016). Estes estudiosos buscaram respostas

para as seguintes questões: quais são os conceitos de inovação utilizados; quais os tipos de inovação; quais os objetivos da inovação; quais os antecedentes que influenciam o processo de inovação; e quais as saídas do processo de inovação?

Nesse estudo, realizado no intervalo de 1990 a 2014, Vries, Bekkers e Tummers (2016) afirmam que falta uma compreensão sistemática e abrangente do tema. Dos 181 estudos analisados, 61% foram publicados apenas nos últimos anos, especificamente de 2009 a 2014. Os 39% restantes foram publicados entre 1990 e 2009. Ou seja, em 5 anos houve aumento expressivo de interesse no tema.

Em outro levantamento bibliográfico realizado em periódicos nacionais e internacionais no período de 2000 a 2010, Brandão e Bruno-Faria (2013) concluíram que dos 30 artigos que tratavam sobre inovação no setor público, 23 foram publicados em periódicos internacionais. É possível encontrar artigos brasileiros sobre a temática, mas a literatura internacional sobre o tema apresenta maior produção acadêmica do que a literatura nacional.

O estudo desenvolvido por Brandão e Bruno-Faria (2013) aponta a necessidade de estudos empíricos que possibilitem solidificar uma compreensão melhor sobre o tema inovação no setor público. Queiroz (2009, p. 35) corrobora com Brandão e Bruno-Faria (2013) ao dizer que “no campo acadêmico, os significados e abrangências do tema inovação na esfera pública, ainda são muito incipientes e difusos.”

A literatura sobre inovação no setor público ainda carece desenvolver uma melhor compreensão sobre quem são os gestores públicos que promovem a inovação e como inovar em um setor público burocratizado. Este artigo se deterá sobre o perfil dos atores públicos que promovem a inovação, particularmente as inovações que dizem respeito às políticas públicas de saúde, proteção, defesa e bem-estar para animais domésticos. É importante mencionar que as nomenclaturas ‘atores políticos’ e ‘atores públicos’ possuem o mesmo sentido neste artigo e os tipos de atores que investigados foram aqueles que assumiram algum cargo na prefeitura, tais como secretários, coordenadores e assistentes administrativos.

A opção por analisar o papel dos gestores públicos apoia-se na proposição de Rogers (1983) que considera que estes ocupam um papel relevante no estágio de conhecimento da inovação. O autor associa o conhecimento com a consciência do indivíduo sobre a inovação. O indivíduo pode ser exposto a uma inovação, mas não tomar consciência dela porque aquela inovação não é do seu interesse ou não atende às suas necessidades, crenças e valores. Nesse caso, as predisposições individuais influenciam seu comportamento e a forma como ele enxergará a inovação.

Neste sentido, o problema que orienta este artigo refere-se à influência que a predisposição do ator público exerce sobre a decisão de implementar políticas inovadoras, uma vez que tal relação foi identificada em alguns estudos sobre a influência dos atores sociais na adoção da inovação. (ROGERS, 1983; DAMANPOUR E SCHNEIDER, 2009;

LEWIS, CONSIDINE E ALEXANDER, 2011).

Por outro lado, as políticas públicas para animais domésticos têm recebido atenção dos gestores públicos, sobretudo pelo fato dos animais estarem presentes em quase metade dos domicílios brasileiros. A Pesquisa Nacional de Saúde 2013 mostrou que 44,3% dos domicílios brasileiros possuíam pelo menos um cão e 17,7% possuíam pelo menos um gato. Já a Pesquisa Nacional de Saúde 2019 apresentou um aumento em relação aos dados de 2013. Estimou-se que 46,1% dos domicílios brasileiros possuem pelo menos um cão e 19,3% possuem pelo menos um gato. (IBGE, 2020).

Além desses animais domiciliados, há os animais de rua, um número que não é possível saber ao certo pela impossibilidade de contá-los. Animais domiciliados e animais não domiciliados geram diferentes tipos de problemas que impactam não apenas na qualidade de vida deles, mas também na qualidade de vida das pessoas (SANTOS *et al.*, 2014). Animais de rua não possuem acesso às vacinas e se reproduzem sem controle, aumentando assim a população de animais que continuarão nas ruas e facilitando a transmissão de doenças. Animais domiciliados, por sua vez, vivem outros tipos de problemas que variam desde maus-tratos até falta de assistência veterinária.

Este trabalho partiu do pressuposto de que os municípios que implementaram políticas de saúde, proteção, defesa e bem-estar para animais domésticos adotaram políticas inovadoras, pois até pouco tempo, políticas para animais tinham por objetivo a prevenção, proteção e promoção da saúde humana, como as vacinas para a raiva, e não o animal em si. (BRASIL, 2016). Exemplos de políticas inovadoras são as políticas de esterilização para controle populacional de animais, de adoção, de denúncias de maus tratos, de educação sobre posse responsável, de assistência veterinária entre outras.

Assim, o objetivo desse artigo consistiu em analisar o papel dos atores políticos na adoção e manutenção de políticas inovadoras para animais domésticos nos municípios de Porto Alegre e Recife. A escolha por esses municípios se deu porque ambos possuíam secretarias voltadas para políticas públicas para cães e gatos, a Secretaria Executiva dos Direitos dos Animais em Porto Alegre (SEDA – POA) e a Secretaria Especial dos Direitos dos Animais em Recife (SEDA – REC).

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de inovação tem sido tratado de forma diferente pelos autores. Lewis et al. (2011) explicam sobre a elasticidade do conceito e como este está atrelado à percepção dos atores ao afirmar que: “a inovação é um termo elástico que precisa ser entendido como uma prática de atores reais com suas próprias disposições e preferências” (LEWIS et al., 2011, p. 113, tradução nossa). Uma inovação só é considerada adotada quando é implementada, embora as decisões pré-adoção também façam parte do processo de adoção e o influencie (DAMANPOUR; SCHNEIDER, 2009).

Pesquisas sobre a adoção de inovação, em sua maioria, se concentram em analisar as condições ambientais e organizacionais que facilitam ou inibem a adoção de inovação. Poucos estudos têm se concentrado nas características da inovação e no papel dos gerentes na adoção da inovação. Características da inovação, tais como custo e complexidade; e as características do gerente, como o nível educacional e uma atitude pró-inovação influenciam a adoção de inovação (DAMANPOUR; SCHNEIDER, 2009).

Com base no estudo que realizaram, Damanpour e Schneider (2009) concluíram que as características pessoais dos gestores públicos, como uma atitude pró-inovação e orientação política, desempenham um papel crucial na adoção da inovação. Além da própria personalidade do gestor pesar na decisão de adotar uma inovação, é preciso reconhecer que a inovação atende a necessidades, crenças e valores dos quais o ator social compartilha (ROGERS, 1983). Portanto, a inovação é adotada por solucionar de forma nova um problema ou uma necessidade já existente e por se mostrar sintonizada com as predisposições pessoais de quem vai adotá-la, como explicou Rogers (1983):

Os indivíduos geralmente tendem a se expor a ideias que estão de acordo com seus interesses, necessidades ou atitudes existentes. Nós, conscientemente ou inconscientemente, evitamos mensagens que estão em conflito com nossas predisposições. Essa tendência é chamada de exposição seletiva. [...] A exposição seletiva e a percepção seletiva atuam como persianas particularmente apertadas nas janelas de nossas mentes, no caso de mensagens de inovação, porque essas ideias são novas. Não podemos ter atitudes e crenças consistentes e favoráveis sobre ideias que não encontramos anteriormente (ROGERS, 1983, p. 166, tradução nossa).

Dentre os elementos da predisposição individual que podem ajudar a explicar a adoção de uma inovação estão: a empatia, ou seja, a capacidade que o indivíduo possui de se projetar no outro; o dogma, isto é, o conjunto de crenças que são fortemente mantidas pelo indivíduo; e a racionalidade, entendida como uso dos meios eficazes para atingir um determinado fim (ROGERS, 1983).

Porém, a adoção de uma inovação não é explicada apenas pela necessidade de inovar e pelas predisposições do indivíduo. Ela se insere num espaço maior chamado por de sistema social. Toda inovação ocorre dentro de um sistema social, como afirma Rogers (1983, p. 24, tradução nossa): “o sistema social constitui uma fronteira dentro da qual a inovação se difunde”. O sistema social é importante para compreender como a estrutura formal e informal influencia a adoção de inovações.

Sobre a estrutura formal, Lewis et al. (2011) afirmam que a forma que os atores se relacionam com a inovação está associada às posições que ocupam dentro de uma estrutura organizacional. Quanto maior poder formal, quanto mais acesso a recursos, quanto melhor for sua posição dentro de uma organização, representada por exemplo, pelo cargo que ocupa, maior será a chance desse ator social conseguir influenciar a adoção de uma inovação. Assim, a adoção de uma inovação será moldada pelas estruturas institucionais

das quais um indivíduo faz parte.

Aqueles em posições mais seniores têm um *status* organizacional mais alto, exercem maior poder formal e têm acesso a mais recursos. Diferenças importantes também serão provavelmente encontradas entre políticos e burocratas, já que seus papéis refletem, respectivamente, os braços políticos e administrativos do governo. Assim, embora a inovação seja vista como resultado das interações entre os atores, moldadas pelas estruturas institucionais em que elas habitam, espera-se que a posição e a classificação desempenhem um papel na estruturação dessas interações e, portanto, na inovação (LEWIS et al., 2011, p. 109-110, tradução nossa).

Em estudo realizado com burocratas (prefeitos, diretores, gerentes e coordenadores) e políticos de 11 municípios do estado de Vitória, Austrália, foi possível concluir que os atores investigados construíram sua própria compreensão cognitiva de inovação e que esta compreensão era reflexo da sua posição, do papel que desempenhavam e da cultura do governo do qual participavam (LEWIS et al., 2011).

Lewis et al. (2011) e Rogers (1983) chamam atenção para que a análise de como a estrutura formal afeta a inovação leve em conta papéis e posições institucionais dos atores, mas a estrutura informal também impacta na adoção da inovação. Com a estrutura informal, caracterizada sobretudo pelas redes interpessoais, é possível avaliar as interações entre atores influentes e o poder informal que resulta dessas interações e é capaz de moldar significativamente um determinado sistema político.

Sobre essas redes, Bekkers, Edelenbos e Steijn (2011) explicam que no setor público uma qualidade na relação entre os atores permite um fluxo de ideias, conhecimentos e experiências que impactam no processo de inovação. É necessário que exista uma confiança entre os atores da rede para que exista um compartilhamento de conhecimento e informações, como explicam: “em situações em que há confiança, haverá maiores níveis de confiança entre os atores, e o fluxo de informações e a disposição para trocar informações provavelmente serão maiores também” (BEKKERS et al., 2011, p. 26, tradução nossa).

Para Lewis et al. (2011), as redes funcionam como meios que facilitam o intercâmbio de informações dentro das organizações e do governo. Esse tipo de ligação oferece oportunidades de aprender novas formas de conhecer as coisas, corroborando o que Rogers (1983) fala sobre a primeira etapa da decisão de inovação, o conhecimento. Assim, a capacidade de um governo inovar pode ser associada à presença de redes fortes. A participação de seus membros em conferências ou associações profissionais pode ser um catalisador para aprender e inovar no setor público, fortalecendo redes externas (LEWIS et al., 2011).

Há três variáveis de redes que funcionam como antecedentes da inovação: o contato com um político de outro governo; o contato com alguma organização da comunidade; e o acesso a informações estratégicas, como explicam Lewis et al. (2011):

Os resultados mostram claramente que a forma como você concebe a

inovação, a posição que você ocupa e com quem se comunica são todos importantes para determinar se você é considerado um inovador. No entanto, os relacionamentos de rede são os mais importantes indicadores do *status* de inovador. [...] essas descobertas se encaixam na visão de que os inovadores são aqueles que são adeptos a trabalhar por meio de relacionamentos fora das estruturas formais, a fim de obter coisas prontas (LEWIS et al., 2011, p. 131, tradução nossa).

Portanto, na adoção de uma inovação, além de se considerar os problemas e necessidades que a inovação pretende resolver, é de igual importância observar a predisposição do ator público, sua posição na estrutura formal e sua participação em uma rede.

3 | METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois nesse tipo de pesquisa o fenômeno é estudado em seu cenário natural e o pesquisador o interpreta a partir dos significados que as pessoas apresentam sobre ele (DENZIN; LINCOLN, 2006; SILVERMAN, 2009). O objeto de estudo foi o papel dos atores públicos na adoção de inovação em dois casos particulares: Porto Alegre e Recife.

Para compreender o objeto de estudo foi realizado um estudo de caso interpretativo já que “o estudo de caso deve estar centrado em uma situação ou evento particular cuja importância vem do que ele revela sobre o fenômeno objeto da investigação”. (GODOY, 2010, p 121). O estudo de caso interpretativo apresenta rica descrição do objeto no intuito de confirmar ou se opor a teoria.

A pesquisa foi desenvolvida nos municípios de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e Recife, Pernambuco, considerando que ambos são pioneiros na construção de secretarias específicas para lidar com as políticas públicas para animais.

Em 2011, em Porto Alegre, foi criada a Secretaria Especial dos Direitos dos Animais de Porto Alegre (SEDA-POA) por meio da Lei nº 11.101/2011. No art. 2º desta lei, afirma-se que “a SEDA é o órgão central de formulação e estabelecimento das políticas públicas destinadas à saúde, à proteção, à defesa e ao bem-estar dos animais no âmbito do Município de Porto Alegre” (PORTO ALEGRE, 2011).

Em 2013, a Prefeitura Municipal do Recife por meio do Decreto nº 26.908/2013, também criou uma secretaria voltada ao bem-estar dos animais domésticos, a Secretaria Executiva dos Direitos dos Animais do Recife (SEDA-REC), vinculada à Secretaria de Governo e Participação Social. As atribuições desta secretaria, conforme o art. 2º, são “estabelecer e executar políticas públicas destinadas à saúde, proteção, defesa e bem-estar animal no Município do Recife” (RECIFE, 2013).

Para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores públicos e protetores de animais dos dois municípios, totalizando 8 entrevistas com atores

públicos (ex-secretários, secretários atuais, coordenadores etc.); e 20 entrevistas com protetores. Em Porto Alegre, foram entrevistadas 5 atores públicos e 13 protetores de animais. Em Recife, foram entrevistados 3 atores públicos e 7 protetores de animais. Para cada tipo de entrevistado foi aplicado um questionário e as entrevistas foram realizadas no ano de 2018. Cada um dos entrevistados recebeu um código. Por exemplo: AP01-REC significa Ator Público 01 do Recife; P01-Recife significa Protetor 01 do Recife. Da mesma forma, AP01-POA significa Ator Público 01 de Porto Alegre e assim por diante.

Dentre os atores públicos investigados, estavam os primeiros secretários das secretarias dos direitos dos animais dos dois municípios. Os protetores, por sua vez, são pessoas que resgatam animais de rua, cuidam e os disponibilizam para adoção. Os protetores entrevistados eram usuários das políticas oferecidas, assim como conheciam os atores públicos que estavam à frente na adoção das políticas para animais.

Para análise dos dados, fez-se uso da análise de conteúdo do tipo categorial, conforme explica Bardin (2011), buscando inferir significados semelhantes nas diferentes entrevistas. As categorias emanaram do referencial teórico, conforme apresentadas no Quadro 1.

Categorias	Compreensão na pesquisa
Predisposições individuais	Diz respeito ao tipo de relação que os atores públicos possuem com os animais domésticos.
Posição formal	Posições institucionais que os atores ocuparam que possibilitaram conhecer e influenciar a adoção das políticas para animais domésticos.
Redes interpessoais	Posições informais que os atores ocuparam por meio de suas redes pessoais que permitiram conhecer e influenciar a adoção das políticas para animais domésticos.

Quadro 1 – Categorias de análise

Fonte: Adaptado de Rogers (1983), Lewis, Considine e Alexander (2011) e Bekkers, Edelenbos e Steijn (2011).

Por meio dessas categorias foi possível inferir como os atores públicos influenciaram a adoção das políticas para animais em seus municípios.

4 | DESCRIÇÃO DOS DADOS

4.1 O papel dos atores políticos de Porto Alegre

As políticas públicas para animais domésticos em Porto Alegre começaram a ser adotadas na gestão do prefeito José Fogaça, entre os anos de 2005 e 2010. Nesse intervalo, a legislação municipal para animais domésticos avançou com a criação da Lei nº 9.945/2006 que instituiu o Programa de Proteção aos Animais Domésticos e do Decreto

nº 16.295/2009 que institui a Coordenadoria Multidisciplinar de Políticas Públicas para Animais Domésticos (COMPPAD). Um dos entrevistados fala sobre o apreço do prefeito pelos animais: “E o prefeito [referindo-se a José Fogaça] que entrou era um educador e ele tinha um apreço pelos animais” (AP04-POA).

Com o fim da gestão de José Fogaça tem início a gestão do prefeito José Fortunati que perdurou de 2010 a 2016. É nessa gestão que a Secretaria Especial dos Direitos dos Animais (SEDA-POA) é criada por meio da Lei nº 11.101/2011. Também é criado o Fundo Municipal dos Direitos dos Animais (FMDA) por meio da Lei nº 696/2012, o que vai garantir a implementação das políticas. Vários entrevistados se referiram a José Fortunati e a primeira-dama, Regina Becker, como protetores e ativistas da causa animal. Alguns trechos sobre esse assunto podem ser observados a seguir:

Foi assim que surgiu, porque tanto ela [Regina Becker] como o prefeito [José Fortunati] **são cachorreiros**. O Prefeito e ela chegaram a ter um programa na Bandeirantes local aqui: Mundo Animal. Isso há muitos anos atrás, o **envolvimento deles com animais, com direitos, bem-estar animal é bem ativo** (AP01-POA, grifo nosso).

Com a secretaria isso se tornou muito real, e com vontade política, porque **Fortunati é protetor, a Regina é protetora**, então as coisas andavam realmente (AP03-POA, grifo nosso).

Com o apoio da **Regina** e do **Fortunati** foi assim sensacional! Foi a melhor época pra ajudar animais que teve. [...] Ela adora animais e montou todo um esquema assim. E foi feito reunião e tal. [...] (P01-POA, grifo nosso).

[...] ela [a Regina Becker] sempre **foi muito da causa**, ela tem vários dela resgatados e tal [...] (P02-POA, grifo nosso).

[...] porque o meu tempo de proteção é mais ou menos o tempo que a SEDA tem. Então, até onde eu sei, essa função da **Regina Becker**, ela tem há anos, já **trabalha com protetores** há bastante tempo (P04-POA, grifo nosso).

Quando os entrevistados mencionaram que o prefeito José Fortunati e a primeira-dama Regina Becker eram protetores, “cachorreiros” e que já haviam possuído um programa na TV sobre animais, isso é um indício de como as predisposições individuais desses atores políticos alavancaram a criação de uma secretaria específica para políticas para os animais. Havia um envolvimento anterior com a causa animal, o conhecimento dos problemas e das necessidades que justificariam a adoção de políticas de saúde, proteção, defesa e bem-estar animal.

Alguns atores políticos entrevistados que ocuparam cargos na SEDA-POA chegaram a se colocar como ativistas da causa animal, como pode-se inferir dos trechos que seguem:

Mas nós, iniciando, começamos a **defender o fim do extermínio** em Porto Alegre. Foi uma **ação pioneira** porque nós **tínhamos um movimento muito intenso de ativismo** e conseguimos criar uma lei (AP04-POA, grifo nosso).

Primeiro, é importante me localizar nesse universo todo. **Eu sou uma ativista e protetora**, e como **ativista e protetora** dos direitos animais, nos últimos 50

anos da minha vida, eu venho **atuando efetivamente** em cima de questões que me sensibilizavam e que me moviam a agir. [...] Ela [a SEDA-POA] foi **gestada a partir da compreensão desta causa, dos problemas dela, das necessidades** e, sobretudo, dos desafios que nós teremos pela frente, diante do enorme contingente de animais domésticos em situação de maus-tratos e abandono (AP05-POA, grifo nosso).

Quando esses atores se colocam como ativistas, como participantes de um movimento de ativismo ou reconhecendo em outro ator esse ativismo, pode-se inferir que houve aproveitamento de uma janela de oportunidade. Ou seja, esses ativistas, com posições formais dentro da prefeitura (seja prefeito, primeira-dama ou cargo comissionado) aproveitaram essa oportunidade e inseriram as políticas para animais na agenda do município, concretizando isso na criação da SEDA-POA.

Um dos atores políticos entrevistados, inclusive, ver como necessário que as pessoas que trabalham com políticas públicas para animais sejam ativistas, como explica: “Tem que ter vontade, os veterinários têm que ter qualificação, tem que ter força de vontade, **tem que ser da causa**. Para tu trabalhar na **causa animal**, tu tem que **ser da causa animal**. Para fazer com amor mesmo para ver o resultado” (AP03-POA, grifo nosso). Portanto, pode-se inferir que influenciou a adoção de políticas públicas para animais domésticos o relacionamento que os atores públicos possuíam com a causa animal.

Porém, as predisposições pessoais sozinhas não garantiriam a adoção dessas políticas. Era necessário ocupar alguma posição formal dentro da prefeitura, como os cargos de prefeito ou secretário. Um dos trechos dos entrevistados revela, inclusive, que houve uma necessidade de sair da posição de protetor que já ocupava na rede de proteção animal de Porto Alegre para ocupar uma posição formal na SEDA-POA, como é possível inferir do trecho a seguir:

Então a nossa atuação, ela foi uma atuação muito dura a princípio, porque eu **tive que me despir desse lado de relações pessoais com muitas pessoas dentro da rede de proteção, para implantar a política pública, que a gente assume um outro papel**. Se a gente quer ter resultados nas políticas públicas, não pode abrir concessões, não pode ceder privilégios, não pode fazer atendimento por ser conhecido/amigo de determinadas pessoas. Se a administração pública ela está calcada em princípios, esses princípios têm que ser, de acordo com a administração pública, é a questão dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, que são os princípios da administração pública e que, portanto, eles, pra serem verdadeiros, têm que ser efetivados dentro de um processo democrático do estado que a gente imagina e quer (AP05-POA, grifo nosso).

O trecho acima mostra que embora exista forte predisposição individual, ocupar uma posição formal foi necessário para estabelecer os limites de atuação da gestão pública e implementar as políticas. Há vários trechos dos entrevistados que revelam a importância da posição formal, particularmente dos cargos de prefeito e da primeira-dama, para adoção de políticas para cães e gatos no município. Alguns dos trechos estão a seguir:

Então, não é somente a esposa de um prefeito de uma capital que assumiu essa tarefa, foi a condição de estar como esposa e **ser a primeira-dama** de Porto Alegre, e a oportunidade [...] que possibilitou que essas políticas públicas pudessem acontecer na cidade (AP05-POA, grifo nosso).

Mas ela [a Regina Becker] que veio com a ideia, mas claro que como o marido dela **era prefeito** e ele já conhecia bem toda a luta, a causa como era, então ele se sensibilizou e ela foi buscar (P06-POA, grifo nosso).

Quem trouxe mesmo [as políticas para cães e gatos], quem trouxe foi o **Fortunati** né? Porque ele era o **prefeito**, mas influenciado pela esposa que é a **Regina Becker** e aí quem manteve foi ela porque ela se tornou deputada e aí está levantando várias bandeiras na Câmara dos Deputados a favor dos animais. [...] Primeiro não tinha nenhuma esperança de existência de uma SEDA ou coisa assim. **Nunca ninguém nem passava pela cabeça, então não podia partir da nossa ideia entendeu?** [...] Então assim, claro, óbvio que a gente queria alguma coisa, mas nem sabia o que era. É difícil planejar tudo isso assim. A Regina estudou bem isso, Europa entendeu? A Regina viajou pra entender como era que funcionava as coisas e fazer em Porto Alegre (P08-POA, grifo nosso).

As falas revelam sobre as posições formais ocupadas pelos atores públicos e que influenciaram a adoção das políticas. As posições na prefeitura de prefeito e primeira-dama, que já eram conhecidos por serem protetores, foram vistas pelos entrevistados como fundamentais para que as políticas para cães e gatos fossem adotadas.

Também influenciou a adoção das políticas para animais domésticos as redes interpessoais que os atores públicos participavam, pois por meio delas, eles conheceram exemplos de políticas públicas para animais de outras localidades, participaram de discussões, trocaram experiências e conseguiram estabelecer parcerias. Os trechos a seguir mostram como a participação de atores públicos em rede favoreceu que eles conhecessem novas políticas e influenciassem a adoção das políticas para animais domésticos em Porto Alegre.

Veio por Correios [o projeto da secretaria dos animais do Rio de Janeiro]. O Cláudio Cavalcanti me mandou, o falecido, que eu pedi pra ele porque a mulher dele não estava mais na SEPDA [referindo-se à Secretaria de Proteção e Direitos dos Animais do Rio de Janeiro], mas **eu tinha conhecido eles e fiquei com esse contato**, sempre fiquei com esse contato (AP04-POA, grifo nosso).

Nesse ínterim, nós começamos a expandir nossa rede **de e-mails, de discussão de Yahoo**. Naquela época era assim: listas de Yahoo. E começamos **a conhecer ONGs da Argentina, ONGs do exterior e conhecemos a WSPA**, que é uma ONG inglesa que hoje ela foi alterada o nome, e a presidente hoje está no Fórum Nacional de Defesa Animal, que é uma ONG de São Paulo, que **reúne as mega veterinárias que entendem de gestão pública** também do país. Então a Elizabeth McGregor foi uma das pessoas que mais nos orientou sobre quais eram os pilares que nós tínhamos que defender (AP04-POA, grifo nosso).

A própria participação de atores públicos na rede de proteção animal pode ser vista

também como uma rede interpessoal. Ali eles trocavam ideias sobre os problemas da causa animal e as soluções mais apropriadas, as políticas que deveriam ser desenvolvidas e exemplos de políticas de outras localidades.

4.2 O papel dos atores políticos de Recife

As políticas públicas de saúde, proteção, defesa e bem-estar para animais domésticos em Recife podem ser encontradas a partir de 2013. Na gestão do prefeito Geraldo Júlio, foi criada a Secretaria Executiva dos Direitos dos Animais (SEDA-REC) por meio do Decreto nº 26.908/2013. A criação da SEDA-REC ocorreu vinculada à estrutura de outra secretaria, a Secretaria de Governo e Participação Social. No período anterior a 2013, havia apenas a atuação do Centro de Vigilância Ambiental (CVA) e as políticas públicas para cães e gatos tinham por objetivo a promoção da saúde humana e eram implementadas pela Secretaria de Saúde. Um dos atores públicos do CVA explica: “Com o **advento da SEDA** [...], eles têm uma capacidade de fazer a cirurgia de castração bem maior. Eles têm o recurso. [...] Agora eles têm o recurso, eles têm os anestésicos, os kits cirúrgicos, tudo, tudo.” (AP03-REC, grifo nosso).

A adoção das políticas públicas para animais em Recife não pode ser explicada sem mencionar a gestão do prefeito Geraldo Júlio e do secretário da SEDA-REC, o Rodrigo Vidal. O Rodrigo Vidal foi eleito vereador representando a causa animal e convidado pelo prefeito Geraldo Júlio a criar a primeira secretaria do município a desenvolver políticas públicas para animais domésticos.

Questionou-se a todos os protetores qual nome eles associavam as políticas para cães e gatos em Recife e dos sete entrevistados, cinco falaram o nome de Rodrigo Vidal. Acredita-se que essa associação explique que a adoção de políticas para animais se aproxima do perfil pessoal de quem já tem predisposições individuais e interesse no tema, mas que também ocupa algum cargo no âmbito da prefeitura, como foi possível inferir dos trechos que seguem:

Eu conheço a SEDA porque **Rodrigo Vidal** foi a pessoa que começou a discutir sobre isso. Ele não se reeleveu [...], mas o primeiro mandato foi ele, acho que foi quando começou a ser construído o hospital veterinário. Ele não se reeleveu, mas eu **lembro que a SEDA era uma proposta inicial dele** (P02-REC, grifo nosso).

A minha referência em relação à questão animal por prefeitura se chama **Rodrigo Vidal**. Eu não sou amiga dele, eu não conhecia ele, **vim conhecer através de feiras de adoções**, de ir na prefeitura pedir alguma coisa para o abrigo, enfim, e **eu só tenho essa referência**. Não tenho outra referência, outro político, não me recordo, mas eu entendo que a pessoa que colocou isso lá foi Rodrigo Vidal (P03-REC, grifo nosso).

Quando ele [referindo-se a Rodrigo Vidal] veio para cá [Recife], **veio levantando a bandeira da causa animal**. Foi quando ele ganhou como vereador e foi eleito como secretário da causa animal” (P04-REC, grifo nosso).

As predisposições individuais juntamente com a posição formal garantem que a inovação tenha maiores chances de ser adotada. Rodrigo Vidal era ativista e passou a compor o quadro da gestão pública, aproveitando a oportunidade para influenciar a adoção de políticas públicas para animais domésticos.

As redes interpessoais em que os atores se encontravam também os ajudaram a conhecer as experiências de outras localidades que já possuíam políticas públicas para animais domésticos. Um dos atores políticos investigado explica que foram visitar Porto Alegre para conhecer as políticas que eram desenvolvidas, assim como a participação ativa na rede de protetores foi um motivador para assumir o cargo público, como é possível inferir do trecho seguinte.

Pesquisando na *Internet*, nos grupos, **a gente ficou sabendo da criação da secretaria** [da SEDA-POA] etc. Tanto é que logo no primeiro mês [...], eu propus e nós **fomos lá visitar a secretaria in loco**. Passamos 3 dias lá pra conhecer o trabalho de perto, saber como era a realidade e foi gratificante ver um trabalho sério, bem estruturado (AP02-REC, grifo nosso).

O contato com outros atores públicos e com protetores foi essencial para conhecer outras políticas para animais que vinham sendo desenvolvidas em outras localidades. Em outro trecho, o entrevistado relata a importância de participar da rede de proteção animal assim como a troca e o compartilhamento de informações foram importantes na construção de uma política pública para a causa animal.

[...] e já em dezembro de 2012 eu fiz uma **reunião pública que teve a presença e participação de mais de 100 defensores de animais**, ONGS etc.; [...] Essa **reunião foi aberta totalmente**, contou com a divulgação nas redes sociais e alguns órgãos da imprensa, e **a pessoa podia enviar também sugestões, pautas**, para a secretaria por meio de *e-mail*, recebemos também *e-mails*, e foi com a presença maciça de mais 100 pessoas da área da defesa dos direitos dos animais, ONGs, protetores, **onde eu colhi informações**. [...] (AP02-REC, grifo nosso).

Portanto, as predisposições individuais, a posição formal e as redes interpessoais influenciaram a adoção de políticas e podem inclusive serem vistas como indutores à adoção de inovação.

5 | ANÁLISE DOS DADOS

Os dados permitiram inferir que as políticas para cães e gatos foram adotadas pelas prefeituras de Porto Alegre e Recife, em parte, por influência de atores públicos que possuíam histórico na causa animal, conhecimento sobre os problemas dessa causa e relacionamentos com os protetores de animais. Assim, as predisposições individuais desses atores públicos foram indutoras na adoção, como já afirmavam Damanpour e Schneider (2009) ao dizer que as características pessoais dos gestores públicos como uma atitude pró-inovação desempenham papel fundamental na adoção de uma política inovadora.

Ficou evidente que os atores influenciaram a adoção de políticas voltadas para causa animal por este tema também ser fruto de um interesse individual, como já explicava Rogers (1983) ao afirmar que a empatia é uma predisposição que explica a adoção de inovações. Foi possível observar a importância que atores como os prefeitos José Fogaça e José Fortunati em Porto Alegre, e Geraldo Júlio em Recife tiveram ao simpatizar com os problemas relativos à causa animal em seus municípios. Além deles, outros atores políticos que influenciaram decididamente a adoção das políticas foram os primeiros secretários das SEDAs, nomeadamente Regina Becker em Porto Alegre e Rodrigo Vidal em Recife. Ambos se consideravam e foram considerados pelos protetores como pessoas ligadas à causa animal.

Com isso, os resultados apontaram que na adoção dessas políticas os prefeitos possuíam empatia com a causa animal; a primeira-dama Regina Becker e o vereador Rodrigo Vidal eram protetores e ativistas, e, portanto, conheciam os problemas da causa animal e a necessidade de atuação do poder público. Ainda nessa questão, é importante ressaltar o conhecimento que Rodrigo Vidal tinha sobre a existência das políticas para cães e gatos em Porto Alegre e que foram experiências inspiradoras para a adoção de políticas similares em Recife. Como explicou Rogers (1983), os atores sociais se expõem a ideias que estão em acordo com seu interesse.

A posição formal que os atores públicos ocuparam dentro das prefeituras de ambos os municípios também foi um elemento que influenciou a adoção das políticas para cães e gatos. No caso da SEDA-POA, o prefeito José Fortunati e a primeira-dama Regina Becker, por meio dos cargos que ocupavam na prefeitura deram toda visibilidade que a causa animal precisava para criar e fortalecer essas políticas. Já em Recife, a vitória de Rodrigo Vidal como vereador eleito pela causa animal abriu espaço para o convite pelo Prefeito Geraldo Júlio para criar a SEDA-REC.

Lewis, Considine e Alexander (2011), por exemplo, explicam que a forma como os atores se relaciona com a inovação é também reflexo das posições que ocupam dentro de uma estrutura organizacional, pois cada posição formal está embutida de algum poder e de acesso a recursos. Neste sentido, era de se esperar que na posição de prefeitos, vereador e secretários, juntamente com suas predisposições individuais, esses atores tivessem oportunidade de pôr em ação políticas que julgassem necessárias aos municípios.

Além das posições formais, as redes interpessoais que os atores públicos participavam foi uma alternativa para que conhecessem outras experiências de políticas voltadas ao bem-estar animal. A participação dos atores em redes mostrou que um bom relacionamento entre os atores, além de permitir um fluxo ideias, foi importante para troca de experiências quando os atores de Porto Alegre se inspiraram na experiência da SEPDA do Rio de Janeiro e os atores públicos do Recife se inspiraram na experiência da SEDA-POA. Sobre isso, Bekkers, Edelenbos e Steijn (2011) afirmaram que no setor público a qualidade na relação entre os atores impacta o processo de inovação.

Contudo, embora a predisposição dos atores públicos tenha sido importante para inaugurar uma política pública inovadora relacionada à saúde, proteção, defesa e bem-estar animal, ela não foi suficiente para a manutenção da secretaria em Porto Alegre. A SEDA-POA foi extinta em 2017, como resultado da reforma administrativa do novo prefeito Nelson Marchezan, por meio da Lei nº 810/2017, que cria e extingue secretarias municipais, estabelece suas finalidades e competências e revoga a legislação sobre o tema (PORTO ALEGRE, 2017a). A SEDA-POA foi extinta oficialmente em 4 de maio de 2017 e suas competências incorporadas à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS), por meio da Lei Complementar nº 817/2017.

Já a SEDA-REC permanece atuando, mesmo enquanto secretaria executiva subordinada a outra secretaria. Sobre as mudanças de secretários, os entrevistados mencionaram descontinuidades, mostrando que no contexto político a mudança de gestão em uma secretaria também impacta na qualidade das políticas que já haviam sido adotadas: “Depois que Rodrigo saiu e entrou uma nova gestão, mudou muita coisa para pior” (P05-REC, entrevista 17/09/2018).

Farah (1997) apontou que a descontinuidade administrativa muitas vezes tem como consequência a descontinuidade da iniciativa inovadora, como se pode observar: “Tal descontinuidade decorre da permanência de mentalidade imediatista de caráter político-eleitoreiro, segundo a qual se trata de destacar a marca de cada administração pela negação radical de tudo que foi implantado pela administração precedente.” (FARAH, 1997, p. 155).

De Oliveira Estevam (2010) ao analisar a descontinuidade das políticas públicas afirma que a redução desse processo deve conter no momento de sua formulação e implementação formas de promoção de continuidade, ou seja, não basta a inovação na proposta ela deve conter formas de garantir maior perenidade. A gestão democrática participativa é indicada como uma possibilidade, ainda que o autor considere que o clientelismo é uma forte barreira para tais iniciativas.

A questão do clientelismo é abordada por Neves (2012) que analisa a dificuldade de participação da sociedade civil nos conselhos populares em função das dificuldades de encontrar mecanismos de indicação dos conselheiros que de fato representem a sociedade civil. Uma forma de evitar tais rupturas poderia incluir uma fase de monitoramento, que permita maior envolvimento da sociedade e dos grupos interessados na operacionalização da política e dessa forma possam evitar a descontinuidade (PEIXOTO, 2015).

Por fim, os casos em análise mostraram que a adoção de políticas para animais domésticos e a manutenção dessas políticas estão associadas à gestão dos atores políticos, seja das prefeituras ou das secretarias.

6 | CONCLUSÃO

As políticas de saúde, proteção, defesa e bem-estar para animais domésticos foram adotadas em Porto Alegre e em Recife com a criação das secretarias dos animais, ou seja, da SEDA-POA e da SEDA-REC. Antes da criação dessas secretarias, em ambos os municípios as políticas para cães e gatos eram de responsabilidade dos centros de vigilância ambiental e tinham por intuito a prevenção e promoção da saúde humana.

Pôde-se concluir que a adoção de políticas para animais domésticos nos municípios investigados foi influenciada pelas predisposições individuais dos atores públicos, pela posição formal que ocupavam na prefeitura e pelas redes interpessoais das quais participavam. Foi possível observar que todos os atores importantes nesse processo possuíam relacionamento afetivo com os animais antes da ocupação em cargos públicos, sendo simpatizantes, protetores ou ativistas da causa animal.

Observou-se que os atores políticos, principalmente a Regina Becker e o Rodrigo Vidal, receberam destaque nas entrevistas dos protetores, sendo vistos como ativistas da causa animal. Concluiu-se que a ocupação de cargos formais na prefeitura foi uma janela de oportunidade para esses atores colocarem em pauta um tema que conheciam bem. Além do mais, as redes interpessoais das quais faziam parte os permitiram conhecer políticas e ideias para que pensassem sua adaptação aos municípios.

Por fim, uma limitação desta pesquisa foi o estágio preliminar em que se encontra a literatura sobre adoção de inovações no setor público. Devido a ser um tema que ainda está se sedimentando no campo de conhecimento da gestão pública, as reflexões foram mais longitudinais do que verticais. Ou seja, compreendeu-se que a adoção de políticas é influenciada pela predisposição do indivíduo, sua posição formal e as redes interpessoais, sendo a contribuição deste trabalho para a literatura. Porém cabem novos estudos que visem explorar profundamente a relação desses elementos com a inovação, dando subsídios para compreender o processo de inovação no setor público.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Soraya Monteiro; BRUNO-FARIA, Maria de Fátima. Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 1, p. 227-248, 2013.

BEKKERS, Victor; EDELENBOS, Jurian; STEIJN, Bram. Linking innovation to the public sector: contexts, concepts and challenges. *In*: BEKKERS, Victor; EDELENBOS, Jurian; STEIJN, Bram (Orgs.). **Innovation in the public sector: linking capacity and leadership**. New York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 3-32.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses: normas técnicas e operacionais**. Brasília: MS/SVS/DVDT, 2016.

DAMANPOUR, Fariborz; SCHNEIDER, Marguerite. Characteristics of innovation and innovation adoption in public organizations: assessing the role of managers. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 19, n. 3, p. 495-522, 2009.

DE OLIVEIRA ESTEVAM, Dimas. A contínua descontinuidade administrativa e de políticas públicas. **Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 2, n. 2, 2010.

DENZIN, Norman. K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed. Porto alegre: Artmed, 2006.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gestão pública e cidadania: iniciativas inovadoras na administração subnacional no Brasil. **Revista de Administração Pública – RAP**, v. 31, n. 4, p. 126-156, 1997.

GODOY, Arilda Schmidt. Estudo de caso qualitativo. *In*: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 115-146.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde: 2019**: informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde: Brasil, grandes regiões e unidades da federação/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101748.pdf>>. Acesso em: 06 jun 2021.

LEWIS, Jenny M.; CONSIDINE, Mark; ALEXANDER, Damon. Innovation inside government: the importance of networks. *In*: BEKKERS, Victor; EDELENBOS, Jurian; STEIJN, Bram (Orgs.). **Innovation in the public sector: linking capacity and leadership**. New York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 107-132.

NEVES, Ângela Vieira. CONTROLES DEMOCRÁTICOS, PARTICIPAÇÃO E CLIENTELISMO: as dificuldades da representação da sociedade civil no conselho de assistência social. **Revista de Políticas Públicas**, v. 16, n. 1, p. 213-222, 2012.

PEIXOTO, Leandro Antônio Grass. Abordagens e perspectivas de participação social no monitoramento de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, n. 2, p. 403-410, 2015.

PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 696, de 04 de junho de 2012. Cria o Fundo Municipal dos Direitos Animais (FMDA) e institui seu Conselho Gestor. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, RS, n. 4297, p. 1, 10 jul. 2012c. Disponível em: http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/567_ce_20120709_executivo.pdf. Acesso em: 1 abr. 2019.

PORTO ALEGRE. Lei nº 11.101, de 25 de julho de 2011. Cria a Secretaria Especial dos Direitos Animais (SEDA). **Diário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, RS, n. 4063, p. 1, 26 jul. 2011. Disponível em: http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/287_ce_20110726_executivo.pdf. Acesso em: 1 abr. 2019.

PORTO ALEGRE. Lei nº 9.945, de 27 de janeiro de 2006. Institui o Programa de Proteção aos Animais Domésticos no município de Porto Alegre e dá outras providências. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, RS, n. 2708, p. 4, 30 jan. 2006. Disponível em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dopa/usu_doc/30janeiro06.pdf. Acesso em: 1 abr. 2019.

QUEIROZ, Roberta Graziella Mendes. **Choque de gestão em Minas Gerais (2003-2010)**: um exemplo de inovação no setor público? 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

RECIFE. Decreto nº 26.908, de 2 de janeiro de 2013. Vincula à Secretaria de Governo e Participação Social a Secretaria Executiva dos Direitos dos Animais, e dá outras providências. **Leis Municipais**, Recife, 4 jan. 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2013/2690/26908/decreto-n-26908-2013>. Acesso em: 1 abr. 2019.

ROGERS, Everett M. **Diffusion of innovations**. 3rd ed. New York: Collier Macmillan Canada, 1983.

SANTOS, Felipe Sales; TÁPARO, Cilene Vidovix; COLOMBO, Gustavo; TENCATE, Luciano Nery; PERRI, Sílvia Helena Venturole; MARINHO, Márcia. Conscientizar para o bem-estar: posse responsável. **Revista Ciência em Extensão – RCE**, v. 10, n. 2, p. 65-73, 2014.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

VRIES, Hanna de; BEKKERS, Victor; TUMMERS, Lars. Innovation in the public sector: a systematic review and future research agenda. **Public Administration**, v. 94, n. 1, p. 146-166, 2016.

RELATO DE EXPERIÊNCIA QUANTO AO PROJETO DE EXTENSÃO: “A REPRESENTAÇÃO FOTOGRÁFICA COMO REFLEXO DO IMAGINÁRIO SOCIAL DOS CENTROS URBANOS”

Data de aceite: 01/03/2022

Maria de Lourdes Vieira Frujeri

Universidade de Brasília

Patrícia Bárbara Sousa da Silva

Instituto Federal de Brasília, Tecnologia em
Eventos

Patrícia Albuquerque de Lima

Instituto Federal de Brasília, Tecnologia em
Eventos

RESUMO: A finalidade dos Projetos de Extensão é promover a cidadania, percebendo que ensino, pesquisa e extensões são atividades indissociáveis. Conjuntas produzem ações colaborativas para o desenvolvimento cidadão e profissional do estudante e trazem transformações da realidade no processo ensino-aprendizagem. Metodologias ativas têm sido utilizadas para tornar o aluno um agente multicultural para causas coletivas no meio em que vive. Dentre as metodologias ativas a fotografia tem despontado como auxiliar das ciências em seu esforço para melhor apreensão da realidade. O ato de fotografar e a experiência com a imagem fotográfica pode ser diferenciada, pois clama pelo olhar, solicita que os olhos nela permaneçam, por testemunhar, ser traço do real. O objetivo deste estudo foi relatar a experiência dos alunos quanto ao Projeto de Extensão: “A representação fotográfica como reflexo do imaginário social dos centros urbanos.” A coleta da experiência vivida quanto ao projeto se deu

por meio de uma entrevista estruturada gravada. Fez-se transcrição dos relatos e suas análises à luz da literatura pregressa. Verificou-se mudança no olhar dos alunos quanto o imaginário social dos centros urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: Relato de experiência, Fotografia, Imaginário social, Centros urbanos, Olhar fotográfico.

EXPERIENCE REPORT REGARDING THE EXTENSION PROJECT: “THE PHOTOGRAPHIC REPRESENTATION AS A REFLECTION OF THE SOCIAL IMAGINARY OF URBAN CENTERS”

ABSTRACT: The purpose of the Extension Projects is to promote citizenship, realizing that teaching, research and extension are inseparable activities. Together they produce collaborative actions for the citizen and professional development of the student and bring changes to reality in the teaching-learning process. Active methodologies have been used to make the student a multicultural agent for collective causes in the environment in which they live. Among the active methodologies, photography has emerged as an aid to science in its effort to better grasp reality. The act of photographing and the experience with the photographic image can be differentiated, as it calls for the look, asks that the eyes remain in it, for witnessing, to be a trace of reality. The aim of this study was to report the students' experience regarding the Extension Project: “The photographic representation as a reflection of the social imaginary of urban centers.” The experience of the project was collected through a structured recorded interview.

The reports and their analyzes were transcribed in the light of previous literature. There was a change in the view of students regarding the social imaginary of urban centers.

KEYWORDS: Experience report, Photography, Social imagination, Urban centers, Photographic look.

1 | INTRODUÇÃO

O discente, em seu processo educativo, busca interferir na realidade através de métodos que cooperam para superação dos problemas comunitários e sociais. O principal objetivo dos projetos, programas e atividades de Extensão é promover a cidadania, percebendo que ensino, pesquisa e extensão são atividades indissociáveis e, quando conjuntas produzem ações que podem colaborar para o desenvolvimento cidadão e profissional do estudante e traz melhoria e transformação da realidade no processo ensino-aprendizagem. A extensão universitária possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. É imprescindível para a democratização, assim como para o redimensionamento da função social da própria universidade (MENDONÇA e SILVA, 2002). Uma das principais funções sociais da Universidade é a de contribuir na busca de soluções para os graves problemas sociais da população, formulando políticas públicas participativas e libertadoras. A extensão é o instrumento necessário para que o produto Universidade – a pesquisa e o ensino – esteja articulado entre si e possa ser levado o mais próximo possível das aplicações úteis na sociedade. A universidade deve estar presente na formação do cidadão, dentro e fora de seus muros. Através da extensão, influência e também é influenciada pela comunidade, ou seja, possibilita uma troca de valores entre a universidade e o meio. A universidade pode, assim, planejar e executar as atividades de extensão respeitando e não violando os valores e cultura dessas comunidades. As vantagens são grandes para os alunos, pois passam a conhecer a realidade da comunidade em que a universidade está inserida, facilita a integração ensino-pesquisa-extensão e possibilita a comunidade universitária conhecer a problemática nacional e atuar na busca de soluções plausíveis, dentre outras saídas (SOUSA, 2000; ZAMORA, 2004).

Várias metodologias ativas têm sido utilizadas para tornar o aluno um agente multicultural, atento para causas coletivas, atuante e transformador no meio em que vive. Dentre as novas metodologias ativas a fotografia tem despontado como auxiliar das ciências em seu esforço para uma melhor apreensão da realidade. O ato de fotografar e a experiência com a imagem fotográfica pode ser diferenciada, pois clama pelo olhar humano, solicita que os olhos do homem nela permaneçam, por testemunhar, por ser traço do real. Traduz-se numa experiência de tempo diferenciada, que se aprofunda como num interstício, uma vez que presente e passado se amalgamam. A fotografia redefine

a realidade, o cotidiano. Olhar, ver e pensar são ações intrínsecas e historicamente inseparáveis. Como metodologia ativa pode suscitar de sua representação fotográfica imaginários diversos, inclusive o social (CARTIER-BRESSON, 2004). O objeto fotográfico pertence a um conjunto de processos, em que a ciência, técnica e arte estão imbricados na criação de um mundo de possibilidades no domínio da imagem. Paralisa uma fração mínima do tempo e altera a percepção do movimento no ato da produção. Tendo como premissa que a fotografia é um instrumento de representação social, e a partir dela podemos interpretar o passado. Kossoy (2003) afirmou: “As diferentes ideologias, onde quer que atuem, sempre tiveram na imagem fotográfica um poderoso instrumento para a veiculação das ideias e da consequente formação e manipulação da opinião pública”. Assim, pode-se considerar que a partir de uma realidade em que o fotógrafo capta a imagem, cria-se uma representação. O ato fotográfico é o fruto de um corte, tanto no campo visual (espaço), quanto na duração (tempo), constituindo-se em um fragmento separado e embalsamado do mundo para a posteridade (MONTEIRO, 2004).

O autor da fotografia, coloca àquele que observa a imagem do passado como um gerador de novas percepções acerca do tema retratado. Desse modo, o historiador que utiliza imagens para realizar uma construção histórica deve ter em mente que o presente e sua situação física e social permitem que ele faça um jogo de olhares. Olhando os outros é possível construir uma identidade própria, uma percepção de mundo que acaba por construir parâmetros de uma sociedade inteira que quebra fronteiras. A fotografia pode ser encarada como uma forma de linguagem visual, pois “é uma manifestação imagética e, portanto, capaz de gerar múltiplas leituras; consequentemente, múltiplos sentidos. Portanto, atribui-se à fotografia o potencial da comunicação e desenvolvimento de discurso, mesmo que em um nível diferente da linguagem verbal” (KAWAKAMI e VEIGA, 2012). Dentre os vários cortes, ou recortes feitos pelo fotógrafo, a cidade tem se destacado há um longo tempo, como um tema de importância em várias disciplinas como comunicação social, arquitetura, urbanismo, sociologia, etc. Os centros urbanos, muito antes da fotografia, conquistou espaços nas universidades como fonte de pesquisa, motivando diferentes áreas e olhares estudantis (CARVALHO et. al. , 1994).

Dentro deste contexto nasce o projeto de extensão: “A representação fotográfica como reflexo do imaginário social dos centros urbanos.”, onde seu autor é motivado pelo seu olhar atento do cotidiano da Rodoviária do Plano Piloto de Brasília, DF, Brasil. Este lugar é conhecido no Distrito Federal, Brasil, por sua localização estratégica, como ponto de encontro e cruzamento entre eixos da cidade e também com as regiões administrativas satélites. Por sua história é conhecido como o centro de Brasília, como um bolsão cultural e espaço democrático de trabalhadores das mais diversas classes sociais. Neste local passam mais de 150.000 pessoas por dia. Tais características foram fundamentais para sua escolha. Foi vislumbrado como um ponto marcante, capaz de possibilitar aos participantes do projeto a compreensão do meio urbano, da representação fotográfica, como reflexo do

imaginário social tão forte nos centros urbanos. O objetivo do presente estudo foi relatar a experiência dos alunos quanto ao Projeto de Extensão supracitado. A metodologia utilizada para coletar a experiência vivida pelos alunos se deu por meio de uma entrevista estruturada gravada, transcrição dos relatos e sua análise à luz da literatura progressa.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Fotografia e Olhar fotográfico

No início da fotografia, o objetivo dos adeptos deste ofício, era de fixar imagens obtidas através da câmera obscura. A palavra “fotografia” deriva das palavras gregas *photós* (luz) e *graphía* (escrita), significando “escrita da luz” ou “desenhar com luz”. A luz desenha a sombra da mesma forma que grava o fotograma. A fotografia a princípio causou estranhamento e surpresa. As imagens eram perfeitamente familiares, traziam uma fidelidade com o real e uma riqueza de detalhes jamais vista nas pinturas renascentistas e que dificilmente as mãos de um pintor alcançariam. Se os pintores renascentistas e barrocos investiam em uma perspectiva realista, jamais pensaram na pintura como uma transposição direta do mundo concreto para a tela. A fotografia, devido a sua relação direta com o real, encantou um grande número de pessoas e provocou a ira e a desconfiança de vários críticos e artistas. Segundo Entler (2007), quando a fotografia surgiu no século XIX, conquistou rapidamente a atenção e a simpatia de muitos, mas teve de enfrentar duras críticas vindas de artistas que não reconheciam seu caráter estético. Por si só a fotografia, recoloca com clareza seu papel. Ela é um instrumento, um servidor da memória, simples testemunho do que foi. O papel da fotografia seria, portanto, o de conservar o traço do passado ou o de auxiliar as ciências em seu esforço para uma melhor apreensão da realidade (BENJAMIN, 1986; RAMOS, 2009; ROUILLÉ, 2009).

Desde as primeiras décadas de sua existência a fotografia já mostrava o seu imenso potencial de uso. A produção fotográfica de unidades avulsas, de álbuns ou de coletâneas impressas foi ganhando um perfil multifacetado. Abrangia um espectro ilimitado de atividades, especialmente urbanas, e que davam a medida da capacidade da fotografia em documentar eventos de natureza social ou individual; em instrumentalizar as áreas científicas, carentes de meios de acesso, fenômenos fora do alcance direto dos sentidos, áreas administrativas ávidas por otimizar funções organizativas e coercitivas, ou ainda em possibilitar a reprodução e divulgação maciça de qualquer tipologia de objetos.

A relação da imagem fotográfica com seu referente, ou com o real, no transcorrer dos tempos, desde o início da fotografia aos dias atuais, pode ser lida sob três aspectos: como espelho do real (onde há semelhança entre a imagem fotográfica e o real); como transformação do real (que modifica o capturado por meio de cortes, cores e enquadramentos, possibilitando assim uma transformação da realidade) e como índice (quando o retorno ao referente é eminente, ou seja, o referente adere) – (RAMALHO e OLIVEIRA e

BECHTOLD, 2015). Segundo Dubois (1999), “A foto em primeiro lugar é índice. Só depois pode tornar-se parecida e adquire sentido”. É notável que na fotografia a necessidade de ver para crer é satisfeita. A imagem fotográfica é percebida como uma espécie de prova e atesta individualmente a existência daquilo que mostra. O advento da fotografia e o desenvolvimento dos meios fotográficos permitiram vislumbrar uma nova relação da imagem fotográfica com o real, a lógica do índice. Por muito tempo essa fonte foi utilizada meramente para ilustrar a documentação escrita, no entanto hoje ela tem um papel fundamental, como fonte primária, na construção histórica. A fotografia, a partir do momento de sua popularização, se tornou mecanismo primordial no processo de modernidade (BRASIL, 2011).

O primeiro olhar é sempre sobre o objeto fotográfico, o artefato, o simulacro, a imagem fotográfica e a história da fotografia. A fotografia redefine a realidade. Olhar, ver e pensar são ações intrínsecas e historicamente inseparáveis. A memória é o olhar da vida, e o esquecimento é a opacidade, a morte. Pela máquina fotográfica, o olhar molda a vida e a forma de compreender e expressar o mundo. Ela tem força de reproduzir a realidade temporal, os fatos. Como arte, como documento ou fonte histórica, a fotografia é sempre produto do encontro entre o olhar humano e o aparato técnico. Tem como objetivo um retrato fiel de parcela do real carregada de valores e subjetividade (KOSSOY, 1980; CIAVATTA, 2002; COUTINHO e OLIVEIRA, 2016).

Historicamente as imagens fotográficas têm um repertório variado. Registrou-se de tudo: coleções, retrato, estrada de ferro, arquitetura, carnaval, automóvel, etc., mas é nítido que o olhar fotográfico incidiu acentuadamente sobre o espaço urbano. Várias podem ser as razões que concorreram para um número tão elevado de registro e olhar cotidiano sobre as cidades. A produção de retratos foi, tradicionalmente, o “ganha-pão” dos estúdios fotográficos. As qualidades mundanas e comerciais do retrato o deixaram de fora das experimentações dos fotógrafos, que, quando interessados em ingressar no meio considerado artístico, tratavam de procurar na paisagem urbana, ou mesmo rural, a devida fonte de inspiração. A intensa transformação que as cidades conhecem e, simultaneamente, a prática de documentá-las por meio da fotografia para fins políticos ou administrativos certamente concorreram para a geração de arquivos fotográficos sobre a temática urbana (CARVALHO et al., 1994). De acordo com Brasil (2011), as novas concepções do indivíduo, do tempo e espaço onde ele atua, as maneiras de representação foram se modificando e os mecanismos técnicos foram se aprimorando para enfim captar a imagem “perfeita” deste indivíduo em constante mutação. Desse modo, a invenção da fotografia se deu no momento de florescimento das grandes cidades, da diversificação da economia no Ocidente e das mudanças de valores pessoais e de coletividade que ocorreram no século XIX. Assim, é possível pensar em um elo entre a imagem fotográfica (ágil, rápida e estereotipada) e o momento que os países ocidentais (principalmente europeus) estavam passando. A modernidade da fotografia e a legitimidade de suas funções documentais apoiaram-se nas

ligações estreitas que ela mantém com os mais emblemáticos fenômenos da sociedade industrial: o crescimento das metrópoles e o desenvolvimento da economia monetária; a industrialização; as grandes mudanças nos conceitos de espaço e de tempo e a revolução das comunicações; mas, também, a democracia (ROUILLÉ, 2009).

O imaginário social dos centros urbanos é composto por diferentes e instigantes atores sociais, que constituem uma memória social que de alguma forma faz e perpetuará uma cultura, uma memória social. Neste imaginário fala-se de duas realidades na composição de uma fotografia. A primeira delas seria a “realidade exterior” que compõe o passado da foto. Em um dado momento e local, pessoas se prontificaram para a realização da imagem que nos chega. Esta realidade exterior é impossível de reconstituir, não há maneiras de se chegar a ela. A segunda seria a “realidade interior”, aqui se trata do assunto representado. O tempo e o espaço nos remetem a uma dada realidade (exterior). Os caracteres que em conjunto simbolizam algo e acabam mexendo com a nossa memória são características desta segunda realidade que utiliza o imaginário como meio de locomoção, por menos palpável que seja, tem a capacidade de, se não reconstituir, construir sentimentos e percepções acerca da imagem que nos é projetada (KOSSOY, 2009; STECNELA, 2009; BRASIL, 2011).

2.2 Sobre o Projeto: “A representação fotográfica como reflexo do imaginário social dos centros urbanos”

O projeto nasceu da expectativa do autor, estudante do curso de Tecnologia em Eventos, já fotógrafo profissional, com experiência em cobertura de eventos de fazer um link das duas formações. Para o autor do projeto, fotografia faz parte das tecnologias de eventos. Desta forma achou altamente importante criar este Projeto de extensão. Vislumbrou a Rodoviária de Brasília como um lugar plural para as oficinas práticas para a percepção dos alunos participantes do projeto, perceberem o reflexo do imaginário social dos centros urbanos, pois este lugar é multifacetado, uma verdadeira “movimentação urbana”.

A Plataforma da Rodoviária do Plano Piloto, Distrito Federal, Brasil, foi prevista por Lúcio Costa no projeto de Brasília, como o ponto de encontro entre o eixo residencial e o monumental, que conectaria as diversas atividades condizentes com um centro urbano. Este Marco zero da Nova Capital, ponto de cruzamento entre os eixos Rodoviário (Norte-Sul) e Monumental (Leste-Oeste), determinam o traçado do Plano Piloto de Brasília. Foi pensada para ser a união da metrópole, da capital com as cidades-satélites, como uma área rica em convergência (TENÓRIO, 2012). Por sua localização, sua história é reconhecida como ponto central de Brasília, como um bolsão cultural, um espaço democrático de trabalhadores das mais diversas classes sociais.

De acordo com o autor do projeto, o projeto teve como justificativa conhecer a história de uma cidade, por meio da fotografia, em um local onde circulam centenas de pessoas diariamente, cidadãos que possuem histórias de vida e culturas das mais

variadas, poderia oportunizar para os discentes envolvidos no projeto uma visão de mundo e o reconhecimento em outras histórias das suas próprias histórias de vida. Além disso, também poderia valorizar e divulgar a cultura do Distrito Federal entre a comunidade acadêmica. Tais justificativas se tornam coerentes com uma das finalidades dos projetos de extensão de estabelecer elos entre a universidade e a comunidade local.

O projeto foi previsto para ter duração de um ano. Estabelecer como público-alvo, os usuários da Rodoviária do Plano Piloto, DF, Brasília, Brasil. Foi aberto aos alunos dos cursos técnicos e tecnólogos do Campus Brasília, do Instituto Federal de Brasília (IFB). Foi coordenado por duas professoras titulares desta instituição, que conjuntamente com o autor do projeto vislumbraram a oportunidade dos alunos, ao realizarem visitas à Rodoviária ter a chance de conhecer pessoas, de se aproximarem da realidade destes diferentes personagens da sociedade, registrar suas histórias por meio da fotografia. Desta forma, desenvolver nos discentes do projeto a autoconfiança, a capacidade de enfrentar os desafios da convivência, superar limites próprios e conhecer uma forma de linguagem artística e olhar cotidiano sobre as causas sociais. O objetivo geral do projeto foi utilizar a fotografia como forma de registro da história e memória social das pessoas que frequentam a Rodoviária do Plano Piloto. Teve como objetivos específicos possibilitar aos alunos compreender melhor as formas de representação do imaginário coletivo sobre o meio urbano, divulgar expressões culturais representativas deste local, contribuir para a formação técnica em relação à fotografia e como realizar eventos de exposição do trabalho realizado (Mostra Fotográfica). O projeto contou com a participação de vinte alunos, dos quais treze participaram de todas as etapas do projeto. A evasão dos sete membros se deu por conclusão do curso na instituição, trabalho e dificuldades em conciliar com suas novas atividades.

O projeto foi desenvolvido por meio de reuniões semanais no Instituto Federal de Brasília com a equipe do projeto, visando o monitoramento das tarefas. Foram realizadas quatro oficinas práticas de técnicas fotográficas. Foram feitas duas visitas à Rodoviária do Plano Piloto para análise do local. Elaborou-se o termo de permissão para divulgação das fotos e registro fotográfico. Foram realizadas as tomadas de registros das fotos do cenário da Rodoviária, seguida da seleção das imagens para a exposição fotográfica. Enfim, foi realizado a vernissage e avaliação do projeto.

3 | METODOLOGIA

O estudo foi conduzido para uma amostra de treze estudantes, integrantes do Projeto de Extensão: **“A representação fotográfica como reflexo do imaginário social nos centros urbanos” do Instituto Federal de Brasília (IFB) - Brasília, DF, Brasil**”. Todos os alunos foram convidados a participarem da pesquisa mediante de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Consentimento negativo foi adotado, sem

qualquer prejuízo para o integrante do projeto. Participaram do estudo os estudantes que preencheram os seguintes critérios de inclusão: ter participado de todas as fases do projeto (reuniões, oficinas de fotografia, visita técnica ao local escolhido para análise do cotidiano, momentos fotográficos, seleção/interpretação das imagens, realização da mostra fotográfica e avaliação final do projeto). Os critérios de exclusão adotados foram os seguintes: foram excluídos os estudantes que não quiseram participar das entrevistas com vistas ao relato de experiência quanto ao projeto.

O desenvolvimento do presente trabalho constituiu de uma entrevista estruturada, com o intuito de verificar o que representou esta vivência para seus integrantes. Se houve alguma mudança em seu olhar fotográfico desencadeado pelo projeto. A entrevista estruturada foi conduzida pela autora do presente artigo. Foi dividida em dois blocos de perguntas. O primeiro buscou traçar o perfil dos participantes (idade, sexo, escolaridade, curso frequentado, se era ou não fotógrafo, experiência pregressa em fotografia), preenchido pelo próprio aluno. O segundo bloco da entrevista foi composta por oito perguntas com relação ao projeto propriamente dito. Estas perguntas serviram de roteiro para conduzir a entrevista e gravação dos vídeos. Todos os áudios foram transcritos literalmente para a avaliação e discussão dos dados. Nomes fictícios foram criados por todos os alunos e serão utilizados neste estudo, preservando o sigilo dos sujeitos arrolados na pesquisa. Foi feita uma planilha no Excel para tabular os dados e facilitar a análise.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil da amostra

Treze discentes foram convidados a participarem do estudo por apresentarem os quesitos dos critérios de inclusão do estudo. Deste total, onze (84,6% da amostra) aceitaram participar do estudo e fizeram sua adesão mediante TCLE.

A faixa etária dos participantes variou entre 18 a 33 anos (dois alunos com 18 anos, dois com 19 anos, três com 20 anos, dois com vinte um anos, um com vinte dois e um com 33 anos). Quanto ao curso de origem, sete alunos cursavam o Curso técnico de eventos e quatro cursavam o Curso superior (destes: três cursavam Tecnologia em Eventos e Um cursava Licenciatura em Dança).

Na amostra somente uma pessoa era fotógrafo profissional, quatro se apresentaram como fotógrafos amadores e cinco relataram não serem fotógrafos.

Quanto a experiências anteriores com projetos envolvendo fotografia, sete alunos (63,6%) afirmaram nunca terem vivenciado qualquer experiência neste contexto.

4.2 Transcrições e análise da entrevista estruturada

Nas análises das entrevistas transcritas observou-se na primeira pergunta “**Como você ficou sabendo do projeto?**” que os alunos ficaram sabendo do projeto de diferentes

formas. Segue abaixo a transcrição de suas respostas:

Anastácia: “Eu fiquei sabendo através do autor do projeto ... ele foi passando de sala em sala um ano atrás informando ... gente! eu quero fazer o projeto ... eu sou fotógrafo quero fazer um projeto de fotografia, quero saber quem quer participar ... aí através dele que eu fiquei sabendo, assim fiquei interessada. Por que não? ... né?.. fui atrás ...”

Solange: “Eu fiquei sabendo através de uma amiga minha, do meu curso, da mesma sala que eu .. é no IFB, de Brasília, Campus Brasília... eu estudo no técnico em evento.”

Maria Eduarda: “Pelo autor do projeto, ele passou em sala e ele me chamou no Conecta do ano passado, para poder participar deste projeto, ... da fotografia”.

Lua: “Eu fiquei sabendo através de uma aluna, ela me contou que estava participando do projeto e eu me interessei...”

Filósofo Vitorioso: “Foi no final do ano passado ... eu ainda estava no curso técnico em eventos ... aí a turma estava muito dividida, porque tinha duas propostas de projetos, uma para valer nota ... do ‘Casamento sustentável’ que não me identifiquei muito e a outra proposta era o da fotografia ‘A representação fotográfica como reflexo do imaginário social nos centros urbanos’ do Instituto Federal de Brasília (IFB) - Brasília, DF, Brasil.’... ai! ... eu adoro o nome deste projeto. Também adorei o nome que escolhemos para nosso grupo ... ‘COLETIVO FORA DO FOCO’ (disse o aluno animado) ... quando escolhemos este nome, ... foi quase que um debate... cada um sugeriu um nome, muitos colegas fugiram do padrão, do foco do grupo ... aí chegamos à uma conclusão ... que o foco era dar foco às pessoas que não tem foco ... entende? Ou seja, algo fora do foco. Estabelecemos um paralelo com o reflexo do imaginário, ... não faz parte do interesse das grandes mídias retratar o campo social, o trivial, o cotidiano... e era isso que o grupo queria focar... compreendeu? Focar algo que está fora do foco e dar visibilidade a este aspecto. Pronto! (disse o aluno animado) achamos o nome do grupo: ‘COLETIVO FORA DO FOCO’! Prontos para congelar o tempo! (e deu um sorriso). Legal demais, né? Voltando à sua pergunta, ... aí dentro da turma surgiu estes dois projetos ... aí eu conversei com os autores dos dois projetos.. aí eu optei pelo de fotografia. O outro projeto foi exigido como avaliação e a turma do coletivo... (Fora do Foco) foi fotografar o casamento. Foi meu primeiro trabalho com fotografia. Fiquei injuriado por ter que fotografar o casamento. E ... por ser no final do ano pensei que pouca gente ia voltar.

Antônia: “Através da professora, que comentou sobre o projeto na sala, ... e eu estava tendo aula com ela, de segurança, aí ela comentou sobre o projeto na sala de aula.”

Sofia: “Eu fiquei sabendo através do autor do projeto semestre passado, ... no ano passado, eu fiz um mini curso de fotografia com ele estava participando também, logo após ele me perguntou ... me chamou e falou desse projeto que ele estava desenvolvendo, aqui na faculdade e no curso, ... era um projeto que ele ia retratar o cotidiano da rodoviária. Eu me interessei e comecei a fazer parte do projeto.”

Aquarela: “Então... eu conheci o projeto através da professora Patrícia... que foi ela que estava em sala de aula... ela dava aula para nós no primeiro semestre do técnico e ela

mencionou sobre o projeto e eu e mais algumas pessoas interessamos e corremos atrás de tentar entrar e conseguimos. Foi assim...”

Valentina: “Através dos alunos da turma de Tecnologia em Eventos.”

William: “Pelos próprios alunos da minha sala de aula do curso técnico em eventos.”

João: “Eu construí o projeto, ... com a professora com quem comentei da minha vontade de criá-lo. Agora ela está em Portugal... foi fazer um Doutorado. Percebi que o curso de eventos tem tudo a ver com fotografia. O público não tem muitos cursos de fotografia. Vi que podia juntar as coisas. Já trabalhava cobrindo eventos com fotografia... para documentários desses eventos. Ví que este link tinha tudo a ver. Daí vi o edital e me interessei vislumbrando a Rodoviária... A rodoviária é o lugar mais plural de Brasília, que representa Brasília

Observou-se que, a maioria dos alunos, ficou sabendo sobre o projeto de extensão, por meio de seus colegas de classe. Alguns relataram que foi mediante ao convite do autor do projeto e outros por meio do comentário da professora coordenadora do projeto ao se referir ao mesmo.

Em relação à segunda pergunta, “**Com qual expectativa você entrou no projeto – A representação fotográfica, como reflexo do imaginário social dos centros urbanos-IFB, Brasília, DF, Brasil**”.

Anastácia: “Pra aprender, porque eu sempre gosto de aprender coisas novas ... e quando ele falou sobre fotografia eu pensei ... eu nunca ... nunca assim... entrei a fundo nisso e parece uma coisa legal pra praticar. Fui pra aprender mais ... pra isso mesmo.”

Solange: “Expectativa de aprender mais, né? ... ter um olhar mais crítico porque experiência é sempre bom em fotografia, ... porque o que vai na fotografia é o teu olhar quanto mais você treina, mais você vai saber tirar uma boa foto.”

Maria Eduarda: “Pra’ aprender. Eu não sabia o que era cotidiano. O João foi me ensinando a fotografar. Também não sabia e foi por isso eu entrei.”

Lua: “Primeiramente, eu entrei no projeto ‘pra’ aprender a tirar foto ... e também pra aprender o cotidiano da rodoviária. Eu não sou daqui de Brasília e daí eu não conhecia muita coisa ... e eu queria saber como era.”

Filósofo Vitorioso: “Entre com expectativa.. foi baixa, mas eu não gosto de criar muita expectativa. Foi nula... é foi nula”.

Antônia: “A minha expectativa era de conhecer as técnicas é de saber como é esse olhar pra poder fotografar.”

Sofia: “Bom, é isso... é uma coisa bem pessoal minha ... eu não gosto de criar tanta expectativa encima de alguma coisa, porque acaba sendo muito decepcionante, um pouco, apesar de que foi uma experiência muito boa e proveitosa estar esse tempo aqui com vocês, que são de outro curso diferente do meu. Faço licenciatura em dança e vocês são todos de eventos e foi uma grande troca, muito bom.”

Aquarela: “Então... de aprender a tirar fotos melhor ... que eu sempre tirei algumas

fotos de brincadeira, mas nada que eu pudesse falar: Nossa! Que lindo! (risos)... Que maravilhoso! (risos novamente) ... então foi nessa expectativa... e na expectativa também... que quando a professora mencionou, que o projeto seria na Rodoviária, eu pensei assim... em alguma muito melhor, num olhar diferente, eu quis entrar nessa, foi mais ou menos isso.”

Valentina: *“Acrescentar conhecimentos fotográficos, participar das oficinas e poder olhar com olhos diferentes algo cotidiano”.*

William: *Pelas oficinas. De aprender tirar fotografia. Já pensava em fazer um curso de fotografia, ... daí com a expectativa de aprender sobre fotografia.”*

João: *A expectativa era tentar trazer a Rodoviária, ... acho que é a coisa mais plural que tem em Brasília, o que mais representa Brasília é a Rodoviária mesmo, ... tem gente de todos os cantos do Brasil e até do mundo também ... todo lugar, tem um lugar que o representa ... por exemplo, Belém tem o ‘Ver-o-Peso’, o Rio de Janeiro tem o ‘Maracanã e o Carnaval’, agora o que mais representa Brasília é a Rodoviária mesmo ...*

Ficou evidenciado ao observar os relatos, que grande parte dos alunos, citou como expectativa para entrada no projeto, aprender a tirar fotografia. Ficou nítido que as oficinas práticas realizadas no projeto, viabilizando o aprendizado de como manusear a máquina fotográfica com técnica, foi um grande estímulo para os alunos aderirem ao projeto. Isto pode estar em consonância com os achados de De Souza et. al. (2011) que verificaram em seu estudo, que o uso do recurso didático de oficinas práticas, foi um chamariz e contribuiu de forma decisiva com o envolvimento e para que a equipe de trabalho e do projeto de extensão alcançasse seus objetivos. Os autores afirmaram que isto ocorre porque, desde o princípio, os participantes do projeto se sentem estimulados pelo fato de que estão participando efetivamente da construção de seu conhecimento, de sua especificidade.

Foi observado também que alguns alunos entraram com a expectativa de ganhar um melhor olhar fotográfico, aprender a focar, bem como conhecer sobre o cotidiano. Alguns disseram que gostariam de aprender sobre este olhar diferente. Neste aspecto faz-se pertinente colocar os enunciados de Ramalho e Oliveira (2015), “A fotografia é uma das mais “puras” e “sinceras” formas de expressão, e a partir dela podemos crescer e expandir nossos horizontes para vidas, paisagens, objetos e momentos que ficarão para sempre como uma galeria em nossas mentes e propiciarão articulação com outros saberes. A fotografia nas mais diversas relações intertextuais da ordem da sinestesia, podem ser adotados em processos educacionais, não exclusivamente no campo do ensino de arte, mas em todas as disciplinas do currículo escolar.”

Ao considerar a expectativa do autor do projeto, que captou com seu olhar mais apurado de fotógrafo profissional, o Espaço “Plural” da Rodoviária; é interessante refletir sobre a pluralidade também da fotografia. Ramalho e Oliveira (2015), preferiu que é preciso estar atento aos inúmeros tipos diferentes de fotografia que temos hoje em dia. De acordo ele, com o avanço da tecnologia digital, tanto no que se refere às próprias lentes e câmeras,

como ao modo de editar fotos e de disponibilizar o seu trabalho, tudo contribui para que esta linguagem visual esteja cada vez mais acessível. Tendo em vista que somos todos indivíduos que pensamos e agimos de maneiras diferentes, e que o mundo inteiro pode ver as coisas pelos olhos de um fotógrafo, a tomadas fotográficas diversas e as sinestésias que proporciona parecem uma ferramenta relevante para o contexto educacional. Podem desencadear novos olhares sobre o cotidiano, sobre o imaginário de cada ser humano.

Ao serem abordados com a pergunta **“Como você imaginava o cotidiano da Rodoviária do Plano Piloto antes do Projeto de Extensão?”**, as colocações foram variadas. Seus dizeres seguem abaixo:

Anastácia: *“Então... como eu sempre andei na Rodoviária, eu sou cotidiana... então quando ele falou: vamos para a Rodoviária? ... para mim foi um Espaço tranquilo, eu já conhecia aquele barco... então eu pensei! Então eu vou me filmar, eu vou me fotografar, eu faço parte daquilo, ... então não foi uma coisa assim: Ai, meu Deus! Eu já conheço aquilo, já tenho aquela participação. Vai ser muito simples, tranquilo, comum para mim. Um local bagunçado, cheio de pessoas normais como eu, também tem ali malocas, drogados, loucos, espertalhões. Este local de passagem para ir a algum lugar, pegar o ônibus ou metrô, eu conheço bem.”*

Solange: *“Eu já sabia mais ou menos, porque eu ando muito na Rodoviária, então eu sempre reparei no que acontecia ... já tinha um ponto de vista sobre a Rodoviária. Uma visão de um local cheio de desigualdades sociais. Um local cheio de pessoas diferentes. Via ali ações negativas da fiscalização impedindo pessoas com trabalho informais trabalharem, venderem suas coisas. Já vi muito coisa ruim na Rodoviária.”*

Maria Eduarda: *“Achava que o local era ruim, que tinha só bandidos, drogados, pessoas ruins.”*

Lua: *“Imaginava que fosse cheia de pessoas ... movimentada, mas não cultivei muitas expectativas.”*

Filósofo Vitorioso: *“Entrei com uma expectativa nula, mas isso foi bom... Antes quando ia dar um ‘rolê’ lá no centro da cidade, a rodoviária era só um lugar de passagem, de comer um pastel, de pegar o ônibus. Passava... quando precisava ficar um pouco sozinho, pensar, ... ia lá para o museu, espelho d’água... e só passava lá para pegar o ônibus.”*

Antônia: *“Eu passo muito pela Rodoviária e nunca parava para ver o que estava acontecendo de verdade. Seguia apressada. Era apenas, um passar por ali.”*

Sofia: *“Para mim, a Rodoviária era apenas um local de transição.”*

Aquarela: *“Então... eu sempre passei na Rodoviária, ... eu ficava observando as pessoas, toda vez que ia pegar ônibus... eu parava e ficava observando as pessoas, aquele vai e volta toda vez,... ficava reparando o cotidiano do local ... uma coisa muito bagunçada, mas também muito bonita de se vê ... um olhar diferente, eu olhava para lá e observava os detalhes e eu sempre gostei muuuito disso, e...e ... eu antes ficava pegando carro*

normalmente carro. De uns tempos para cá comecei a andar de ônibus novamente. Então eu gostava de ir para a Rodoviária exatamente para observar e ver algo que no dia a dia não se vê... e...e... é isso.

Valentina: “Eu vou a Rodoviária todos os dias. E, antes do projeto, via como um local comum. Como um caminho que tinha que passar.”

William: “Via com um olhar comum, onde as pessoas passavam para pegar ônibus, metrô. Um local com muita movimentação, mas bem simples.”

João: “Via o cotidiano com muita vida, mas pouca expectativa. Todo mundo passa muito rápido, para pegar ônibus e o metrô, para ir trabalhar. Via também como um lugar plural, cheio de esperança... Alguém que vai ali para bater uma foto para arrumar um documento, porque foi chamado para um emprego num Ministério e precisa tirar um Xerox; outros que trabalham ali mesmo e vive este cotidiano; outro que vai encontrar a namorada no ponto de ônibus, outro que vem e vai não sei para onde e porquê, ...outro que odeia aquilo ali, porque toda vez que passa ali, vê a AGEFIS arrojando alguém ... outro que veio e ficou nas drogas,... sem perspectiva nenhuma. Isso.”

Ao ponderar as colocações dos participantes do projeto sobre o seu olhar em relação à Rodoviária antes do projeto, foi possível verificar certa banalização do local, como um lugar comum, simples, de transição, de passagem, pela maioria dos alunos. Possivelmente, os olhares singulares dos alunos, que faziam o uso deste caminho em seus itinerários rotineiros, se acomodaram a ver a Rodoviária desta forma corriqueira. Estes achados corroboram com os dizeres dos autores Pais (2003) e Stecnela (2009) que disseram em seus estudos que “O que se passa no cotidiano é rotina, regularidade, normatividade e repetitividade.” e que “Ao significado de cotidiano é possível associar a ideia de presente, daquilo que acontece todos os dias e que implica rotina de repetição de ritualidades. A rotina pode viciar o olhar das pessoas.

Por outro lado foi possível verificar que alguns alunos observaram a Rodoviária de modo diferente antes do projeto, como um local plural, cheio de vida, de desigualdades sociais. Analisar o olhar multicultural destes alunos e a inquietação do autor Gardiner (2000), que aponta para o risco de reduzir-se a vida cotidiana e os sentidos que a partir dela se constroem a “um conjunto relativamente homogêneo e indiferenciado de atitudes, práticas e estruturas cognitivas” se faz relevante. E aqui se faz importante questionar: O que faz com que os olhares das pessoas sobre o cotidiano sejam tão diferenciados? Nesta mesma linha de pensamento de Gardiner (2000), afirma que o cotidiano tem uma história e que essa história tem uma íntima relação com a modernidade. Por esse caminho, propõe que se desenvolva um conhecimento crítico da vida cotidiana. Isso inclui reconhecer a dimensão ideológica do senso comum e os efeitos das assimetrias nas formas de percepção da realidade. As pessoas têm olhares diferentes ou podem ser direcionadas a ver de modo distinto.

Dando sequência as análises das entrevistas, ao serem estimulados a falar “**Como**

ficou seu olhar sobre o cotidiano da Rodoviária após o projeto de extensão?” foi perceptível a mudança de olhar dos participantes do projeto. Segue as transcrições literais dos vídeos:

Anastácia: *“Mudou em um sentido... a questão dos moradores de rua, porque antes, quando eu ia para a Rodoviária e pegava àquelas filas enormes, eles passavam e eu falava: Gente! Tá pedindo dinheiro para comprar droga, para comprar bebida; e depois que eu fui conversar com com “aquelas famílias, meses atrás, que eu julgava loucas, drogadas, bêbadas,... agora eu percebo que não era o que eu pensava, julgava ... elas só não têm dinheiro para sustentar uma casa, não tem emprego, mas a maioria delas não tem contato com esta vida: então ... mudou em mim mesma, o meu olhar em relação a essas pessoas. Hoje, eu as vejo, eu falo: ela é uma mãe, ele é um pai, ela é uma criança dessa mãe, ela é uma avó. Eu não falo mais ... eles são drogados. Para mim eles são uma família e isso mudou para mim. É importante para mim esta mudança. Mudou neste aspecto.”*

Solange: *“Meu olhar ficou mais clínico ainda, olhando os erros e desigualdades gritantes do lugar. Vejo ali muito descaso dos governantes com o povo em geral. Eu já tinha esta visão, como falei, de olhar e saber o que estava acontecendo. Tem muita gente ali, muita desigualdade social, tem muita coisa ruim que acontece lá ... igual ... eles pegam os vendedores, que eu não acho isto certo, ... que as pessoas estão comprando as coisas e vendendo. Não estão roubando, não estão fazendo nada de errado.. Então, ... eu passei a ver mais ainda, este lado. Desta desigualdade social mesmo.”*

Maria Eduarda: *“Foi ... agora para mim é completamente diferente com relação às pessoas. Eu não penso como pensava delas antes... Agora vejo como famílias que estão lá lutando por suas sobrevivências, para satisfazer suas necessidade, trabalhando para sustentar suas famílias, suas vidas.”*

Lua: *“Depois do projeto percebi que a Rodoviária é um local de grande diversidade de pessoas. São pessoas muito diferentes e... e... agregou muito. Mudou o meu olhar sobre o cotidiano deste local.”*

Filósofo Vitorioso: *“Depois do projeto me surpreendi com este local e com tudo que vivi dentro dele. Hoje, vejo este lugar como um ambiente de lazer, cheio de diversidade, muitos artistas, um local quase completo de imaginário. Faltam algumas coisas na sua estrutura física para ficar completo”.*

Antônia: *“Tirar um momento para fotografar aquele local desenvolveu em mim a atenção. Saí desta experiência com um olhar mais apurado para os diferentes personagens da vida. Cada um tão diferente, mas ao mesmo tempo tão parecido. Todos buscando suas sobrevivências. Todos com uma história própria, mas seres humanos. Estou processando tudo isto ainda... agora estou na fila e já me pego observando, atenta a algo... sempre tem alguma coisa que me faz pensar diferente... entende?”*

Sofia: *“Para mim ‘o local de transição’ de antes do projeto, virou uma transição de vida. Ver histórias de pessoas que passam, trabalham, ... que são despercebidas,*

transeuntes, conhecidas e, desconhecidas ao mesmo tempo... mudou a mim mesma. Meu olhar ficou detalhista, inquieto, profundo, aguçado". É um lugar que é tão de desvalorizado e milhares de pessoa passam ali, tão despercebido, mas ao mesmo tempo tão comum, é uma coisa, ... comum e complicado, as pessoas são desconhecidas e conhecidas indo e vindo ao mesmo tempo. Mudou os detalhes."

Aquarela: *Não mudou muito, pois sempre reparei nos detalhes quando passava por lá, mas acrescentou bastante na questão de olhar para as pessoas com compaixão... que a gente viu histórias incríveis ali na Rodoviária, de ter uma outra visão, assim, de... de... perceber... eu sempre falava para as pessoas que eu vejo a Rodoviária como um mundo, que lá tem de tudo, e com este projeto eu percebi que a Rodoviária é o 'coração de Brasília', onde pulsam diferentes clamores... que todo mundo em algum momento passa por ali ... então, é uma coisa ... é incrível ... é muito bonito."*

Valentina: *"Vendo as mesmas coisas, mas o olhar se tornou mais atento, criativo, encantador... Multifocal".*

William: *"Meu olhar ficou mais atento aos gestos, a um olhar, a algum acontecimento, aos detalhes... 'hum'..."*

João: *"Fiquei mais encantado ainda, pensando que depois do projeto é preciso conversar. É necessário criar algo a altura da Rodoviária, tem que ter mais vida, tem que ser ocupado culturalmente, para o bem estar daqueles que por ali transitam, ... ali tem que ser um espaço mais democrático. O sapateiro trabalha ali há quarenta anos, ele vê de tudo ali, ele conhece tudo e tem muita reclamação. Realmente me apaixonei por este espaço!"*

Na análise dos vídeos e suas transcrições foi possível observar a mudança de comportamento dos alunos com relação ao local, bem como a mudança de seus olhares sobre o cotidiano da Rodoviária. Ao conviverem com as pessoas, com os diversos personagens sociais, com as histórias de tantas e diferentes pessoas; foi perceptível a alegria dos alunos com esta interação. Faz-se necessário relatar como ouvinte/observador destes vídeos, que pela expressão se suas faces, pela entonação de suas vozes, pela alegria com que relataram suas idas e vindas para a realização das oficinas fotográficas na Rodoviária, que passaram por uma transição em suas personalidades. Agregaram uma percepção sobre a realidade social, sobre os nichos da sociedade, voltaram com um foco multifacetado de vida. Desta forma é fundamental corroborar com os autores Gardiner (2000) e Pais (2003a) quando afirmaram que os panoramas de abordagens sobre o cotidiano mostram diferentes perspectivas teóricas a partir das quais essa dimensão pode ser apreendida por meio do diálogo e interação com diferentes teorias e nichos sociais. Foi possível observar que o olhar sobre o cotidiano pode ser estimulado, estudado e também apreendido.

É crucial diante da análise, quanto à mudança do olhar dos alunos do projeto, após as oficinas práticas no Cenário da Rodoviária, aderir a Ramalho e Oliveira (2015) que chamou a atenção para o fato de que tudo começa no silêncio do olhar, com o destinatário

diante de uma foto, a qual encerra tudo que ela pode te passar - algo além do mundo físico. A arte da fotografia pode tanto nos mostrar a nossa própria realidade quanto a de outros povos, culturas, sociedades distantes. Como o conhecimento de outras linguagens, tal qual a literatura, o teatro e outros sistemas estéticos, quanto mais referências linguísticas estiverem presentes nos processos educacionais, melhor para aprimorar e expandir o conhecimento.

Segue abaixo as transcrições quanto ao quesito: “ **Como o projeto contribuiu para sua formação profissional e para sua vida? O que mais aproveitou no projeto?** ”

Anastácia: “A questão de pegar numa câmera e aprender a manusear. Isto tem importância para mim. Não tanto profissional. Em certa instância, um pouco profissional, pois fotografia dá um certo dinheiro, mas tem uma relação para mim, de ver quão maravilhoso é ... você captar um momento com uma câmera, naquele momento. É importante para mim! Ficou claro para mim. Mudou minha perspectiva, ... a perspectiva que eu tinha de fotografia, ficou completamente diferente .”

Solange: “Eu aproveitei bastante a experiência de estar em grupo. Vários fotógrafos, porque eu já trabalho com fotografia ... eu já tinha uma experiência com fotografia, mas nunca tinha participado de projeto cultural, e isso foi muito enriquecedor. Abriu um outro leque de visão.”

Maria Eduarda: “Foi o aprendizado mesmo de manusear a câmera e ir lá, de fotografar, conhecer e como experiência profissional... tem como no Conecta, ficar lá sentada observando as pessoas na Mostra fotográfica, chamando as pessoas, conversando com elas, ...porque eu era muito tímida e agora eu estou aprendendo mais a começar por tudo”.

Lua: “Aproveitei as aulas, o treinamento das técnicas fotográficas nas oficinas. Aprendi a fotografar e ... agora mesmo vou fotografar o aniversário da minha prima e ... isso me ajudou muito profissionalmente.”

Filósofo Vitorioso: “ Após totalmente diferente. Antes tinha visão de passagem, agora é quase que completa. Sai outra pessoa do projeto, né?... falta algo ainda... quase completo.”

Antônia: “O projeto desencadeou uma vontade mais forte de se tornar um fotógrafo. Explorar este olhar tão diferenciado do fotógrafo que pode ser um agente social.”Que mais? ... sim, mudou o olhar, a ter mais percepção das coisas, a ter um olhar mais profissional. Eu queria fazer um curso de fotografia... agora me interessa mais ainda.”

Sofia: “Estou no sétimo semestre de Literatura em Dança e essa movimentação das pessoas, os gestos, os pequenos detalhes, os personagens ilustres da Rodoviária . Isso me chamou muita atenção e mudou meu olhar como profissional... assim, de olhar os detalhes de quem você é e não só de vamos fazer tal coisa, vamos executar tal passo. É e eu penso agora nas histórias , o caminho que você tem, não só o que você tem de qualidades específicas para minha área, mas os detalhes que você tem a sua história, a sua vida.”

Aquarela: “ Então... eu aproveitei de tudo no projeto, a experiência com as pessoas,

com o grupo... que foi muita gente. A professora, de olhar para a Rodoviária com um novo olhar, de perceber as pessoas que estão ali ... que a gente passa normalmente na correria e não percebe quem tá ali ao nosso lado, para receber uma ajuda.. Então... eu acho que isso a gente tem que levar para a nossa vida, o que a gente aprendeu lá, nos pequenos detalhes, com as coisa que estava bem na nossa cara e a gente agora conseguiu enxergar... então isso a gente tem que levar para o resto (frisou a palavra) das nossas vidas.”

Valentina: “Aproveitei o curso de fotografia e manusear a câmera com técnica.”

William: “Na questão da exposição, onde as pessoas olhavam e tinham a percepção da Rodoviária, onde eu pude abrir os olhos dessas pessoas que olhavam... Para minha vida levo que a Rodoviária é muito mais do que pensava... onde há diversidade de pessoas... hum... que eu conseguia ver. Hoje em dia, tenho vontade de participar de outros cursos de fotografia e fazer parte de experiências maiores com relação à fotografia, documentários... é... eventos maiores neste sentido.”

João: “Tive uma experiência muito boa, além de fotografar, o de gravar, aprendi sobre a importância do áudio na gravação... também de estar ali, fazer o melhor que a gente pode com um bom equipamento e ... ficou ainda muitos ruídos, então o negócio do microfone é muito importante ... e o olhar ali... o olhar ali é muito importante para o fotógrafo, para ele registrar , porque são vários ângulos, procurar encaixar algo que o identifique é muito importante, fiquei feliz com os resultados.

Avaliar as respostas deste quesito, foi como mensurar a qualidade das oficinas, do processo ensino-aprendizado que busca resultados, do projeto como um todo. As narrativas dos alunos mostraram satisfação com o projeto, o quanto e o como o projeto contribuiu para suas vidas. Este contentamento com projetos de extensão envolvendo fotografia já foi encontrado por outros autores (SCHEIDEMANTEL, KLEIN e TEIXEIRA, 2004; RODRIGUES et. al, 2013), e coloca a fotografia como um excelente recurso didático para suscitar crescimento, em diferentes aspectos no processo educacional.

Em seus pronunciamentos quanto ao assunto **“O projeto abriu novos horizontes para você? Em caso positivo. Quais? Ou Em caso negativos. O que faltou?”**. Segue abaixo seus relatos:

Anastácia: “Sim. (Entonação forte). Acabei de ganhar um ‘Hobby’ maravilhoso ... por conta deste projeto. Não houve ponto negativo, Graças a Deus! Foi tudo aprendido e alegria. Valeu demais!

Solange: “Sim. Vários. Várias experiências .. além de melhorar o olhar .. ficou mais clínico. Melhorou bastante com a interação com o grupo. Não houve nenhum ponto negativo.”

Maria Eduarda: “Sim agora eu tenho um novo olhar”.

Lua: “Abriu novos horizontes profissionais. Com certeza.”

Filósofo Vitorioso: “Saí outra pessoa mesmo deste projeto ... aproveitei mesmo, foi uma questão da técnica... eu nunca tive noção de fotografia, de filmagem de estar presente

num 'set' ... Então foi minha experiência com isto... então espero que seja o primeiro passo de muitos que eu vou dar neste segmento. Para minha vida levo a história de todas as pessoas né? ... das dificuldades, das coisas que a gente vê, então... para minha vida levo esta sensibilidade que o projeto me trouxe, né? ... uma cosmovisão diferente do local e das pessoas, né?, ... porque tipo... cada pessoa tinha uma forma de olhar para você. Um que olhavam e achavam que a gente era importante, outras confundiam a gente com a AGEFIS (Agência de Fiscalização), então eu levo assim, ... saio do projeto completamente diferente, tipo... uma pessoa mais aberta ... Com certeza saio mais aberto no segmento áudio visual, social, em todas estas vertentes o projeto me mexeu comigo ... eu me envolvi muito e foi maravilhoso. Eu espero que o coletivo continue com quem quer continuar, com superação, com esforço, com as pessoas que queiram se doar de verdade, "dar o seu 'bacon', com mudanças positivas. Faltou produto final no documentário... pelo tanto que dedicamos merecíamos mais... faltou técnica adequada e equipamento para o documentário."

Antônia: "Melhorou meu olhar, humanizou."

Sofia: "Sim, nesta perspectiva de um novo olhar. Pontos positivos de perceber que eu estou muito só na minha área eu peguei esta experiência para minha vida, muito para minha área, de não ficar presa nestas caixinhas, de ter expansão fora também. Ponto negativo... faltou um pouco de empenho meu."

Aquarela: "Com certeza, melhorou minha técnica fotográfica, meu olhar sobre o cotidiano, sobre os fatores sociais, me deixou mais analítica ... e ... e deu vontade de participar de outros ensaios neste assunto... foi muito positivo ... em muitos aspectos, ... aprendi fotos melhores, a convivência com os amigos, de perceber a dificuldade do outro, de perceber histórias incríveis que tinham ali no momento que estávamos gravando os vídeos, tirando fotos ... não só de ir ali para tirar fotos, mas de perceber o que a pessoa vai te dar de informação ... para você carregar por toda nossa vida. Escutei histórias incríveis, que vou levar por toda minha vida ... Tudo... tudo foi conhecimento. Não houve nada ... que possa dizer que foi negativo."

Valentina: "Hoje, eu me vejo muito na fotografia... algo encantador. O olhar mudou para melhor... mais perspicaz... (risos)."

William: "Sim de estímulo... é ... hoje em dia, tenho vontade de participar de outros cursos de fotografia e fazer parte de experiências maiores com relação a fotografia, documentários...é... eventos maiores neste sentido, dar continuidade... de continuar. Acho que este projeto vai render muito mais. Saímos do simples oficina e conseguimos fazer uma exposição, num evento grande e ser elogiado por um projeto que a gente realizou."

João: Sim, muito, melhorou o olhar,... as fotos que fiz lá me deixou encantado ... porque eu vi o reflexo do imaginário de cada um ... sempre qualquer aprendizado aperfeiçoa o fotógrafo, melhora a técnica... alarga os horizontes e colabora profissionalmente ... agora ... o ponto negativo que vi ali foi acho que ... não nosso, mas com relação ao abandono do Estado com aquele Espaço". Um espaço que pode ser muito utilizado de modo bastante

democrático e diversificado, gerando benefícios,... cultura, ... bem estar para quem o utiliza ou passa por ali.

Ficou evidente que projeto de extensão colaborou para desenvolver um olhar mais humanizado nos alunos. É inegável que cidadãos mais humanizados têm um maior engajamento social e tornam-se mais reflexivos, atuantes e conscientes quanto às falhas do Estado. Desta forma, serão mais efetivos nas reivindicações de seus direitos, da necessidade de conservação e cuidado dos bens públicos pelos governantes e população. Isto conduz a uma democracia verdadeira. Estes achados confirma os dizeres de Ramalho e Oliveira (2015), que viu na fotografia uma forma de expansão de novos horizontes para vidas, podendo propiciar articulação com outros saberes.

No quesito, “Qual imagem o projeto deixou em você? Defina a experiência vivida no projeto com uma única palavra: Segue as transcrições:

Anastácia: “ Experiência.”

Solange: “Experiência mesmo ... a palavra é: Aprendizado”

Maria Eduarda: “Satisfação.”

Lua: “Ah! ... Contemplação.”

Filósofo Vitorioso: “Estou em dúvida entre aprendizado e superação, mas eu colocaria ‘aprendizado’.”

Antônia: “Satisfação.”

Sofia: “Uma só palavra, ... Hum!!! ... bem difícil, ... talvez ... ‘Percepção’.

Aquarela: “Encanto.”

Valentina: “Encantador.

William: “(O aluno pensa)... Despertar?... Despertar da curiosidade? ... é ... **DESPERTAR** (O aluno pronunciou a palavra em sílabas separadas, pausadamente).”

João: “Encantamento.”

Na análise dos dois quesitos anteriores, faz-se pertinente uma releitura de ambos, das declarações acima citadas. Elas são auto indutivas. Não precisam ser interpretadas, mas sentidas. Cabe aqui uma reflexão sobre o papel de cada um no processo educacional. O estímulo de quem coordena é impulsionar e dar alternativas. A adesão, o ‘abraçar a causa para obter bons resultados’ é de cada um dos membros participantes, mas o sucesso e ganho de qualquer projeto comunitário/ social (finalidade dos projetos de extensão extramuros) será coletivo.

E finalmente, quando foram abordados com o estímulo “**Agora deixamos a palavra para você falar e completar o que quiser em relação ao projeto**”. Segue seus discursos:

Anastácia: “Experiência para a vida, porque a gente tá ali, ... experimenta aquilo ali, reconhece de uma outra forma, aquilo muda você e se você muda ... você consegue mudar várias coisas. Este projeto tem esta capacidade. A gente teve problema, mas a gente estava sempre ali ... ganhando aquela experiência e aquele trabalho ... e ... vencemos! É incrível!

(pronunciou entusiasta), é a marca que ele deixa ... é isto, é a experiência de ter, aprender e vencer as coisas ... mesmo todo mundo dizendo que não vai dar certo ... para provar que as pessoas estão erradas.”

Solange: *“Eu fiquei muito feliz em participar do projeto. O projeto me ajudou muito, como eu falei ... e é isto.”*

Maria Eduarda: *“O projeto para mim foi muito gratificante, conheci muitas pessoas, aprendi com as pessoas da Rodoviária, que moram lá. A experiência delas mexeu muito comigo. Espero que o projeto vai para frente, que tenha continuidade, para não só eu aprender, mais outras pessoas também (aluna deu um largo sorriso)”.*

Lua: *“O projeto foi muito bom. Aprendi muitas coisas. Conheci muitas pessoas, histórias ... só isto.”*

Filósofo Vitorioso: *“Eu espero que o coletivo continue, mas continue com quem quer continuar, porque é um trabalho que exige superação. A gente ia gravar lá sem almoçar, tinha um esforço. Fazer uma seletiva com quem se doar e que venha mudanças para melhor.”*

Antônia: *“O projeto me fez muito bem. Tinha muita vontade de aprender a fotografar. Ele me desenvolveu, fortaleceu ainda mais a vontade de persistir no ramo da fotografia.”*

Sofia: *“Aí! Acabou?... (Risada)... não sei foi uma experiência muito boa estar aqui com você ... esta troca que tive durante este tempo... é isso gostei muito de estar aqui.”*

Aquarela: *“Então ... eu tenho muito a agradecer as pessoas que estavam lá, com a gente, que foram, que participaram, à professora pela iniciativa de começar este projeto, e... e... esta questão de valorizar, porque cada pessoa que passar ali, pode valorizar o outro, o que está do lado dele, porque às vezes a gente não dá a mínima importância para quem está ali com a gente, passando do nosso lado, é ... é ... ‘enxergar além do que se vê’. É como as pessoas costumam falar (A aluna deu um grande sorriso).”*

Valentina: *“Foi um projeto que eu não esperava, caiu na minha vida. Abriu oportunidades, eu aproveitei. Gostei da experiência com as pessoas e a fotografia mesmo.”*

William: *“Com este projeto a gente aprendeu a focar numa câmera e de focar uma câmera conseguimos fazer com que as pessoas focassem a realidade de uma coisa que elas não enxergavam. Elas focavam... olhavam, mas não enxergavam o que estava por trás da realidade ou imagem. Houve um foco de detalhes... Isso... é isso.”*

João: *“Acho que as perguntas do seu questionário, da sua entrevista, foi muito completa, me conduziu, me deu condição de expressar tudo que pensei e penso do projeto, ela foi muito bem bolado, ... então só completando, eu acho que isto, o que já foi realizado, é um passo para muitas coisas. Na torcida, para que ele continue e bem.”*

É importante, neste momento, referir Sousa (2000), que salientou a importância social da universidade como colaboradora ativa para diminuição das grandes mazelas sociais. A Academia pode e deve ter ação participativa na vida comunitária. É possível, planejar e executar atividades de extensão respeitando e não violando os valores e cultura

dessas comunidades. Os benefícios são expressivos para os alunos ao conhecerem a realidade da comunidade. Este intercâmbio facilita a integração ensino-pesquisa-extensão. Fornece ao universitário uma maior contextualização do meio em que vive. Desencadeia nos estudantes um olhar mais sensível para causas sociais mais amplas. Ao analisar o todo do presente estudo, foi perceptível a mudança de olhar dos alunos participantes, a condução de seus pensamentos para as causas sociais. Ficou claro o papel do projeto de extensão e da fotografia como grandes coadjuvantes de integração do acadêmico com a comunidade. Ambos podem ser utilizados como metodologias ativas para conectar áreas distintas da ciência, fortalecer a interdisciplinaridade e suscitar no aluno mudança de olhar.

5 | CONCLUSÃO

O presente relato expôs uma experiência que mostrou que a tríade - ensino, pesquisa e extensão - pode ser um excelente recurso didático e produzir resultados significativos. Pela análise das transcrições dos relatos dos alunos participantes do projeto, conclui-se que o projeto de extensão - “A representação fotográfica como reflexo do imaginário social dos centros urbanos.” foi efetivo para a mudança de olhar dos alunos quanto o imaginário social dos centros urbanos.

Como considerações finais, é fundamental deixar o fechamento do próprio grupo participante (alunos e coordenadora do projeto). Em suas considerações sobre a experiência vivida e a respeito do trabalho realizado, cada aluno trouxe seu sentimento, seu olhar sobre tudo que abstraíram do projeto. Chegaram à conclusão que, por meio de uma pequena intervenção universitária, do ensinamento de uma técnica de manusear uma máquina fotográfica aliada à observação de um espaço público, suscitou nos alunos e coordenadora a importância que tem o olhar sobre o cotidiano e um registro por meio de imagens.

Este registro imagético dos momentos, da essência, de um olhar mais apurado, diz, de maneira significativa sobre os momentos de um local, dos que ali trabalham ou passam, da cultura de um povo, de como esse povo vive, de uma cidade, entre outros aspectos. Com certeza o registro fotográfico, congela o tempo e perpassa para o futuro. Também refletiram sobre este momento, com o máximo e o mínimo de seus sentimentos. Ponderaram sobre as pessoas que passam, sobre quem fotografa, com a intenção de deixar este processo para o futuro, desencadeando e acentuando o olhar social sobre o cotidiano social. Comentaram que as novas tecnologias, a internet, o armazenamento em nuvem, possibilita registros mais efetivos, permitindo ao fotógrafo congelar o tempo e possibilitar documentação para as gerações futuras.

De acordo com os participantes deste belo projeto, para o “Coletivo Fora do foco” ficou algo de “coletividade” mesmo, para cada um deles e para o Instituto Federal de Brasília (IFB). O projeto e sua vanguarda podem ser passados para outros alunos, outras pessoas,

desencadeando outros projetos, com diferentes olhares. Neste momento, foi a Rodoviária, em outra ação; pode ser um olhar sobre o transporte público, sobre a alimentação fora de casa, ou ainda a respeito da qualidade de ensino, sobre eventos e ocupação dos espaços públicos de lazer; enfim, uma infinidade de olhares pode ser fotografada, filmada e documentada.

Evidenciar e destacar o lado social traz democratização do saber e pode desencadear uma visão mais ampla de vários personagens de qualquer processo sócio, econômico e cultural de uma civilização. Como uma árvore muito grande, cheia de galhos e ramos (vertentes), o projeto abriu sua copa para que muitos outros frutos sejam produzidos, com vistas à inclusão de mais pessoas e olhares para participar deste coletivo, fomentados com grandes mostras fotográficas e expressivos documentários.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. "Pequena história da fotografia". In: _____. Obras escolhidas. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL, L. K. Tempos modernos: fotografia e imaginário social, *Historiæ*, v. 2, n. 1, p. 37-48, 2011.

CARTIER-BRESSON, H. O Imaginário segundo a natureza. Trad. Renato Aguiar. 1ª edição, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004.

CARVALHO, V.C; LIMA, S. F.; CARVALHO, M.C.R.; RODRIGUES, T. F. Fotografia e História: ensaio bibliográfico. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.2, p. 253-300 jan./dez. 1994.

CIAVATTA F. M. *O mundo do trabalho em imagens - A fotografia como fonte histórica (1900-1930)*. Rio de Janeiro: DP & A / FAPERJ, 2002.

COUTINHO, M. C.; OLIVEIRA, F.; SATOB, L. Olhar o cotidiano: percursos para uma psicologia social do trabalho. *Psicologia USP*. v. 27, n. 2, p. 289-295, 2016.

DE SOUZA, A. C.; LOPES, G. S. C.; PIERE, R.; MASTELLA, M. A.; SANTOS, A. P. S.; LUCA, J. P. Extensão universitária: capacitação empreendedora de jovens e adolescentes para a geração de trabalho e renda em uma instituição do terceiro setor. *XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul/ II Congresso Internacional IGLU "Gestão Universitária, Cooperação Internacional, Compromisso Social", Florianópolis, 7 a 9 de dezembro de 2011*. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/32862/8.11.pdf?sequence=1>, acesso em 9 de outubro de 2017, às 16:05 h.

DUBOIS, P. O ato fotográfico e outros ensaios. 3. ed. Campinas, São Paulo: Prós, 1999.

ENTLER, R. A fotografia e as representações do tempo. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 14, p. 29-46, dez. 2007.

GARDINER, M. E. (2000). *Critiques of everyday life*. Londres, UK: Routledge.

KAWAKAMI, T.T.; VEIGA, A. I. M. Popularização da fotografia e seus efeitos: Um estudo sobre o a disseminação da fotografia na sociedade contemporânea e suas consequências para os fotógrafos e suas produções. *Projética Revista Científica de Design*, v. 3 n.1, Julho, 2012.

KOSSOY, B. Origens e expansão da fotografia no Brasil: século XIX. 1ª ed., Rio Janeiro: Editora Funarte, 1980.

KOSSOY, B. Fotografia & história. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

KOSSOY, B. Realidades e ficções na trama fotográfica. 4ª ed., São Paulo, Cotia: Ateliê Editorial, 2009, 152p.

MENDONÇA; S.G.L.; SILVA, V.P. “Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública.” In CALDERÓN, A.I. e SAMPAIO, H. (orgs) Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras. São Paulo: Olho d’água, 2002, p. 29-44.

MONTEIRO, Rosana Honório. Arte e ciência: um estudo em torno da descoberta da fotografia no Brasil. *Estudos Históricos*, n. 34, 2004.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 28, 2003.

_____. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003a.

RAMALHO e OLIVEIRA, S.R.RE; BECHTOLD, L. P. Sinestesia a partir do olhar. *25º Seminário de Iniciação Científica (25 SIC UDESC)*, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2015. Disponível em: http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2256/56.pdf, acesso em 09 de outubro de 2017, às 16:35.

RAMOS, M. M. Fotografia e arte: demarcando fronteiras, *Contemporânea*, n. 12, p. 129-142, 2009.

RODRIGUEZ, A.; CRUZ, A. C. D.; ARAGÃO, C. O. M.; MELÍCIO, T. Olhares sobre a favela: intervenção junto à Escola de Fotógrafos Populares da Maré. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, v.15, n. 3, p. 107-107. São Paulo, SP, set.-dez. 2013.

ROUILLÉ, A. A fotografia: entre documento e arte contemporânea. 1ª ed., São Paulo: Editora Senac, 2009.

SCHEIDEMANTEL, S. E.; KLEIN, R.; TEIXEIRA, L. I. A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Direitos/Direitos5.pdf>, acesso em 09 de outubro, de 2017.

SOUSA, A. L. L. A história da extensão universitária. 1ª. ed. , Campinas: Editora Alínea, 2000. 138 p.

STECNELA, N. O cotidiano como fonte de pesquisa nas ciências sociais. *Conjectura* , v. 14, n. 1, jan./maio, p. 63- 75, 2009.

TENÓRIO, G. S. Ao desocupado em cima da ponte. Brasília, arquitetura e vida pública. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2012. 377p, disponível em: http://fredericodeholanda.com.br/orientacoes/doutorado/2012_TenorioGabriela_ao_desocupado_em_cima_da_ponte.pdf, acesso em 30 de setembro de 2017.

ZAMORA, M. H. (2004). Raízes e asas da psicologia comunitária. In J. Vilhena (Org.). A clínica na universidade. *Teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora PUC- RIO Loyolla, 2004.

TRANSPORTE ALTERNATIVO NO RIO DE JANEIRO: UMA ESTRATÉGIA DE CONTORNAMENTO TERRITORIAL

Data de aceite: 01/03/2022

Leonardo Oliveira Muniz da Silva

UFRJ, Programa de Engenharia Urbana
Rio de Janeiro - RJ

Giovani Manso Ávila

UFRJ, Programa de Engenharia Urbana
Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: Este artigo objetiva demonstrar como o transporte alternativo operado por mototáxi pode ser considerado, além de um mecanismo de mobilidade, uma estratégia de “contornamento territorial”, no caso das comunidades da cidade do Rio de Janeiro. A metodologia baseia-se na fundamentação teórica sobre a “cidade contemporânea i-mobilizada” e na aplicação de entrevistas não estruturadas a usuários dos mototáxis e vans e aos mototaxistas no/ do bairro Bangu, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Os resultados apontam para denominadores comuns entre o fenômeno atual e sua “primeira onda”, na década de 1990, no Estado do Ceará, mas com um novo aspecto, agora ligado à superação da dialética mobilidade-imobilidade causada pelas medidas de contenção das “forças de segurança” na cidade. Conclui-se que os mototáxis, assim, fazem-se fundamentais tanto para a integração entre áreas formais e informais, como para a preservação da vida dos moradores de territórios segregados.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade i-mobilizada. Contornamento territorial. Mototáxi.

ALTERNATIVE TRANSPORTATION IN RIO DE JANEIRO: A STRATEGY OF TERRITORIAL “*CONTOURNEMENT*”

ABSTRACT: This article aims to demonstrate how the alternative transport operated by moto taxis can be considered, besides a mobility mechanism, a strategy of territorial “*contournement*”, in the case of the communities of the city of Rio de Janeiro. The methodology is based on the theoretical grounding on the “i-mobilized contemporary city” and on the application of unstructured interviews to motorcycle and taxi users and (motorcycle) taxi drivers in the Bangu neighborhood, in the west zone of Rio de Janeiro. The results point to common denominators between the current phenomenon and its “first wave”, in the 1990s, in the state of Ceará, but with a new aspect, now linked to the overcoming of the mobility-immobility dialectic caused by the containment measures of the “security forces” in the city. It concludes that moto taxis are thus fundamental both for the integration between formal and informal areas, as well as for the preservation of the lives of residents of segregated territories.

KEYWORDS: I-mobilized city. Territorial “*contournement*”. Moto taxi.

1 | INTRODUÇÃO

Na cidade do Rio de Janeiro, ainda que não exclusivamente, uma tática ou estratégia adotada pelas polícias para a execução de medidas tidas como de segurança, em repressão à criminalidade violenta, é a chamada contenção, ou fechamento, territorial

(HAESBAERT, 2012). Praticada sob diversas formas, como veremos, seu objetivo central é imobilizar um determinado recorte espacial, tido como sendo, momentaneamente ou não, da criminalidade associada ao narcotráfico de varejo, para que haja rendições e apreensões de pessoas e produtos, segundo as polícias, relacionados a esta atividade em uma escala micro local.

Com “micro ações”, as operações policiais passam a ser rotineiras, buscando um desgaste das quadrilhas, o que, por outro lado, enclausura uma população, normalmente de baixa renda, cotidianamente, através da projeção “temporário-permanente” da imobilização para o controle do território. Neste contexto, o presente artigo busca, como objetivo específico, notar e investigar as iniciativas de contornamento das populações mais afetadas pelas contenções e risco à morte violenta para que se amplie o debate das possibilidades de saída e trânsito transterritoriais. Sua relevância reside no novo modo de ver o transporte alternativo (ou complementar) urbano - ligado à proteção dos usuários de transporte público em escala macro - que dá vida à cidade a partir dos movimentos pendulares e do aproveitamento de espaços públicos para lazer, onde os veículos “fazem ponto”.

Como base conceitual, será explorado o trabalho de COELHO (1997), que identifica, em seu contexto originário (Cratêus e Sobral, Ceará, Nordeste brasileiro, 1995), o uso de mototáxis para solução de problemas similares de mobilidade: busca de recursos que dão funcionalidade às cidades de porte médio com necessidades de circulação para garantia de trabalho. Porém, em termos de segurança, trata apenas daquela de tráfego (vulnerabilidade a acidentes), pois sua motivação foi a notação de deficiência no sistema rodoviário de transportes e de eficiência das iniciativas populares para suprimir engarrafamentos e maiores gastos financeiros com circulação.

Buscou-se, por este fator, investigar o uso de mototáxis, e também vans, nos dias atuais, porém, em uma metrópole nacional com grandes problemas de segurança pública, devido à nova “onda” ou “boom” desta modalidade de transporte para o então chamado “contornamento territorial”.

O presente estudo embasar-se-á, assim, nos autores supracitados e em um estudo primário de percepção dos usuários para confirmar, ou não, a seguinte hipótese: o transporte alternativo ou complementar do Rio de Janeiro, nas áreas segregadas e de violência urbana e institucional, configura uma estratégia de contornamento territorial das populações integrando os fragmentos da cidade e dando forma a seu organicismo e sistema-total, além de proteção às suas vidas.

Com base nisto, espera-se incentivar uma ampliação dos campos da pesquisa e da política urbana no pensar mobilidade, transportes e redes de serviços e infraestruturas das cidades em sentido integrado - no presente caso, com a segurança. Além de promover um debate que permite explorar novas formas ou iniciativas inclusive auto administradas para a garantia de direito à cidade.

2 I CONTENÇÕES TEMPORÁRIA, PERMANENTE, SIMBÓLICA E “HISTÓRICA”

Como já mencionado, a contenção é uma forma de cerceamento da circulação como tática de controle do território (HAESBAERT, 2012). Depois de dois anos de levantamento diário de informações sobre os fechamentos territoriais por parte do grupo de pesquisas coordenado pelo geógrafo Rogério Haesbaert (Prof. Dr. da Universidade Federal Fluminense), foi elaborada uma tipologia de fechamentos devido à diferenciação percebida de intensidades da dialética mobilidade-imobilidade por motivos de violência urbana, coerção ou autoproteção (op. cit.). Assim, o autor constata três diferentes estratégias de contenção territorial, no Rio de Janeiro: a temporária (i), a permanente (ii) e a simbólica (iii); e, acrescentamos, pode-se falar em um quarto tipo: a contenção histórica (iv).

(i) “Reconhece-se, por exemplo, que uma das estratégias mais comuns (ou táticas, dependendo da projeção da ação, tanto em termos de concepção quanto de desdobramentos) é a que envolve o fechamento de vias de grande circulação, desde ruas, rodovias, até mesmo, algumas vezes, ferrovias (os ‘trens de subúrbio’, no caso do Rio de Janeiro) (op. cit.). Um caso emblemático pode ser verificado na Figura 1. Trata-se da Avenida Brasil, uma via de grande circulação casa-trabalho-casa, o dinamismo diário que alimenta a vida urbana (utilitarista) tendo o transporte urbano coletivo como central para o deslocamento de pessoas, trabalho e capital, paralisada por tanques do exército em missão “pacificadora” no conjunto de favelas da Maré.



Figura 1. Militares fecham a Avenida Brasil durante tiroteio.

Fonte: UOL (shorturl.at/lpADH).

Como sugere o título da matéria, trata-se de um fechamento temporário, “durante o tiroteio”, mas que, “de qualquer forma, pela simples verificação da intensidade no número de ocorrências já demonstra que aquilo que poderia ser visto simplesmente como ocasional ou temporário, acaba por se tornar ‘permanente’, no sentido da ‘normalidade’ de sua recorrência” (HAESBAERT, 2012). E o Complexo da Maré continua como exemplo

(Figura 2): “forças de segurança” ocupam locais fixos para permanência, no caso, por prazo indeterminado, dependente do estágio de “pacificação” e neutralização do poder de fogo alcançados (UOL, 2014). Bem se exemplifica, assim, a contenção “temporário-permanente”.

(ii) Em termos de contenção permanente (definitiva), as estruturas são outras: muro-barragem e muro-duto, ambas legitimadas a partir de um discurso ecológico maquiado, evidenciado por uma série de pesquisas, como em CANÇADO (2009), REDE et al. (2009) e CAMARGO (2012) - ver Figuras 3 e 4.

Na Figura 3, discursa-se o “ecolimite” para proteção da área ambiental vizinha à favela do Santa Marta (Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro), enquanto, na Figura 4, é isolada uma via expressa, da favela da Maré utilizando-se o discurso da poluição sonora.



Figura 2. Exército estende ocupação na Maré.

Fonte: UOL (shorturl.at/oCEYZ).



Figura 3. O muro da discórdia.

Fonte: ANF (<http://www.anf.org.br/o-muro-da-discordia/>).



Figura 4. Barreiras acústicas.

Fonte: INDAC (shorturl.at/doR08).

Cumprir notar, aqui, que as favelas são os exemplos marcantes, pois, historicamente, consolidaram-se como espaços estigmatizados da criminalidade (CAMPOS, 2005), o que se usa discursivamente para legitimar a repressão (FERRAZ, 2012) e, portanto, a contenção. Isto vem a somar ainda com a invisibilização da favela tanto na escala “do sensível” (do sentido humano da visão) quanto na escala simbólica (da favela em termos de vivência, produção cultural, entre outros significados).

(iii) A terceira estratégia de contenção identificada dialoga com essa invisibilização que é também de informação sobre as áreas segregadas (HAESBAERT, 2012). Pela/para invisibilização, as políticas públicas são direcionadas às áreas já assistidas - em algum sentido - pelo poder público, sendo ressaltadas pelas mídias hegemônicas e, assim, projetos de urbanização coercitiva empurram a periferia mais à periferia (há uma hiperperiferização), como no caso das remoções compulsórias que chegaram a realocar famílias em espaços de distância superior a 20 km de suas moradias de origem (SOUZA, 2015). GROSTEIN (2001) pode, com isto, confirmar em escala local o padrão dual e insustentável da urbanização brasileira, para o qual chama atenção explicitamente:

De um lado, a cidade formal, que concentra os investimentos públicos e, de outro, seu contraponto absoluto, a cidade informal, que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana, sem atributos de urbanidade, exacerbando as diferenças socioambientais (GROSTEIN, 2001).

(iv) Deste mesmo processo ou padrão advém a “contenção histórica” que crescemos. Enquanto a contenção simbólica se refere à assistência seletiva do poder público e ao suporte midiático para estas seleções, aqui se é voltada à construção histórica das favelas

e áreas informais das cidades, desde a escolha de seu “sítio natural” até a configuração de seus modos de habitar. Portanto, considera-se as seguintes características usuais: topografia acidentada, vielas sem pavimentação ou com pavimentação precária, baixa cobertura de espaços livres e menos cobertura de espaços de circulação, e acessibilidade restrita também em termos de “fechamento comunitário”, em um sentido de autoproteção. Com isto, o poder público e as mídias hegemônicas ampliam a contenção simbólica se utilizando de discursos naturalizantes (da segregação física entre cidade formal e informal devido ao ambiente natural onde as favelas se instalam) e de ordem moral (da manutenção da segregação devido às formas irregulares de ocupação). Ou seja, há, ainda, uma transferência de responsabilidade à população segregada que, final e criativamente, produz seus contornamentos.

3 | CONTORNAMENTO TERRITORIAL

Para suprir a desassistência do poder público contornando as contenções, constrangimentos e barragens, e, de maneira geral, a imobilização (ou seja, para suprir as necessidades de integração com o tecido sociopolítico-urbano), as populações de espaços segregados “desenvolvem uma habilidade especial em ‘transitar entre fronteiras’ (do legal e do ilegal, do ‘deter-se’ e do ‘avançar’...) [...] ‘contornando’ dois grandes riscos, o da morte violenta e o de ficar subordinado à caridade ou ao assistencialismo alheio” (TELLES, 2007). Assim define-se o que já foi tocado ao longo do item anterior: a “contraface indissociável da contenção”, o contornamento, “a capacidade de reterritorialização múltipla, ou seja, de construção de uma multi ou mesmo transterritorialidade, referida ao trânsito constante entre territórios”, “o ‘viver no limite’ que caracteriza a vida dos mais precarizados - ao mesmo tempo manifestação de sua fragilidade e de sua força” (HAESBAERT, 2012). Ou, em outras palavras: a ultrapassagem das contenções para exercício da cidadania, do direito à mobilidade (ir e vir), através de mecanismos criativos e insurgentes de transportes, como podem-se demonstrar os mototáxis no Rio de Janeiro, que serão finalmente contextualizados e em escala nacional.

4 | AS ONDAS DOS MOTOTÁXIS NO BRASIL

Neste “viver no limite”, importa-se para as favelas cariocas contidas e potencializa-se o mercado dos mototáxis, um transporte rápido que possibilita a ultrapassagem de barreiras que os automóveis, por exemplo, não alcançam (COELHO, 1997). Ele surge no Brasil, na Região Nordeste, da precariedade dos sistemas de transporte coletivo sentida pela população que considerava o mototáxi um meio de transporte extremamente econômico, rápido e capaz de superar as dificuldades dos engarrafamentos (op. cit.).

4.1 A primeira onda: Onda Cearense

Com base no estudo do fenômeno dos mototáxis Modesto Siebra Coelho, a primeira utilização de motocicletas para o transporte urbano no Brasil se iniciou no Estado do Ceará, mais precisamente nas cidades de Cratêus e Sobral, em 1995, a partir da união necessidade-potencial criativo de um microempreendedor ex-funcionário de banco (op. cit.). As cidades mencionadas e todas aquelas que rapidamente seguiram a tendência tem em comum o porte de cidade média e a necessidade de transportes coletivos que, segundo o autor, eram poucos e, em alguns casos, inexistentes. Por este motivo, as ruas eram tomadas de veículos particulares e o congestionamento passou a fazer parte do cotidiano destas cidades (op. cit.).

Foram melhorias sentidas pela população com o uso dos mototáxis: fluidez de tráfego (descongestionamento e rapidez) e barateamento de custos nos deslocamentos casa-trabalho-casa; geração de empregos (desde os microempreendedores com suas empresas de mototáxis até os próprios moto taxistas - saída interessante para a população de baixa renda frente a uma crise econômica que rondava o país); quebra de preconceitos como “uma mocinha de família não devia ‘pegar carona’” e “motociclistas são rabos de burro ou playboys”; algum grau de aventura; e, de modo geral, melhoria das condições de vida e repercussões positivas sobre o ambiente e circulação urbanos (op. cit.).

Porém, também havia problemas e conflitos sobre este novo meio. Estes podem ser resumidos ao apelo à regulamentação e ao seu embate. Como desfavoráveis ao mercado de mototáxi, havia os taxistas tradicionais e, “jogando pesado”, os empresários do transporte rodoviário (op. cit.). Os argumentos giravam entorno de um discurso jurídico-legal e de segurança. Como estamos tratando de uma “ciência dos transportes”, porém, este discurso não se pode tomar como referência. Apontar que “a constituição de 88 [(BRASIL, 1988)], no artigo 175, diz que incumbe ao poder público [...] a prestação do serviço público” e “o Código Nacional de Trânsito, no artigo 182, proíbe expressamente o transporte remunerado de passageiros em veículos particulares” possui caráter apenas normativo. Leis e normas, via de regra, são propostas, alteradas, revogadas, etc., a partir de forças políticas que - infelizmente - independem de avaliações de rigor acadêmico.

Sobre a questão da segurança, argumenta-se o risco que correm os usuários e os próprios mototaxistas, expostos devido à falta de proteção das motocicletas, e a vulnerabilidade destas frente ao trânsito junto a carros e ônibus. COELHO (1997), inclusive, sugere a criação de “motovias” exclusivas para o veículo.

4.2 A segunda onda: Onda Fluminense

Adicionalmente às motivações da Onda Cearense e, mais precisamente, no Rio de Janeiro, os mototáxis surgiram da necessidade de ultrapassar barreiras intencionais e/ou características da formação de territórios informais.

No caso das favelas cariocas, em sua maioria, em termos de sítio urbano, a

permeabilidade é baixa e a densidade populacional é altíssima devido à falta de espaços abertos, o que impede a circulação de carros e ônibus. A topografia é, geralmente, acidentada e as ocupações se estendem ao longo de encostas irregulares. O fator econômico fecha a caracterização tendo em vista a precariedade das condições de vida aos quais estão expostos os habitantes, então, baixo assalariados. E, como já abordado no presente texto, há desassistência do poder público nestas localidades, exceto pelo “Estado de Polícia” (FERRAZ, 2012).

Deve-se compreender, neste momento, para o espaço estigmatizado como sendo espaço da violência, em vista, novamente, de sua baixa permeabilidade ou acessibilidade, que algumas formas de ilegalidades têm aí a oportunidade de se instalar. O conceito de contenção territorial é, assim, promovido por medidas de segurança, pela dialética “natural” imobilidade-mobilidade e por práticas de contenção das minorias controladoras do território quando em situações de crise (isto será explorado adiante). Mas as favelas detêm um potencial criativo de reagir às contenções: a minoria controladora do território contorna as intervenções policiais através das redes regionais e internacionais de narcotráfico (ou seja, a partir, na realidade, de escalas maiores dominadas pelos atores criminosos de colarinho branco) e, sua maioria, trabalhadora pobre urbana, através das iniciativas como o uso de mototáxis, tendo como outro aspecto comum com a Primeira Onda o não mencionado uso de motocicletas para pequenas entregas. No Rio de Janeiro, um exemplo deste transporte tem como carga bujões de gás e sacos de areia e cimento para ampliação dos assentamentos precários, o que se observou durante as atividades de campo para entrevistas informais.

As favelas podem ser compreendidas como cidades informais contidas/imobilizadas. A Figura 2 já demonstra isto. Para exemplificar esta tese se utilizando de outra parte da cidade, de um subúrbio mais longínquo em relação ao Centro da cidade, os pontos de mototáxi localizados na Rua Iriguaçu e na Avenida Ministro Ary Franco, ambas no centro comercial do bairro Bangu, na Zona Oeste do Rio, atendem especificamente as comunidades pertencentes ao conjunto de favelas da Vila Aliança, nas quais, segundo relatos extraídos de moradores, quase diariamente há retaliações por parte dos narcotraficantes em relação à circulação da população, a qual tem sido utilizada como “escudo contra as invasões (policiais) da comunidade”. O interessante do exemplo da Vila Aliança é que ela não se encaixa no estereótipo de favela carioca de topografia acidentada e constituída apenas por vielas de baixa acessibilidade. Ela possui uma praça que funciona de terminal rodoviário legal, com itinerários, inclusive, via Centro. Ainda assim, segundo os moradores, confirmando a tese, hoje, parcialmente, limitada, de COELHO (1997), os mototáxis suprem a insuficiência do transporte público rodoviário, sendo localizados seus pontos nas esquinas da avenida principal (Av. Augusto Figueiredo) com cada viela interiorizante das comunidades, sendo fundamental para a integração aos centros e sub-centros de trabalho e a pontos de acessibilidade como as estações ferroviárias da cidade.

A limitação dos motos táxis expostos pela população é a dificuldade de se locomover

com grande volume de bolsas ou sacolas de compras, o que pode implicar em algum risco. Um uso notório de mototáxi na região diz respeito à ida e volta a um supermercado localizado na Avenida Ministro Ary Franco, justificando a posição de um dos pontos analisados. Ainda assim, muitos usuários optam pela moto táxi, mesmo com grande volume de bolsas, porque “é rapidinho. A gente nem sente e já chegou”.

Aponta-se assim uma nova diferença entre as ondas cearense e fluminense, alterando aquela tese defendida por COELHO (1997), não por ineficácia de suas análises, mas por tratar-se de outro contexto espaço-temporal, e que indica ao uso do transporte “alternativo” (na verdade, melhor entendido como “transporte complementar”, em vista do funcionamento como linha alimentadora dos transportes de massa) sua função de contornamento territorial a contenções “naturais” e de insegurança (em contorno ao contornamento-contenção do tráfico de drogas), interligando as cidades informal e formal para a “vida líquida” do urbano moderno BAUMAN (2005). A analogia é aqui feita para a vida dos moradores de favelas, que, como mencionado, buscam o contornamento da morte violenta - a sobrevivência no contexto da violência urbana.

Com base na leitura completa de COELHO (1997), o transporte alternativo pode ser entendido como mecanismo de deslocamento cujas possibilidades de uso suprem necessidades não contempladas pelas modalidades hegemônicas de transporte, seja por insuficiência de atendimento destes ou por preferência do usuário, cabendo aí o termo “alternativo”. A ideia de “transporte complementar” é aqui adotada por conta da dependência desta população imobilizada de ligar-se às redes de circulação mais densas. O uso das aspas em “alternativo” se justifica nisto, mas pode ser deixado de lado por se tratar de uma discussão semântica que não influenciaria nos resultados da presente pesquisa, pois se questiona o termo e não seu conteúdo, que já foi apresentado. Em relação à provocação, “alternativo” deixa de receber aspas porque o mototáxi, como já concluído parcialmente, é um meio de transporte complementar *alternativo à contenção territorial*.

5 | NARCOTRÁFICO E (I)MOBILIZAÇÃO INTRAURBANA: TERRITÓRIOS (DES)CONTIDOS

Segundo depoimento de moradores da Vila Aliança, a sucessão de operações policiais ocorridas desde dezembro de 2014 até junho de 2015 (uma das mais longas articulações policiais da história local), tem feito, mais do que nunca, os traficantes utilizarem da população como escudo em um movimento dialético de contornamento-contenção. A população, em alguns casos, é ordenada de que saia de suas casas para que a Polícia Militar (PM) não entre nas favelas realizando disparos de arma de fogo ou, inclusive, acerte um popular, o que traz implicações como necessidade de prestação de socorro e atenção da mídia às operações e com repercussão negativa para a PM. Mas a medida mais violenta é o uso de mulheres e crianças, em sua maioria, sofrendo disparos de armas de fogo

pelos narcotraficantes, nas pernas ou pés, abandonadas nas ruas, ou seja, interrompendo temporariamente a passagem de viaturas e policiais a pé que, novamente, tem o dever de prestar atendimento de socorro às vítimas. Numa leitura objetiva: a polícia é “contida do lado de fora”, a população é contida e o tráfico contornado, ainda que seu território informal seja “naturalmente” contido, no sentido já exposto da baixa acessibilidade devido à alta densidade urbana, vielas não pavimentadas de ordem não-planejada e um cinturão de insegurança em defesa dos negócios ilícitos.

As operações policiais têm sido frequentes na Vila Aliança, o que faz com que traficantes de drogas de varejo usualmente fechem vias ateando fogo em pneus e bloqueando os acessos não só às favelas como, desta vez (Figura 5), também ao centro comercial de Bangu via viaduto.



Figura 5. Bandidos fecham Vila Aliança com barricadas.

Fonte: Jornal O Dia (shorturl.at/pBOVW).

Apesar desta limitação, alguns mototaxistas do centro comercial se colocaram em posição de voz ativa por serem colegas daqueles que operam dentro do conjunto de favelas. Todos são moradores das localidades a que servem. Foi relatado que, dado o horário inicial das operações, quando os moradores e moto taxistas ainda veem alguma possibilidade de trânsito para contornamento, a recorrência ao serviço aumenta exponencialmente, o que também é aplicado para as vans e Kombis.

Desta forma, os motos táxis, as vans e Kombis, todos vistos como transporte alternativo e/ou complementar, configuram-se como meios alternativos à contenção territorial de populares.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogando diretamente com o que apresenta HAESBAERT (2012), que menciona

uma “contenção dialética” (não neste termo) criada por traficantes de drogas de varejo em áreas faveladas ou comunidades carentes, o transporte urbano alternativo, em sua maioria, irregular e informal, se consolida como medida criativa de “saída transterritorial às contenções”, integrando as cidades formal e informal, seja por trabalho e/ou consumo, nutrindo a vida urbana e liquidando, ainda que não em condições ideais, dificuldades de circulação e acessibilidade enfrentadas nas áreas caracterizadas. A caracterização particular das favelas da Vila Aliança, composta, em parte considerável, por ruas largas, pavimentadas e em terreno de baixada, possibilita a extrapolação da tese aqui defendida para os espaços segregados independentes de sua tipologia de contenção. Mais do que os aspectos físicos, *há uma variada construção narrativa de negação à favela* que a contém.

O transporte por vans e mototáxis, assim, consolida-se, em especial, como um “transporte alternativo às contenções”. Isto significa: o transporte alternativo e/ou complementar urbano desempenha um papel de contornamento de populares principalmente à morte violenta. Contorna, ainda, a desassistência estatal a partir de iniciativas próprias e rompe com barreiras discursivas ligadas à *insegurança* que inibiriam sua circulação. Há rapidez na chegada ou na saída de casa e promoção de proteção sentida.

Um ponto a ser explorado ainda é o possível controle *não-consentido* do tráfico sobre os mototaxistas - não por ter sido colocado pelos taxistas tradicionais, que sugeriram relações de comércio. É cotidiana a presença de homens com armas de fogo nos pontos moto taxistas localizados no mesmo conjunto de favelas conhecido como Vila Aliança. Fato já *reconhecido* com as atividades das vans aponta para este não-consentimento (UOL, 2012). Por este motivo, a investigação de uma possível desintegração dos serviços, causada pelo controle coercitivo e violento aos condutores, definindo-se locais que podem ou não ser atendidos e como, deve ser realizada, a partir de uma abordagem etnográfica, não apenas pela justificativa da imobilização, como, também, fundamentalmente, pela proteção dos próprios moto taxistas. Isto incrementaria análises mais aprofundadas das possibilidades e desejos sobre a regulamentação universal dos transportes em foco, sugestão para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000.

_____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CAMARGO, Jean Carlos Gomes. **Ecolimites ou sócio-limites? Da “preservação ambiental” à segregação sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles [online], 2012. Disponível em: <<http://observatoriodasmetrosoles.net.br/wp/ecolimites-ou-socio-limites/>>. Acesso em: 23 ago. 2019, às 16:08.

CAMPOS, Andreilino de Oliveira. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

CANÇADO, Wellington. O muro: “ecolimites” e as favelas do Rio de Janeiro. **Minha Cidade (vitruvius) [online]**, vol. 106, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.106/1854>>. Acesso em: 23 ago. 2019, às 16:10.

COELHO, Modesto Siebra. **A nova onda do transporte urbano: o mototáxi**. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 1997. (Novos Tempos, 2).

FERRAZ, Sonia Maria Taddei. Desordem/Ordem na cidade, políticas de segurança e violência. In: Ana Clara Torres Ribeiro; Tamara Tania Cohen Egler; Fernanda Sánchez. (Orgs.). **Política governamental e ação social no espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2012, 167-74.

GROSTEIN, Marta Dora. Metrópole e Expansão Urbana: a persistência de processos insustentáveis. **São Paulo em Perspectiva**, vol.15, n.1, pp. 13-19, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000100003>>. Acesso em: 23 ago. 2019, às 16:12.

HAESBAERT, Rogério. Cidade “i-mobilizada”: contenção e contornamento como estratégias territoriais de controle. In: Jorge Luiz Barbosa; Ester Limonad. (Orgs.). **Ordenamento territorial e ambiental**. Niterói: Editora da UFF, 2012, p. 73-94. (Coleção Espaço, Território e Paisagem, 2).

REDE Rio Criança et al. (Org.). **Os muros nas favelas e o processo de criminalização**. Rio de Janeiro: Justiça Global [online], 2009. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/r_jg_2009_muros_favelas.pdf>. Acesso em 23 ago. 2019, às 16:15.

SOUZA, Gabriel Carvalho Soares de. **Morar Carioca da Providência: a ambiguidade da ação municipal na urbanização de favelas**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Rio de Janeiro: PEU/POLI/UFRJ, 2015.

TELLES, Vera da Silva. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. In: Francisco de Oliveira; Cibele Saliba Rizek. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p.195-218. (Coleção Estado de Sítio).

UOL. **Exército estende ocupação na Maré**. Disponível em: <http://portal.tododia.uol.com.br/_conteudo/>. Publicado em: 30/12/2014. Acesso em: 09 abr. 2015, às 22:04.

O IMPACTO GERADO NOS CONSUMIDORES PELA SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES NO CONTEXTO ONLINE: UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA

Data de aceite: 01/03/2022

Danieli Hermes Rodrigues

Ana Rita Catelan Callegaro

Rosane Maria Seibert

RESUMO: Este artigo teve como objetivo fazer uma construção teórica acerca do impacto que pode ser gerado nos consumidores pela sobrecarga de informações no contexto online. Apresentou-se conceitos e definições em relação à sobrecarga de informações e como o consumidor avalia e utiliza as informações disponíveis no contexto online para definir a sua tomada de decisão. Trata-se de um artigo de cunho teórico, as referências bibliográficas foram pesquisadas em livros, artigos científicos, revistas, jornais, dissertações de mestrado, teses de doutoramento e sites. O embasamento teórico se dividiu em dois tópicos, sendo que o primeiro tratou sobre os conceitos encontrados que definem o que é sobrecarga de informações, e, o segundo descreveu-se sobre o contexto online e o comércio eletrônico, evidenciando assim como o consumidor se comporta perante tanta informação.

PALAVRAS-CHAVE: Sobrecarga de Informações; Contexto online; Comércio Eletrônico.

ABSTRACT: This article aimed to make a theoretical construction about the impact that can be generated on consumers by information

overload in the online context. Concepts and definitions were presented in relation to information overload and how consumers assess and use the information available in the online context to define their decision making. This is a theoretical article, the bibliographical references were searched in books, scientific articles, magazines, newspapers, master's dissertations, doctoral theses and websites. The theoretical basis was divided into two topics, the first dealing with the concepts found that define what information overload is, and the second was described on the online context and electronic commerce, thus showing how the consumer behaves in the face of so much information.

KEYWORDS: Information Overload; Online context; E-commerce.

1 | INTRODUÇÃO

As mudanças, sobretudo tecnológicas, pelas quais o mundo vem passando, estão induzindo os consumidores a uma nova forma de comportamento de consumo, denominada por Solomon (2004) como o comportamento do consumidor digital. Consumidores e produtores estão interagindo em uma nova forma de experiência nunca antes vivenciada. Rápidas transmissões de informação estão alterando a velocidade de desenvolvimento de novas tendências, especialmente desde que os meios virtuais permitiram que os consumidores participassem da criação e disseminação de novos produtos (SOLOMON, 2004).

Em especial, no que se refere as decisões enfrentadas diariamente pelos consumidores, é possível identificar que elas podem se tornar um tanto quanto complexas, uma vez que são ofertados aos consumidores um grande número de opções e informações a fim de auxiliar a escolha, porém, em alguns casos essa quantidade exagerada de informações disponíveis pode sobrecarregá-lo. Esse fenômeno tem sido relatado na literatura como “sobrecarga de informações” (JACOBY et al., 1974) e “sobrecarga de opções” (SCHEIBEHENNE; GREIFENEDER; TODD, 2010).

A sobrecarga de informações não é um fenômeno recente, o que ocorre é que ela tem aumentado drasticamente em decorrência da introdução de novas tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em nosso dia a dia (HÍDEN; WASTLUND; WALINN, 2003). Sobrecarga de informações é definida como o efeito afetivo negativo causado pelo excesso de informações além da capacidade individual de processamento do consumidor (JACOBY et al, 1974b).

Vive-se em uma era em que possuir a informação adequada tornou-se um diferencial em qualquer contexto, tanto no âmbito da vida profissional, como na vida pessoal. Desde o início do século XXI, a sociedade da informação emerge como um dos principais temas discutidos em debates públicos sobre desenvolvimento (WERTHEIN, 2000; LOJKINE, 1995).

Atualmente, as redes sociais representam uma ferramenta importante que estabelece relações entre as empresas e os consumidores. Esta conexão, interação que os utilizadores partilham, advém da constante evolução da tecnologia que acaba por influenciar a forma como uma determinada organização se comunica com os seus atuais ou futuros clientes (LINO, 2018).

Diante do exposto, tem-se como objetivo geral deste artigo, fazer uma construção teórica acerca do impacto que pode ser gerado nos consumidores pela sobrecarga de informações no contexto online. Tem-se como metodologia desta pesquisa de natureza teórica, as referências bibliográficas em livros, artigos científicos, revistas, jornais, dissertações de mestrado, teses de doutoramento, essas buscas foram feitas em sites de pesquisa acadêmica, com a utilização de palavras chaves, como por exemplo, sobrecarga de informações consumidores, sobrecarga de informação *e-commerce*, sobrecarga de informação na era digital, entre outras. A construção teórica se dividiu em dois tópicos, sendo que o primeiro tratou sobre os conceitos encontrados que definem o que é sobrecarga de informações, o segundo descreveu-se sobre o contexto online e o comércio eletrônico, evidenciando assim como o consumidor se comporta perante tanta informação.

2 | SOBRECARGA DE INFORMAÇÃO: PRINCIPAIS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Wurmann (1991, p. 37) fala que “a grande era da informação é, na verdade, uma explosão da não-informação – uma explosão de dados. Para enfrentar a crescente

avalanche dos dados, é imperativo fazer a distinção entre dados e informação”. A não-informação são vários dados recebidos, porém sem gerar a informação, estes dados na verdade não fazem sentido e muitas vezes podem somente gerar um excesso de trabalho para o indivíduo processar e organizar.

Wurmman (1991) foi um dos primeiros a utilizar o termo “ansiedade pela informação”. O autor destaca que os indivíduos são bombardeados diariamente por fatos, mas na verdade o que realmente se deseja compreender é o significado das informações. Existem muitas situações que provocam a ansiedade informativa. Sintomas como: não compreender a informação, sentir-se assoberbado por seu volume, não saber se certa informação existe, ou não saber onde encontrá-la (WURMANN, 1991).

Os estudos relacionados à sobrecarga de informações, aportados nos estudos originais, também foram testados em diferentes contextos, mais recentemente no contexto *on-line*. Segundo Winzar e Savik (2002), a satisfação com a compra aumenta à medida que aumentam as informações fornecidas, o que gera resultados conflitantes dentro dessa temática de pesquisa.

Os resultados de Lee e Lee (2004) indicam que ao serem sobrecarregados de informações os consumidores se sentiram menos satisfeitos com suas compras. Lurie (2004) também aplica um estudo no contexto *on-line*, tentando refinar as abordagens tradicionais utilizadas para medir a quantidade de informações em um conjunto de escolhas. O autor argumenta que os estudos falham no sentido de ignorar dimensões estruturais importantes da informação e que podem incorretamente prever a sobrecarga de informações.

Uma importante contribuição dos estudos para melhor entendimento do fenômeno, a partir desse período, foi a inclusão de potenciais moderadores. Os estudos em relação ao tema caracterizam-se por testarem diferentes tipos de moderação, na relação entre a “sobrecarga do consumidor” e as decisões dos indivíduos. Exemplos de tais moderações testadas foram o grau das preferências dos consumidores em relação aos atributos (CHERNEV, 2003a); a disponibilidade considerada ideal pelo consumidor em relação ao sortimento oferecido (CHERNEV, 2003b); a estrutura da variedade, por exemplo a organização dos produtos (KAHN; WANSINK, 2004); a característica da complementaridade das escolhas, ou seja, como a questão de características complementares dos produtos podem influenciar a escolha (CHERNEV, 2005); a categorização dos produtos (MOGILNER; RUDNICK; IYENGAR, 2008); o tempo de decisão (HAYNES, 2009); escolhas justificadas (SCHEBEHENNE; GREIFENEDER; TODD, 2009); e a complexidade das escolhas (GREIFENEDER; SCHEIBEHENNE; KLEBER, 2010).

Dertouzos (1997) destaca que os seres humanos se deparam com uma maior complexidade do que poderiam suportar, com mais contatos do que podem dar conta e com uma velocidade maior do que podem administrar. O autor analisa ainda que, caso essas pressões inerentes do uso da tecnologia tomem conta das atividades, as pessoas se sentirão cada vez mais estressadas e ineficientes. O autor considera que é necessário

compreender os limites humanos para administrar essas pressões para, dessa forma, ajustar o comportamento a fim de se relacionar melhor com as novas tecnologias.

3 | O CONTEXTO ONLINE E O E-COMMERCE: UMA REVISÃO TEÓRICA

As redes sociais são consideradas uma ferramenta poderosa para o envolvimento do consumidor e vieram, de certa forma, através de ferramentas de mensagens instantâneas, facilitar a interação entre os indivíduos, especialmente quando a mesma requer um maior envolvimento emocional (MACHADO & SOUSA, 2018). Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: utilizadores, isto é, pessoas, instituições ou grupos e as suas ligações, ou seja, as interações ou os laços sociais. Uma rede é assim, uma metáfora para observar os padrões de ligação de um grupo social, a partir das ligações estabelecidas entre os diversos utilizadores, não sendo possível isolar os utilizadores das suas ligações (WASSERMAN & FRAUS, 1994; DEGENNE & FORSE, 1999; FERREIRA, 2012).

É entendida como Mídia Social que mais se propaga e a sua popularidade continua num ritmo crescente a nível mundial (BELANCHE, CASALO, FLAVIAN & GUINALIU, 2010). Entendidas como um conjunto de redes digitais online que encorajam os seus utilizadores a criarem relações e interações com outros (SCOTT, 2017; FERREIRA, 2019). As mídias sociais foram percebidas, pelas empresas, como um ótimo mecanismo para as ajudar a alcançar os seus objetivos e metas de marketing, especialmente em aspectos com o envolvimento dos clientes, a gestão de relações com o cliente e a comunicação (SAXENA & KHANNA, 2013; FERREIRA, 2019).

Em diferentes contextos, as empresas procuram maneiras de se introduzir nas redes sociais nas mais diversas formas de comunicação com os seus clientes, seja através da interatividade, da promoção, de facilitar o acesso à informação e até mesmo, de aperfeiçoar o comportamento de compra do cliente (ZENG & GERRITSEN, 2014). Verifica-se cada vez mais, a relação das pessoas com as suas aplicações de Mídia Social (Facebook, Instagram, Twitter, entre outros) como uma parte importante da sua vida, seja para lazer, seja para se manter atualizado de acontecimentos em tempo real ou até mesmo, para a sua carreira profissional, sendo por isso, fortes ferramentas de influência de consumidores (FERREIRA, 2019).

Para se adequar as exigências da sociedade moderna, surgiu o comércio eletrônico também conhecido como e-commerce, mercado online e mercado virtual. Fruto do desenvolvimento da tecnologia da Internet, facilitou o processo de vendas, eliminando intermediários e, criando parcerias geograficamente distantes (FIGUEIREDO, 2009).

Também considerada um bom investimento, a loja virtual atende tanto empresas grandes quanto empresas pequenas, pois seus produtos estão sempre à disposição dos clientes de qualquer lugar e podem ser sempre atualizados. Essa é mais uma opção para empresas que desejam aumentar as vendas e serem mais conhecidas (MULLER, 2013).

A capacidade dos websites de comércio eletrônico inclui características como customização de páginas de web para compradores e configuração de produtos em tempo real (KALAKOTA et al, 1999, p.26). A compreensão dos efeitos da sobrecarga de informações é particularmente importante na construção dessas páginas virtuais, pois o nível de informação disponibilizado para o cliente na hora da compra é um fator determinante para que esse experimente a sobrecarga.

Além desses novos desafios, as empresas também convivem com um número elevado de ameaças. Segundo Keegan (2005, p.361), as empresas têm de aprender a conviver com um alto grau de volatilidade e acirrada concorrência. A nova economia forçará as empresas a adotar novas estratégias de jogo, como assegurar e defender uma posição dominante de mercado por meio de um permanente processo de inovação e formar alianças baseadas em seu potencial de acesso a mercado (Keegan, 2005, p.362).

4 | O POSSÍVEL IMPACTO GERADO NOS CONSUMIDORES PELA SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES NO CONTEXTO ONLINE: UMA DISCUSSÃO

Ao considerar a loja virtual como um fator de influência na compra online, Sant'ana (2015) observou que a usabilidade dos sites são motivos de satisfação no momento da compra online, com relevância desde a interação do site com o usuário até o entendimento claro das informações dos produtos disponíveis no ambiente virtual.

Compreender o comportamento do consumidor em um contexto online e investigar e identificar os fatores que afetam o seu comportamento tornaram-se um dos objetivos para as empresas que buscam obter vantagem competitiva nos mercados virtuais (Gatautis, Kazakeviute & Tarutis, 2014; Palaima & Banyte, 2006).

Os consumidores, muitas vezes, confrontados com grande número de alternativas em diversos domínios, incluindo lugares para viver, carreiras a escolher, destinos de férias e um número crescente de opções de produtos estão sendo disponibilizados no mercado (SCHEIBEHENNE; GREIFENEDER; TODD, 2010). Além disso, estão enfrentando ambientes cada vez mais ricos em informações, considerando diversas fontes: a internet, os anúncios publicitários, as embalagens, indicações de vendedores e amigos e a própria exposição de produtos no ponto de venda (LURIE, 2004). Essas múltiplas opções para o consumidor têm sido definidas como “sobrecarga de escolha” e/ou “sobrecarga de informação”.

O fenômeno da sobrecarga de informações pode ocorrer de duas formas: sobrecarga de marcas ou de atributos (WILKIE, 1974, p.463). A primeira ocorre quando o consumidor se encontra diante de uma situação onde possui várias marcas de produtos similares (muitas alternativas) e escolhe apenas uma. A segunda situação considera um cenário com um número pequeno de marcas disponíveis, porém muita informação sobre os atributos dos produtos ou serviços.

Estudos preliminares de Jacoby et al (1974a, p.67) revelaram correlações entre a

quantidade de informações e as respostas afetivas de satisfação e confusão. Foi observado também que em estado de sobrecarga de informações o consumidor tem menor habilidade de escolher a “melhor” opção.

As conclusões obtidas pelos estudos anteriores em relação a sobrecarga de informações são diversas e muitas vezes contraditórias. Algumas pesquisas apontam que ao aumentar o número de informações há uma maior confusão por parte dos consumidores, enquanto outros afirmam que essa relação é inversamente proporcional, portanto, existe uma lacuna teórica entre essas duas perspectivas que permanece em aberto (por exemplo, JACOBY et al, 1974b; SCAMMON, 1977).

5 | CONCLUSÃO

A Internet teve um grande impacto na sociedade, proporcionando às pessoas uma forma de comunicação mais descontraída, ágil e eficaz, e contribuiu para o surgimento do comércio eletrônico, que colocou desafios à forma de comprar e vender na Internet (MULLER, 2013).

As principais razões para uma empresa resolver se tornar on-line são relacionadas ao potencial de expansão do mercado, visibilidade da empresa, fortalecimento do relacionamento nos negócios, poder de resposta, redução de custos, estoque “*just in time*” e evitar perdas financeiras (RADZIUK, 2003, p.24).

Esse estudo traz, o consumidor no contexto online, a praticidade e a facilidade para escolher o produto em loja online conquistam o consumidor nesse mercado. E dá ênfase no quanto as redes sociais são fundamentais para criar vínculo e conquistar clientes. A nova economia exige que as empresas se mostrem ativas no contexto online buscando crescimento e expansão.

Em síntese, considerando o objetivo de proceder uma construção teórica acerca do impacto que pode ser gerado nos consumidores pela sobrecarga de informações no contexto online, os resultados dos estudos referentes tanto à sobrecarga de informações como de opções são bastante divergentes. Por um lado, alguns estudos mostraram que os consumidores se sentiram mais atraídos e satisfeitos com grandes sortimentos e um número maior de informações. Por outro, quando expostos à um grande número de opções e de informações apresentaram comportamentos disfuncionais, tais como a confusão e realizaram decisões de consumo consideradas menos satisfatórias (SCHEIBEHENNE; GREIFENEDER; TODD, 2010).

O tema sobrecarga de informações ainda está em fase de construção, sobretudo no campo do comércio eletrônico, e os conceitos e estudos trazidos neste estudo servem de base para que novas pesquisas sejam elaboradas nesta área. Dessa forma, esse estudo contribui com o avanço teórico do tema, evidenciando os possíveis fatores que podem ser utilizados para explicar o impacto que a sobrecarga de informações pode causar no

comportamento do consumidor na decisão de compras online. Como sugestões para futuras pesquisas, sugerem-se estudos de caráter qualitativo para melhor compreensão do fenômeno, além de estudos quantitativos, afim de testar as variáveis já relacionadas ao longo dessa construção teórica. Por fim, é importante destacar a contribuição gerencial que estudos dessa natureza podem trazer para as organizações, uma vez que o contexto online tem se mostrado uma realidade cada vez mais utilizada pelas organizações em suas estratégias, e determinar os impactos dessa quantidade de informações aos que seus consumidores são expostos diariamente, mostra-se relevante e desafiador.

REFERÊNCIAS

- BELANCHE, D; CASALO, L. V; FLAVIAN, C; GUINALIU, M. Online social networks in the travel sector. **International Journal of Electronic Marketing and Retailing**, 3 (4), 2010, pp. 321-340.
- BERTHOLDO. 2020. Loja Virtual: O Que É, Como Criar, Estratégias e Muito Mais. **Bertholdo**. Disponível em: <https://www.bertholdo.com.br/blog/como-criar-loja-virtual-guia-pratico/>. Acesso em: 29 de jun. 2021.
- CHERNEV, Alexander. Product assortment and individual decision processes, **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 85, n. 1, p. 151-162, 2003a.
- _____. When more is less and less is more: the role of ideal point availability and assortment in consumer choice. **Journal of Consumer Research**, v. 30, n. 2, p. 170-183, 2003b.
- _____. Feature complementarity and assortment in choice. **Journal of Consumer Research**, v. 31, n. 4, p. 748-759, 2005.
- DERTOUZOS, Michael. **O que será: como o novo mundo da informação transformará nossas vidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DURÃO, Falcão, André; LUCIAN, Rafael; MOURA, Tigre, Francisco. **Sobrecarga de Informações no E-commerce: O uso da Modelagem de Equações Estruturais na Compreensão do Comportamento de Compra na Internet**. XXXI Encontro AMPAD. 2007
- FIGUEIREDO, Iria Luppi, 2009. Histórico do Comércio Eletrônico. **Oficial da Net**. Disponível em: http://www.oficinadanet.com.br/artigo/1718/historico_do_comercio_eletronico. Acesso em: 29 jun. 2021.
- GATAUTIS, R., KAZAKEVICIUTE, A., & TARUTIS, M. (2014). Controllable factors impact on consumer online behaviour. **Economics and Management**. 19(1), 63–71.
- GREIFENEDER, Rainer; SCHEIBEHENNE, Benjamin; KLEBER, Nina. Less may be more when choosing is difficult: choice complexity and too much choice. **Acta Psychologica**, n. 133, p. 45-50, 2010.
- HAYNES, Graeme A. Investigating the dynamics of choice overload. **Psychology and Marketing**, v. 26, n. 3, p. 204-212, 2009.

JACOBY, Jacob; SPELLER, Donald E.; KOHN, Carol A. Brand choice behavior as a function of information load. **Journal of Marketing Research**, v. 11, p. 63-69, february 1974a.

KAHN, Barbara E.; WANSINK, Brian. The influence of assortment structure on perceived variety and consumption quantities. **Journal of Consumer Research**, v. 30, n. 4, p. 519-533, 2004.

KALAKOTA, R; OLIVA, R.A; DONATH, B. Move Over, E-Commerce. **Marketing Management 8, 3**. Fall: 1999.

LEE, Byung-Kwan; LEE, Wei-Na. The effect of information overload on consumer choice quality in an on-line environment. **Psychology & Marketing**, v. 21, n. 3, p. 159-183, march 2004.

LINO, A. M. **O uso das redes sociais como instrumento de comunicação de marketing: o caso VPS**. (Mestrado em Gestão). Universidade de Coimbra, 2018.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

LURIE, Nicholas H. Decision making in information-rich environments: the role of information structure. **Journal of Consumer Research**, v. 30, n. 4, p. 473-486, 2004.

MACHADO, A. F.; SOUSA, B. Luxo Sustentável em Contextos de Hotelaria e Turismo: Do diferencial competitivo à preocupação com a responsabilidade social. **International Journal of Marketing, Communication and New Media**. Special Issue 4 – Luxury Marketing, 28 – 56, 2018. Available at <http://u3isjournal.isvouga.pt/index.php/ijmcmn>.

MULLER, Vilma Nilda. **E-commerce: vendas pela internet**. Dissertação (Graduação em Administração de empresas) - Instituto de Ensino Superior de Assis - IMESA e à Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, São Paulo, 2013.

MOGILNER, Cassie; RUDNICK, Tamar, IYENGAR, Sheena S. Iyengar. The mere categorization effect: how the presence of categories increases choosers' perceptions of assortment variety and outcome satisfaction. **Journal of Consumer Research**, v. 35, n. 2, p. 202-215, 2008.

PALAIMA, T., & BANYTE; J. Marketing service relationships: the relative role of service quality. **Engineering Economics**, 1(46), 83–94. 2006.

SANDI, Lisiane Barea; SACOOL, Amarolinda Zanela. Sobrecarga de Informações Geradas pela adoção de Tecnologias da Informação Móveis e sem fio e suas decorrências para os profissionais de vendas. **Revista Eletrônica de sistemas de informação**. v. 9, n. 2, artigo 2 doi:10.5329/RESI.2010.0902002.

SANT'ANA, Vanessa Araújo de. **E-COMMERCE: Fatores que influenciam a Satisfação em compras on-line na percepção dos graduandos de administração da UFSC**. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharel em Administração) - Universidade federal de santa Catarina centro sócio econômico departamento de ciências da administração, Florianópolis, 2015.

SCHEIBEHENNE, Benjamin; GREIFENEDER, Rainer; TODD, Peter M. Can there ever be too many options? A meta-analytic review of choice overload. **Journal of Consumer Research**, v. 37, p. 409–425, october 2010.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/agosto, 2000.

WINZAR, H.; SAVIK, P. Measuring information overload on the world wide web. **Proceeding of the Conference on American Marketing Association**, 2002.

WURMANN, Saul Richard. **Ansiedade de informação: como transformar informação em compreensão**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1991.

IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NOS EMPREGOS E O FUTURO DO TRABALHO PÓS ERA COVID

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 10/01/2022

Euriam Barros de Araújo

Programa de Pós-Graduação em Ciência,
Tecnologia e Inovação - PPGCTI
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
– UFRN
Natal – RN
<http://lattes.cnpq.br/4664839122257456>

Zulmara Virgínia de Carvalho

Programa de Pós-Graduação em Ciência,
Tecnologia e Inovação - PPGCTI
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
– UFRN
Natal – RN
<http://lattes.cnpq.br/3598201636024281>

RESUMO: Na história da humanidade, as inovações tecnológicas foram as principais responsáveis pelo desenvolvimento e dominância do homem no planeta. Do advento da Quarta Revolução Industrial, derivam potenciais inovações tecnológicas entre os domínios físicos, digitais e biológicos que devem impactar profundamente a maneira como se vive, se relaciona e se trabalha. Ao mesmo tempo que podem se traduzir em melhor qualidade de vida, com mais renda e mais emprego, as referidas inovações tecnológicas podem figurar cenários de potencialização de plurais desigualdades. Nessa direção, diversos estudos sobre a relação entre inovação e emprego trazem debates,

questionamentos e paradoxos para a sociedade, apresentando tanto cenários futuros utópicos quanto distópicos. Centrada na referida relação, a presente pesquisa visa contribuir na reflexão acerca dos possíveis impactos das inovações tecnológicas do paradigma tecnoeconômico vigente nos empregos e o futuro do trabalho pós Era COVID-19. A estrutura metodológica da investigação conta com a realização de prospecções na plataforma The Lens e a análise de alguns resultados evidencia a aceleração da Transformação Digital, frente ao contexto pandêmico. Adicionalmente, tendências do futuro do trabalho foram discutidas.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação; emprego; revolução industrial; COVID-19; pandemia.

IMPACT OF TECHNOLOGICAL INNOVATIONS ON JOBS AND THE FUTURE OF WORK POST WAS COVID

ABSTRACT: In the history of humanity, technological innovations were the main responsible for the development and dominance of man on the planet. From the advent of the Fourth Industrial Revolution, potential technological innovations derive between the physical, digital and biological domains that should profoundly impact the way people live, relate and work. At the same time that they can translate into better quality of life, with more income and more employment, the aforementioned technological innovations can represent scenarios of potentialization of plural inequalities. In this direction, several studies on the relationship between innovation and employment bring debates, questions and

paradoxes to society, presenting both utopian and dystopian future scenarios. Centered on that relationship, the present research aims to contribute to the reflection on the possible impacts of technological innovations of the current techno-economic paradigm on jobs and the future of work after the COVID-19 Era. The methodological structure of the investigation includes prospecting on The Lens platform and the analysis of some results shows the acceleration of Digital Transformation, in the face of the pandemic context. Additionally, trends for the future of work were discussed.

KEYWORDS: Innovation; job; industrial Revolution; COVID-19; pandemic.

1 | INTRODUÇÃO

Desde o surgimento das primeiras inovações promovidas pela espécie *homo sapiens*, o seu desenvolvimento foi cada vez mais sendo acelerado, assim como a sua ocupação e dominância no planeta, produzindo desde ferramentas rudimentares até as recentes maravilhas tecnológicas como os *smartphones*. Essencialmente, as inovações surgiram e surgem mais facilmente com o viés social e menos técnico, diretamente relacionado à evolução humana. Segundo Hippel (2019, p. 161), nossos ancestrais eram, assim como nós, denominados inovadores sociais, pois resolviam seus problemas socialmente em vez de inventarem novos produtos.

Inúmeros são os debates e discussões entre inovações, (des)emprego e condições de trabalho, a exemplo dos luditas - trabalhadores ingleses do ramo de fiação e tecelagem - na primeira Revolução Industrial que chegavam a danificar máquinas. As inovações possuem consequências inesperadas após as suas implementações, e as mesmas não tem como premissa nem objetivam o aumento de empregos e sim a comodidade, facilidade, redução do tempo para a realização de tarefas, entre outros.

Além disso, as inovações sozinhas não são as únicas responsáveis pela prosperidade:

À medida que as inovações se difundem e seu consumo se generaliza, há uma tendência de redução das margens de lucro e geração de capacidade ociosa. Consequentemente, o investimento se retrai, as empresas reduzem custos, demitem mão de obra e a economia entra em recessão. A alternância entre recessão e prosperidade não depende apenas do surgimento de inovações, mas da criação de condições institucionais adequadas para sua difusão [...], segundo Tigre (1997, p. 02).

Como a chegada da Quarta Revolução Industrial, suas tecnologias disruptivas (como a inteligência artificial) também geraram novos mercados, atingiram diretamente diversos empregos e o aumento de novas habilidades para desempenhá-las.

Diante dessas questões, a presente pesquisa visa contribuir sobre possíveis impactos das inovações tecnológicas nos empregos e o futuro do trabalho pós Era COVID-19, a partir de prospecções sobre trabalhos acadêmicos na plataforma *The Lens*. A análise dos resultados evidencia a aceleração da transformação digital, frente ao contexto pandêmico; discussões sobre tendências do futuro do trabalho também foram discutidas.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde a primeira Revolução Industrial, surgida no século XVIII, diversas inovações atingem vários aspectos da sociedade e causam grandes mudanças. Com isso, além das consequências positivas com os avanços tecnológicos, há os enormes impactos na vida das pessoas, o que ocasiona desde simples mudanças de comportamentos e hábitos a alterações em seus empregos.

Sobre a conceituação de inovação tecnológica, o Manual de Oslo (OCDE, 2004, p. 21) traz o seguinte:

Uma inovação tecnológica de produto é a implantação/comercialização de um produto com características de desempenho aprimoradas de modo a fornecer objetivamente ao consumidor serviços novos ou aprimorados. Uma inovação de processo tecnológico é a implantação/adoção de métodos de produção ou comercialização novos ou significativamente aprimorados. Ela pode envolver mudanças de equipamento, recursos humanos, métodos de trabalho ou uma combinação destes.

Em geral, quando surgem inovações e novas tecnologias, as mesmas impulsionam o surgimento de novas demandas, novas necessidades de atendê-las e por consequente o surgimento de novos empregos. Com a inevitável mudança nos empregos, há uma necessidade urgente dos trabalhadores se adaptarem a novas ocupações, uma vez que atividades realizadas antes de serem impactadas pelas inovações podem deixar de existir, ocasionando um natural descontentamento por aqueles que as realizavam. Segundo Franklin (2017, p. 108), as maravilhas tecnológicas fruto da Revolução Industrial cresceram em poder e capacidade, mas os salários não acompanharam, percentualmente, observando os últimos 50 anos, causando frustrações, insatisfações e falta de otimismo.

O movimento dos ludistas é um dos primeiros exemplos de protestos contra as mudanças ocasionadas pelas inovações com a chegada das máquinas e a substituição da mão de obra. Com a mudança do trabalho artesanal pelo mecânico, trabalhadores começaram a quebrar máquinas na Inglaterra e esse movimento se espalhou por outros países da Europa (CARVALHO, 2021). É desse período que surgiu o termo sabotagem, quando pessoas utilizam sapatos de madeira (*sabot*) para danificar as máquinas (PERELMUTER, 2019, p. 39).

As inovações, em sua essência, não surgiram com o objetivo de aumentar a geração de empregabilidade nem a capacidade de produção humana. De acordo com Franklin (2017, p. 109), a tecnologia móvel e as redes sociais não mudam a capacidade humana em uma produção mais eficiente e os veículos autônomos não aumentam a produtividade das pessoas.

Por outro lado, segundo Tegmark (2020, p. 166), há expectativas antagônicas para empregos e salários. De acordo com uma visão pessimista, a oferta de mão de obra

tecnológica barata tornará os salários abaixo do custo de vista, ao mesmo tempo que eles historicamente caem quando se torna possível terceirizar o serviço.

3 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo, quanto à sua abordagem, contempla pesquisas quantitativas e qualitativas (trabalhos acadêmicos e sem incluir patentes) na plataforma *The Lens*; de natureza aplicada, com exemplos da implementação de tecnologias e seus impactos nos empregos; e descritiva, com o objetivo de analisar a relação entre inovação e emprego.

Primeiramente, foram realizadas prospecções na plataforma *The Lens* utilizando os termos *innovation* e *unemployment* juntamente com o conector *AND*, selecionando apenas os trabalhos acadêmicos (*Scholarly Works*) publicados entre os anos de 2020 e 2021 (período da pandemia) e classificados em ordem de relevância (*Sort by Relevance*). A partir dos resultados, foram extraídos da plataforma os números de ocorrências relacionados a: *Scholarly* (trabalhos acadêmicos), *Works Cited by Patents* (trabalhos citados por patentes), *Citing Patents* (patentes únicas que citam trabalhos acadêmicos), *Patent Citations* (soma de todas as patentes que citam trabalhos acadêmicos), *Works Cited by Scholarly* (trabalhos citados por trabalhos acadêmicos) e *Scholarly Citations* (citações acadêmicas), como também a nuvem de palavras e as principais instituições relacionadas. Diante os resultados apresentados, foram selecionados e analisados alguns trabalhos cujos títulos apresentaram correspondência com os termos *innovation* ou *unemployment*.

Na sequência, o processo foi repetido na plataforma *The Lens* (com exceção da representação das instituições) utilizando as expressões *job trends*, *future of work*, *future of employment*, em conjunto com o conector *OR*.

A pesquisa foi finalizada com a análise de relatório de *World Economic Forum* (2020) a fim de obter mais evidências quanto a tendências e o futuro do trabalho e emprego.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a chegada da Quarta Revolução Industrial e suas tecnologias inovadoras, promoveu-se a digitalização massiva e a implementação da computação em diversos segmentos, desde simples eletrodomésticos a cidades inteligentes, ao mesmo tempo que tais inovações impactam diretamente no (des)empregado.

Para as prospecções realizadas na plataforma *The Lens*, dia 15 de julho de 2021, foram utilizadas as palavras *innovation* e *unemployment* separadas pelo conector *AND*, filtrando trabalhos publicados apenas entre os anos de 2020 e 2021 (período da pandemia). Um resumo dos resultados numéricos encontra-se representado na Tabela 1 a seguir, destacando o grande número de trabalhos acadêmicos (*Scholarly*):

Termo	Quant.
Scholarly	20688
Works Cited by Patents	23
Citing Patents	63
Patent Citations	63
Works Cited by Scholarly	13936
Scholarly Citations	367363

Tabela 1 – Resultados para *innovation AND unemployment*

Fonte: Elaboração própria a partir de prospecção na plataforma *The Lens* (2021)

A Figura 1 a seguir apresenta o resultado em forma de nuvem de palavras, onde se destacam os termos *Economics*, *Unemployment* e *Business*, representando os principais temas relacionados aos trabalhos acadêmicos, ratificando a relação entre inovação e desemprego com áreas como economia, desemprego e negócios.



Figura 1 – Nuvem de palavras a partir dos termos *innovation AND unemployment*

Fonte: Elaboração própria a partir de prospecção na plataforma *The Lens* (2021)

A Figura 2 apresenta as principais instituições vinculadas aos trabalhos relacionados, sobre os quais destaca-se com 329 publicações a LSE. Segundo *The London School of Economics and Political Science* (2021), a mesma foi classificada entre os anos de 2013 e 2015 como a segunda melhor universidade no campo das ciências sociais, confirmando o porquê da mesma se destacar em estudos acadêmicos envolvendo inovação e desemprego.

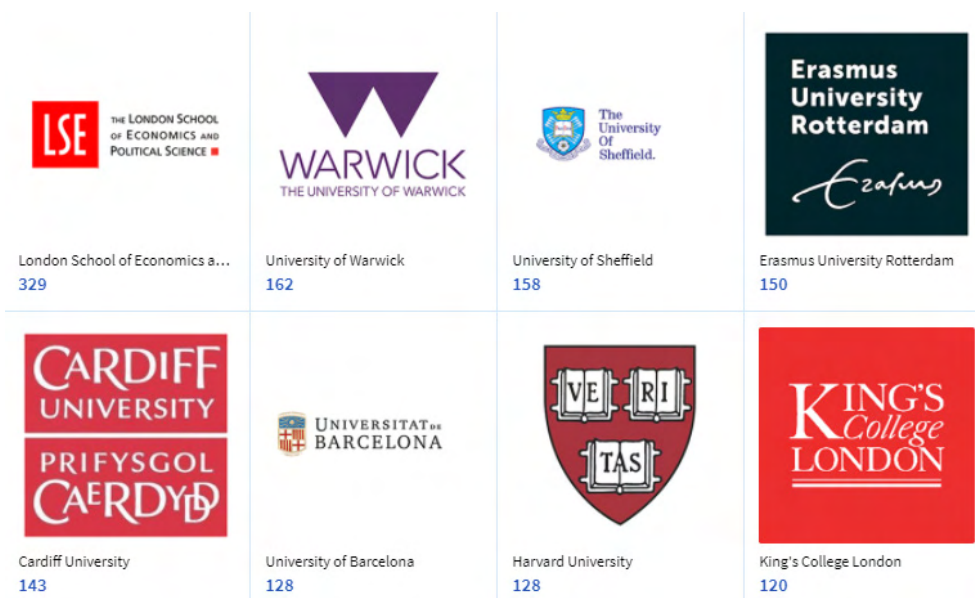


Figura 2 – Instituições e números de trabalhos acadêmicos

Fonte: Elaboração própria a partir de prospecção na plataforma *The Lens* (2021)

Diante o cenário tecnológico, há tendência para o aumento do desemprego com os veículos autônomos:

Desemprego - não apenas motoristas perderiam seus empregos, mas também caminhoneiros, seguradoras, agentes de trânsito e todos os profissionais que trabalham em setores relacionados à direção de veículos tradicional, segundo Coppola e Morisio (2016, p.26, tradução nossa).

De acordo com Matuzeviciute, Butkus, Karaliute (2017), que investigam em seu artigo os efeitos das inovações tecnológicas e o desemprego em países europeus, apresentam que há poucos estudos sobre impactos em nível macroeconômico mas que há provas de que a inovação tecnológica influencia mudanças de desemprego.

Peluffo e Silva (2018) abordam também a questão entre inovação e emprego, que se espera o impulsionamento do crescimento econômico por parte da inovação tecnológica, porém o crescimento econômico e da produtividade pode lançar forças concorrentes sobre a demanda de trabalho com um efeito ambíguo sobre o emprego, que tem sido uma grande preocupação nos países em desenvolvimento. E em sua conclusão trazem:

A inovação de produto parece ser o tipo de inovação com maior impacto no nível de emprego total e de trabalhadores qualificados. Além disso, há também algumas evidências de que a inovação é que aumenta a produtividade e mais de um tipo de inovação é benéfica para o emprego, a composição de competências, a taxa de crescimento do emprego total e da mão de obra qualificada. A inovação de produto parece ter um impacto

positivo em particular na mão de obra qualificada, com maior impacto entre os vários tipos de inovação (PELUFFO e SILVA, 2018, p.12, tradução nossa).

Segundo (MIGLIORI, 2021), a segurança eletrônica é essencial para a gestão das cidades, e quando pensamos em *Smarties Cities*, é importante ter em mente que esta é uma necessidade para manter a oferta de serviços básicos.

Quanto à segurança eletrônica no Brasil, observa-se o impacto das inovações tecnológicas em alguns empregos de baixa remuneração, por exemplo, com a chegada da portaria remota ou portaria virtual. Na cidade de São Paulo, a portaria virtual é uma das principais causas da substituição e desemprego dos porteiros, e segundo Noletto e Lopes (2018), existem mais de 800 prédios com o sistema de portaria virtual no Estado de São Paulo, sendo só na capital paulista pelo menos 25 empresas responsáveis por esse serviço, e mesmo sem precisar o número de demitidos, as demissões crescem a cada ano, impactando diretamente esses profissionais; apenas na cidade de São Paulo totalizam 120 mil porteiros com carteira assinada.

Por outro lado, as empresas de portaria remota enfrentam um grande desafio: a falta de mão de obra qualificada para ocupar as vagas remanescentes. Porém, de acordo com Terra (2021), 62,9% das empresas realizam capacitações, a maioria delas voltada para porteiros realocados em outras funções. Além disso, 60% dos entrevistados contrataram porteiros para desempenhar novas funções, sendo 54% de profissionais contratados durante a pandemia.

4.1 Tendências e Futuro do Trabalho

No ano de 2020, mais precisamente no mês de março, houve a eclosão da pandemia causadora da doença viral COVID-19. Com isso, diante todos os impactos que afetaram bilhões de pessoas no mundo, os empregos sofreram grandes transformações e houve aceleração da digitalização de diversos serviços, algo que já tinha se iniciado com a Indústria 4.0.

Com o intuito de investigar tendências e o futuro do trabalho e emprego para os próximos anos, foram realizadas prospecções na plataforma *The Lens* (19 de julho de 2021) sobre os estudos publicados a partir de 2020, onde vislumbra-se as perspectivas a partir da pandemia. Para isso, foram utilizadas as expressões *job trends*, *future of work* e *future of employment* separadas pelos conectores *OR*, no intervalo de tempo entre 2020 e 2021 e classificados por ordem de relevância. A Tabela 2 resume os principais resultados pela qual observa-se a expressiva quantidade de estudos e trabalhos acadêmicos (*Scholarly*) recentes sobre esses temas:

Termo	Quant.
Scholarly	129693
Works Cited by Patents	128
Citing Patents	144
Patent Citations	144
Works Cited by Scholarly	63869
Scholarly Citations	405575

Tabela 2 – Resultados para *job trends OR future of work OR future of employment*

Fonte: Adaptado de The Lens (2021)

A Figura 3 aponta ciência da computação, medicina, física e psicologia como as principais tendências relacionadas aos empregos, a maioria relacionando-se diretamente com as áreas de estudo da Indústria 4.0.



Figura 3 – Nuvem de palavras a partir da expressão *job trends OR future of work OR future of employment*

Fonte: Elaboração própria a partir de prospecção na plataforma *The Lens* (2021)

Por outro lado, Abe, Abe, Adisa (2021, p. 1) apontam o aumento de lacunas de habilidades com o surgimento da Quarta Revolução Industrial, e que fatores sobre o futuro do trabalho alimentaram debates preocupantes sobre as questões da digitalização no trabalho e profissões, inteligência artificial e a incerteza do trabalho e carreiras restantes após a automação. Segundo Djimarescu e Ionescu (2021, p. 1), o futuro do trabalho é um dos desafios mais difíceis enfrentados por pesquisadores e gestores em todo o mundo, e apontam que a globalização e o impacto da inteligência artificial no futuro do trabalho será

significativo.

Em relatório bastante detalhado sobre o futuro dos empregos, *World Economic Forum* (2020) aponta tendências de maiores riscos de automação e respectivas profissões, taxas de desemprego ao longo das décadas, os segmentos com maiores riscos de desemprego (Figura 4) e as previsões para a evolução do mercado de trabalho até 2025, o qual destaca-se serviços de acomodação e alimentação (47%).

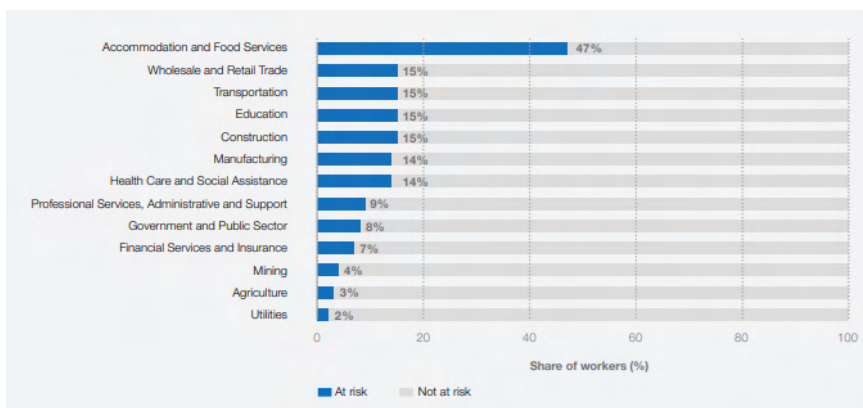


Figura 4 – Segmentos da indústria e riscos de desemprego

Fonte: *World Economic Forum* (2020, p. 17)

Por outro lado, a Figura 5 apresenta as principais tendências de tecnologias que devem ser adotadas nos próximos anos, com destaque para o incremento da adoção de encriptação e cibersegurança (29%) e computação em nuvem (17%).

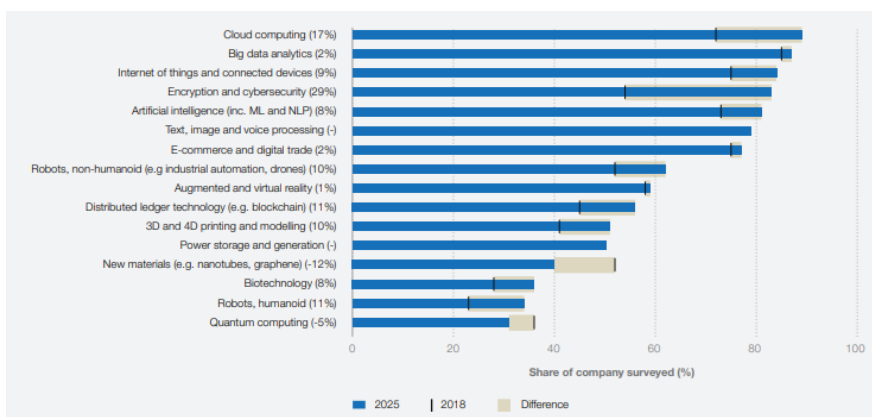


Figura 5 – Tendências de adoção de tecnologias

Fonte: *World Economic Forum* (2020, p. 27)

Cabe destacar que o *World Economic Forum* (2020, p. 30) apresenta também as tendências para aumento de demanda de profissionais, sendo os três principais: analista e cientista de dados; especialista em aprendizado de máquina e inteligência artificial; especialista em *big data*.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inovações fazem parte da história humana, e mais recentemente as inovações tecnológicas têm gerado grandes impactos nas sociedades e nos empregos, tendo como catalisador a mais recente Revolução Industrial e a aceleração pela pandemia que se iniciou em dezembro de 2019.

Apesar de vislumbrar um cenário utópico, as inovações ainda são motivos de diversos estudos e trazem discussões sobre suas consequências como desenvolvimento, geração de renda e emprego.

Ao analisar o recorte temporal a partir de 2020, já existem muitos estudos sobre tendências do futuro de trabalho e alguns apontam para os grandes desafios das transformações que virão, principalmente com o impacto da inteligência artificial e demais tecnologias oriundas da Indústria 4.0.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ABE, E. N.; ABE, I. I.; ADISA O. Future of Work: Skill Obsolescence, Acquisition of New Skills, and Upskilling in the 4IR. 2021. Disponível em: <<https://www.igi-global.com/gateway/chapter/265618>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CARVALHO, L. “Ludismo”; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/ludismo.htm>. Acesso em: 06 julho 2021.

COPPOLA, R.; MORISIO, M. Connected Car: technologies, issues, future trends. Politecnico di Torino. 2016. Disponível em: <<https://iris.polito.it/handle/11583/2649068#.YPCE-uhKiUk>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

DJIMARESCU, I.; IONESCU, L. The Future of Work in a Jobless Society: Globalization, Smart Digitalization, and Cognitive Automation. SHS Web of Conf., 13 jan. 2021. Disponível em: <https://www.shs-conferences.org/articles/shsconf/abs/2021/03/shsconf_glob20_07016/shsconf_glob20_07016.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FRANKLIN, D. MEGATECH As grandes inovações do futuro. Lisboa: Clube do Autor. 2017.

MATUZEVICIUTE, K.; BUTKUS, M.; KARALIUTE, A. Do Technological Innovations Affect Unemployment? Some Empirical Evidence from European Countries. MDPI, 07 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2227-7099/5/4/48/htm>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MIGLIORI, S. O trabalho da segurança eletrônica para a inovação brasileira. ABESE, 2021. Disponível em: <<https://abese.org.br/o-trabalho-da-seguranca-eletronica-para-a-inovacao-brasileira/>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

HIPPEL, W. V. A evolução improvável. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 02 out. 2019.

LONDON SCHOOL OF ECONOMICS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=London_School_of_Economics&oldid=61451313>. Acesso em: 07 set. 2021.

NOLETO, I.; LOPES, I. Portarias Virtuais substituem o serviço dos porteiros na capital paulista. 30 jun. 2018. Disponível em: <<http://agemt.org/contraponto/2018/06/30/portarias-virtuais-substituem-o-servico-dos-porteiros-na-capital-paulista/>>. Acesso em : 06 jul. 2021.

OCDE. Manual de Oslo: diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. Publicado pela FINEP. 2ª Edição. 2004. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PELUFFO, A.; SILVA, E. Innovation and Employment. GTAP - Global Trade Analysis Project, 04 set. 2018. Disponível em: <https://www.gtap.agecon.purdue.edu/resources/res_display.asp?RecordID=5474>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PERELMUTER, G. Futuro Presente. Jaguaré/SP: Companhia Editora Nacional. 2019.

TEGMARK, M. Vida 3.0 : O ser humano na era da inteligência artificial. São Paulo: Benvirá. 2020.

TERRA. Crescimento de portarias remotas abrem novas vagas de emprego. 15 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/dino/crescimento-de-portarias-remotas-abrem-novas-vagas-de-emprego,b9d3c3d4a34bb3d060b121b4033a745b55vuu5lc.html>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

TIGRE, P. Paradigmas tecnológicos. Instituto de Economia da UFRJ. 1997. Disponível em: <https://ecex.ie.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/04/paradigmas_tecnologicos.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

World Economic Forum. The Future of Jobs Report 2020. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2020.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

A INTELIGENCIA ARTIFICIAL COMO AUXILIAR DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA E MONITORAMENTO NO PROGRAMA DE COMPLIANCE

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 12/01/2022

Lara Regina Morais Evangelista

Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos

São Leopoldo – Rio Grande do Sul

<https://orcid.org/0000-0002-2290-2086>

<http://lattes.cnpq.br/7152603477057761>

RESUMO: O presente artigo busca compreender em que medida a Inteligência Artificial pode auxiliar os auditores na execução do pilar Auditoria e Monitoramento, considerando a complexidade do Programa de Compliance. A hipótese inicial da pesquisa leva em consideração que um Programa de Compliance que seja eficiente e completo permeia em vários aspectos da empresa tornando uma tarefa sobre-humana auditar todos esses detalhes, por isso, a Inteligência Artificial, demonstra ser o mecanismo adequado para facilitar essa atividade. O objetivo da pesquisa é justamente compreender os limites do auxílio da Inteligência Artificial, na auditoria e monitoramento da execução do Programa de Compliance. A metodologia que será aplicada será a dedutiva, partindo-se de conceitos e categorias gerais para o tratamento específico do objeto de pesquisa. As técnicas de pesquisa serão compostas pela revisão bibliográfica, nacional e estrangeira, bem como, coleta de dados e documentos que serão submetidos à análise teórica.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria, monitoramento, inteligência artificial.

ARTIFICIAL INTELLIGENCE AS NA ASSISTANT TO THE EXECUTION OF AUDITING AND MONITORING IN THE COMPLIANCE PROGRAM

ABSTRACT: This paper seeks to understand to what extent Artificial Intelligence can help auditors in the execution of the Audit and Monitoring pillar, considering the complexity of the Compliance Program. The initial hypothesis of the research takes into consideration that a Compliance Program that is efficient and complete permeates several aspects of the company making it a superhuman task to audit all these details, therefore, Artificial Intelligence proves to be the appropriate mechanism to facilitate this activity. The objective of the research is precisely to understand the limits of the assistance of Artificial Intelligence in auditing and monitoring the execution of the Compliance Program. The methodology that will be applied will be deductive, starting from general concepts and categories for the specific treatment of the object of research. The research techniques will be composed by the bibliographical review, national and foreign, as well as, the collection of data and documents that will be submitted to the theoretical analysis.

KEYWORDS: Auditing, monitoring, artificial intelligence.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como questão principal a busca pelo entendimento de que a

Inteligência Artificial poderia ser um mecanismo adequado para auxiliar nas atividades de Auditoria e Monitoramento dentro de um Programa de Compliance.

A premissa inicial é de que o Programa de Compliance é complexo, delicado e de suma importância, portanto, deve ser eficiente e completo, sendo que, especificamente no caso de empresas, é necessário que esteja inserido em toda a estrutura da empresa, desde a limpeza até a Alta Administração, e após a sua implantação ainda é necessário a sua manutenção, praticada com várias atividades, dentre elas a auditoria e monitoramento, tornando-se uma atividade impossível de ser praticada com eficiência pelo ser humano, nesse sentido a Inteligência Artificial pode ser uma aliada.

A pesquisa, portanto, tem como propósito conhecer os contornos da Inteligência Artificial como mecanismo auxiliador da atividade de auditoria e monitoramento do Programa de Compliance. Para tanto, no primeiro título apresentará a concepção e evolução do Programa de Compliance, delimitando ao contexto brasileiro, destacando os escândalos de corrupção, em que grandes conglomerados empresariais estavam envolvidos. No segundo título tratará da Inteligência Artificial no ambiente da Quarta Revolução Industrial, enaltecendo as transformações que podem ocorrer nos sistemas cotidianos, inclusive no mundo corporativo. Por fim no terceiro título o artigo demonstrará a Inteligência Artificial inserida no sistema do Programa de Compliance, delimitada ao auxílio da atividade de Auditoria e Monitoramento.

A relevância ocorre porque atualmente o Programa de Compliance é primordial para o bom funcionamento de uma empresa, não só pelos escândalos de corrupção ocorridos no Brasil, mas também por imposição de organismos internacionais, como por exemplo a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Contudo, com a evolução da implantação desse sistema, percebe-se que para a continuidade eficiente de seu desenvolvimento deve contar com algumas atividades específicas, como por exemplo a auditoria e monitoramento, alçando-a à categoria de pilar do Programa de Compliance.

Entretanto, a auditoria e monitoramento deve movimentar por todos os aspectos do Programa de Compliance, o que é uma atividade bastante complicada e árdua, assim uma solução possível seria o auxílio da Inteligência Artificial tão utilizada no contexto da Quarta Revolução Industrial.

A metodologia que será aplicada será a dedutiva, partindo-se de conceitos e categorias gerais para o tratamento específico do objeto de pesquisa. As técnicas de pesquisa serão compostas pela revisão bibliográfica, nacional e estrangeira, bem como, coleta de dados e documentos que serão submetidos à análise teórica.

2 | PROGRAMA DE COMPLIANCE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

2.1 Evolução e desenvolvimento do Programa de Compliance

Gradualmente o termo Programa de Compliance tem se popularizado no contexto social atual, principalmente após a deflagração de operações de combate fraudes e corrupção em geral no mundo corporativo, sendo que no caso brasileiro há o destaque dessas ocorrências em negociações de empresas com o poder público.

Por isso, Compliance não surge no Brasil e nem é algo recente, mesmo que não tenha sido essa a palavra utilizada para denominar os atos praticados em um programa de conformidade. Nos Estados Unidos, por exemplo há quem remonte a origem da ideia ao escândalo *Watergate*, em 1970 que originou o primeiro marco de conformidade legal, com a promulgação pelo Congresso Americano do *Foreign Corrupt Practices Act*.

Contudo, entende-se que o termo decorre do verbo *to comply* em inglês, que na tradução literal para o português é cumprir. Inclusive é essa etimologia que leva ao sinônimo de Program de Compliance que o termo Programa de Integridade ou Programa de Conformidade:

[...] Compliance está ligado a estar em conformidade com as leis e regulamentos internos e externos à organização. E, cada vez mais, o Compliance vai além do simples atendimento à legislação, busca consonância com os princípios da empresa, alcançando à ética, a moral, a honestidade e a transparência, não só na condução dos negócios, mas em todas as atitudes das pessoas. (GIOVANINI, 2014, p. 20)

O sentido geral para tanto é adequar a conduta da empresa a legislação, normas e regulamentos atinentes a sua atividade, indo além ao valorizar também os princípios gerais da ética e moral interno e externo no ambiente que a empresa estiver inserida. (DESTERRO, 2020, p. 58)

As empresas têm utilizado dos Programas de Cumprimentos com o intuito de promover esforços que aliam orientação, divulgação e reforço de normas internas, investigação de irregularidades e informações a Alta Administração sobre o funcionamento ideal de cada setor. (BONACCORSI, 2020, p. 98)

Ao longo da história, organismos internacionais atentaram, exatamente para o detalhe de que a credibilidade e seriedade de uma empresa poderia ser atestada pelo grau de conformidade dela com as normas atinentes de sua atividade, assim como a base em ética e moral. Tanto é verdade que Programas de Compliance tem sido associado como a esperança para o combate à corrupção, em diversos setores da sociedade civil, com enforque nas relações empresariais como o risco de roubo de ativos e fraudes em geral. (SÁ, 2018, p. 156)

Para tanto, a regulamentação em nível internacional inicia pela Convenção Interamericana contra a Corrupção de 1966, promulgada pela Organização dos Estados

Americanos – OEA (OEA, 1966), ratificada no Brasil pelo Decreto nº 4.410/2002 (BRASIL, 2002), pela Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, de 1997 da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE dentre outros.

Mas no Brasil, a preocupação é um pouco tardia e acontece estimulada pela descoberta de escândalos de corrupção no governo, com o envolvimento de empresas e tem como ponto de partida a Lei 12.529/2011 – Lei de Crimes contra a Ordem Econômica (BRASIL, 2011), posteriormente é mencionado na Lei 12.683/2012 (BRASIL, 2012) e por fim na Lei 12.846/2013 – Lei Brasileira Anticorrupção (BRASIL, 2013), que institui a responsabilização objetiva de pessoas jurídicas por atos praticados contra a Administração Pública em geral.

Além da normatização e preocupação com a ética, moral, transparência e outros tantos princípios nesse sentido, após a implantação de Programas de Compliance em grandes empresas, detectou-se que a efetividade estava vinculada ao envolvimento de fato da Alta Administração da corporação, englobando diretores, altos executivos, membros de conselhos, dentre outros responsáveis pela gestão, o que a literatura denomina de *tone at the top* ou *tone from the top*.

E mais ainda, não basta implantar o programa, é necessário que ele faça parte da realidade de uma empresa de modo tão latente que se insira na cultura do local, a fim de fato promover a mudança no comportamento de todos colaboradores, independentemente do nível hierárquico no desempenho de suas funções individuais, seria uma espécie de responsabilidade social para com a empresa. A empresa não investe em Compliance com o intuito de combater fraudes, mas para assegurar que o investimento garanta as tomadas de decisões éticas e se houver irregularidades que a entidade seja poupada da responsabilidade (BONACCORSI, 2020, p. 82)

E um programa de Compliance efetivo, envolve uma série de processos interdependentes que juntos colaboram para o sucesso da elaboração. Esses processos também são didaticamente denominados de pilares do Programa de Compliance, qual sejam: Suporte da Alta Administração; Avaliação de Riscos; Código de Conduta e Políticas de Compliance; Controles Internos; Treinamento e Comunicação; Canais de Denúncia; Investigações Internas; *Due Diligence*; Auditoria e Monitoramento; e Diversidade e Inclusão. (2017) Variando de autores as nomenclaturas ou quantidade de pilares, mas basicamente são esses quem representam cada aspecto de atuação de um Programa de Compliance completo.

Cada um desses pilares desenrola em inúmeras práticas, de forma pormenorizada, tornando a implantação, execução e manutenção de um Programa de Compliance um trabalho bastante complexo.

Destaca-se o pilar da Auditoria e Monitoramento te porque além do estabelecimento de um bom Programa de Compliance, o sucesso dele requer constantes revisões das

políticas e procedimentos o que implica dizer que essa etapa não pode ser leviana, demandando conhecimento e expertise da autoridade que conduz o Programa de Compliance, porque várias são as possibilidades de falhas, desde a falta de efetivas auditorias e monitoramento, passando pelo desrespeito as recomendações dadas pelo Compliance *Officer*, até a ausência de responsabilidade de quem cometa irregularidades. De modo que, a prevenção e cuidado para que não ocorra uma quebra de expectativa no funcionamento do programa permite a sua perpetuidade e manutenção e facilita o alcance do objetivo almejado. (BONACCORSI, 2020, p. 92)

Ademais, é possível que o monitoramento ocorra em duas vertentes, objetiva e subjetiva, sendo a primeira na avaliação dos riscos de ocorrência de infrações internas e investimentos realizados e a segunda em relação a apuração do real engajamento pessoal dos colaboradores ao programa. (SAAD-DINIZ; URBAN, 2021, p. 51)

Por isso, é de suma importância que o Programa de Compliance seja único e adequado à realidade de uma organização em específico, evitando, a estandarização, encaixando-se na real necessidade e valores da empresa em questão. Caso contrário, a empresa terá um programa de fachada que não sairá efetivamente do papel e também terá reduzida a capacidade de engajamento de todos os colaboradores. (SOLTES, 2018, p. 965)

2.2 A inteligência artificial na sociedade da informação

O termo Sociedade da Informação surge em meados dos anos 90 e tem como marco a difusão do acesso à Internet em todo o mundo, porém a concepção inicia-se nos Estados Unidos quando o governo percebe a internet propiciaria alcance global das informações que transporta.

Desse modo, pelo Programa HPCC (*High Performance Computing and Communications*) o governo pretendia, com fins acadêmicos, aprimorar a inclusão de dados nessa grande rede e analisar o comportamento do uso e distribuição desses dados. Avaçando ainda mais, entre 1993 e 1994, impulsionados pelo governo surgiu o projeto NII (*National Information Infrastructure*) que mais tarde foi transformado em GII (*Global Information Infrastructure*), propondo um desafio global ao restante do planeta.

Essas iniciativas recebem o auxílio de várias instituições americanas, mas com braços internacionais, como por exemplo, NSF International – responsável por teste, inspeção e certificação de produtos alimentares -, NASA (*National Aeronautics and Space Administration*), dentre outros, com o intuito de contribuir para a formação da Sociedade da Informação em sentido global, ideia que é avalizada pelos países Europeus que viram a oportunidade de consolidar então a formação do bloco econômico da União Européia. (TAKAHASHI, 2000, P. 107)

Essa abrangência global transformou a sociedade, inicialmente para aqueles que possuem acesso à Internet, sendo possível verificar estreitamento das relações humanas e o desenvolvimento econômico social, educacional, profissional, dentre outros de parte

da sociedade e por outro lado, aqueles que por razões diversas não puderam ainda fazer parte dessa transição, que estão em processo de marginalização, também fazem parte dos objetivos da Sociedade da Informação, porque não estão de toda forma isolados, e mesmo que de forma distante são monitorados por quem detém o controle da Sociedade da Informação, ou seja, de forma voluntária ou não, todos estão hiperconectados, graças ao fluxo de informação alcançado pela Internet e mecanismos a ela relacionados, sendo esse o exato contexto da Quarta Revolução Industrial.

A Quarta Revolução Industrial é marcada pela revolução digital e o fenômeno de tecnologias de caráter disruptivo com visão multifacetada das relações do homem com a natureza e do homem consigo mesmo, ou seja, sua extensão é multidisciplinar. (SCHWAB, 2016, p. 97)

Tudo isto ocorre com muita rapidez, visto que na Primeira Revolução Industrial o tear mecanizado levou 120 (cento e vinte) anos para se espalhar apenas no continente europeu. A internet, por sua vez, se propagou em menos de uma década por todo o mundo, claro que não de forma equânime, mas significativa em todo o mundo.

Mas onde a Quarta Revolução Industrial tocou, as transformações são sentidas exponencialmente:

A escala e o escopo das mudanças explicam por que as rupturas e as inovações atuais são tão significativas. A velocidade da inovação em termos de desenvolvimento e ruptura está mais rápida do que nunca. Os atuais disruptores — Airbnb, Uber, Alibaba e afins — que hoje já são nomes bem familiares, eram relativamente desconhecidos há poucos anos. O onipresente iPhone foi lançado em 2007. Mas, no final de 2015, já existiam cerca de 2 bilhões de smartphones. Em 2010, o Google anunciou seu primeiro carro totalmente autônomo. Esses veículos podem rapidamente se tornar uma realidade comum nas ruas. (SCHWAB, 2016, p. 23)

Outro fator preponderante na Quarta Revolução Industrial é a harmonização entre as diversas áreas da ciência. Indo na obtenção de conhecimento e transmissão dele até a execução do que se sabe.

Dessas tendências tecnológicas ganha destaque a Inteligência Artificial, que:

A inteligência artificial (IA) está em nosso entorno, em carros que pilotam sozinhos, drones, assistentes virtuais e softwares de tradução. Isso está transformando nossas vidas. A IA fez progressos impressionantes, impulsionada pelo aumento exponencial da capacidade de processamento e pela disponibilidade de grandes quantidades de dados, desde softwares usados para descobrir novos medicamentos até algoritmos que preveem nossos interesses culturais. Muitos desses algoritmos aprendem a partir das “migalhas” de dados que deixamos no mundo digital. Isso resulta em novos tipos de “aprendizagem automática” e detecção automatizada que possibilitam robôs “inteligentes” e computadores a se autoprogramar e encontrar as melhores soluções a partir de princípios iniciais. (SCHWAB, 2016, p. 23)

E assim como a tecnologia leva à hiperconectividade das relações humanas, as

tecnologias asseguradas pela Quarta Revolução Industrial também estão interligadas entre si, sendo que no caso da Inteligência Artificial só é possível a sua existência em virtude dos robôs que só possuem capacidade de processamento graças à Inteligência Artificial. (SCHWAB, 2016, p. 26)

A inteligência Artificial tem se apresentado como um mecanismo que auxilia o desempenho da capacidade humana com previsões e novos pontos de vista acerca de um conteúdo em proporção que talvez sozinho o ser humano não alcançaria.

Interferindo também em diversos nichos do sistema empresarial, por intermédio de tecnologias ligadas à computação como armazenamento em nuvens, dispositivos de realidade virtual, sequenciadores genéticos, dentre outros, que na verdade são operados e alimentados pela própria Inteligência Artificial, transformando então o método de tomada de decisões empresariais no mundo físico, o que leva a literatura afirmar que na verdade há a reconstituição do mundo físico.

Na realidade a Inteligencia Artificial transformou a economia, em primeiro lugar automatizando atividades repetitivas, estimulando o avanço do mercado digital e a tendência é que transforme o mercado físico de maneira que as máquinas, principalmente de tecnologia gerada pela robótica, interajam com o ser humano, automatizando também tarefas no mundo físico. (SCHWAB, 2018, P. 115)

Esse desafio é sistêmico, e diz respeito não só relações empresariais em geral, mas também as sinuosidades de cada atividade exercida por uma empresa em particular, dentre elas o Programa de Compliance, que por sua vez possui tarefas capazes de serem automatizadas devido a conectividade de tecnologias e essas tarefas.

2.3 A Inteligencia artificial nas atividades de auditoria e monitoramento do Programa de Compliance

Como a Inteligência Artificial é apresentada como um mecanismo capaz de automatizar e otimizar tarefas de modo que simplificam as atividades de caráter imprescindivelmente humano, tem-se que no caso da pesquisa dado o grau de complexidade de um Programa de Compliance, essa tecnologia poderia ser uma grande aliada, principalmente de forma específica para auditoria e monitoramento.

A Inteligência Artificial, nesse caso, funcionaria como guardiã de bancos de dados coletados por outras atividades do Programa de Compliance, verificando e revisando o cumprimento conforme de normas e princípios relacionados à atividade empresarial em particular.

Essa questão já é realidade porque grandes empresas contratam firmas de auditorias com destaque em todo o mundo, que realizam suas atividades de modo remoto, utilizando de outras tecnologias já citadas como a internet, o armazenamento em nuvens, e outros.

A Inteligência Artificial, no papel da automação tem como proposta garantir a eficiência da auditoria, simplificando as atividades a ela inerentes, de modo que transforma

a execução de atribuições, técnicas e gerenciamento do Programa de Compliance, e até mesmo o exercício da profissão de auditor. (ISSA; SUN; VASARGELYI, 2016)

Mesmo que demande alto investimento, a longo prazo a Inteligência Artificial demonstra ser um redutor dos custos de transação, porque a tecnologia em um mecanismo de garantia da efetividade e qualidade dos trabalhos praticados ao mesmo tempo que ao se afastar da capacidade de julgamento do ser humano, pode também assegurar a ética e a transparência do ambiente corporativo. (PEREIRA; DO NASCIMENTO, 2005, p. 54)

Ademais, a Inteligência Artificial pode se utilizar da técnica de ciência de dados para detecção de fraudes com precisão nos sistemas de rede de uma empresa, uma vez que essa técnica já é amplamente utilizada no sistema financeiro e contábil das empresas, o que minimizaria os riscos pela não conformidade dos atos empresariais mais uma vez pressionaria os auditores a serem personagens na Sociedade da Informação.

Enfim, são prósperos os resultados a serem obtidos pelo pilar da Auditoria e Monitoramento no Programa de Compliance quando aliado à Inteligência Artificial, facilitando a detecção de fraude e condutas ligadas à corrupção, com uma significativa redução de custos da atividade.

3 | CONCLUSÃO

O resultado obtido no presente trabalho é que o Programa de Compliance paulatinamente passa a fazer parte do cenário empresarial comum, com o discurso de combater fraudes e corrupção, graças ao clamor social decorrente de inúmeras condutas nesse sentido, reveladas por escândalos e condutas indecorosas no mundo corporativo.

Assim, o Programa de Compliance seria o recurso que asseguraria as boas práticas empresariais, desde que cada empresa adote um programa adequado a sua realidade e não um modelo pronto pré-determinado que não case com as expectativas de uma organização em particular. Um programa específico e personalidade com a realidade da empresa gera engajamento e sensação de pertencimento dos colaboradores para com os objetivos de conformidade, em todos os seus aspectos, principalmente na revisão de suas tarefas por intermédio da auditoria e monitoramento do cumprimento do Programa de Compliance.

Engatado no contexto da Sociedade da Informação, a atividade de auditoria e monitoramento tem tudo para ser eficiente, porque utilizando-se da inteligência artificial, conectada à internet e uso da robótica, o alcance dos objetivos da auditoria e monitoramento crescem exponencialmente atingindo cada detalhe da atividade empresarial com a propagação de informações e também exigência de conformidade e aplicação de penalidades pela não conformidade.

É uma provocação sistêmica porque a Inteligência Artificial na verdade automatiza as atividades, simplificando o papel do ser humano que vê grande parte das atribuições serem executadas pelas máquinas, porém em contrapartida a empresa lida com as

questões de forma objetiva porque em tese a máquina é despida de julgamentos éticos e morais, executando apenas o que lhe foi previamente determinado, além de promover significativa redução de custos, mesmo que para isso seja necessário alto investimento.

REFERÊNCIAS

BONACCORSI, Matheus Fernandino. Corrupção no âmbito empresarial: evolução histórica dos programas de compliance e seus reflexos atuais sobre as responsabilidades do compliance officer. **Revista Brasileira de Direito Empresarial**, v. 6, n. 2, p. 79-106, 2020. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/direitoempresarial/article/view/7183/pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. Decreto n. 4.410 de 07 de outubro de 2002. Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4410.htm>. Acesso em: 22 jul. 2021.

_____. Lei n. 12.529, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei n. 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei n. 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1º dez. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12529.htm>. Acesso em: 07 ago. 2021

_____. Lei Federal nº 12.683, de 9 de julho de 2012. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Altera a Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12683.htm. Acesso em 28 jul. 2021.

_____. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm>. Acesso em: 5 jul. 2021

DESTERRO, Rodrigo. COMPLIANCE NAS EMPRESAS ESTATAIS: Uma Análise Do Programa de Integridade Da Empresa Maranhense de Administração Portuária. **Revista Brasileira de Direito Empresarial** 6, no. 2. 3 dez. 2020. Disponível em: <doi:10.26668/indexlawjournals/2526-0235/2020.v6i2.7120>. Acesso em 30 jun. 2021.

GIOVANINI, Wagner. **Compliance: excelência na prática**. 1.ª edição – São Paulo: 2014.

[Infográfico] Os 10 pilares de um Programa de Compliance. *In*: Lec – Blog. 17 out. 2017. Disponível em: <<https://lec.com.br/beta2021final/os-10-pilares-de-um-programa-de-compliance/>> Acesso em: 07 ago. 2021.

ISSA, Hussein; SUN, Ting; VASARHELYI, Miklos A. *Research ideas for artificial intelligence in auditing: The formalization of audit and workforce supplementation*. **Journal of Emerging Technologies in Accounting**, v. 13, n. 2, p. 1-20, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.2308/jeta-10511>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

OEA. Convenção Interamericana contra Corrupção. Disponível em: < <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/B-58.htm> >. Acesso em 22 jul. 2021.

PEREIRA, Anísio Cândido; DO NASCIMENTO, Wesley Souza Um estudo sobre a atuação da auditoria interna na detecção de fraudes nas empresas do setor privado no Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 7, n. 19, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/947/94771905.pdf>> . Acesso em 07 ago. 2021

SÁ, Ana Luiza de. Fundamento e estrutura dos programas de cumprimento normativo. In: NIETO MARTÍN, Adán et al. (Org.). **Manual de cumprimento normativo e responsabilidade penal das pessoas jurídicas**. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.

SAAD-DINIZ, Eduardo; URBAN, Mariana. Análise Qualitativa sobre a Implementação de Programas de Compliance no Brasil (2014 – 2019). **Revista dos Tribunais**. Vol. 1027/2021, p. 41-65. Mai 2021. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/67723798/SAAD_DINIZ_URBAN_Analise_qualitativa_sobre_os_programas_de_compliance_no_Brasil-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1628376144&Signature=HQR1oQK3L7Qf7Mr2yyMA4MLwjsu8UzD3Xg2nCiqvYhWuhU5GH~7NI-pUrzJV3Rreq-lwtDCLKlqRLj861PwvVCNg9JNBxklcwS5ibVepbrhL33-EKgigSNvEgAkGVaQ4q5pAsibx9RMYLaTqO3V9MZj4XZvgEAsNJgqknc5I-eNKy18T3jcYqYvxH1ul2XzF5Sy5QxheWoyxc8ICf4TduJ4C~mW1eKsotr~NxWU7fclwQgC-kgz~XNlnhIVrdUfLDE1hwdwBITkPln30kOmljHYqSpKCVhri8w8z4Rg2wPvWnOcDbMxJrmqWdZo3SN6klgucQKKV3jE8op9Yuyw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 26 jun. 2021

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. (Trad. Daniela Moreira Miranda). São Paulo: Edipro, 2016.

SCHWAB, Klaus; DAVIS, Nicholas. **Aplicando a Quarta Revolução Industrial**. Edipro. Edição do Kindle, 2018.

SOLTES, Eugene. Evaluating the effectiveness of corporate compliance programs: establishing a model for prosecutors, courts and firms. **NYU Journal of Law & Business**, v. 14, 2018. Disponível em: <<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/nyujolbu14&div=27&id=&page=>>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Pag: 107 Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/434>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ESTRATÉGIAS DE DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EJA EM BIBLIOTECAS

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 20/01/2022

Valdirene Pereira da Conceição

Universidade Federal do Maranhão(UFMA).
Departamento de Biblioteconomia
São Luís – Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/6141725405236646>

Maurício José Morais Costa

Centro Universitário UNDB. Coordenação do
Curso de Psicologia
São Luís – Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/4462974820369545>

RESUMO: Estudo acerca da difusão da informação étnico-racial em bibliotecas. Trata de uma pesquisa exploratória de natureza analítica e descritiva, que objetiva apontar as estratégias e ações da biblioteca na difusão da informação étnico-racial na EJA, bem como suas contribuições para o processo ensino e aprendizagem da cultura africana e afro-brasileira nessa modalidade. Concebe a EJA como o direito à educação de jovens e adultos assegurado na Constituição Federal de 1988 e ratificado nas políticas educativas brasileiras, não apenas como uma ação compensatória e de aceleração dos estudos. Contextualiza a inserção das temáticas da diversidade étnico-racial, africana e afro-brasileira nos currículos nacionais na legislação do Brasil. Discute o papel das bibliotecas no combate ao racismo e ao preconceito, assim como à diversidade étnico-racial na educação

de jovens e adultos. Apresenta como resultado, uma lista de atividades destinadas a auxiliar as práticas de documentação, difusão e preservação da informação étnico-racial na EJA, tais como reconhecer e valorizar as contribuições do povo negro na cultura, literatura, dança, culinária, moda, dentre outras. Pontua as inúmeras possibilidades de a biblioteca atuar na produção, tratamento e difusão da informação étnico-racial na EJA, a partir de mecanismos próprios, de conhecimento do público, do perfil a quem ela atende, indo além da visão reducionista de adaptação das atividades do ensino fundamental e médio nessa modalidade. Enfatiza a necessidade de conhecimento acerca das normativas nacionais, da história e cultura africana e afro-brasileira, mediante ações proativas por parte das unidades de informação.

PALAVRAS-CHAVE: Informação étnico-racial. Educação de Jovens e Adultos. EJA. Papel educativo da biblioteca.

STRATEGIES FOR THE DISSEMINATION OF AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN INFORMATION AND CULTURE IN EJA IN LIBRARIES

ABSTRACT: Study on the dissemination of ethnic-racial information in libraries. It is an exploratory research of an analytical and descriptive nature, which aims to point out the strategies and actions of the library in the dissemination of ethnic-racial information in EJA, as well as its contributions to the teaching and learning process of African and Afro-Brazilian culture in this modality. It conceives EJA as the right to education for young people and adults, guaranteed in the Federal Constitution

of 1988 and ratified in Brazilian educational policies, not just as a compensatory action to accelerate studies. It contextualizes the insertion of the themes of ethnic-racial, African and Afro-Brazilian diversity in national curricula in Brazilian legislation. Discusses the role of libraries in combating racism and prejudice, as well as ethnic-racial diversity in the education of young people and adults. As a result, it presents a list of activities aimed at helping the practices of documentation, dissemination and preservation of ethnic-racial information in EJA, such as recognizing and valuing the contributions of black people in culture, literature, dance, cuisine, fashion, among others. . It points out the countless possibilities for the library to act in the production, treatment and dissemination of ethnic-racial information in the EJA, from its own mechanisms, of public knowledge, of the profile to whom it serves, going beyond the reductionist vision of adapting the activities of the elementary and secondary education in this modality. It emphasizes the need for knowledge about national regulations, African and Afro-Brazilian history and culture, through proactive actions by the information units.

KEYWORDS: Ethnic-racial information. Youth and Adult Education. EJA. Educational role of the library.

1 | INTRODUÇÃO

A biblioteca é um lugar de inclusão, preservação, resistência e divulgação da memória de um povo, responsável, portanto, pelo combate ao preconceito, discriminação, hierarquização de culturas e integração dos elementos constituintes do processo educacional: escola, currículo, professor e os alunos e suas vivências sociais, culturais, religiosas, dentre outras.

Como *locus* de pesquisa, produção e disseminação da informação, a biblioteca precisa ser um ambiente acolhedor e ter como princípio educativo os moldes da educação popular freiriana que considera o diálogo entre o ensino formal e a vivência de mundo do aluno (índios, negros, idosos, jovens, adultos, com deficiência, dentre outros), por perceber que na escola ainda predominam situações que configuram a perpetuação de atitudes racistas que diminuem a imagem do negro e que perpassam do material pedagógico à formação de professores (FREIRE, 2018).

Nesse cenário, a biblioteca pode mostrar suas potencialidades e exercer sua função socioeducativa ao mediar o acesso e difusão da informação étnico-racial na comunidade escolar, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escolha por essa modalidade de ensino, se deu por se tratar de um grupo de pessoas que já enfrentou inúmeros desafios e aprendeu muito com as experiências de vida fora do ambiente escolar, culminando em uma visão de mundo consolidada.

Conforme expresso na Declaração de Hamburgo (1999) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais desta modalidade de educação, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº1/2000, a EJA, é um direito de todos os cidadãos que não iniciaram ou não completaram sua escolaridade básica por diferentes motivos. Trata-se, pois, de um direito ao ensino fundamental obrigatório, inclusive para jovens e adultos, compreendida como “[...] o pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [...]” (BRASIL, 1988, não paginado). Nesse contexto, a biblioteca possibilita a igualdade de direitos, a partir da implantação e implementação de orientações, ações de reconhecimento, valorização da história, cultura, identidade dos afrodescentes e da diversidade étnico-racial nos espaços educativos.

Assim, este estudo por meio de uma discussão teórica, objetiva apresentar as estratégias e ações para auxiliar a difusão da história e cultura africana e afro-brasileira na educação de jovens e adultos (EJA) pelas bibliotecas, articulando-se ao papel socioeducativo desempenhado por estes aparelhos aos princípios de construção, reconstrução de cidadania e auxílio à educação.

Ademais, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória de natureza analítica descritiva, com abordagem qualitativa, por permitir refletir e analisar as estratégias e ações da biblioteca na difusão da informação étnico-racial na EJA, bem como suas contribuições para o processo ensino-aprendizagem de história e cultura africana e afro-brasileira nessa modalidade. A realização da investigação se deu por meio da pesquisa bibliográfica e documental, valendo-se de materiais previamente elaborados sobre a temática. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

2 | AÇÕES DE DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL DA BIBLIOTECA NA EJA

O esforço aqui empreendido se assenta na perspectiva de contribuir com ações concretas acerca da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, com informações e conhecimentos estratégicos para auxiliar a difusão da informação étnico-racial na EJA, e, conseqüentemente, fortalecer o processo de ensino e aprendizagem nessa modalidade. De início, é importante compreender o conceito de informação étnico-racional, na perspectiva da Ciência da Informação, cunhado por Aquino e Oliveira (2012, p. 487-488), que definem que tal categoria conceitual

engloba a documentação legal, os textos didáticos, os manifestos, bibliografias, iconografias, todo material informacional visual e não-visual – oral, escrito, digital – oriundo do Governo, das Universidades, das Secretarias Municipais e Estaduais, das ONGs, Movimento Negro, Museus, Arquivos, Centros de Informação etc, produzido com vistas à promoção da igualdade racial na sociedade brasileira e, dentre outras políticas, que tratam e regulam as relações étnicas baseadas na diversidade humana.

Nessa direção, há de se considerar que as condições materiais das escolas e a formação de professores são indispensáveis, para uma educação de qualidade para todos. Assim como o são, a seleção e aquisição de materiais impressos e eletrônicos direcionados para as questões étnico-raciais, que desconstruam a ideia de supremacia eurocêntrica adotadas no EJA, priorizando os estudos e sondagens de usuários para identificar suas

necessidades informacionais (CAMPELLO; CALDEIRA, 2008).

As orientações e ações que podem ser desenvolvidas pela biblioteca direcionadas à manutenção e preservação de questões étnico-raciais têm como base de sustentação teórica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei nº 10.639/2003 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), fundamentadas nas dimensões históricas, sociais e antropológicas oriundas da realidade brasileira e que visam combater o racismo que atinge, principalmente, os negros por meio da educação formal, estabelecendo ações afirmativas que proporcionam o sentimento de pertencimento e empoderamento do cidadão negro no exercício efetivo de sua cidadania (SANTOS, 2005; BRASIL, 1996; 2003).

A Educação de Jovens e Adultos enfrenta um grande desafio, que consiste em preservar e documentar o conhecimento oral e cultural dos diferentes grupos, emergindo, nesse contexto, o papel das bibliotecas no tratamento dessas informações. A educação intercultural deve promover o aprendizado e a troca de conhecimentos entre e sobre diferentes culturas em favor da democracia, paz e da diversidade cultural (CONFINTEA, 1999).

Entende-se que as diretrizes legais são dimensões normativas, reguladoras de caminhos que, embora não fechadas, podem despertar novos rumos e adequações à realidade local e regional. Nessa direção, destacam-se as seguintes atividades destinadas a auxiliar as ações da biblioteca na difusão da informação étnico-racial no Quadro 1:

AÇÕES DE DIFUSÃO APLICÁVEIS ÀS BIBLIOTECAS	a) abordar a situação da diversidade étnico-racial e a vida cotidiana, por meio de charges e outros recursos que retratem criticamente fatos de discriminação do negro no dia a dia;
	b) reconhecer e valorizar as contribuições do povo negro na cultura, literatura, dança, culinária, moda, dentre outros, através da discussão e análise do negro representado pela mídia impressa e televisiva
	c) abordar a questão racial como conteúdo multidisciplinar;
	d) combater posturas etnocêntricas para a desconstrução de preconceito e estereótipos do povo negro – adotando como estratégia a realização de projetos temáticos por meio da terminologia antirracista envolvendo termos como: “africanidade”, “afrodescendentes”, “ancestralidade”, “autoestima”, “corporalidade”, “cultura” e “cultura negra”, “discriminação racial”, “diversidade”, “estereótipo”, “etnia/grupo étnico”, “história da África”, “identidade”, “preconceito”, “racismo”, “raça”, “segregação racial”, “xenofobia” e outros.
	e) recusar o uso de material que reforce e naturalize a postura etnocêntrica de preconceito, pesquisar em material impresso ou eletrônico símbolos da cultura africana

Quadro 1 – Ações de difusão da informação étnico-racial das bibliotecas na EJA

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Para a realização das atividades indicadas no Quadro 1, recomenda-se o uso dos seguintes materiais: bibliografia comentada, a exemplo, do livro (Cidadania em preto e branco), dos vídeos (Narradores de Javé e Vista a minha pele), dos documentários (Menino 23), música, tecido com estampa com elementos da cultura africana, dentre outros.

Desse modo, ressaltam-se as inúmeras possibilidades de a biblioteca atuar na produção, tratamento e difusão da informação étnico-racial na EJA, a partir de mecanismos

próprios, de conhecimento do público, do perfil a quem ela atende, indo além da visão reducionista de adaptação das atividades do ensino fundamental e médio dessa modalidade.

As informações que circulam ao redor da comunidade são de fato o motor para a elaboração do planejamento, das atividades e dos projetos a serem desenvolvidos em conjunto com a biblioteca. Trata-se da construção de relacionamentos entre os três atores: biblioteca, EJA e escola, por meio de planejamento de ações de intervenção de realidade, que resultem na qualidade do processo ensino-aprendizagem orientado pela troca de informações, geração de conhecimento, diálogo, convivência e relacionamento com a comunidade escolar.

Nesse sentido, um dos grandes desafios colocados para a EJA, está em possibilitar a inclusão da discussão sobre a questão racial, não apenas como tema transversal ou disciplina do currículo, mas como problematização e vivências que devem ser documentadas, transmitidas e preservadas (GADOTTI, 2013). Tem-se, então, uma biblioteca que não se resume à guarda de materiais, mas uma mediadora da informação étnico-racial, a partir da disponibilização e acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais, bem como oportunizar aos alunos as ideais, experiências e opiniões sobre a diversidade cultural (OLIVEIRA; AQUINO, 2012).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de existir uma legislação que ampara e orienta a inclusão da temática da diversidade étnico-racial nos currículos da educação no país, e que assegure o direito à educação de jovens e adultos, não se trata de uma ação compensatória, de aceleração dos estudos e favores, mas um direito assegurado na Constituição Federal de 1988 e ratificado nas políticas educativas brasileiras.

No entanto, faltam atitudes mais proativas desenvolvidas pela biblioteca para combater o preconceito e estereótipos acerca do povo negro. É urgente que tais aparelhos atuem na propagação da legislação, da história e cultura africana e afro-brasileira, ainda desconhecida por grande parte da população, por envolver o campo da experiência, ou seja, traços, sons, cores, formas, escuta, falas, corpos e movimentos.

Faz-se necessário também considerar a articulação entre os princípios da educação formal e as diversas práticas sociais de oralidade, de leitura, bem como desvendar o funcionamento da escrita para o jovem e para o adulto de forma a possibilitar sua inserção no mundo letrado e do trabalho.

Em que pese, o reconhecimento do papel da biblioteca e das ações do bibliotecário como um forte catalisador para a difusão da informação, cultura e cidadania desse grupo étnico, também é importante reconhecer, que a *ausência* de biblioteca no ambiente escolar, é uma barreira ao desenvolvimento de tais atividades.

Por fim, espera-se que as ações e estratégias propostas no estudo sirvam para

despertar novos rumos e abordagens de pesquisas, no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. **Lei de Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 abr. 2019.

BRASIL. **Leiº N 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 23 abr. 2019.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra. **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 184 p.

CONFINTEA. **Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos**: Declaração de Hamburgo, agenda para o futuro. Brasília, DF: SESI/UNESCO, 1999. 67 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 57. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GADOTTI, Moacir. Educação de adultos como direito humano. **EJA em Debate**, Florianópolis, v. 2, n. 2, jul. 2013.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação étnicorracial na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, set. 2012, p. 466-492.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC, 2005. 400 p.

ESTUDO EXPLORATÓRIO-DESCRIPTIVO ACERCA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO SOB A ÓTICA DE PERITOS OFICIAIS DE NATUREZA CRIMINAL

Data de aceite: 01/03/2022

Epaminondas Gonzaga Lima Neto

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS
São Cristóvão/SE – Brasil

Ana Karla de Souza Abud

Prof. Dr^a. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS
São Cristóvão/SE – Brasil

RESUMO: Apesar de se perceber, nos últimos anos, investimentos sensíveis nos Instituições Oficiais de Perícia Criminal, quotidianamente, não se nota expressivo desenvolvimento tecnológico inovador nesse campo, notadamente no âmbito interno daquelas Instituições. O objetivo do presente trabalho é, valendo-se de pesquisa exploratória-descritiva por meio de aplicação de formulários/questionários eletrônicos, avaliar a percepção dos peritos oficiais de natureza criminal (peritos criminais, médico-legistas e odontologistas) quanto à Propriedade Intelectual e à Inovação no seu ambiente de trabalho. Dentre outras conclusões, percebeu-se que: (a) 42,0% dos participantes possuía especialização *stricto sensu*, o que sugere uma predisposição à pesquisa tecnológica e científica inerente ao cargo; (b) a temática “Propriedade intelectual” não é fomentado dentro do ambiente de trabalho assim como não é bem difundida nas universidades; e (c) os participantes indicam que

o principal entrave à inovação nos órgãos oficiais de perícia criminal, segundo os participantes, é a falta de tempo, seja em virtude da realização dos próprios exames periciais seja em virtude da falta de efetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Perícia, criminal, inovação, questionário.

ABSTRACT: Despite noticing, in recent years, sensitive investments in Official Criminal Forensic Institutions, on a daily basis, there is no significant innovative technological development in this field, notably within the internal scope of those Institutions. The objective of this work is, using exploratory-descriptive research through the application of electronic forms/questionnaires, to evaluate the perception of official experts of a criminal nature (criminal experts, coroners and dentists) regarding Intellectual Property and Innovation in your work environment. Among other conclusions, it was noticed that: (a) 42.0% of the participants had a *stricto sensu* specialization, which suggests a predisposition to technological and scientific research inherent to the position; (b) the theme “Intellectual property” is not promoted within the work environment, as well as it is not widespread in universities; and (c) the participants indicate that the main obstacle to innovation in official criminal expertise bodies, according to the participants, is the lack of time, either due to the performance of the forensic examinations themselves or due to the lack of staff.

KEYWORDS: Expertise, criminal, innovation, quiz.

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os órgãos de Perícia Criminal foram destinatários de investimentos expressivos do Governo Federal, em parceria com as administrações estaduais, com o objetivo de modernizar tais instituições. Dentre tais investimentos, estão a aquisição de robustos equipamentos de análises laboratoriais (exames em entorpecentes, identificação de venenos, falsificação de documentos, revelação de numerações suprimidas em armas de fogo, etc) e o fomento à padronização e normatização de procedimentos em âmbito nacional.

Cerqueira (2019) aponta que os gastos em segurança pública no Brasil em 2018 totalizaram R\$ 91,2 bilhões, o que correspondeu a 1,34% do PIB naquele ano. Em relação a 2017, houve aumento real de 3,9% nas despesas empenhadas, sendo que o crescimento ocorreu de forma diferenciada entre os entes federativos: enquanto a União aumentou os seus gastos em 12,4%, os estados e municípios majoraram seus dispêndios em 2,3% e 8,7% respectivamente.

O Relatório do Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos (NRC, 2009) ressalta que a crescente importância das Ciências Forenses para a Segurança Nacional. Para o Relatório, ameaças à alimentação e ao transporte, preocupações acerca da segurança nuclear e cibernética e a necessidade de se desenvolver respostas rápidas a ameaças nucleares, químicas, radiológicas e bacteriológicas justificam a necessidade de garantir que haja um suprimento suficiente de profissionais adequadamente treinados em Ciência Forenses. Ainda, o documento do órgão americano destaca o desenvolvimento e a aplicação das Ciências Forenses para apoiar atividades de inteligência, investigações e operações que objetivam o combate ao terrorismo.

Na espécie, assim, em que pese os investimentos massivos nos órgãos de segurança pública, em especial nos órgãos de perícia oficial, não se tem detectado, seja em termos de contemplação em planejamento estratégico, seja na realidade prática, palpável inovação tecnológica na área de ciências forenses no Brasil. Percebe-se, portanto, um descompasso na área de Ciências Forenses no território nacional. Se, por um lado, há investimentos crescentes do governo federal (principalmente pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP) e dos governos estaduais (com o direcionamento de emendas parlamentares, por exemplo), por outro lado, não há expressivo desenvolvimento tecnológico inovador nesse campo, notadamente interno aos órgãos de perícia, de onde deveria emanar a maioria do desenvolvimento da área.

O objetivo do presente trabalho é, valendo-se de pesquisa exploratória-descritiva por meio de aplicação de formulários/questionários, levantar a percepção dos peritos oficiais de natureza criminal (peritos criminais, médico-legistas e odontologistas) quanto à Propriedade Intelectual e à Inovação no seu ambiente de trabalho.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa foi baseada em questionário/formulário online (formulários Google), disponibilizados em grupos de comunicação instantânea (WhatsApp) formados por peritos oficiais bem como por meio de e-mail destinado à Direção dos órgãos oficiais de perícia. No primeiro caso, tais peritos foram recrutados nos grupos de que o autor do presente trabalho faz parte; no segundo, foram enviadas comunicações eletrônicas, com o link do formulário, à Direção dos diversos órgãos oficiais de perícia do Brasil, solicitando o encaminhamento do questionário aos peritos lotados nas respectivas Instituições. O endereço de e-mail da Direção de cada um dos órgãos oficiais de perícia do Brasil foi obtido tanto via internet quanto por meio de relações institucionais.

Previamente à disponibilização do questionário, tal instrumento foi submetido, via Plataforma Brasil, à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CEP/UFS), que o aprovou em 09/11/2020 sob Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) número 35795120.0.0000.5546 (Parecer 4.386.220, Prof. Dr. Francisco de Assis Pereira).

Foram incluídos na pesquisa os participantes que, livre e espontaneamente, responderam de forma positiva ao Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), prévio ao formulário, sendo excluídos aqueles que não o fizeram ou se declararam como ocupantes de cargos diversos ao de perito oficial de natureza criminal (peritos criminais, peritos médico-legistas e peritos odontologistas). Consoante aprovado pelo CEP/UFS, o formulário ficou disponível para respostas durante os meses de janeiro e fevereiro de 2020.

Grosso modo, o questionário (Anexo A) foi composto por duas partes. A primeira parte se referiu à qualificação do participante: nome (opcional), e-mail (opcional e destinado à disponibilização dos resultados da pesquisa), Instituição/Estado (obrigatório), cargo (obrigatório), tempo em atividade (opcional), área de atuação (opcional) e nível acadêmico (opcional). A segunda parte, por sua vez, envolveu 15 perguntas, diretas ou indiretas, relacionadas ao objeto da pesquisa, havendo possibilidade de respostas objetivas (sim/não ou avaliação em escala de 0-10) e subjetivas (discursivas). Nenhuma das perguntas da segunda parte do formulário foi arbitrada como obrigatória. Ao fim do formulário, havia possibilidade de o participante tecer observações adicionais que julgava pertinentes bem como campo destinado a indicar o interesse em receber os resultados da pesquisa (via e-mail fornecido na primeira parte do questionário).

3 | RESULTADOS

Ao todo, 194 peritos oficiais decidiram participar da pesquisa e concordaram em responder às perguntas. Considerando um universo amostral de aproximadamente 7500 peritos oficiais em atividade no Brasil (de acordo com consultas a Portais da Transparência

e informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação) e um nível de confiança de 90%, infere-se que o grupo estudado é representativo da população, apresentando erro amostral de 5,79%.

À exceção da Paraíba, peritos estaduais e federais atuantes em todos os Estados do país participaram da pesquisa, sendo que, em número de participantes, se destacaram os Estados de São Paulo (29,0%), Mato Grosso (14,0%), Minas Gerais (8,8%), Sergipe (5,7%) e Santa Catarina (5,2%). A distribuição geográfica dos participantes é exibida na Figura 1.



Figura 1 – Distribuição geográfica dos participantes da pesquisa.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

A Figura 2 demonstra a distribuição dos participantes por tempo de atividade, sendo possível perceber que predominam aqueles com o menor tempo de experiência (de um a sete anos – 49,5%). Essa diversidade de vivência laboral é salutar ao estudo proposto uma vez que contempla tanto a opinião daqueles que estão começando na profissão (e oxigenam a instituição com novas ideias) quanto dos que aí estão há mais tempo, possibilitando uma identificação mais eficaz de pontos de melhoria.

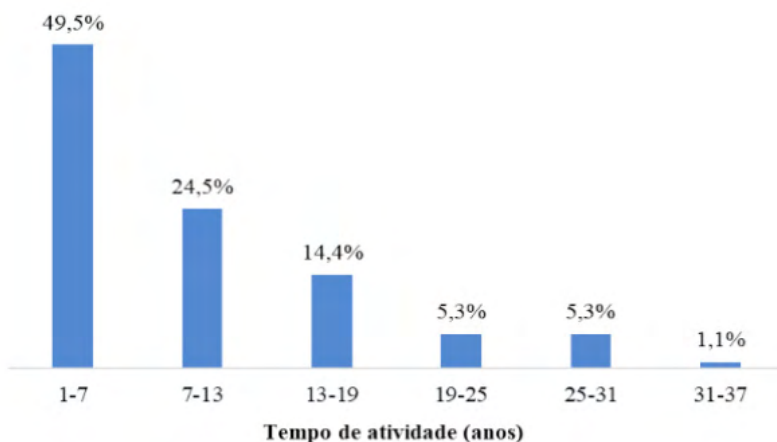


Figura 2 – Distribuição dos participantes por tempo de atividade.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Quanto ao nível acadêmico dos participantes, percebeu-se que 22,8% possuíam apenas a graduação, 35,2% possuíam especialização lato sensu, 30,6% haviam concluído o Mestrado e 11,4% possuíam título de Doutor, conforme apresentado pela Figura 3. Não foram identificados participantes sem formação superior uma vez que a graduação é requisito do cargo de perito oficial por força legal (art. 159, caput, Código de Processo Penal). Dessa forma, é possível notar que 42,0% dos participantes possuíam especialização stricto sensu (Mestrado e Doutorado), o que sugere uma predisposição inerente ao cargo para a pesquisa tecnológica e científica.

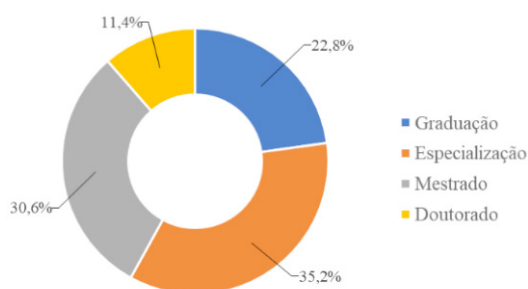


Figura 3 – Distribuição dos participantes por maior titulação acadêmica.

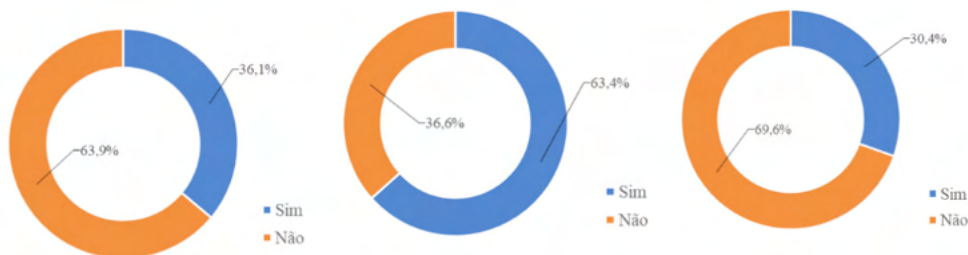
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Ao serem questionados sobre a importância da inovação tecnológica para o desempenho das atividades laborais (Pergunta 1), 100% dos participantes responderam de forma afirmativa. Sobre os benefícios que a inovação traz/traria para o exercício da

atividade pericial (Pergunta 2), as respostas se concentraram, principalmente, em torno de: (1) maior diversidade e eficiência/resolutividade dos casos postos à análise; (2) maior confiabilidade/robustez aos resultados dos exames, trazendo maior segurança às conclusões periciais; (3) economia de tempo nas análises; (4) praticidade de manipulação/utilização dos equipamentos, conferindo-lhes mobilidade para serem utilizados em campo; (5) possibilidade de adaptação aos avanços tecnológicos da criminalidade (crimes em ambiente virtual, novas drogas de abuso, etc.); (6) agilidade no compartilhamento de dados com outros órgãos encarregados da persecução penal, possibilitando o estabelecimento de conexões entre casos e/ou indivíduos investigados; (7) diminuição de etapas prévias à análise, como o preparo de amostras; e (8) agilidade e virtualização dos trâmites burocrático-administrativos da instituição.

Quando questionados se a instituição em que trabalhavam incentivava a inovação tecnológica no trabalho (Pergunta 3), 63,9% responderam que não (Figura 4). Entretanto, quando questionados sobre a participação em algum curso, palestra, seminário ou treinamento sobre inovação tecnológica (Pergunta 4), 63,4% dos participantes assinalaram resposta positiva (Figura 5). Assim, percebe-se que, apesar de já terem tido contato com inovação tecnológica (o que é justificado pelo contato de grande parte dos profissionais com pesquisa científica – Mestrado e Doutorado, Figura 3), tais profissionais não consideram que a instituição de que participam os incentive a inovar e desenvolver novas tecnologias.

Lado outro, ao responder à Pergunta 5, sobre algum eventual contato (em algum curso, palestra, seminário, treinamento) com Propriedade Intelectual, 69,6% dos participantes indicaram que não tiveram contato com o tema (Figura 6). Assim, de se notar que, em que pese reconhecerem terem tido contato com inovação tecnológica de forma genérica (Figura 5), os participantes indicam não ter conhecimento sobre Propriedade Intelectual, o que aponta para uma possível deficiência na identificação do instrumento de proteção apropriado para as tecnologias/inovações que eles possam desenvolver.



Figuras 4, 5 e 6 – Distribuição de respostas às Perguntas 3, 4 e 5.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Quando questionados sobre haver algum produto (software/técnica de análise/

objeto) desenvolvido na instituição e que tenha sido devidamente registrado (como patente, modelo de utilidade, software) (Pergunta 6), 86,5% dos participantes responderam de forma positiva (Figura X).

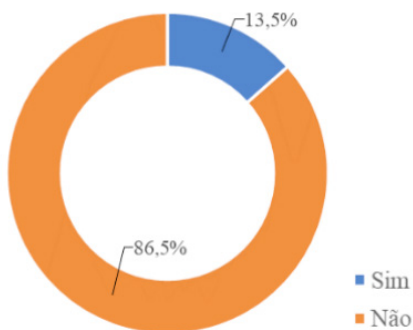


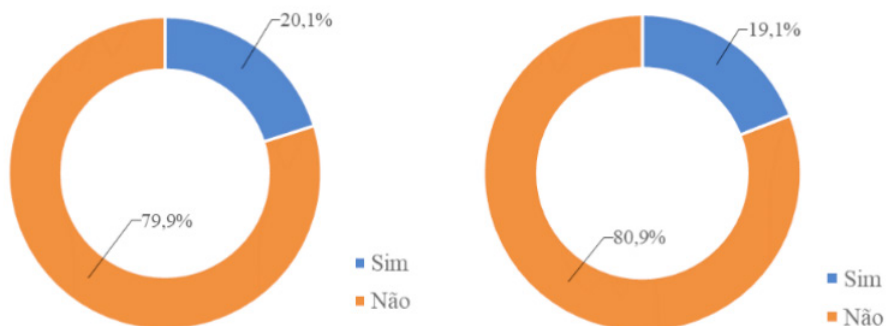
Figura 7 – Distribuição de respostas à Pergunta 6.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Dentre os produtos inovadores registrados apontados pelos participantes (Pergunta 7) estão o GDL (sistema de gerenciamento de laudos desenvolvido pela Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo), o Forensys (software/web application para gestão de laudos e requisições de perícia desenvolvido pelo Perito Paulo Roberto Cardoso, do Instituto de Criminalística de Sergipe), o NuDetective (software que identifica arquivos com conteúdo pornográfico infanto-juvenil em locais de crime e de busca e apreensão, desenvolvido pelos Peritos Federais Pedro Eleutério e Mateus Polastro), o IPED (software para indexação e processamento de evidências digitais, desenvolvido pelo Perito Federal Luís Felipe Nassif), o ODIN (sistema de gerenciamento de informações desenvolvido pelo Perito Diego Mota, da Polícia Técnico-Científica de Goiás), e o Peritus (sistema da Polícia Federal que possibilita a análise forense de evidências multimídia).

Quando questionados sobre haver algum produto inovador desenvolvido na instituição, mas que não tenha sido devidamente registrado (Perguntas 8 e 9), 62,4% dos participantes indicaram não ter conhecimento a respeito. Dos 37,6% que afirmaram ter conhecimento, houve indicação de produtos relacionados a: (1) captação de informações do local de crime por meio de tablet; (2) restauração de imagens em aparelhos DVR; (3) stub (suporte de alumínio com fita adesiva) para coleta de material para exame residuo gráfico de pólvora; (4) extração de mensagens em aplicativos de comunicação instantânea; e (5) câmera fotográfica de espectro completo para fotografar em radiação ultravioleta (UV), infravermelho (IR) e luz visível. Além de tais aplicabilidades específicas, percebeu-se a recorrente menção a ferramentas de gestão burocrática do órgão (como requisições de exames, cadastro de ocorrências, emissão de laudos e armazenamento de fotografias).

Quando indagados a respeito de participação em projetos de pesquisa internos à instituição (Pergunta 10) e participação em projetos de pesquisa em parceria com instituições de ensino (Pergunta 11), os resultados foram semelhantes: aproximadamente 80% dos participantes responderam que nunca participaram (Figuras 8 e 9). Tais resultados sugerem tanto a deficiência de fomento institucional à pesquisa científica e tecnológica quanto uma baixa interação entre os órgãos oficiais de perícia e as instituições de ensino.



Figuras 8 e 9 – Distribuição de respostas às Perguntas 10 e 11.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Com relação à Pergunta 12, referente ao conhecimento sobre as inovações tecnológicas como critério/pontuação para a promoção na carreira, 69,1% dos participantes apontaram que não existe tal critério, 27,8% indicaram não saber e apenas 3,1% indicaram existir (Figura 10).

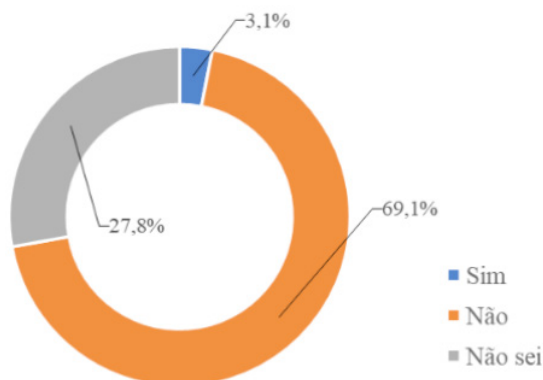
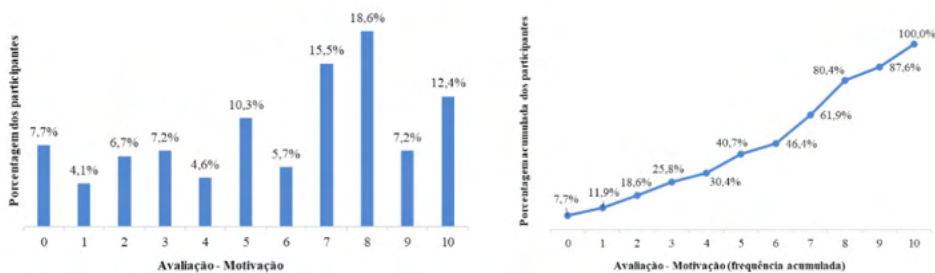


Figura 10 – Distribuição de respostas à Pergunta 12.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Os peritos que indicaram que a inovação tecnológica está contemplada como critério para a promoção na carreira se declararam como exercendo suas funções nos órgãos periciais de São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em verdade, ao se investigar os instrumentos normativos que regulam a promoção dos peritos nestes Estados, não se identificou a inovação tecnológica como um critério específico para a promoção. Em geral, o que se notou, no âmbito das promoções por merecimento, foi a consideração genérica de obras técnico-científicas, a exemplo de “a participação, a conclusão ou a produção de atividades relacionadas diretamente com as áreas técnicas da perícia forense” (art. 44, caput, Lei Estadual 11.156/2010 do Estado de Santa Catarina) ou “elaboração de trabalho técnico-científico de interesse policial” (Art. 15, §3º, item 4, da Lei Estadual 1.151/2011 do Estado de São Paulo).

Quando instados a avaliar o nível de motivação à inovação (Pergunta 14), considerando 0 como totalmente desmotivado e 10 como totalmente motivado, os participantes responderam ao formulário da forma representada pela Figura 11. Tais resultados apresentam média de 5,91 e desvio padrão de 3,04, com maior concentração das respostas na metade mais elevada da escala (de indiferença a motivação total): 59,3% dos participantes avaliaram a sua atividade com nível 5 ou superior (Figura 12). Entretanto, destaque-se que quase um quinto dos participantes se situaram nos três níveis mais baixos da escala, sendo que 7,7% se considera totalmente desmotivado para inovar no trabalho.



Figuras 11 e 12 – Distribuição de respostas à Pergunta 14 e frequência acumulada.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Com relação aos entraves que os participantes enxergam como existentes à inovação ou pesquisa no âmbito do trabalho (Pergunta 15), os resultados são apresentados na Figura 13. Desta, pode-se perceber que falta de tempo e indiferença para progressão na carreira somam 56,2%. Dentre as respostas mais comuns para a opção “Outros”, foram observadas: (1) ingerência política na instituição; (2) falta de recursos; (3) ausência de interesse institucional em implementar soluções oriundas de pesquisas anteriores; (4) acúmulo de funções técnicas e administrativas; (5) concentração dos projetos apenas na(s)

unidade(s) da capital; e (6) resistência dos colegas de trabalho frente às inovações. Este último fator, inclusive, já é conhecido da literatura especializada (ROLIM, 2007; RUEDIGER, 2013).

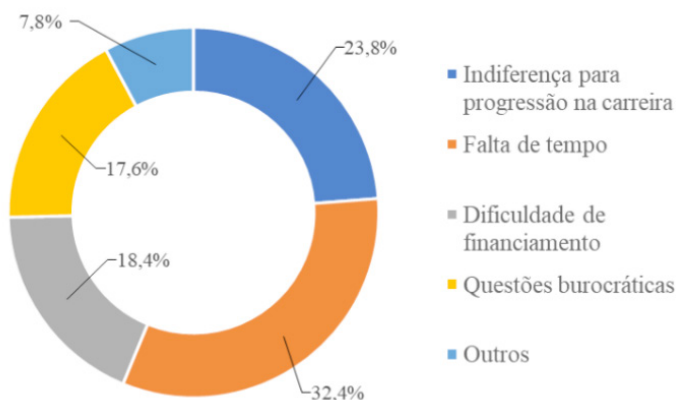


Figura 13 – Distribuição de respostas à Pergunta 15.

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

4 | CONCLUSÕES

Em suma, a aplicação do formulário online, observa-se que:

4.1) uma parcela significativa dos participantes (42,0%) possuía especialização stricto sensu (Mestrado e Doutorado), o que sugere uma predisposição inerente ao cargo para a pesquisa tecnológica e científica;

4.2) os participantes, à unanimidade, concordam a inovação tecnológica é importante para o desempenho de suas atividades laborais, trazendo como benefícios, sobretudo, maior diversidade e eficiência/resolutividade dos casos postos à análise, maior confiabilidade/robustez aos resultados dos exames e economia de tempo nas análises;

4.3) a opinião de que a instituição em que trabalham não incentiva a inovação tecnológica é predominante entre os participantes;

4.4) em que pese a maioria ter declarado já ter tido alguma instrução sobre inovação tecnológica (provavelmente enquanto estudantes de graduação ou pós-graduação), a maior parte dos participantes indicou não ter tido instrução sobre Propriedade Intelectual, o que sugere tanto que o tema não é fomentado dentro do ambiente de trabalho quanto que a temática não é bem difundida nas universidades;

4.5) a maior parte dos participantes indicou haver produtos inovadores desenvolvidos em suas instituições e que foram devidamente registrados, indicando alguns deles (em sua maioria, softwares para processamento de dados digitais ou sistemas de gerenciamento burocrático de laudos, requisições de exames e documentos

congêneres). Entretanto, consultando a base de dados do INPI, não se constatou registro de tais programas de computador (à exceção do software Forensys, desenvolvido em Sergipe, em que houve confirmação da ausência de registro, não se conseguiu entrar em contato com os desenvolvedores dos demais produtos para confirmar a ausência de proteção junto à base do INPI). Tal fato indica que, em virtude de a Propriedade Intelectual não ser difundida nos órgãos de perícia, tanto os peritos não conseguem identificar propriamente de que se trata de um registro quanto os desenvolvedores dos produtos não identificam ou não valoram corretamente a importância da proteção intelectual das suas criações;

4.6) não são comuns projetos de pesquisa internos à instituição nem em parceria com instituições de ensino, o que aponta tanto a para a deficiência de fomento institucional à pesquisa científica e tecnológica quanto para um distanciamento relacional entre os órgãos oficiais de perícia e as instituições de ensino;

4.7) a maior parte dos peritos apontou que as inovações tecnológicas não são contempladas, pela legislação que rege o cargo que ocupam, como critério/ pontuação para a promoção na carreira, o que contribui para o desestímulo ao desenvolvimento de produtos (segundo principal entrave à inovação tecnológica nos órgãos oficiais de perícia, ficando atrás apenas da falta de tempo);

4.8) o principal entrave à inovação nos órgãos oficiais de perícia criminal, segundo os participantes, é a falta de tempo, seja em virtude da realização dos próprios exames periciais seja em virtude da falta de efetivo, o que termina por direcionar o exercício de funções administrativas aos peritos.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, D. Gastos com Segurança Pública. In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

NRC – National Research Council. Committee on Identifying the Needs of the Forensic Sciences Community. **Strengthening Forensic Science in the United States: A Path Forward**. Washington, DC: National Academy of Sciences, 2009

ROLIM, M. Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, ed. 1, p. 32-46, 2007.

RUEDIGER, M.A. The rise and fall of Brazil's public security program: PRONASCI. **Police Practice and Research**, v. 14, n. 4, p. 280-294, 2013.

ANEXO A (FORMULÁRIO/QUESTIONÁRIO APLICADO)

Nome (opcional):

E-mail (opcional):

Instituição/Estado:

Cargo:

Tempo de atividade:

Área de atuação:

Nível acadêmico (Graduação/Especialização/Mestrado/Doutorado)

Pergunta 1: Você considera que a inovação tecnológica é importante e/ou traz benefícios para a sua atividade laboral? (SIM/NÃO)

Pergunta 2: Em caso positivo, qual(is)? (Resposta aberta)

Pergunta 3: Você considera que a Instituição em que você desenvolve suas atividades incentiva a inovação tecnológica no trabalho? (SIM/NÃO)

Pergunta 4: Você já teve contato (em algum curso, palestra, seminário, treinamento, etc.) sobre inovação tecnológica? (SIM/NÃO)

Pergunta 5: Você já teve contato (em algum curso, palestra, seminário, treinamento, etc.) sobre propriedade intelectual? (SIM/NÃO)

Pergunta 6: Você tem conhecimento de algum produto (software/técnica de análise/objeto/ etc) desenvolvido em sua instituição que tenha sido devidamente registrado (como patente, modelo de utilidade, software, etc)? (SIM/NÃO)

Pergunta 7: Em caso positivo, qual? (Resposta aberta)

Pergunta 8: Há/Houve, na sua instituição, o desenvolvimento de algum produto (software/ técnica de análise/objeto/etc) que você julga ser inovador, mas que não foi devidamente registrado? (SIM/NÃO)

Pergunta 9: Em caso positivo, qual a função dele e/ou qual a área em que ele é aplicado (Balística, Documentoscopia, Computação, etc.)? (Resposta aberta)

Pergunta 10: Você já teve a experiência de participar de projetos de pesquisa dentro da sua instituição? (desconsiderar projetos que participou como discente de graduação ou pós-graduação) (SIM/NÃO)

Pergunta 11: Você já teve a experiência de participar de projetos de pesquisa frutos de parcerias entre a sua instituição e universidades/instituições de ensino? (SIM/NÃO)

Pergunta 12: Há, na sua legislação de regência, critérios/pontuações para promoção

baseados no desenvolvimento de inovações tecnológicas? (SIM/NÃO)

Pergunta 13: Avalie, numa escala de 0 (emprega baixíssimo nível de tecnologia) a 10 (emprega altíssimo nível de tecnologia), o nível tecnológico do seu trabalho.

Pergunta 14: Avalie, numa escala de 0 (totalmente desmotivado) a 10 (totalmente motivado), a sua motivação para desenvolver tecnologias inovadoras no seu trabalho.

Pergunta 15: Qual(is) o(s) principal(is) entraves à inovação/pesquisa no seu trabalho? (Seleção de uma ou mais opções abaixo)

- Falta de tempo, tendo em vista as tarefas cotidianas;
- Dificuldade de financiamento;
- Questões burocráticas;
- Indiferença para progressão na carreira;
- Outros (especificar) (Resposta aberta)

Pergunta 16: Observações adicionais (quaisquer observações que deseje realizar sobre o tema “Inovação em Ciências Forenses/Perícia Criminal”) (Resposta aberta)

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em serviço social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013) e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Atualmente é professora colaboradora do curso de Serviço Social da UEPG e presta assessoria, capacitações e supervisões técnicas em relação a política de assistência social e garantia dos direitos. Atua principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, assistência social, políticas públicas, cidadania e família.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração de empresas 9, 56, 233

Ambiente de contratação livre de energia 9

Animais 1, 4, 5, 7, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189

Animais domésticos 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188

Atores políticos 173, 174, 175, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

Auditoria 246, 247, 249, 252, 253, 255

B

Bem viver 38, 54

Brasil 3, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 88, 89, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 116, 118, 121, 125, 128, 130, 131, 132, 135, 137, 140, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 155, 160, 161, 163, 164, 168, 171, 172, 175, 187, 188, 192, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 211, 212, 216, 219, 220, 224, 225, 241, 244, 245, 247, 248, 249, 254, 255, 256, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 272

C

Capital humano 59, 60, 61, 62, 70

Cemig 13, 21, 22, 23, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171

Centros urbanos 190, 192, 193, 195, 196, 198, 199, 210

Cidade i-mobilizada 214

Comércio eletrônico 226, 227, 229, 230, 231, 232

Contexto online 226, 227, 229, 230, 231, 232

Contornamento territorial 214, 215, 219, 222

Covid-19 235, 236, 241

Crescimento 1, 3, 4, 5, 6, 7, 53, 62, 63, 68, 69, 71, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 195, 206, 231, 240, 245, 263

D

Desemprego 40, 45, 48, 55, 57, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 111, 239, 240, 241, 243

Desenvolvimento 1, 3, 5, 7, 10, 14, 35, 37, 38, 40, 41, 43, 47, 48, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 103, 121, 137, 146, 147, 168, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 226, 227, 229, 235, 236, 240, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 258, 260, 262, 263, 272, 273, 274

Diversificação 1, 2, 194

E

Economia solidária 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58

Eletricitários 162, 167, 170, 171

Emprego 39, 44, 50, 53, 54, 90, 94, 101, 103, 116, 143, 162, 163, 171, 172, 202, 203, 235, 236, 238, 240, 241, 244, 245

Equação estruturada 130

F

Flexibilização trabalhista 88

Fotografia 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 38, 52, 140

Gestão empresarial 71, 120, 127

Gestão energética 9

I

Imaginário social 190, 192, 193, 195, 196, 198, 199, 210, 211

Informação étnico-racial 256, 257, 258, 259, 260

Inovação 52, 62, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 184, 185, 186, 187, 188, 230, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 245, 251, 262, 263, 266, 267, 270, 271, 272, 273, 274

Instrumento 2, 41, 43, 48, 59, 61, 64, 91, 103, 107, 110, 112, 120, 121, 122, 127, 137, 141, 191, 192, 193, 233, 264, 267

Inteligência artificial 236, 242, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 252, 253

J

Judiciário 55, 106, 107, 113, 114, 115, 116, 117

M

Mercado laboral 72, 73, 78, 81, 83, 85, 86

Modo de produção 38, 39, 40, 41, 43, 44, 52, 53, 55, 58

Monitoramento 10, 35, 186, 188, 196, 246, 247, 249, 250, 252, 253

Mototáxi 214, 219, 220, 221, 222, 225

O

Olhar fotográfico 190, 193, 194, 197, 200

P

Pandemia 52, 235, 238, 241, 244
Papel educativo da biblioteca 256
Perícia criminal 262, 263, 272, 274
Planejamento 47, 60, 67, 68, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 133, 148, 188, 260, 263
Plano de negócios 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129
Políticas inovadoras 173, 174, 175
Pós-democracia 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 116, 117
Precarização 90, 111, 116, 158, 162, 163, 165, 171, 172
Previdência social 90, 153, 154, 156, 157, 158
Profesión 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 85, 86

Q

Questionário 122, 129, 131, 137, 138, 140, 141, 179, 209, 262, 264, 273

R

Readaptação/Reabilitação 153, 154, 158, 159, 160
Recessão econômica 88, 90, 95, 101, 102, 103
Redução de custos fixos 9
Reforma trabalhista 88, 89, 95, 97, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 119
Regiões 1, 2, 3, 7, 12, 168, 188, 192
Regressão 1, 3, 12
Relato de experiência 190, 197
Remuneração por desempenho 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149
Revolução industrial 235, 236, 237, 238, 242, 244, 247, 251, 252, 255

S

Semi-profesión 72
Sobrecarga de informações 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233

T

Tarifas de energia 9, 13, 15, 31, 36
Terceirização 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172
Trabajador social 72, 73, 74, 76, 81, 85
Trabalhadores 41, 44, 45, 48, 89, 90, 92, 101, 102, 111, 112, 113, 116, 117, 131, 153, 156,

157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 195, 236, 237, 240

Trabalho 1, 2, 3, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 70, 71, 88, 89, 90, 96, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 147, 149, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 184, 187, 188, 196, 197, 198, 200, 201, 205, 208, 209, 210, 211, 215, 216, 220, 221, 224, 228, 233, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 249, 253, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 267, 270, 271, 273, 274

Treinamento 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 205, 249, 267, 273

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência

2



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência

2

